



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO TECNOLÓ-
GICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

PAULA NOGUEIRA RABELO

**“EU ESTAR VIVA E ESTAR COMPARTILHANDO ISSO JÁ É
REVOLUCIONÁRIO”: DIMENSÕES EDUCATIVAS DOS CONTEÚDOS
PRODUZIDOS POR INFLUENCIADORAS DIGITAIS NEGRAS NO YOUTUBE.**

**SANTARÉM – PA
2022**

PAULA NOGUEIRA RABELO

**“EU ESTAR VIVA E ESTAR COMPARTILHANDO ISSO JÁ É
REVOLUCIONÁRIO”: DIMENSÕES EDUCATIVAS DOS CONTEÚDOS
PRODUZIDOS POR INFLUENCIADORAS DIGITAIS NEGRAS NO YOUTUBE.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa), como requisito para a obtenção do título de Mestra em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Gilson Cruz Junior.

Linha 3: Formação Humana em Contextos Formais e Não Formais na Amazônia.

**SANTARÉM – PA
2022**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Sistema Integrado de Bibliotecas – SIBI/UFOPA

-
- R114e Rabelo, Paula Nogueira
 “Eu estar viva e estar compartilhando isso já é revolucionário”: dimensões educativas dos conteúdos produzidos por influenciadoras digitais negras no youtube. / Paula Nogueira Rabelo. – Santarém, 2022.
 183 p. : il.
 Inclui bibliografias.
- Dissertação defendida em 2022 e depositada em 2023.
- Orientador: Gilson Cruz Júnior.
 Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Oeste do Pará, Programa de Pós-Graduação em Educação.
1. Educação. 2. Mulheres negras. 3. Internet. I. Cruz Júnior, Gilson, *orient.* II. Título.

CDD: 23 ed. 305.4

PAULA NOGUEIRA RABELO

**“EU ESTAR VIVA E ESTAR COMPARTILHANDO ISSO JÁ É
REVOLUCIONÁRIO”:
DIMENSÕES EDUCATIVAS DOS CONTEÚDOS
PRODUZIDOS POR INFLUENCIADORAS DIGITAIS NEGRAS NO YOUTUBE.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa), como requisito para a obtenção do título de Mestra em Educação.

Área de concentração: Formação Humana em Contextos Formais e Não Formais na Amazônia.

Conceito: Aprovada

Data da aprovação: 24 / 06 / 2022.

Prof. Dr. Gilson Cruz Junior. – Orientador / Presidente da banca
Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA)

Profa. Dra. Lyana Virgínia Thédiga de Miranda – Membro Externo
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RIO)

Prof. Dr. Alan Augusto Moraes Ribeiro – Membro Interno
Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA)

Prof. Dr. Doriedson Alves de Almeida – Membro Interno (Suplente)
Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA)



Universidade Federal do Oeste do Pará
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

ATA Nº 85

Ata da sessão pública referente à defesa de dissertação intitulada "Eu estar viva e estar compartilhando isso já é revolucionário": dimensões educativas dos conteúdos produzidos por influenciadoras digitais negras no Youtube, para fins de obtenção do título de mestre em Educação, área de concentração Educação na Amazônia, pela discente PAULA NOGUEIRA RABELO (matrícula 2019101093 - início do curso em 03/2019), sob orientação do Prof. Dr. GILSON CRUZ JUNIOR.

Aos 24 dias do mês de junho do ano de 2022, às 09:00 horas, por meio de vídeo conferência Google Meet, reuniu-se a Banca Examinadora da Dissertação em epígrafe, aprovada pela Executiva do Colegiado do Programa conforme a seguinte composição:

Prof. Dr. GILSON CRUZ JUNIOR - Orientador Presidente

Profª. Dra. LYANA VIRGINIA THEDIGA DE MIRANDA Membro titular externo PUC-RJ

Dr. ALAN AUGUSTO MORAES RIBEIRO - Membro titular interno

Tendo o senhor Presidente declarado aberta a sessão, mediante o prévio exame do referido trabalho por parte de cada membro da Banca, a discente procedeu a apresentação de seu Trabalho de Conclusão e foi submetida à arguição pela Banca Examinadora que, em seguida, deliberou sobre o seguinte resultado:

Aprovado, fazendo jus ao título de Mestre em Educação.

Reprovado.

Dr. LYANA VIRGINIA THEDIGA DE MIRANDA, PUC - RJ

Examinador Externo à Instituição

Dr. ALAN AUGUSTO MORAES RIBEIRO, UFOPA

Examinador Interno

Dr. GILSON CRUZ JUNIOR, UFOPA

Presidente

PAULA NOGUEIRA RABELO

Mestranda

AGRADECIMENTO

A Deus e aos meus guias espirituais, pois, desde que vim a este mundo, seguraram na minha mão para que a jornada até aqui pudesse ser continuada.

Aos meus pais, Rosângela Nogueira e Paulo Rabelo, por todo o sacrifício que fizeram para que eu pudesse dar continuidade aos meus estudos, não medindo esforços em prol do meu futuro, afinal, para eles, a minha educação “é o maior bem que podemos te deixar”. Obrigada pela paciência e por entender as minhas ausências quando precisei me dedicar ao mestrado.

A todas as mulheres negras que conheci nesta vida, pois pude aprender com cada uma e construir a minhas próprias vivências como mulher negra. Agradecimentos em especial à Alene Gomes, Lilian Regina Furtado, Marília Leite e Willivane Melo (*in memoriam*). Que Marielle, Dandara, Sueli e tantas outras vivam em nós e que possamos edificar nossas histórias como futuras ancestrais da geração vindoura. Axé!

Ao meu orientador, Prof. Dr. Gilson Cruz Júnior, pela paciência no decorrer dessa caminhada, por acreditar em mim e por não ter desistido de mim mesmo com todos os desafios que eu tive que enfrentar enquanto mestranda. Agradeço também por ele ser uma das inspirações para que eu possa continuar estudando. Obrigada também à minha parceira de orientação, Mestra Samela Bonfim, por todo o apoio para que pudéssemos percorrer juntas a caminhada até o final. E que o seu filho, o pequeno Benjamim, possa crescer tendo a educação como um dos maiores tesouros que ele levará consigo no decorrer de sua vida.

Aos meus colegas da turma PPGE/2019. Foi um prazer conhecer a todas e todos e seguir com vocês nesta estrada. Me senti apoiada e acolhida em diversos momentos e – em meio ao inferno da pandemia iniciada em 2020 – vocês me fizeram acreditar que sim, é possível ir mais longe quando pensamos que não podemos mais prosseguir. Que a vida possa nos permitir muitos churrascos e cantorias. Que possamos continuar juntos na luta em defesa da Universidade pública, da ciência e da educação. Gratidão por ter companheiras de turma engajadas e dispostas a contribuir com mudanças em meio a uma sociedade que ainda nos oprime por sermos mulheres. Ingrid Coelho, Ledyane Barbosa, Juliana Jordão, Leide Daiana Marques, Gislainy Fernandes, Thaiza Oliveira, Célia Maria Guimarães, Fabiane Rabelo, Lúcia

Viana, Daniela Américo, Maria José Marinho, Girlane Aires, Rosilene Feiteiro, Jarleane Galvão e Samela Bonfim: obrigada a todas vocês. Mulheres na ciência e na educação, presentes!

À Dra. Livia Reis Bezerra, psicóloga clínica, pelo profissionalismo da escuta no caminho até aqui. Em tempos pandêmicos, o cuidado com minha saúde mental foi um dos tesouros mais preciosos que pude (re)descobrir.

Ao tempo de aprendizado como servidora na Pró-Reitoria de Gestão Estudantil (PROGES) da Universidade (Ufopa). Trabalhar e construir vivências com Ações Afirmativas fez parte do meu aprender não apenas como servidora, mas como mulher negra em processo de autoafirmação. Obrigada, em especial, às nossas alunas negras, quilombolas e indígenas. No decorrer de nossa socialização, nasceu também o meu processo de aprendizado. Foi uma vivência que floresceu na interação com (e entre) mulheres, e que extrapola as paredes institucionais de ensino.

Aos meus colegas de turma – e também de trabalho: Juliana Jordão, Rômulo Viana, Bruno Campelo, Roberto Maia e Kleison Paiva. Que através de nosso labor, como técnicas e técnicos da Ufopa e, sendo mestras e mestres em educação, possamos contribuir para a construção do presente e futuro da nossa universidade. Obrigada pela amizade que se desenvolveu entre nós. Que outras técnicas e técnicos possam experienciar o crescimento pessoal e intelectual proporcionados pelos estudos, ao qual tivemos oportunidade de acessar. Técnicas e técnicos da Ufopa, presentes! na educação.

Às minhas colegas de trabalho da Ufopa, Alessandra Aguiar e Adriana Raiol, pela compreensão e paciência quando precisei dividir o meu tempo entre o mestrado e minhas atividades como servidora. Trabalhando ou não no mesmo setor, prosseguimos na vida. Gratidão a essas duas jovens pela amizade e por construirmos juntas alguns dos melhores eventos que já pude participar. Agradeço também à Prof. Mestre Marília Leite, mulher negra e docente da Ufopa, por me incentivar em meu intento de cursar o mestrado. Obrigada também a outras servidoras e servidores, que direta ou indiretamente, me motivaram na minha decisão em ingressar na pós-graduação e na jornada que ali se seguiu.

A todas as professoras e professores que cruzaram o meu caminho desde a infância até a vida adulta, e que contribuíram com a minha formação profissional e cidadã. Em meio a tempos sombrios de negacionismo da ciência, *fake news*, cortes orçamentários nas universidades públicas e demais retrocessos na educação, que possamos edificar caminhos em prol de sua valorização social como docentes e do seu papel político na construção de uma sociedade democrática.

A todas as amigas e amigos pelo apoio, desde o início do mestrado, até os momentos finais. Agradeço pela torcida e por compartilharem comigo a alegria de conquistar mais essa etapa da minha vida. Obrigada pela compreensão acerca dos meus momentos de ausência em prol das atividades como mestranda. Desejo em dobro a vocês todas as felicitações que me fizeram.

A todas as mulheres – desde as já citadas nestes agradecimentos – bem como a todas que acessarão esta pesquisa. Desejo que nesta vida sejamos abençoadas com muito sucesso e que todas nós possamos ocupar os lugares que quisermos, lutando por uma coletividade que nos reconheça e nos respeite em nossas diferenças.

“Aqueles homens ali dizem que as mulheres precisam de ajuda para subir em carruagens, e devem ser carregadas para atravessar valas, e que merecem o melhor lugar onde quer que estejam. Ninguém jamais me ajudou a subir em carruagens, ou a saltar sobre poças de lama, e nunca me ofereceram melhor lugar algum! E não sou uma mulher? Olhem para mim? Olhem para meus braços! Eu arei e plantei, e juntei a colheita nos celeiros, e homem algum poderia estar à minha frente. E não sou uma mulher? Eu poderia trabalhar tanto e comer tanto quanto qualquer homem – desde que eu tivesse oportunidade para isso – e suportar o açoite também! E não sou uma mulher? Eu pari treze filhos e vi a maioria deles ser vendida para a escravidão, e quando eu clamei com a minha dor de mãe, ninguém a não ser Jesus me ouviu! E não sou uma mulher?” (RIBEIRO, 2018, p. 51-52).

RESUMO

O objetivo deste trabalho foi investigar os conteúdos produzidos por influenciadoras digitais negras, compreendendo de que maneira a internet atua como espaço de construção de identidades e aprendizagens sobre questões relacionadas à raça e gênero. Em termos metodológicos, caracteriza-se como uma pesquisa de natureza qualitativa e de caráter exploratório, dialogando com a netnografia como estratégia primária de coleta e construção dos dados, juntamente com a análise de conteúdo como técnica de apreciação e organização do *corpus* empírico. Os resultados foram descritos de acordo com categorias analíticas construídas em função dos conteúdos (vídeos) publicados pelos canais investigados, mais precisamente concentrou-se nas publicações que acionam direta ou indiretamente temas (1) raciais e (2) de gênero, bem como suas convergências. Ainda que os vídeos estivessem divididos em duas categorias, pôde-se perceber, na prática, que tais eixos se entrelaçam nos discursos presentes nesses conteúdos, em parte, por serem temas caros que se inscrevem nas vivências cotidianas das *youtubers*. Após análise do material selecionado, percebeu-se, através de comentários de usuários, que os conteúdos produzidos e publicados por mulheres negras contribuem com a socialização de conhecimentos e percepções vinculados a assuntos de interesse do (seu) público, constituindo-se como um espaço de participação relevante no tocante à construção do diálogo entre *youtubers* e seus seguidores, estabelecendo dinâmicas colaborativas de produção do saber.

Palavras-chave: Educação. Mulheres negras. Internet. Estudos Culturais. Feminismo Negro.

ABSTRACT

The objective of this work was to investigate the content produced by black digital influencers, understanding how the internet acts as a space for the construction of identities and learning about issues related to race and gender. In methodological terms, it is characterized as a qualitative and exploratory research, dialoguing with netnography as the primary strategy for data collection and construction, together with content analysis as a technique for appreciating and organizing the empirical corpus. The results were described according to analytical categories built according to the content (videos) published by the investigated channels, more precisely, it focused on publications that directly or indirectly trigger (1) racial and (2) gender themes. - ro as well as their convergences. Even though the videos were divided into two categories, it was possible to perceive in practice that these axes are intertwined in the discourses present in these contents, in part, because they are dear themes that are inscribed in the daily experiences of youtubers. After analyzing the selected material, it was noticed, through user comments, that the contents produced and published by black women contribute to the socialization of knowledge and perceptions linked to matters of interest to (their) public, constituting themselves as a space for relevant participation regarding the construction of dialogue between youtubers and their followers, establishing collaborative dynamics of knowledge production.

Keywords: Education. Black women. Internet. Cultural Studies. Black Feminism.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 – Mapeamento de pesquisas do Estado da Arte.....	77
Quadro 2 – Etapas da construção da pesquisa.....	86
Figura 1 – Imagem da página inicial do canal Luci Gonçalves.....	91
Figura 2 – Imagem da página inicial do canal Afros e Afins.....	95
Figura 3 – Imagem da página inicial do canal Gabi Oliveira.....	99
Figura 4 – Imagem da página inicial do canal Jacy Carvalho.....	103
Figura 5 – Imagem do vídeo “Negro ou preto?”.....	115
Figura 6 – Imagem do vídeo “Colorismo, ser negro e os 3 mitos da mulher negra”.....	120
Figura 7 – Imagem do vídeo “Jacy Responde #1 Parte 1 Racismo, feminismo negro, transição capilar”.....	127
Figura 8 – Imagem do vídeo “Negritude não é só tristeza - pessoas pretas que vc precisa conhecer”.....	133
Figura 9 – Imagem do vídeo “Ser mulher não é um presente, não me parabeneze”.....	141
Figura 10 – Imagem do vídeo “Eu não quero mais ter filhos”.....	149
Figura 11 – Imagem do vídeo “Jacy responde #3 Solidão da Mulher Negra, Crochet Braids, Apropriação Cultural”.....	153
Figura 12 – Imagem do vídeo “Mulher preta favelada enriquecendo: você tá pronto pra isso?”.....	159

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
1.1 Problema de pesquisa	18
1.2 Objetivos	18
1.2.1 Objetivo geral.....	18
1.2.2 Objetivos específicos.....	18
1.3 Estrutura da dissertação	18
2 CULTURA, ESTUDOS CULTURAIS E EDUCAÇÃO	20
2.1 Cultura: considerações preliminares	20
2.2 Aspectos introdutórios sobre cultura popular	25
2.3 Estudos Culturais	34
2.4 Estudos Culturais e educação não formal	40
3 MULHERES NEGRAS NA CULTURA DIGITAL	47
3.1 Raça e gênero na perspectiva do feminismo negro	47
3.2 Mulheres negras e redes sociais	62
3.3 O Youtube (e a educação)	68
3.4 Mulheres negras e internet: um breve estado da arte	76
4 DESENHO METODOLÓGICO	83
4.1 Youtubers selecionadas para a pesquisa	90
4.1.1 Luci Gonçalves.....	91
4.1.2 Nátaly Neri.....	95
4.1.3 Gabi Oliveira.....	99
4.1.4 Jacy Carvalho.....	102
4.2 Seleção dos vídeos submetidos à análise	106
5 NOTAS DE PESQUISA SOBRE RAÇA, GÊNERO E SUAS CONVERGÊNCIAS NO YOUTUBE	112
5.1 Análise dos vídeos selecionados	113
5.5.1 Experiências relacionadas ao racismo.....	114
5.5.1.1 “Negro ou preto?”.....	114
5.5.1.2 “Colorismo”.....	120
5.5.1.3 “Jacy Responde”.....	127
5.5.1.4 “Negritude não é só tristeza”.....	132

5.5.2 Vivências de mulheres negras em relação às mulheres brancas.....	141
5.5.2.1 “Ser mulher não é um presente”.....	141
5.5.2.2 “Eu não quero mais ter filhos”.....	147
5.5.2.3 “Solidão da Mulher Negra”.....	153
5.5.2.4 “Mulher preta favelada enriquecendo”.....	159
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	166
REFERÊNCIAS.....	171
APÊNDICES.....	179

1 INTRODUÇÃO¹

A sociabilidade humana é um domínio que se revela em aspectos variados das relações entre indivíduos e grupos, assim como dos esforços conjuntos em prol da coletividade e no seu interior. Diante disso, ao se pensar em tecnologias digitais de informação e comunicação, é comum surgirem diversos questionamentos acerca de como estas têm influenciado a natureza, a constituição e a manutenção de laços sociais na atualidade. Cada vez mais importante no cotidiano, a *internet* tem ajudado a moldar as maneiras como nos relacionamos com nós mesmos e com outras pessoas. A *internet* tem expandido consideravelmente a facilidade de acesso à informação, trazendo consigo uma ampla gama de fontes e conteúdo. Trata-se de uma tecnologia utilizada para os mais variados objetivos, sejam eles relacionados ao lazer, ao entretenimento, ao trabalho ou à educação.

Num primeiro plano, a *internet* costuma ser vista como um conjunto de ferramentas e recursos que facilitam o estabelecimento e a expansão de redes de interação. As barreiras do tempo e espaço tornaram-se transponíveis à medida que a velocidade e o alcance da *internet* perfuraram fronteiras geográficas, facilitando a comunicação entre povos e pessoas em diferentes partes do mundo. Desde a ascensão da rede mundial de computadores, percebe-se um aumento no número de *sites*, *softwares*², *apps*³ e plataformas que proporcionam aos usuários acesso a uma multiplicidade de discursos, tenham eles caráter político, econômico, social ou cultural.

Graças a isso, as possibilidades de mobilização e participação coletivas alcançam novos patamares, de modo que uma causa local pode atingir proporções globais em poucos segundos e na rapidez de um clique, constituindo um cenário em que a formação de novos grupos é cada vez mais facilitada pela generalização das novas tecnologias. Por essa razão, a

¹ Ressalta-se que o título deste trabalho reproduz a fala da *youtuber* Gabi Oliveira, uma das mulheres selecionadas para ser acompanhada ao longo desta pesquisa. A frase é oriunda do vídeo “Eu sou Gabi Oliveira”, citada na quarta seção. Em síntese, a escolha desta fala levou em consideração sua relevância, pois retrata a realidade de mulheres negras quando falam de si e de suas histórias de sobrevivência e superação frente às opressões que enfrentam em seu cotidiano. Sendo assim, o simples fato de estar viva e de ter a oportunidade de fazer com que suas narrativas possam alcançar um público mais amplo pode ser considerado um fato extraordinário para este grupo, já que reflete os processos de resistência ao silenciamento, aos quais as mulheres negras foram e continuam sendo submetidas historicamente.

² *Software* é “todo programa que é rodado em um computador, celular ou dispositivo que permita ao mesmo executar suas funções” e, para que possa funcionar, segue uma sequência de instruções que possibilitarão a esses mecanismos o seu funcionamento. Disponível em: <https://bit.ly/3vkt6P8>. Acesso em: 16 junho 2020.

³ *App* é uma derivação do termo em inglês *application software*, ou “aplicativo” em português. Trata-se de “um programa de *software* presente em dispositivos móveis, como celulares e *tablets*, ou no computador e em *smart TVs*”, que executa funções específicas nos dispositivos nos quais estejam instalados. Disponível em <https://glo.bo/37EGgub>. Acesso em: 16 junho 2020.

internet atua constantemente como um conjunto de mídias alternativas. Ao falar sobre mídia alternativa, Moraes (2007, n.p) a descreve como “uma ferramenta para a comunicação no campo popular, sem deixar de lado uma militância social [...]. Os veículos devem ser independentes do governo, do estado e das corporações”. Em relação aos tradicionais veículos de comunicação de massa, este tipo de mídia abre um caminho para novas construções do imaginário social em relação a grupos minoritários e segmentos cuja trajetória é marcada por um histórico de exclusão social.

Neste cenário, sua presença se alastra graças à convergência das tecnologias móveis. Nos espaços *on-line*, mulheres e homens podem atuar simultaneamente como criadores de conteúdo e receptores, de acordo com suas habilidades técnicas e culturais. Iniciativas tomadas individual ou coletivamente no ambiente digital podem auxiliar na disseminação de ideias e pontos de vista plurais, enfrentando menores restrições em comparação com as mídias massivas. Nesse sentido, é comum que o ciberespaço seja entendido como uma extensão da “vida real”, além de um espaço de comunicação complementar com outras mídias, demonstrando relevância como veículo de representações e conteúdos digitais. Trata-se de um ambiente constantemente modificado pelas interações de quem dele se utiliza, interferindo nas dinâmicas sociais do mundo *off-line*.

Silva, Teixeira e Freitas (2015) indicam que o termo ciberespaço faz alusão ao universo que abrange as redes digitais como o lugar onde os sujeitos se encontram e, que, por vezes, se caracteriza como um campo de conflito, a partir do qual novas fronteiras culturais se delineiam. As autoras informam ainda que o ciberespaço se interliga a formas tecnológicas variadas. Destarte, esse ambiente digital pode ser entendido como um local onde ocorre a produção de saberes que se difundem por meio de diferentes iniciativas da coletividade humana. No ciberespaço, também encontramos as chamadas comunidades virtuais, que se estruturam de acordo com os interesses de seus integrantes e da disposição em compartilhar (informações, competências, objetivos), favorecendo a geração de vínculos de pertencimento. Essas comunidades também se distinguem pelo modo como se inscrevem no tempo, já que a comunicação digital pode ocorrer de maneira síncrona, como em *chats*, ou assincronamente, a exemplo dos *e-mails* e fóruns. Além disso, também subvertem os limites geográficos, minimizando os obstáculos decorrentes da delimitação física dos indivíduos, ao dar acesso a territórios ubíquos acessíveis por meio de dispositivos dotados de acesso à *internet*.

É válido destacar que o ciberespaço também é um espaço político, uma vez que possibilita aos indivíduos engajarem-se em debates públicos, produzindo discursos e dividindo com outros indivíduos as narrativas que dão sentido à sua realidade. Desse modo, percebe-se

que os ambientes virtuais propiciam formas de expressão e participação social que se inscrevem em lutas de poder, tornando-se inclusive um meio fecundo para ações de ativismo. Em geral, os ambientes da rede são construídos pela partilha de experiências e coletividades. São contextos que oferecem oportunidades para uma convivência participativa e para o estabelecimento de reciprocidades por meio de identificações culturais e étnicas, bem como do engajamento em conflitos vinculados a disputas por poder e resistência a formas de opressão e exclusão.

Reforça-se então, que a *internet* está em conexão permanente com contextos e atrizes/atores heterogêneos, contribuindo com o surgimento e a democratização de novos espaços de fala, interação e visibilidade. Esse é o terreno do qual emergem atrizes e atores sociais, que associados a novas formas participação, têm tido alcance crescente nas redes sociais: as/os influenciadores(as) digitais. Dentre as manifestações possíveis desses agentes, destacam-se as/os “*youtubers*”: produtoras e produtores de conteúdo que trabalham exclusiva ou primariamente na plataforma digital *YouTube*.

Sobre isso, faço a seguinte observação: ao ter como tarefa pesquisar vídeos para as análises deste estudo, meu processo de autoconhecimento pôde se estender com a ajuda do contato com outras influenciadoras, que a mim eram desconhecidas até o início desta dissertação. Ao observar as seções de comentários de incontáveis vídeos, percebi com o tempo que tais respostas partiam não somente de mulheres negras, mas também de outros públicos que também acompanham os canais, tais como mulheres e homens brancos (e também homens negros). Por conseguinte, partindo de um interesse de cunho pessoal e analisando informalmente esses comentários, é que surgiu a questão-problema dessa pesquisa.

Do esboço inicial à versão final do projeto de pesquisa, o tema de investigação foi submetido a um processo permanente de reflexão sobre a relevância pessoal e social dos conteúdos no território descrito. Antes mesmo de ingressar no Mestrado em Educação, eu já buscava por conteúdos relacionados com a temática dessa pesquisa. Desse contato, surgiu a oportunidade de desenvolver meu autoconhecimento como mulher negra, contribuindo para o amadurecimento da compreensão em relação a mim e à visão de mundo individual que venho construindo, processo este que continuou no decorrer desta investigação.

Por não ter acesso a essa gama de informações anteriormente, foram imperceptíveis algumas nuances vividas por mim antes dessas descobertas. Dentre elas, por exemplo, cito o fato de ser negra de pele clara. Por um tempo, não compreendia ou ainda não percebia a intensidade com a qual o racismo se manifesta de maneiras diferentes para pessoas de pele clara e de pele retinta. Também não concebia que as conotações preconceituosas que envolviam o

meu cabelo, desde a infância e até a vida adulta, também faziam parte desse processo discriminatório.

Esses conteúdos *on-line*, de alguma forma, me impactaram no sentido de me permitir compreender em âmbito pessoal como me construí sujeito racializado e generificado, revisitando minhas vivências ligadas ao preconceito e refletindo sobre como estas se subordinam à minha condição de mulher negra. Trata-se de um processo marcado por muitas rupturas, a exemplo de meu processo de transição capilar e da gradual valorização de uma estética negra que até então ainda me era desconhecida. Esse foi um aprendizado não desenvolvido no ambiente familiar, nem no sistema formal de ensino na escola ou quando cursei a graduação, mas que foi construído a partir das seguintes circunstâncias: o desenvolvimento de atividades como servidora pública na Diretoria de Ações Afirmativas da Ufopa, o contato com pessoas integrantes do movimento negro e do município de Santarém (em especial com outras mulheres negras) e, mais intrinsecamente a esta pesquisa, o acesso aos canais do *YouTube* protagonizados por mulheres negras.

Recordo-me que, em meados de 2016, o primeiro vídeo a que assisti no *YouTube* relacionava-se com a temática do “colorismo”, que inclusive me fez refletir sobre minha condição como negra. Desde o primeiro acesso a esse conteúdo, comecei a seguir a influenciadora que o produziu (Nátaly Neri) e, conseqüentemente, outras *youtubers* vieram depois. E, desde então, conforme foi se intensificando meu interesse por descobrir as vivências de mais mulheres (e, de repente, encontrar ali histórias como a minha), outros canais foram se somando à minha *playlist*⁴. De lá para cá, muitas narrativas foram compartilhadas no *YouTube*, fornecendo relatos que me ajudaram a entender episódios, percalços e vivências pessoais. Em observações informais como seguidora desses canais, lia comentários e demais manifestações de outras mulheres tendo como ponto de partida o interesse em saber o que o público de seguidoras e seguidores pensava em relação às pautas que as *influencers* se propunham a tratar em seus vídeos. Embalada por esse interesse, aos poucos cresceu a curiosidade que me levou a descobrir se, assim como eu, outras mulheres negras manifestaram sua identificação com as histórias em tela.

Devido a esse aspecto pessoal significativo na escolha do tema em discussão, tomei nesse ponto uma reflexão que considerei pertinente para que me acompanhasse no decorrer da

⁴ *Playlist* é uma coletânea na qual o usuário do *YouTube* pode salvar os vídeos que deseja rever. Pode-se até criar *playlists* divididas por tema, conforme seu interesse. Para acessar a este recurso disponibilizado na plataforma, segue-se o seguinte percurso: 1) acessar o *Youtube*, 2) Clicar em “Biblioteca”, 3) *Playlists*; e selecionar a opção “Nova *Playlist*” para nomeá-la e criá-la, conforme a necessidade do usuário.

trajetória de elaboração desse trabalho. Selwyn (2016) a partir de Sennett (2012), leva em consideração a tendência de acadêmicos demonstrarem um tipo de paixão que os atrai ao campo de investigação das tecnologias educacionais. Trata-se de um sentimento arrebatador que originam “vícios acadêmicos” que são alimentados ao definirmos nossas experiências pessoais com as tecnologias como algo dotado de valoração simbólica universal. Com base nessa argumentação de Sennett, Selwyn afirma que os debates acadêmicos que envolvem temáticas ligadas ao binômio tecnologias-educação tendem a se sustentar em relatos particulares acerca do que a tecnologia digital fez pela pesquisadora/pesquisador que a estuda, para seus pares, discentes etc.

No entanto, o autor faz uma ressalva com relação a essa personalidade. Acredito que esse é um ponto no qual pude refletir sobre a minha própria personalidade em relação ao tema que escolhi para dissertar, pois, academicamente – ainda no período da graduação –, o meu aprendizado foi construído considerando que o envolvimento pessoal da pesquisadora com a sua pesquisa deve ponderar sobre as nuances e limites de onde começa um e termina o outro. Assim, escolhi o tema que, num primeiro momento, teve como ponto de partida uma experiência pessoal, mas que poderia não ser a mesma de outras usuárias e usuários do *YouTube*.

Assim, entendo que Selwyn (2016, p. 5) deixa um convite (e desafio) para que eu – e tantas outras na condição de pesquisadoras – possamos olhar além de nossas “próprias e privilegiadas experiências pessoais de tecnologia e, em vez disso, pensar num ‘horizonte mais alargado’”, que façamos do “estranho o familiar”, construindo a compreensão de que o acesso às tecnologias afeta a experiência individual, constituindo percepções e desdobramentos que podem não ser os mesmos para todas, isto é, generalizáveis. Ciente disso, é necessário reforçar a importância de um olhar mais atento para compreender como culturas locais, dentro e fora da rede, manifestam suas particularidades. Tal abordagem pode incentivar pesquisadoras e pesquisadores a aprimorarem sua compreensão sobre as sutilezas existentes nas diferentes modalidades de Educação e as tecnologias que a elas podem ser associadas.

Ainda que raramente envolva aprendizagens ligada à Educação formal, constituir-se como mulher negra e desenvolver a consciência sobre seu próprio valor e potencial é um processo, por vezes, “pedagógico”. Trata-se de um percurso formativo sustentado na construção de nossas subjetividades e identidades e que é alimentado por formas de aprendizagem decorrentes do contato com os pares – sobretudo com outras mulheres negras. Dos passos desta jornada se delineou o interesse por esse tema de pesquisa.

No geral, “influenciadores(as)” recebem essa denominação porque detêm o poder de estimular e, por vezes, persuadir sua base de seguidoras e seguidores a interagir e até mesmo abraçar ideias, produtos, causas ou até mesmo outros influenciadores. Já o *youtuber*, expressão que frequentemente é utilizada como sinônimo para a ideia de influenciador(a), distingue-se por designar as criadoras e criadores de conteúdo que tem a plataforma *Youtube* como seu veículo primário e principal fonte seguidores(as). De acordo com Karhawi (2016), o *youtuber*, quando empregado como noção equivalente a “influenciador digital”, é um termo que faz referência a usuários que, por intermédio de conteúdos de sua autoria, mobilizam seu capital social em plataformas de sociabilidade (*Facebook, Instagram, Twitter* e o próprio *Youtube*) para atingir objetivos variados. Na atualidade, os influenciadores são considerados agentes dotados de visibilidade e ferramentas privilegiadas para trazer à tona pautas plurais para o debate público, instigando suas seguidoras/seguidores para as conexões entre ideias, valores, estilos de vida e escolhas relacionadas a bens culturais e materiais.

Entre as atrizes e os atores sociais que adquirem visibilidade por meio da *internet*, encontram-se aquelas que são objeto de interesse desta pesquisa: as mulheres negras. Historicamente afetadas pelas relações de dominação existentes nos âmbitos da raça e do gênero, as mulheres negras há muito sofrem com formas de violência e invisibilização. Sob esse aspecto, destaca-se o papel cumprido por mulheres negras que criam e conduzem seus próprios veículos de comunicação em plataformas de grande popularidade, como o *YouTube*, compartilhando conteúdos capazes de estimular aprendizagens diversas, sobretudo aquelas que dizem respeito à especificidade de sua condição de mulheres negras. Trata-se de uma ação com potencial impacto no processo de construção de identidades e subjetividades, tanto de seguidoras e seguidores, quanto das próprias *youtubers*.

Considerando os apontamentos feitos em relação às novas tecnologias, à *internet* e a *influencers*, esta pesquisa se propõe a investigar a atuação de influenciadoras digitais negras nas redes, compreendendo o seu “papel educativo” no tocante a questões de raça e gênero. Nesse cenário, o empoderamento das mulheres negras é um movimento que tem adquirido crescente relevância dentro e fora do ciberespaço. Por esse motivo, faz-se necessário entender a interação das *influencers* negras com as redes e com seu público, observando seus limites e possibilidades do ponto de vista formativo.

1.1 Problema de pesquisa

- Quais aprendizagens sobre raça e gênero são oportunizadas pelos conteúdos veiculados por canais de influenciadoras negras do *YouTube*?

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo geral

- Investigar os conteúdos produzidos por influenciadoras digitais negras, compreendendo de que maneira os vídeos produzidos por elas atuam como espaço de aprendizagem sobre questões relacionadas à raça e gênero.

1.2.2 Objetivos específicos

- Mapear as temáticas relacionadas à raça e gênero nos canais do *YouTube* de produtoras de conteúdo negras;
- Analisar os modos como influenciadoras digitais negras tecem representações de si nas redes sociais;
- Compreender as aprendizagens decorrentes da interação entre influenciadoras e seus seguidores no que diz respeito ao ser mulher e negra.

1.3 Estrutura da dissertação⁵

A primeira seção deste trabalho se iniciou com uma introdução, na qual foi apresentada um panorama geral da *internet* como impulsionadora da expansão das redes sociais como mídia alternativa e o crescimento da popularidade de plataformas *on-line*. Também foram estabelecidos os objetivos (geral e específicos) e o problema que orientam a investigação.

A segunda seção discorre sobre a relação entre Estudos Culturais e educação. Para isso, inicia com considerações gerais sobre o conceito de cultura, seguidas de observações sobre a noção de cultura popular, da apresentação dos Estudos Culturais como campo de estudo e investigação, e, por fim, do estabelecimento de suas conexões e apropriações no campo da educação.

⁵ O processo de escrita desta pesquisa levou em consideração a normativa proposta em documento institucional da Universidade, o “Guia para a elaboração e apresentação da produção científica da Ufopa”, disponível em <https://bit.ly/3v9vLva>. Acesso em 20 nov. 2019.

A terceira seção aborda as categorias de raça e gênero, refletindo sobre como atos narrativos (como contar a própria história) constituem um desafio diário e ao mesmo tempo uma possibilidade de afirmação frente à exclusão social. Trata-se de um esforço para entender a importância das oportunidades de participação e expressão à disposição de mulheres negras no âmbito das redes sociais e o seu crescente protagonismo nos canais do *YouTube*.

A quarta seção discorre sobre os métodos e procedimentos de pesquisa adotados nos processos de coleta, construção e análise dos dados. Também é descrito o mapeamento envolvendo os canais de influenciadoras potencialmente selecionáveis para integrar o *corpus* da pesquisa, além dos critérios de inclusão e exclusão mobilizados nesse processo de escolha.

A quinta seção apresenta e sintetiza os resultados da investigação empírica, organizando-os em categorias de análise criadas de acordo com grupos temáticos abordados pelas *youtubers* selecionadas, além de se caracterizarem como os principais marcadores sociais em evidência na pesquisa: raça e gênero.

2 CULTURA, ESTUDOS CULTURAIS E EDUCAÇÃO

No tocante ao debate acadêmico sobre a cultura, é comum que muitas pesquisadoras e pesquisadores enfrentem o desafio de entendê-la para então conceituá-la, uma vez que se trata de assunto bastante complexo e que por isso pode apresentar inúmeras distinções teóricas. Para que a cultura possa se constituir como objeto e contexto de estudo, essa pesquisa optou por uma aproximação com os Estudos Culturais (EC's), abordagem que tem em sua base uma inclinação crítica contundente frente às relações de poder e hegemonia expressas por via da produção simbólica, constituindo-se como campo de estudo multidisciplinar.

Além disso, a perspectiva dos EC's estabelece que o esforço de estudar cultura também pressupõe modos de intervenção no meio social. Nesse sentido, a cultura pode ser vista como um campo no qual emergem disputas de interesse entre grupos distintos, constituindo realidades das quais emanam modos de resistência e submissão frente a poderes constituídos. Mediante a esse tipo atrito, os EC's se propõem a compreender as referidas dinâmicas, enquadrando-as fora de enfoques dicotômicos e formalistas. Para isso, reconhece a legitimidade cultural de práticas sociais constantemente consideradas marginais e “vazias de conteúdo”, confrontando tradições e concepções elitistas, as quais historicamente têm reforçado a hierarquia entre alta cultura e a baixa cultura, bem como a separação entre a cultura erudita, a cultura de massa e a cultura popular.

2.1 Cultura: considerações preliminares

Tendo em vista estabelecer compreensão fundamentada acerca da natureza e propósito dos Estudos Culturais, é conveniente entender o desenvolvimento do conceito de cultura, abrangendo os principais significados e definições relacionados a ele. Primeiramente, aponta-se aqui o percurso teórico traçado por Williams (2003), que destaca o caráter desafiador da busca por conceitos de cultura. Primeiramente, o autor esclarece que *culture* é uma palavra de natureza difícil e de desenvolvimento histórico complexo dentro da língua inglesa, palavra esta que fora difundida em uma ampla gama de línguas da Europa, passando assim a ser utilizada para explicar conceitos subordinados a disciplinas acadêmicas. Nesse sentido, existem palavras antecessoras que ajudaram a estruturar a ideia de cultura como hoje a conhecemos, tais como *colere*, cujos significados abrangem “habitar”, “cultivar” e “honrar com veneração”.

Na língua francesa, mais precisamente nas formas relacionadas ao latim, observa-se a palavra *couture*, que passou a ser grafada como *culture* e a ser usada na língua inglesa em

meados do século XV. Inicialmente vinculada à noção de cultivo, a cultura esteve relacionada à lavoura, ou seja, ao ato de cuidado com o crescimento de maneira natural. Percebe-se então, que os primeiros significados atrelados à cultura dizem respeito, em essência, à postura que envolve cuidar de algo, como as colheitas que alimentavam a população ou os animais.

No entanto, com a chegada do século XVI, o significado dominante da palavra cultura como cuidado foi modificado e passou a incluir, além do crescimento natural já citado, o desenvolvimento do ser humano no sentido mental. Assim, a cultura tem sua trajetória historicamente iniciada. Todavia, devido aos complexos processos que envolveram essa trajetória, Williams (2003) aponta a impossibilidade de definir uma data precisa para o surgimento de cultura. Porém, também esclarece que, na condição de substantivo independente, a ideia de cultura passa a ser relevante apenas ao final do século XVIII. Nesse mapeamento histórico, o autor identifica a acepção de cultura proposta por Milton (1660), que significa difundir conhecimento, civilidade e religião para diversos lugares. Essa disseminação é o mesmo que levar cultura a locais – até os mais longínquos, onde moram aqueles que se mantêm no “aturdimento e na ignorância”.

Williams (2003) esclarece que essa perspectiva “civilizatória” tem uma forte motivação colonial, uma vez que se baseia na pretensa superioridade cultural da Europa. Sob essa ótica, a cultura é uma ao invés de plural, isto é, negligencia a existência de culturas distribuídas entre diferentes povos e períodos da história. Em diálogo com esse debate, foram categorizados três pontos importantes que ajudam a entender os primeiros significados da noção de cultura:

[...] (i) o substantivo independente e abstrato que descreve um processo de desenvolvimento intelectual, espiritual e estético a partir do S18; (ii) o substantivo independente, quer seja usado de modo geral o específico, indicando um modo particular de vida quer seja de um povo, um período, um grupo ou da humanidade em geral [...] (iii) o substantivo independente e abstrato que descreve as obras e as práticas da atividade intelectual, e particularmente, artística. Com frequência, esse parece ser hoje o sentido mais difundido: **cultura** é música, literatura, pintura, escultura, teatro cinema. [...] o uso (iii) é, na verdade, relativamente tardio. É difícil datá-lo com precisão porque é, na origem, uma forma aplicada do sentido (i): aplicou-se e transferiu-se a idéia de um processo geral de desenvolvimento intelectual, espiritual e estético às obras e às práticas que o representam e sustentam [...]. (WILLIAMS, [200-], p. 121)⁶.

⁶ Disponível em: <https://bit.ly/2O1zKbc>. Acesso em 22 fev. 2021.

Em meio a essa gama de significados, podemos encontrar os que dizem respeito não apenas ao desenvolvimento humano nos âmbitos moral e intelectual, mas também como os modos de vida de uma coletividade. Estudiosos contemporâneos têm se esforçado para construir visões ampliadas sobre a cultura e as nuances entre suas definições. Um deles é o antropólogo argentino Néstor Garcia Canclini (2009), para quem o ato de estudar a cultura significa experimentar um caminho altamente impreciso. Para desvelar essas indeterminações, delineia um breve percurso descritivo em relação aos sentidos que essa noção costuma apresentar.

Inicialmente, contextualiza que, no ano de 1952, os antropólogos Alfred Kroeber e Clyde Key Maben Klukhohn já haviam compilado cerca de trezentas maneiras de definir o que é cultura. Destas, aproximadamente, cinquenta e sete usos distintos da palavra foram obtidos de veículos de mídia impressa de três nacionalidades e foram, posteriormente, organizados pelo jornalista britânico Melvin Jonah Lasky. Com base nessa observação, Canclini aponta que o termo “cultura” é frequentemente usado para designar as especificidades de contextos particulares, como as “culturas empresariais”, a “cultura da incompetência”, entre outras. Assim, encara como inviável a tarefa de listar todos os significados possíveis do conceito de acordo com essa lógica, destacando que o importante neste processo não é se deter apenas na quantificação de conceitos, mas entender como e por quais caminhos foram estes construídos.

Em outras palavras, o resultado desta busca pode surgir na forma de um paradigma que possa responder satisfatoriamente e de forma abstrata o que é a cultura. Sendo a cultura um domínio marcado pelo diverso, sua pluralidade ajuda a tornar hercúlea a tarefa de encontrar um modelo explicativo universal. Como alternativa, uma das respostas possíveis a esse obstáculo envolve observar as principais narrativas construídas a respeito da cultura na atualidade.

Canclini (2009) prossegue em seu trabalho teórico, esclarecendo que uma das primeiras definições de cultura se relaciona ao plano da instrução. Ou seja, trata-se da cultura como sinônimo de acúmulo de conhecimentos, apresentando uma natureza intelectualizada e se expressando na forma de “refinamento” estético e comportamental. A filosofia alemã dos séculos XIX e XX se esforçou para desenvolver a distinção entre “cultura” e “civilização”. Um dos principais filósofos responsáveis por esse projeto, Heinrich Rickert, utilizava um exemplo didático para explicar essa diferença: “um pedaço de mármore extraído de uma pedra é um objeto de civilização, resultado de um conjunto de técnicas que permitem extrair este material da natureza e convertê-lo num produto civilizatório” (CANCLINI, 2009, p. 37). No entanto, o pedaço de mármore se tornaria cultura a partir do momento em que seu escultor o transformasse em obra de arte.

Essa distinção, todavia, é alvo de críticas no tocante à sua tentativa de estabelecer uma separação cartesiana entre os campos do mental/corporal e material/espiritual. Trata-se de uma perspectiva que induz à exclusão e inferiorização dos grupos sociais que se dedicam a atividades de um desses campos em detrimento do outro, contribuindo para a naturalização e reafirmação de gostos e hábitos hegemônicos. Com isso, estes também seriam considerados os mais relevantes e, portanto, mais propensos a serem difundidos como referência para o restante da sociedade – exatamente como a principal referência para as culturas ocidentais tende a se pautar em referências europeias e norte-americanas. Entendida como equivalente à erudição, é preciso compreender que a cultura não se concentra apenas neste ou naquele grupo social em específico, já que a diversidade existente em todos os povos do planeta possui diversos pontos incomensuráveis.

No que diz respeito aos usos cotidianos da noção de cultura, observa-se uma segunda narrativa que a separa dos referentes apresentados até então. O desafio de construir uma teorização consensual sobre o que é a cultura demanda alguns requisitos norteadores importantes, como “uma definição unívoca, que situe o termo cultura num sistema teórico [...]” e também “[...] um protocolo de observação rigoroso, que remeta ao conjunto de fatos, de processos sociais [...]” (CANCLINI, 2009, p. 38). Essa tarefa se demonstra desafiadora na medida em que consideramos a complexidade e as nuances que a cultura possui, pois não é inteiramente transparente a maneira como esta engloba os variados níveis nos quais uma sociedade se organiza. É consenso que ela faz parte do cerne de vivências cotidianas, o que nos leva a refletir sobre a cultura como uma criação humana de natureza coletiva e que, portanto, todos os segmentos da sociedade “têm” cultura, independentemente de seu grau de instrução. Tem-se, assim, o relativismo cultural: abordagem que afirma que “cada cultura tem o direito de dotar-se das suas próprias formas de organização e estilos de vida [...]” (CANCLINI, 2009, p. 39). Com isso, atua como um discurso contra a hierarquização promovida por visões evolucionistas entre culturas distintas.

Outro aspecto que requer atenção no que se refere à compreensão da cultura e à sua oposição em relação à sociedade diz respeito às diferentes maneiras de detalhá-las como “distintas”. Essa concepção é melhor delineada nos escritos de Pierre Bourdieu, em meados do século XX. Em sua obra, conforme descrita por Canclini (2009), a sociedade pode ser explicada como um conjunto de estruturas que, de maneira objetiva, organiza os sujeitos que a integram em função dos meios de produção, promovendo entre eles uma distribuição de poder. Todavia, ficam lacunas que deixam margem a questionamentos quando se pondera sobre os atos que emergem entre as estruturas sociais. Bourdieu também discorreu sobre a diferença entre cultura

e sociedade apontando que a segunda se estrutura tanto mediante relações de força quanto relações de sentido. As primeiras se referem aos valores de uso e troca, enquanto as últimas dizem respeito a como a vida social se organiza a partir de componentes simbólicos compartilhados. Assim, mediante esses elementos, Canclini (2009) conclui que a cultura é o conjunto de processos sociais que englobam produção, circulação e consumo dos significados atribuídos à vida social.

Após considerar essa definição, Canclini (2009) elenca quatro linhas de pensamento que buscam definir o que é a cultura. A primeira afirma que a cultura é o domínio, por meio do qual os indivíduos e grupos têm a possibilidade de construir suas identidades. Atualmente, o lugar onde moramos (desde o bairro até o país) é uma das principais referências pelas quais desenvolvemos formas de pertencimento, produzimos e reproduzimos a cultura que se manifesta a partir dos significados que nos parecem mais familiares. Todavia, ao se pensar na cultura como alçada simbólica, por meio da qual grupos concebem suas identidades, é preciso considerar os limites contidos nesta afirmação, entre os quais se encontram aqueles que envolvem os processos de globalização da comunicação. Trata-se um fator que nos alimenta a sensação de compressão do tempo e do espaço, aproximando territórios fisicamente distantes. Do ponto de vista cultural, isso pode ser sentido nas músicas que ouvimos ou filmes a que assistimos, que costumam nos apresentar realidades, costumes e valores de terras distantes daquelas onde vivemos.

Prosseguindo, Canclini (2009) aponta a segunda linha como aquela em que a cultura agrega simbolicamente à produção e à reprodução social. Ou seja, caracteriza-se como algo que faz parte das interações sociais cotidianas, as quais se desenvolvem de acordo com os significados partilhados em âmbitos variados pelos quais os indivíduos circulam e se estabelecem. Tais contatos acontecem em circunstâncias variadas, tais como no mundo do trabalho, da família, do consumo, da formação educacional etc. Nesse sentido, salienta-se que cultura e sociedade não são esferas incomunicáveis ainda que nem toda ação social seja necessariamente cultural. Não obstante, é importante perceber que ambas se encontram interligadas, pois a cultura integra boa parte do convívio humano.

A terceira linha afirma que a cultura é uma esfera na qual hegemonia e consenso tomam forma. É o terreno em que se configuram os sentidos a partir dos quais as lutas de poder se desenvolvem, bem como o(s) contrapoder(es). As maneiras pelas quais a cultura proporciona meios de organização social é um componente decisivo na definição das formas como os sujeitos se autorrepresentam e, conseqüentemente, tecem suas percepções sobre os outros, seja nomeando-os, reconhecendo-os e valorizando-os, seja invisibilizando-os, descaracterizando-os

e desqualificando-os. O exercício do poder pode ser observado quando, por exemplo, tendemos a valorizar tudo no universo simbólico relacionado com a cultura ocidental, concebendo-a como sinônimo de uma cultura superior, a “alta cultura” ou, somente, a cultura das elites. Com isso, todo o conjunto de manifestações e práticas que não se encaixa neste parâmetro tende a adquirir um valor inferior, sendo, por vezes, objeto de rejeição e exclusão.

A quarta linha aponta a cultura como “dramatização eufemizada dos conflitos sociais”. Para ilustrar essa acepção, Canclini (2009) usa como exemplo a música e a dança, explicando que ambas têm um significado para além daquilo que explicitamente mostram a partir de versos e gestos. Como manifestações culturais, elas representam relações de poder e conflitos sociais existentes entre indivíduos e grupos. Ou seja, elementos como canções, performances coreográficas, peças de teatro e filmes trazem à tona uma perspectiva indireta e eufemizada dos sentidos que a realidade deve assumir e representar, seja sob uma ótica dominante, seja sob uma ótica marginalizada.

Ao findar a explanação sobre essas quatro instâncias, o autor conclui que elas estão interconectadas e que, em conjunto, nos fornecem uma visão que abrange aspectos consideráveis do que se pensa sobre o que é a cultura. De todo o modo, a este trabalho interessa especialmente a quarta linha descrita por Canclini, uma vez que ela se encontra em conexão direta com um conceito central no âmbito dos EC’s: a “cultura popular”.

2.2 Aspectos introdutórios sobre cultura popular

No tocante à cultura popular, é interessante pensar como se imbricam e se desenvolvem as relações ligadas às questões de lutas entre quem detém o poder e de quem o subverte e a ele tenta resistir. Storey (2015) relata que, historicamente, a cultura popular do “povo” é um motivo de permanente inquietação para os membros da “elite”. Trata-se da necessidade de monitorar e administrar o universo simbólico daqueles que estão em posições periféricas, já que ele pode ser o espaço no qual emerge a efervescência política responsável por novas formas de contrapoder.

A partir do século XIX, os estudos sobre a cultura “popular” vivenciaram mudanças significativas. Estas estavam associadas a, pelo menos, dois processos distintos que se intensificaram no referido período em função de tendências históricas, econômicas e sociais mais amplas, a saber: a industrialização e a urbanização. Para ilustrar esse cenário, o autor utiliza como exemplo a cidade de Manchester (Inglaterra), do século XIX, e cita três pontos que contribuíram para que mudanças destacadas resultassem em novas formas de organização

social: 1) a delimitação da cidade em zonas reservadas a cada classe social; 2) a separação de classes por meio da constituição de bairros residenciais e; 3) mudança nas relações de trabalho como consequência das modificações mais amplas no plano da cultura. Todas essas transformações possibilitaram à classe operária da cidade adquirir uma esfera cultural parcialmente autônoma em relação aos desígnios das classes dominantes, o que, de forma inédita, possibilitou o fomento de novas manifestações nascidas no calor da agitação política.

Estes acontecimentos modificaram o que se sabia sobre a cultura e propiciaram emergência e sistematização dos estudos sobre a cultura popular. Um dos pioneiros nesse campo é Matthew Arnold, poeta, crítico literário britânico, autor do livro “Cultura e anarquia”, além de precursor da corrente de pensamento “Cultura e Civilização” e pai da abordagem “arnoldiana” da cultura. Storey (2015) afirma que, para Arnold, a cultura apresenta dois significados: 1) um campo de conhecimento dedicado a tudo aquilo que se pensou e se produziu de mais elaborado na (e pela) humanidade; e 2) a premissa de que a cultura tem a missão de fazer com que a vontade de Deus e a razão prevaleçam na vida em sociedade, alinhando moral e cultura, buscando a conquista de benefícios sociais. Dito de outra forma, a cultura dedica-se a conhecer “o que há de melhor” e fazer com que esse patrimônio ajude a constituir uma sociedade harmônica.

De modo sintético, Storey (2015) descreve quatro significados associados à cultura na visão arnoldiana, a saber: 1) é a capacidade que temos de conhecer o que há de melhor; 2) o melhor do que a humanidade já produziu em si; 3) a aplicação espiritual e mental nos indivíduos do que há de melhor; e 4) a busca pelo melhor que existe. Em termos de função, a cultura – sob essa ótica – cumpre duas funções distintas. A primeira é separar (proteger) a classe média e aristocracia do que Arnold chama de “espírito de populacho”. Já a segunda é desenvolver na classe operária um senso de autoridade, anulando assim o furor anarquista nela latente.

Numa leitura transversal, Storey (2015) aponta que o discurso arnoldiano apresenta uma nítida natureza classista, elitista e conservadora, ao deixar explícito seu entendimento de que as “massas rudes e incultas” devem ser policiadas e governadas por meio da cultura. Com isso, demonstra claramente seu interesse na manutenção do *status quo*, neutralizando quaisquer ameaças de subversão e anarquia, as quais, para Arnold, são princípios intrínsecos à cultura popular.

Dando continuidade, Storey (2015) explica que para entender o que é cultura popular é necessário conhecer o desenvolvimento histórico das ideias associadas ao fenômeno e o que o fez assumir os contornos que atualmente o definem como tal. Esta missão, no entanto, pode ser desafiadora se considerarmos a pluralidade dos conceitos nesse território. Diante disso,

o autor afirma que os significados atuais da cultura popular estão intimamente vinculados a outras categorias tão ou mais complexas, tais como: cultura de massas, cultura folclórica, cultura dominante, entre outras.

Neste ponto, a principal contribuição de Storey (2015) consiste em destacar a conexão entre a cultura e ideologia. Antes de explicitar essa relação, o autor lança mão das considerações feitas por Raymond Williams (1983) sobre as três designações para cultura, a saber:

- 1) A cultura como um processo de desenvolvimento intelectual, espiritual e estético do ser humano, cuja responsabilidade de estimular cabe a figuras como grandes filósofos, artistas e poetas;
- 2) A cultura como “estilo de vida” que abrange modos de agir e pensar partilhados, além de práticas e rituais variados como frequentar praias, literatura, esportes e festivais religiosos.
- 3) A cultura como conjunto de práticas e textos que podem produzir e circular significados, abarcando domínios variados, como a poesia, o balé, a ópera e as artes plásticas. E quanto aos textos, faz-se menção às novelas, à música *pop* e aos quadrinhos.

Após estabelecer as linhas acima, Storey (2015) indica que o debate sobre cultura popular na atualidade tende a se concentrar nas duas últimas acepções. Ou seja, que se concentra na observação e análise de práticas sociais e modos de vida, bem como os significados que os sustentam e os colocam em circulação. O autor explica que, apesar de ainda presente no senso comum, a primeira acepção praticamente tem caído em desuso no âmbito acadêmico. Em parte, isso acontece por conta da sua inclinação em conceber a cultura popular como o universo de produções simbólicas de segunda classe direcionado às massas, o que pode reafirmar impulsos arnoldianos, isto é, a já mencionada separação elitista de classes como representantes da “baixa cultura” e “alta cultura”.

Além da cultura, outro termo essencial para análise da cultura popular é, como já foi mencionado, a ideologia. A esta, Storey (2015) associa cinco significados distintos, quais sejam:

- 1) Sistemas de ideias e práticas organizadas por grupos determinados e que podem estar associados a diferentes âmbitos (ideologia profissional, ideologia política, ideologia humanista);

- 2) Distorção e falseamento da realidade que serve para perpetuar os interesses das classes dominantes e impedir que as classes dominadas reconheçam as contradições da realidade;
- 3) “Formas ideológicas” que estão inscritas em conflitos e disputas de poder, por sua vez representados por meio de diferentes práticas e textos culturais, como a música, o cinema e a literatura.
- 4) Significados implícitos em textos e práticas cotidianas que, por vezes, visam a naturalizar construções sócio-históricas e, como tais, arbitrárias;
- 5) O conjunto de práticas, por meio das quais sujeitos individuais e coletivos se inscrevem em estruturas de poder e hierarquias sociais, ora reproduzindo-as, ora a elas resistindo.

Storey (2015) afirma que cultura e ideologia são conceitos com muitas articulações, ainda que o último apresente um acentuado teor político quando comparado ao primeiro. Logo, o estudo da cultura popular não pode ser resumido a questões ligadas ao puro entretenimento e lazer, uma vez que estes tendem a estar subordinados – mas não determinados – a relações de poder e dominação que constituem a sociedade como um todo. Trata-se de uma temática complexa e que por isso não pode buscar certezas definitivas, correndo o risco de simplificar um território vasto e heterogêneo.

Na sequência, Storey (2015) aciona outro conceito fundamental à discussão: o “popular”. De antemão, destaca a complexidade e as múltiplas facetas dessa ideia, mais precisamente seis definições, esclarecendo que cada uma delas produz diferentes implicações teóricas e analíticas para a compreensão do fenômeno. Num primeiro viés, a cultura popular se resumiria ao conjunto de produções simbólicas que possuem apelo diante de um grande público, ou seja, é definida em termos de alcance e de base de consumidores. Isso pode ser mensurado usando inúmeros exemplos de quantificações ligadas a pesquisas de mercado, como vendas de álbuns e *singles*, os exemplares vendidos de livros, a bilheteria nos cinemas etc. Logo, o “popular” sob esta ótica corresponde a uma noção que se expressa por índices quantitativos que sejam capazes de sinalizar o (elevado) grau de aprovação/interesse do público em relação a diferentes formas culturais.

É importante salientar que essa perspectiva acerca do popular demonstra relativa compatibilidade com a cultura digital. Levando em conta a problemática que orienta esta pesquisa, observa-se que diversas métricas essenciais à arquitetura e às interações no ciberespaço estão direta e indiretamente associadas a uma concepção qualitativa de “popularidade”. Um dos exemplos envolve os cada vez mais relevantes números de seguidores, curtidas, comentários,

compartilhamentos que envolvem todos os perfis e postagens em diferentes plataformas de sociabilidade. Trata-se de indicadores essenciais à definição do potencial de engajamento de influenciadores e demais produtores de conteúdo. Todavia, admite-se que é arriscado atestar (ou descartar) a popularidade de uma forma cultural apenas com base parâmetros unicamente quantitativos.

A segunda definição de cultura popular corresponde a um contraponto à, já mencionada, “alta cultura”. Neste sentido, o popular designa um campo no qual abriga-se todo o conjunto de formas culturais que não alcançam os padrões de qualidade e excelência estabelecidos pelas classes dominantes, até então responsáveis por compor e proteger o acervo composto por tudo aquilo que de “melhor a humanidade já pensou e produziu”, por meio de julgamentos de valor sobre as práticas e textos culturais. Para algumas pessoas, ópera e balé podem ser considerados como clássicos e sinônimos de uma “cultura elaborada”, enquanto o funk e outros estilos musicais periféricos são considerados desprovidos de mérito artístico e estético.

Outro aspecto envolvido nessa definição é que, para ser cultura, ela deve ser tida como “difícil” e, neste caso, “difícil” é sinônimo de inacessível à maioria. Isso alimenta um caráter de exclusividade e até de elitismo. Quando se fala em condições de acesso, está-se discutindo não apenas sobre o entendimento e significado do que é cantado em uma ária⁷, mas quem de fato poderá desembolsar monetariamente o preço cobrado para assistir a uma ópera. Assim, ser “difícil” significa ser excludente e reforça a legitimação de relações de poder.

Ao fazer essa demarcação baseada em distinções de classe, reforça-se o argumento de que a cultura popular é pensada e voltada para as massas, como se produzida em escala para “o povão”, enquanto a alta cultura é uma criação de uma ou várias mentes excepcionais. Nesta relação, que categoriza e estabelece hierarquias, há quem invista para que essa divisão continue a existir, pois o consumo do que é classificado como cultura elevada funciona como um marcador de classe (seja a qual de fato se pertence, seja por ter a intenção de a ela ser associado).

Se por um lado a cultura popular frequentemente é associada a manifestações com conotações positivas, por conta da alta aceitação entre parcela significativa da sociedade (e por isso mesmo, é “popular”), por outro, carrega consigo a pecha de um domínio de segunda linha, grosseiro e de qualidade inferior; uma categoria residual em relação à alta cultura. Assim, seu

⁷ Ária é uma composição musical elaborada para que seja cantada por uma cantora/cantor solo. O termo designa também os trechos englobados dentro uma peça maior, a ópera. Além das apresentações individuais, também há trechos que podem ser executados por mais de uma pessoa (coro, duos, trio, quartetos etc.).

lugar construído socialmente costuma estar voltado àqueles que não tem a capacidade de apreciar a “cultura verdadeira”.

Reforçando essa observação, Storey (2015), em diálogo com Hall (2009), afirma que é importante analisar e entender não apenas os movimentos de ascensão e desvalorização de determinadas formas de cultura em termos de status ou visibilidade. Também é fundamental compreendermos a maneira como operam as forças e as relações de poder que trabalham para manter a hierarquização entre diferentes manifestações culturais e a sua distribuição e significação entre as classes sociais. Cabe também dedicar atenção ao modo como instituições variadas, a exemplo dos sistemas educacionais, interferem nessas dinâmicas por meio de mecanismos de seleção e valorização e de que maneiras podem tecer e fortalecer reflexões, críticas e soluções para minorar os impactos que essa distinção cultural ocasiona na sociedade.

Um terceiro modo pelo qual podemos definir cultura popular é como termo equivalente à “cultura de massa”, que, num primeiro momento, remete à ideia de produção em larga escala de produtos a serem consumidos por público amplo, indiferenciado, pouco exigente e passivo. Alguns estudiosos que se propõem a pesquisar e compreender mais profundamente os aspectos que envolvem o popular dizem que esta cultura não apenas é intrinsecamente empobrecida, mas também é “importada” de grandes indústrias culturais estadunidenses, processo este conhecido como “americanização”. Esse processo oportunizou a expansão da influência norte-americana por várias regiões do mundo, bem como a promoção de seus estilos de vida representados em músicas, cinema, moda etc.

Uma quarta definição para cultura popular é a que a caracteriza como produto que se origina diretamente do “povo”. Isso se contrapõe a outras perspectivas cujas concepções afirmam que esse universo simbólico constitui tão somente um imperativo das elites. Nesta linha de pensamento, a cultura popular corresponde ao conjunto de manifestações que emergem de forma genuína das classes populares, ou seja, produzida por elas e para elas. No entanto, essa visão é passível de questionamento, tanto por reproduzir uma percepção romantizada da relação entre a cultura popular e o “povo”, quanto pela própria dificuldade de identificar quem de fato faz parte desse grupo.

A quinta acepção sobre cultura popular dedica atenção à esfera política, atrelando-a à noção de “hegemonia”. Storey (2015), em diálogo com o filósofo italiano Antônio Gramsci (2009), associa a ideia ao conjunto de mecanismos de dominação mobilizados por grupos sociais dominantes, que, ao deter ou almejar a supremacia – seja ela moral, intelectual ou cultural –, buscam validar seus interesses, valores e visões junto às classes subalternas. Ao considerar a hegemonia como um domínio imbricado na cultura popular, é possível percebê-la como arena

que abriga conflitos de diferentes naturezas, tais como aqueles envolvendo questões étnico-raciais, sexualidades, gênero e deficiências.

Vale ressaltar que estes elementos, ao serem enquadrados na categoria “povo”, mostram que, na verdade, esse segmento não é homogêneo e uniforme, revelando-se diverso e flexível, de modo a abranger diferentes sujeitos sociais em diferentes coordenadas históricas. Além disso, não se apresentam como coletividades passivas, já que possuem o potencial de resistir – ainda que parcialmente – perante às tentativas de controle, homogeneização e domesticação pela via cultural. Se observada por um viés político, cultura popular pode ser encarada como um ambiente de oposição, submissão e, sobretudo, negociação entre dominadores e dominados em que a dominação, mais do que um processo de controle direto, representa um dispositivo de conquista do senso comum.

A sexta acepção da cultura popular dialoga com perspectivas pós-modernistas, para as quais não há reconhecimento de quaisquer diferenças essenciais entre a cultura popular e a alta cultura, sobretudo as hierarquias estabelecidas entre elas. Trata-se de uma compreensão radical que, ao reconhecer a historicidade da cultura e o dinamismo das relações de poder, dos gostos e dos sistemas classificatórios, rejeita quaisquer rótulos que tentem essencializar e naturalizar distinções arbitrárias no âmbito estético e simbólico.

Além de Storey, outro nome relevante no debate sobre a cultura popular é o jamaicano Stuart Hall, que, entre outros temas, discorre sobre a desconstrução do popular. Ao falar sobre a tradição popular, Hall (2003) afirma que esta ideia diz respeito ao espaço no qual se constroem as resistências aos modos pelos quais a “reforma” do povo é promovida. Desta forma, foi-se criando a noção de que a cultura popular diz respeito às formas tradicionais de como as pessoas vivem, o que faz com que o “tradicionalismo” seja interpretado como algo inerentemente conservador.

Contudo, Hall (2003) também faz o seguinte contraponto: inversamente, o que se tem como ocorrência é que, com o passar do tempo, os modos de existência particulares foram sendo destruídos, para então passarem por transformações, resultando em novos estilos. Dizer que esse processo é “uma transformação cultural” é na verdade uma forma eufemizada de se explicar que formas culturais são marginalizadas quando são enjeitadas do âmago da vida social do povo. Estas não são relegadas ao desuso, mas sim, tornam-se desprezadas e, posteriormente, substituíveis por outras. Percebe-se, então, que a cultura popular não se resume apenas a maneiras tradicionais de vida nem somente a processos a que ela busca resistir, mas ela também se constitui no palco onde transformações são constantemente orquestradas. O autor afirma que estudar

cultura popular é também se debruçar sobre a história e o funcionamento das instituições que compõem a sociedade.

Prosseguindo, Hall (2003) discorre sobre alguns pontos importantes na compreensão do que é o “popular”. Primeiramente, as definições mais difundidas do termo tendem a abarcar tudo aquilo que é consumido pelas massas, ou seja, o que o povo consome cotidianamente por meio da compra, da leitura e da vivência. Trata-se de um conceito muito associado a uma visão comercial do “popular”. Todavia, deve-se questionar se quem consome o que circula nesse mercado cultural é um público manipulável, ou, nas palavras do autor, “tolos culturais que não sabem que estão sendo nutridos por um tipo atualizado de ópio do povo” (HALL, 2003, p. 253).

Neste cenário, é preciso observar as relações entre poder e cultura como aquelas que envolvem dominação e subordinação. Um ponto importante desta discussão é que a cultura não existe fora do campo no qual se desenvolvem as disputas de poder, que, por sua vez, têm forte participação das indústrias culturais. Estas possuem a capacidade para trabalhar e retrabalhar de maneira contínua o que representam por meio de práticas e conteúdos de natureza simbólica. Ao fazer parte do público que consome o que essa indústria produz, estamos sujeitos a passar por processos de conformação que estimulam a aderir à cultura dominante e, por consequência, aos interesses daqueles que a controlam. Como a cultura é o espaço no qual essas relações de poder se desenvolvem, Hall (2003) acredita na existência de uma luta contínua da cultura dominante, “no sentido de desorganizar e reorganizar constantemente a cultura popular; para cercá-la e confinar suas definições e formas dominantes. Há pontos de resistência e também momentos de superação [...]” (p. 255).

Outra definição de “cultura popular” abrange tudo aquilo o que o povo faz ou já fez. Porém, descrever o popular desta forma é problemático, na medida em que, implicitamente, estabelece uma delimitação sobre “o que é” e “o que não é” pertencente ao “povo”, constituindo como uma categoria inerentemente excludente. Na verdade, o ponto a ser observado nessa questão é que o “popular” é terreno e, ao mesmo tempo, objeto de disputa entre as classes dominantes e os segmentos periféricos e marginalizados.

Para Hall (2003), o que é ou não popular não deve ser encarado como algo fixo, pois o valor simbólico adquirido por cada forma cultural varia social e historicamente, já que o popular se apropria e transforma essas mesmas formas, distinguindo o que é aceito e consagrado culturalmente (como sendo de “elite”) e o que não é. Trata-se de uma hierarquização que depende da ação de instituições variadas, como a escola e o sistema educacional que, ao decidirem o que será ou não transmitido em seu currículo, a partir de suas práticas pedagógicas, promovem a dissociação entre a parte que “vale a pena” a ser aprendida e a parte que é dispensável. Após

essas considerações, Hall (2003) elege uma outra definição de “popular”, ainda que, para ele, tal definição seja a mais desconfortável, pois

[...] considera, em qualquer época, as formas e atividades cujas raízes se situam nas condições sociais e materiais de classes específicas; que estiveram incorporadas nas tradições populares. Nesse sentido, a definição retém aquilo que a definição descritiva tem valor. Mas vai além, insistindo que o essencial em uma definição de cultura popular são as relações que colocam a “cultura popular” em uma tensão contínua (de relacionamento, influência e antagonismo) com a cultura dominante. Trata-se de uma concepção de cultura que se polariza em torno dessa dialética cultural [...] (HALL, 2003, p. 257).

Nessa relação de antagonismo cultural, tem-se um cenário conflituoso no qual há o desenrolar de relações de dominação e subordinação e, se temos algo que é preferido em detrimento de outro, então o que deixamos de escolher passa a ser marginalizado. Sendo este um campo em constante mudança, teremos inseridas, nesse panorama, a instabilidade e irregularidades entre as forças que permeiam e definem o espaço da cultura e que trazem à tona o cerne das relações culturais: seu vínculo com a constituição da hegemonia. Este é um elemento estratégico para as disputas travadas em outras trincheiras, a exemplo da luta de classes como elemento imbricado em conflitos no âmbito da cultura (HALL, 2003). Falar sobre o “popular” remete também às culturas de classe que se defrontam neste território, onde são feitas negociações e alianças de forma que o poder cultural possa definir o que pertence ou não ao “povo”. Isso torna a cultura objeto de polarização no sentido de que, ao invés de falarmos do povo contra o bloco de poder, pensamos em uma classe contra a outra.

Percebe-se que a cultura popular se estrutura no seio das contradições expressas pelas forças que a constituem e a alimentam. Ao acompanharmos o percurso teórico proposto por Hall, notam-se os meandros existentes no processo de conceituação do popular, uma vez que este ultrapassa as definições estritamente centradas no parâmetro do consumo comercial das massas. Por fim, deve-se destacar que “a cultura popular é um dos locais onde a luta a favor ou contra a cultura dos poderosos é engajada; é também o prêmio a ser conquistado ou perdido nessa luta. É a arena do consentimento e da resistência [...]” (HALL, 2003, p. 264).

Observando que a cultura detém em si um universo permeado de singularidades e a reconhecendo como campo de investigação multidisciplinar e dinâmico, optou-se na subseção seguinte por uma aproximação com os Estudos Culturais, abordagem que tem em sua base uma inclinação crítica contundente frente aos dispositivos de poder, relações de dominação e mecanismos de hegemonia expressos na (e por meio da) produção simbólica. Na seção a seguir,

é realizada uma breve apresentação dos EC's para que se possa compreender a sua importância no desenvolvimento desta pesquisa.

2.3 Estudos Culturais

Costa, Silveira e Sommer (2003) pontuam que estudar cultura pressupõe modos de intervenção no meio social, considerando que os EC's nasceram da efervescência de movimentos políticos e intelectuais que, num dado período da história, buscaram se apropriar de instrumentos teóricos e metodológicos de diferentes disciplinas acadêmicas, tendo em vista romper e superar o paradigma da alta cultura, ampliar os escopos de interesse e dar legitimidade a práticas, textos e segmentos historicamente marginalizados.

Atualmente, essa demanda significa lidar com as formas de poder e supremacia em suas diferentes manifestações, abarcando um amplo espectro de categorias e marcadores sociais, como classe, raça, etnia e gênero. Com isso, criam-se caminhos plausíveis para que sujeitos sociais possam confrontar sua subalternidade, articular ações contra-hegemônicas, expandindo sua visibilidade e participação na vida pública. Sob essa perspectiva, a cultura pode ser vista como um campo do qual emergem os modos de resistência e submissão frente a poderes constituídos, cabendo aos EC's enquadrá-los fora de enfoques dicotômicos e formalistas. Trata-se de um projeto que carrega em si um espírito de rebeldia e contestação diante de quaisquer estruturas de supremacia e controle.

Tendo em vista estabelecer uma visão geral sobre os EC's, é conveniente retomar o trabalho de Ecosteguy (2010) sobre a gênese e o desenvolvimento histórico dessa perspectiva. Antes de se disseminar por diferentes regiões do planeta, incluindo a América Latina, os EC's se originaram na Inglaterra durante a década de 1960, mais precisamente no *Centre for Contemporary Cultural Studies* (CCCS), ramificação do departamento de língua inglesa da Universidade de Birmingham. Sem estabelecer uma definição rígida para a abordagem recém-fundada, os EC's resultaram dos esforços individuais e coletivos de grupos intelectuais, entre os quais se destacam Richard Hoggart, Raymond Williams e Edward Palmer Thompson. Em atividade até o ano de 2002, o CCCS teve destaque como propagador de trabalhos teóricos e empíricos realizados nas fronteiras entre diversas disciplinas, como a sociologia, teoria da comunicação, economia política e crítica literária. Um de seus principais objetivos foi compreender o desenvolvimento das relações entre a sociedade e a cultura, mais precisamente, instituições, formas e práticas culturais que resultam dessa interação, elucidando as conexões do meio social com transformações históricas mais amplas.

Pautado pelo diálogo com fontes heterogêneas, o CCCS revelou não apenas os canais de comunicação entre campos de investigação historicamente distantes, mas também um conjunto de novas discussões e problemáticas em ascensão. Destas, boa parcela consiste em objetos de estudo negligenciados durante décadas por disciplinas acadêmicas tradicionais, tais como cultura de massa, identidades étnicas e sexuais, música e sociabilidades operárias. Com isso, os EC's tornaram-se uma referência em termos de pesquisa voltadas a temáticas ligadas à diversidade e manifestações, aparentemente desprovidas de relevância social. Em decorrência disso, os EC's se solidificam junto às demandas e reivindicações de movimentos sociais emergentes na época.

Já no âmbito teórico, pode ser encarado como o resultado da insatisfação com a rigidez das disciplinas tradicionais, que, ao não conseguirem responder satisfatoriamente a inúmeros questionamentos da realidade social, acentuaram o clamor por propostas pautadas na interdisciplinaridade. Nesse sentido, os EC's tendem a não se definirem como uma disciplina em si, uma vez que abarcam e conciliam diferentes campos de estudo e, por meio desse encontro, buscam examinar questões, particularidades e conflitos inseridos no cerne da esfera cultural da sociedade.

Na condição de movimento intelectual nascido na cena britânica, os EC's reuniram influências tanto teóricas quanto políticas, das quais boa parcela ultrapassa o território acadêmico, tornando-se, inclusive, um ponto de referência para diferentes militâncias⁸ sociais empenhadas em promover transformações em diferentes âmbitos da realidade. Um ponto relevante observado no desenvolvimento dos EC's é a contribuição decisiva do pensamento marxista, no sentido de entender que a cultura está vinculada à esfera econômica, mas não determinada inteiramente por ela. São forças que interagem entre si, ora em atrito, ora em simbiose.

Se considerarmos a amplitude existente das formas sociais e dos acontecimentos históricos, veremos que os EC's têm como missão precípua tornar inteligíveis produtos culturais de todas as naturezas, não apenas aqueles que se encaixam nos padrões de gosto e qualidade das elites, mas também os conteúdos e práticas ligados a instituições que, historicamente, foram objeto permanente de desconfiança, como as mídias de massa. Para isso, utilizam-se de diferentes estratégias teóricas e metodológicas capazes de desvendar os valores,

⁸ Sales, Fontes e Yasui (2018), ao realizar levantamento bibliográfico sobre o significado em torno do termo, indicam trabalhos que falam sobre militância, ora como um adjetivo utilizado para descrever a maneira como sujeitos se organizam e se engajam em torno de uma “luta” em prol de determinadas causas, ora como um substantivo que designa um indivíduo ou um coletivo de pessoas que se empenham na defesa de uma causa. Disponível em <https://bit.ly/3rpNOfn>. Acesso em: 11 set. 2020.

sentidos e relações sociais vinculados às práticas e textos culturais em análise, ressaltando a importância de reconhecer os modos como os diferentes sujeitos sociais desenvolvem suas experiências de si e do mundo a partir das produções simbólicas.

Entre os principais desdobramentos de seu amadurecimento, os Estudos Culturais subverteram compreensões correntes no âmbito das teorias midiáticas progressistas. Nesse sentido, defende o posicionamento de que os meios massivos de comunicação não se resumem a ferramentas de manipulação do proletariado pelas classes dominantes. De fato, seus produtos culturais podem atuar como mecanismos de reprodução de práticas sociais ligadas ao *status quo*. Não obstante, também enreda uma gama de atrizes e atores sociais na complexa trama das relações de hegemonia. Por este prisma, os EC's se interessam nos modos pelos quais os meios massivos de comunicação engedram, multiplicam e reforçam o equilíbrio e a estabilidade sociocultural, entendendo não apenas por meio de confrontos diretos, mas também por negociações e pactos implícitos.

Em entrevista concedida a Sanches (2001), Maria Elisa Cevalco esclarece que os EC's floresceram naquilo que definiu como a “era da cultura”. Nesta, destaca-se a importância crescente adquirida pela cultura, a qual passa a ser entendida em sentido lato, para além de concepções arnoldianas e calcadas na separação entre baixa e alta cultura. Nesse sentido, valoriza-se o anseio de democratizar, não apenas enquanto aquilo que de “melhor foi pensado”, mas também como reconhecimento da legitimidade de modos de vida e práticas relegadas à irrelevância. Com isso, cabe o reconhecimento de que todos os indivíduos, sejam eles instruídos ou analfabetos, de algum modo, “têm cultura”. Cevalco apresenta ainda sua própria definição e indica que a cultura diz respeito às maneiras como a coletividade organiza valores e significados que dão forma às vivências sociais. Assim, concebe o campo de estudos dos EC's como essencial para o reconhecimento da cultura como uma ferramenta com a qual podemos pensar criticamente, além de uma maneira de intervir construtivamente nos caminhos trilhados pela sociedade.

Ao enfatizar a dimensão política dos EC's, Cevalco também destaca que isso significa identificar os conflitos existentes em cada forma social, compreender como se distribui o poder entre diferentes grupos e instituições e, por fim, compreender as funções cumpridas pela cultura como expressão de interesses e também das contradições dessas mesmas realidades. Diante disso, cabe indagar: qual é o papel político da cultura? Para responder a esse questionamento, Cevalco menciona a centralidade da noção de hegemonia, um conceito-chave no pensamento proposto pelo filósofo marxista Antônio Gramsci.

Para Barker (2004), a hegemonia teve um papel relevante para os EC's, sobretudo nos anos de 1970 e 1980, e esclarece que, para Gramsci, a hegemonia pressupõe a divisão entre classes, uma dominante e outra dominada, cabendo à primeira desempenhar sobre a segunda a combinação de submissão e consentimento. Trata-se de uma ideia que auxilia no reconhecimento da cultura como uma arena na qual ocorrem lutas ideológicas, espaço onde são traçadas formas de resistência e acordos entre classes e segmentos antagônicos.

O grupo dominante (hegemônico), ainda que, aparentemente, seja percebido como único, é, na verdade, o resultado de múltiplas alianças envoltas em interesses que se coadunam em prol de objetivos particulares. Assim, uma cultura homogeneizada provém de não apenas uma fonte, mas de múltiplas vontades que se conciliam visando a moldar uma visão que abarque uma coletividade, mas que tende a não se constituir como uma diversidade genuína, já que busca absolutizar narrativas e representações particulares. De todo o modo, ainda que envolva um grau de consenso entre dominadores e dominados, essas alianças não são eternas, remodelando-se e deteriorando-se ao sabor das alterações nos jogos de interesses e benefícios em disputa. A efemeridade dos acordos também faz com que a hegemonia exija dos sujeitos que a detém a adoção de uma postura permanente de (re)negociação e (re)conquista.

Além da força e da propriedade, um dos principais mecanismos de manutenção da ordem social – imbricados à hegemonia – é o consentimento. Cevalco aponta que, em comparação com o uso explícito da coerção física, existem menos obstáculos para o exercício da dominação através da persuasão e da aquiescência de quem se deseja controlar. Segundo a teoria gramsciana, a hegemonia se estabelece quando os dominados encontram condições nas quais se sintam amparados e beneficiados, sem, no entanto, perceberem que, na verdade, permanecem numa condição inferiorizada imposta por uma distribuição desigual de poder. Em geral, quando as táticas de consentimento são insuficientes e os dominados tendem a reivindicar mudanças em prol de situação mais justa, o cenário tende a demandar dos detentores da hegemonia uso de dispositivos de controle explícito ligados à força e à propriedade. Em última análise, a cultura é uma esfera capaz de exercer influência sobre a hegemonia, ainda que sozinha não seja capaz de superá-la ou determinar sua configuração.

A popularização dos EC's tem alcançado diferentes espaços de formação acadêmicos e não acadêmicos, acenando com mudanças e um novo vigor nas disciplinas ministradas nestes ambientes, além de criar oportunidades para responder aos questionamentos e às demandas sociais correntes em diferentes cenários. Trata de um aspecto que, conforme Cevalco, demonstra a coerência com as raízes dessa perspectiva, uma vez que os EC's surgiram como um projeto voltado para as classes menos abastadas, ainda que, ao longo das últimas

décadas, seja possível observar um processo de “glamourização” das propostas de estudo e investigação nesse âmbito (SANCHES, 2001).

De todo o modo, é necessário considerar que a sociedade contemporânea, permeada pela presença generalizada de dispositivos digitais e formas de comunicação ubíqua, vem testemunhando a ascensão e fortalecimento de pautas historicamente marginalizadas e grupos minoritários em busca de afirmação. É válido lembrar que a cultura é um domínio pelo qual passam muitas dessas reivindicações, visto que o direito de participação e o protagonismo são os principais instrumentos a serviço das lutas para a superação de assimetrias de poder.

Com o afloramento do protagonismo desses sujeitos históricos, também se elevou o interesse nas discussões sobre as identidades culturais e sua recém-descoberta multiplicidade, aspecto de grande relevância para os Estudos Culturais. Hall (2019) esclarece que debater sobre a identidade é uma tarefa complexa, por se tratar de um conceito, até então, insuficientemente compreendido e desenvolvido no âmbito das Ciências Sociais, o que impossibilita afirmações, certezas e juízos definitivos sobre aspectos de sua caracterização.

Dito isso, o autor argumenta que as velhas identidades entraram em declínio, ainda que por muito tempo tenham conferido estabilidade ao mundo. Com isso, abrem-se espaços para que novos modelos de análise e compreensão identitária dos sujeitos pós-modernos venham à tona, os quais têm se deslocado do princípio da unidade e coesão para a fragmentação e instabilidade. Por conta de mudanças estruturais mais amplas ocorridas na sociedade ocidental no decorrer do século XX, observou-se a segmentação das

paisagens culturais de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade, que, no passado, tinham nos fornecido sólidas localizações como indivíduos sociais. Essas transformações estão mudando também nossas identidades pessoais, abalando a idéia que temos de nós próprios como sujeitos integrados. Essa perda de um “sentido de si” estável é chamada, algumas vezes de deslocamento ou descentração do sujeito. Esse duplo deslocamento – descentração dos indivíduos tanto do seu lugar no mundo social e cultural quando de si mesmos – constitui uma “crise de identidade” para o indivíduo (HALL, 2019, p. 10).

Num mundo permeado por mudanças intensas e velozes oriundas de diferentes processos ligados à globalização, dentre os quais destacam-se a maior disseminação de informações e o conseqüente aumento nas trocas simbólicas entre sujeitos. E, inserido nesse processo, explica Hall (2019), encontramos o sujeito constituído não apenas de uma, mas de múltiplas identidades, que, por vezes, podem ser contraditórias ou até mesmo não resolvidas. As identidades que outrora nos traziam maior conformidade em relação às necessidades criadas

pela cultura têm encontrado reformulações substanciais graças às mudanças quem têm sido operadas nos níveis estrutural e institucional, fazendo com que as identidades culturais se tornem provisórias, intercambiáveis e problemáticas. Como resultado, emerge o sujeito pós-moderno que não apresenta uma identidade fixa ou permanente, mas que se transforma continuamente a respeito da maneira como tece suas próprias representações de si, ou da forma como os sistemas culturais elaboram essa interpretação. Esses sujeitos assumem identidades diversas e em diferentes ocasiões que não se unificam em torno de um único “eu”.

A sensação de se ter apenas uma única identidade, do momento do nascimento até morte, é uma abstração construída pelo sujeito moderno buscando uma situação de conforto cognitivo à sua autoimagem. Conforme as representações culturais se expandem e se disseminam, teremos então uma multiplicidade de identidades com as quais cada pessoa poderá se identificar (ainda que de maneira temporária). Em diálogo com Laclau (1990), Hall (2019) explica que as sociedades da modernidade tardia são marcadas pela diferença, permeadas por antagonismos diversos que moldam diferentes posições de sujeito – ou seja, identidades – para cada pessoa. A desintegração social não ocorre porque a coletividade é totalmente unificada, mas porque as diversas identidades que a constituem podem ser articuladas de forma circunstancial e contingencialmente. A estrutura dessas identidades permanece em aberto, e essas articulações fluirão até pontos impossíveis de predeterminar.

Por fim, Hall (2019) esclarece que o debate sobre as identidades tem gerado alguns posicionamentos consensuais no âmbito acadêmico. São eles: a) as identidades podem ser contraditórias, fluidas e efêmeras; b) as contradições podem acontecer tanto fora (no ambiente social) quanto dentro da mente de cada pessoa; c) nenhuma identidade individual pode convergir de modo a formar um núcleo único e centralizador, uma vez que cada sujeito formula e reformula seus discursos da maneira que lhe parece mais segura, levando em consideração os interesses e as variáveis que influem em suas posições de sujeito; d) os cenários políticos da modernidade são rompidos devido a esse antagonismo entre identidades e os seus deslocamentos, fazendo com que novas identidades ascendam e se desenvolvam através dos movimentos sociais diversos, como o feminismo, antirracismo, sindicalismo etc.; e) Quando as identidades são alteradas com base na maneira como o sujeito é representado, a identificação pode ser conquistada ou perdida, o que não significa que esse processo produza desfechos definitivos; envolve não apenas uma imposição externa, mas a disputa pelos signos, significados, discursos e narrativas que determinam o pertencimento a cada posição de sujeito.

2.4 Estudos Culturais e educação não formal

Nesta subseção, constam apontamentos sobre a educação não formal relacionados aos EC's e sua participação nas diversas pedagogias imersas nessa articulação, visto que estas são relevantes quando se procura entender a noção de pedagogias culturais como ferramentas que auxiliam os indivíduos a construir experiências de si. Neste cenário, é importante destacar que o campo da educação tem se mostrado um contexto profícuo no tocante à sua aproximação com os Estudos Culturais. Costa e Wortmann (2016) afirmam que o encontro da educação com os EC's vem propiciando a ampliação e a sensibilização do olhar para as dimensões que o pedagógico pode assumir, além de estimular a articulação entre distintos campos do saber. Trata-se de uma aliança que tem estimulado reflexões entre as próprias educadoras e educadores sobre questões de poder no seio das práticas educativas, no modo como produz o conhecimento no campo da educação, processo que, cada vez mais, tem reconhecido a participação de múltiplas instituições e artefatos culturais.

Em diálogo com Dauder e Bachiler (2002), Costa e Wortmann (2016) ressaltam que as articulações políticas que possibilitam a formulação e o estabelecimento de representações sociais nessas instâncias podem sugerir problemáticas envolvendo silenciamentos e formas de dominação diversas. Estes são temas centrais no âmbito dos movimentos sociais, sobretudo aqueles que apresentam vinculações com questões no âmbito da etnia, sexualidade, raça etc. Atualmente, uma das contribuições principais dos EC's na área da educação envolve o alargamento de questões, temas e práticas consideradas de natureza "educativa". Trata-se de uma tentativa de superação de delimitações mais rígidas que confinam o campo da educação a interesses inscritos exclusivamente em processos formativos institucionais e formais. Dentre as críticas direcionadas aos EC's, aponta-se que

teria decorrido de entrada desses estudos um certo afastamento de questões e temas que seriam mais pertinentes ao campo educativo, particularmente aqueles relacionados à formação de professores, à proposição ou ao estabelecimento de diretrizes para o planejamento e o ensino nas variadas disciplinas do currículo escolar, assim como aos procedimentos para fazer frente a situações cada vez mais complexas do dia a dia das escolas e salas de aula brasileiras (COSTA; WORTMANN, 2016, p. 8).

Ainda assim, os EC's têm se constituído como uma abordagem sensível a perspectivas e fenômenos emergentes, que, por sua vez, têm despertado a consciência para novas modalidades de aprendizagem. De acordo com Costa, Silveira e Sommer (2003), essa

articulação tem permitido a expansão dos conceitos de “educação”, “pedagogia” e “currículo”, fazendo-os ultrapassar os ambientes escolares e universitários. Além disso, também estimulou a desnaturalização de discursos inseridos no currículo escolar e a expansão dos debates relacionados à identidade e à diferença e suas influências na construção da subjetividade dos sujeitos.

Antes disso, Steinberg e Kincheloe (2001) já destacavam a dimensão inerentemente pedagógica dos lugares nos quais o poder pode ser amplamente disseminado, tais com os livros, as bibliotecas, a TV, as propagandas etc. Estes e tantos outros veículos, práticas, contextos e artefatos reproduzem “ensinamentos” que podem ser transmitidos e incorporados, abrangendo desde as noções que construímos em relação à própria educação (o que é uma boa escola, uma boa educação, o que é ser professor e aluno etc.). Da mesma forma, essas “lições” também fornecem referências para a construção identitária no âmbito de outras posições de sujeito, “ensinando” sobre o que é ser mulher, indígena, negro etc.

Nesta pesquisa, optou-se por dialogar com o campo dos EC’s visando à adoção de uma abordagem em que as questões de interesse “educacional” possam ser definidas de uma forma mais ampla e aberta a incursões não escolares e não institucionais. A relação dos EC’s com a educação não se desenvolveu apenas devido à sua institucionalização como disciplina acadêmica, mas também pela sua contribuição no processo de alargamento da compreensão acerca das temáticas de interesse do campo educacional. Nesse sentido, tem ajudado a reconhecer o caráter de educação não formal vinculado a um conjunto crescente de manifestações emergentes, evidenciando oportunidades formativas latentes em inúmeras práticas, eventos e artefatos culturais, tais como o cinema, a música, o teatro, os jogos eletrônicos, ritos e comunidades *on-line* (como exemplo, o *YouTube*).

Num ensaio em que dialoga com diferentes autores e correntes teóricas, Garcia (2008) discorre sobre a educação não formal como ramificação do campo pedagógico que surge em resposta às críticas e aos questionamentos formulados em relação aos limites do sistema de ensino formal. Boa parte dessa contestação é fruto de reflexões políticas e educacionais que têm como objeto o papel social das escolas, das universidades e da família, instituições que, por sua vez, não são capazes de responder sozinhas a todos os anseios e demandas da sociedade. Do ponto de vista conceitual, a educação não formal teve suas primeiras formulações na década de 1960 e, desde então, vem avançando e se consolidando como uma dimensão inseparável da pedagogia, possibilitando transformações, inclusive, no próprio conceito de “educação”. Um dos resultados desse processo é a identificação de outras maneiras de fazer aprender e ensinar,

elevando a cultura ao status de acervo dotado de propostas e sistema formativos ainda não examinados.

De modo objetivo, Gohn (2006) esclarece a diferença entre a educação formal e não formal. Na primeira, o ensino é desenvolvido em instituições especializadas que trabalham com conteúdos previamente estabelecidos, tendo as professoras e professores como os agentes profissionais que atuam no desenvolvimento e na estruturação/sistematização de saberes. O espaço físico em que se processam as interações de ensino e aprendizagem com os discentes se inscrevem no âmbito escolar e demais estabelecimentos credenciados por lei para exercerem essas atividades. Estes mesmos ambientes devem seguir normas e padrões de organização, bem como protocolos de comportamento e conduta, conforme regimentos formais. Dentre os objetivos da educação formal, figura o ensino e a aprendizagem de conteúdos organizados metódica e sistematicamente, conforme prescrevem documentos oficiais. Também opera num tempo específico, pré-determinado e formalizado em cronogramas. Por fim, organiza-se por meio de disciplinas dispostas em um currículo, o qual estipula conteúdos conforme a organização definida pela instituição, distribuindo o conhecimento prescrito em função da divisão das turmas de alunas e alunos por idade e séries.

Já a educação não formal, prossegue Gohn (2006), abrange múltiplas facetas e possibilidades de aprendizado, entre as quais figuram: os direitos políticos de cada indivíduo; práticas cotidianas que buscam soluções para problemas coletivos; o modo como os sujeitos se apropriam de saberes e fazeres a partir dos quais passam a interpretar e compreender o mundo; a educação desenvolvida por intermédio das mídias. Todas essas modalidades têm em comum o fato de que costumam se desenvolver por meio das vivências cotidianas, ao compartilhar experiências de vida entre indivíduos que partilham (ou não) algum tipo de laço, sobretudo em espaços coletivos. Nesses contextos, ao contrário do modelo tradicional de ensino, quem educa não é necessariamente um professor, mas sim um “o outro”, com o qual cada um de nós interage e socializa. Por fim, a autora elenca as principais características e oportunidades formativas presentes na Educação não formal: a) fortalecimento do senso de identidade de um indivíduo em relação a um grupo ou comunidade; b) desenvolvimento do sentimento de autoestima e rejeição a preconceitos dirigidos a si e/ou a outros sujeitos, contribuindo para a luta em prol de uma sociedade mais justa e igualitária; c) aproximação e familiarização com modos de vida plurais, visando a estimular o respeito em relação às diferenças culturais de raça, gênero, etnia, religião etc.

Em diálogo com o pedagogo Henry Giroux, Silva (2019) afirma que a interface entre educação e cultura é inseparável da esfera política. Contrapondo-se à dominação imputada

pelas estruturas econômicas, esclarece que muitos estudiosos vinculados ao campo dos EC's têm se empenhado em evidenciar as relações de poder e controle no seio das instituições escolares/educacionais. Observa que a pedagogia e o currículo são forças que ajudam a constituir “políticas culturais”, afirmando que o último é um instrumento diretamente implicado na construção de valores culturais e significados distribuídos ao longo dos projetos de aprendizagem. Para ele, o currículo e os significados promovidos por ele estão subordinados a configurações mais amplas de poder que constituem a sociedade. Nesse sentido, é importante esclarecer que os significados não são apenas os dispositivos de controle e submissão, mas também o terreno em que se articulam as próprias possibilidades de resistência e a contestação.

Ainda de acordo com Silva (2019), a partir da perspectiva de Giroux, um dos exemplos de como essa dinâmica se processa pode ser observada em muitos produtos das mídias de massa que reproduzem representações estereotípicas de gênero, raça, classe, etnia, orientação sexual. Como resposta, destacou a importância de iniciativas que estimulam a reescrita dessas e de outras histórias, de modo a criar espaços de disputa dos significados dominantes, imbuindo-os de conotações renovadas.

Ao pensar em iniciativas nesse espectro, há que se destacar a importância de uma pedagogia que oportunize espaços de participação a grupos socialmente excluídos e que possibilite a construção de novas narrativas e contradiscursos, valorizando experiências e vivências pertencentes a visões de mundo diversificadas. Deste modo, se faz necessária

uma pedagogia crítica que leve em conta como as transações simbólicas e materiais do cotidiano fornecem a base para se repensar a forma como as pessoas dão sentido e substância ética às suas experiências e vozes [...] que sirva de base para o desenvolvimento de uma pedagogia crítica através das vozes e para as vozes daqueles que são quase sempre silenciados [...]. (GIROUX; SIMON; 2013, p. 109-110).

Se olharmos sob uma perspectiva mais formal e oriunda de discurso dominante, a pedagogia tende a se resumir a uma metodologia utilizada para a transmissão de conteúdos vinculados a um curso ou currículo. Entretanto, esse discurso subestima a pedagogia, já que não se pode negar a sua relevância como forma de produção cultural, mas que, frequentemente, desmerece a cultura popular. Uma noção ampliada de pedagogia se articula à cultura popular – enquanto campo que abriga disputas e relações de poder e contrapoder – e vem configurando espaços formativos voltados à formulação de questionamentos e à reflexão sobre como se constroem e se organizam as múltiplas identidades e subjetividades que experienciamos em nós

mesmos e nas relações com os outros. Vista de outro modo, a pedagogia é “[...] um esforço deliberado para influenciar os tipos e os processos de conhecimento e identidades em meio a determinados conjuntos de relações sociais e entre eles” (GIROUX; SIMON, 2013, p. 112).

Ainda que existam diferenças entre a cultura popular e a pedagogia, ambas se assemelham na condição de discursos subordinados, ou seja, que são comumente elaborados por classes que se autointitulam como superiores e, por isso, são movidas pela vontade de subjugar as classes inferiores. Por vezes, a cultura popular é alvo de menosprezo e reduzida ao que sobra após a subtração do que “de melhor foi pensado pela humanidade”, ou associada apenas à cultura de massa e aos produtos que são produzidos e comercializados em ampla escala. Paralelamente, o popular também tem sido reconhecido como meio capaz de questionar e, potencialmente, desafiar o *status quo*, estabelecido pelas classes dominantes; inclusive, as estruturas das relações sociais configuram as desigualdades de raça, classe social e gênero. Em sua subversividade, o popular amplia possibilidades de construção e reconstrução de práticas individuais e coletivas que podem afirmar a diferença e as diversas maneiras como as pessoas vivem.

Quanto à pedagogia, não se pode negar que esta tenha interesses e inquietações genuínos no tocante às práticas curriculares, didáticas de ensino e métodos avaliativos. Todavia, retratá-la meramente apenas como instrumento de transmissão conteudista dificulta a compreensão de todas as suas potencialidades, pois, “[...] quando se pratica pedagogia, age-se com a intenção de criar experiências que, de determinadas maneiras, irão estruturar e desestruturar uma série de entendimentos de nosso mundo natural e social” (GIROUX; SIMON, 2013, p. 112). Desse modo, é oportuno pensar caminhos nos quais a educação seja fomentada tanto em suas vertentes formais quanto em não formais, de modo que favoreça a organização por uma pedagogia crítica que proponha pautas voltadas à reconstrução e à expansão do imaginário alimentado pela sociedade sobre grupos, temas e fenômenos historicamente relegados à marginalidade: “[...] É nesse sentido que propor uma pedagogia é formular uma visão política” (GIROUX; SIMON, 2013, p. 113)

Ademais, a expansão do alcance da noção de educação tem instituído, inclusive, conexões com movimentos sociais e demais formas organizadas de ativismo. Entre as propostas decorrentes dessa aproximação, Silva (2019) cita o exemplo das pedagogias feministas, as quais encontram seus primeiros espaços no âmbito acadêmico, em especial norte-americano, nos departamentos intitulados “Estudos da Mulher”. Sua base é constituída por diferentes temáticas socioculturais voltadas ao ensino formal universitário e empenhadas na construção de um currículo, inclusive no tocante às questões de gênero. A crescente visibilidade do movimento

feminista trouxe para a Educação o desafio de pensar a relevância dos papéis e relações de gênero na configuração de diferentes tipos de desigualdade social.

Silva e Freitas (2018) refletem sobre as condições e possibilidades para a constituição de uma pedagogia feminista. Apesar da multiplicação de “pedagogias” heterogêneas, nem todas assumem aspirações emancipatórias a nível da pedagogia feminista. Esta se caracteriza por sua radicalidade e seu interesse na transformação social, atuando como um instrumento que possibilita conscientizar mulheres e homens em relação ao patriarcado e às formas de violência e desigualdade geradas por ele. Em essência, o objetivo primário é construir condições para a emancipação feminina e a equidade entre ambos os sexos.

Em concordância com Silva (2019), a pedagogia feminista pauta-se pela preocupação com a desigualdade existente entre mulheres e homens em diferentes contextos de aprendizagem, buscando garantir o equilíbrio de oportunidades entre gêneros. Outro ponto importante refere-se à defesa da contratação de professoras universitárias mulheres em proporção equivalente à de professores homens. Em termos de planejamento, essa pedagogia se constitui como um modelo pedagógico que questiona e se insurge contra a subordinação da mulher no âmbito escolar tradicional. Essa é uma maneira de questionar o conjunto de hierarquias existentes entre mulheres e homens, de modo que, quando a sala de aula adota essa abordagem, o regime de uma única voz é substituído pelas variadas vozes que compõem o espaço de aprendizagem, fortalecendo pontes para o diálogo, fazendo com que todas e todos sejam, além de ouvintes, também falantes que expressam seus aprendizados e vivências.

Para demonstrar como essa pedagogia pode se materializar na prática, Silva e Freitas (2019) exemplificam em seu trabalho algumas iniciativas realizadas no contexto brasileiro. Uma delas é a Escola Feminista desenvolvida pelas integrantes do Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste (MMTR-NE). A escola foi construída com o objetivo de auxiliar o desenvolvimento de ideias concernentes às práticas rurais feministas como estratégia para compartilhar conhecimentos e estimular o protagonismo e a participação feminina na sociedade. Este é o cenário para mulheres com múltiplos saberes e identidades decorrentes do trabalho ligado à terra (tais como as mulheres quilombolas, indígenas, pescadoras, quebradeiras de coco, dentre outras). Trata-se de criar condições para o desenvolvimento de atividades de formação política em um ambiente criado por elas e para elas, que lhes oportuniza a reflexão sobre os desafios que fazem parte de suas experiências diárias.

Outra iniciativa mencionada por Silva e Freitas (2018) é o SOS CORPO⁹: Instituto Feminista para a Democracia. Fundada em 1981 na cidade de Recife-PE, essa organização, sem fins lucrativos, tem o objetivo de contribuir com os processos de emancipação feminina, fortalecendo o desenvolvimento de uma sociedade democrática, tendo como premissa o protagonismo dos movimentos organizados por mulheres em prol da melhoria das condições de vida experienciadas por todas as mulheres, em especiais, as mais vulneráveis. A proposta do SOS CORPO tem como embasamento a construção de um modelo educacional feminista sustentado na Educação popular Freireana. As ações educativas desenvolvidas nesse espaço podem ser entendidas como forças de transformação social, por intermédio da construção de novas subjetividades e identidades para mulheres envolvidas no projeto.

Por fim, vale ressaltar que a pedagogia, sob a ótica dos EC's, é um conceito amplo e plurifacetado, acionando não apenas práticas educacionais instaladas em instituições especializadas, mas também práticas e artefatos culturais que proporcionam a diferentes pessoas e grupos recursos e dispositivos para construção de suas subjetividades, isto é, sua experiência de si e de sua(s) identidade(s). Pensar numa perspectiva contra-hegemônica significa ampliar a sensibilidade individual para o modo como representações foram naturalizadas e estão subordinadas a estruturas sociais mais amplas e à posição de cada grupo no interior destas. Ou seja, envolve o entendimento de que a posição na qual mulheres e homens se encontram pode revelar muito sobre o que conhecem ou deixam de conhecer. Assim, suas perspectivas não serão neutras se considerarmos as vivências que possuem, e a maneira como as compartilham uns com os outros também pode auxiliar nos processos de subjetivação dos demais membros de um grupo. Na seção a seguir, são feitas ponderações a respeito das categorias raça e gênero, apresentando as relações entre mulheres negras e a cultura digital em diálogo com conceitos capazes de contribuir com o aprofundamento de questões teóricas.

⁹ Mais detalhes em <https://soscorpo.org/>. Acesso em: 20 fev. 2021.

3 MULHERES NEGRAS NA CULTURA DIGITAL

Esta seção tece considerações gerais sobre a problemática do feminismo negro, refletindo sobre as categorias “raça” e “gênero”, bem como sua interseccionalidade. Além disso, também discorre sobre o ciberespaço e a cultura digital, associando-os a um conjunto de novas oportunidades de participação social, cultural e política ao alcance de mulheres negras. Por fim, socializa os resultados de um mapeamento que envolve a produção bibliográfica sobre a temática.

3.1 Raça e gênero na perspectiva do feminismo negro

De antemão, é conveniente resgatar uma das premissas essenciais a esta pesquisa, a saber: historicamente, as mulheres negras sofreram com a escassez de espaços de participação e fala, relegando suas demandas, anseios e desafios a um estado de invisibilidade na esfera pública. Diante da impossibilidade de formular e disseminar suas próprias narrativas, esse grupo teve suas representações de si subordinadas às vozes e relatos de terceiros, barreira esta que dificulta que assumam o protagonismo de suas próprias histórias e aspirações.

No âmbito midiático, os veículos de comunicação tradicionais voltados para as massas cotidianamente produzem e veiculam narrativas que, direta ou indiretamente, retratam a negritude e suas vivências, alimentando em seu público concepções particulares sobre o “ser negra”, as quais se moldam historicamente, de acordo com transformações sociais mais amplas.

Um dos exemplos são as concepções construídas e enraizadas no imaginário popular através de discursos elaborados no período escravocrata que, por vezes, ajuda difundir uma representação “romantizada” da relação de escravidão e dos papéis que brancos exerciam sobre as negras. É o caso de produções que retratam senhores de escravos como amáveis e protetores para com os seus escravos, ignorando a violência estrutural em que essa relação está sustentada. Do mesmo modo, são realizadas associações dicotômicas implícitas entre o branco e o negro, de modo que o primeiro tende a ser associado a virtudes e caracteres positivos, enquanto o último é associado a signos estereotípicos e valores inferiores (ABREU, 2018). Com frequência, as representações sociais da população negra formuladas em diversos veículos de comunicação subordinam a presença das pessoas negras em relatos ficcionais e não ficcionais ligados à pobreza, à delinquência e às favelas.

Nesse contexto, a sensação de não pertencimento que acomete boa parte das mulheres negras tem um caráter histórico, refletindo as consequências de diferentes aspectos

estruturais e sociais supostamente superados, a exemplo do passado escravocrata. Desta época, são marcantes os sofrimentos físicos e psicológicos aos quais a mulher escravizada foi submetida. Souza (2018) descreve que neste período a mulher negra tinha a responsabilidade de cuidar da casa grande, organizar a senzala, e também, por vezes, realizar trabalhos braçais nas plantações.

A escrava simboliza um vínculo entre a casa grande e a senzala, e as mulheres consideradas mais bonitas eram escolhidas para o papel de amantes dos senhores da casa, relação envolta de abuso físico, psicológico, objetificação por parte de homens e ódio por parte das esposas e “sinhazinhas”. Neste cenário de vida precarizada, as mulheres escravizadas eram submetidas a numerosas interrupções de gestação resultantes dessas relações abusivas, objetivando livrar os filhos, ainda por nascer, da violência e das demais condições de vida martirizantes.

A romantização sistemática de estereótipos relacionados às mulheres negras é um dos principais mecanismos que alimentam um estado inconsciente de não pertencimento. Tornar-se mulher negra nessa situação significa perceber-se como “a estrangeira”, um sujeito social oposto a uma hegemonia branca que limita oportunidades e abrangência de fala. O termo “*insider within*”, cunhado por Patrícia Hill Collins¹⁰, no ano de 1986, remete à ideia de “estrangeira de dentro”, que representa uma ferramenta teórica que auxilia a compreensão das condições de ação da mulher negra em situações e lugares, mais especificamente, na redução ou mesmo neutralização de presença (CORREA et al., 2018).

Essas associações relegam a população negra a posições que pendem entre a marginalidade e a invisibilidade. Para Abreu (2018, p. 13), esta realidade “[...] faz parte de um projeto histórico de retirada do protagonismo da população negra” e que, desde o período da escravidão, vem vitimando, com particular intensidade, as mulheres. Trata-se de uma estrutura de dominação que, ao longo da história, impôs diversas limitações a esse grupo, como o acesso restrito a direitos fundamentais.

Shumaker e Brazil (2016) descrevem que, no período colonial, a educação das mulheres teve como foco as atividades do lar, voltando-se aos cuidados domésticos com a casa e seus familiares (marido e filhos). Nesse caso, mulheres brancas ou negras não tinham acesso à alfabetização, com exceção dos casos que envolviam diretamente os interesses dos jesuítas na

¹⁰ Patrícia Hill Collins, mulher negra, nasceu em 1948, na Filadélfia (Estados Unidos). Atua como professora de Sociologia da Universidade de Maryland. Suas contribuições acadêmicas se inscrevem no campo do feminismo negro, propondo-se a pensar conteúdos e políticas voltadas ao empoderamento para mulheres negras. Dentre suas obras, destaca-se o livro “Pensamento feminista negro”, lançado em 1990.

instrução de famílias privilegiadas socioeconomicamente. Em casos excepcionais, era de interesse dos exploradores que pessoas libertas ou ainda escravizadas pudessem ter o mínimo de instrução, tendo em vista favorecer a sua submissão perante as classes dominantes. Nesse sentido, a educação de crianças negras na época, geralmente, dividia espaço com a brutalidade cotidiana imposta pela escravidão, com os meios de que dispunham para sobreviver e entre as exaustivas tarefas agrícolas e domésticas da casa grande.

No ano de 1824, a primeira constituição promulgada no Brasil estabeleceu ordenamentos e leis pelo fim do analfabetismo que, no entanto, atingia apenas mulheres e homens livres. O decreto nº 1.331 de 1854, juntamente com o Aviso Imperial nº 144 de 1864, estabeleceram que o acesso ao ambiente escolar era vedado aos seguintes grupos: pessoas portadoras de doenças contagiosas, os não vacinados e, por fim, as escravizadas e os escravizados. Ainda que a liberdade fosse conquistada com o passar do tempo, muitos ex-escravizados enfrentaram dificuldades e mecanismos discriminatórios em sua integração à sociedade, o que resultou em inúmeras adversidades em seu processo de formação.

Atualmente, a constituição de 1988 estabelece a Educação como direito fundamental a ser garantido a todas e todos os cidadãos. Contudo, a ampliação do acesso às escolas não garantiu por si só o desaparecimento das desigualdades e privilégios de grupos mais favorecidos. Do mesmo modo, apesar de direitos assegurados no plano legal, ainda são muitos os obstáculos para a plena participação de mulheres negras em ambientes acadêmicos. Por outro lado, também ocorreram avanços dignos de destaque no tocante à garantia de ingresso de mulheres negras nos espaços de ensino, como é o caso da política de cotas nas universidades públicas e demais ações afirmativas correlatas que buscam reduzir o quadro de discrepâncias históricas de raça e gênero.

É possível observar a maior inserção e engajamento social de mulheres negras em espaços educacionais formais. Trata-se de território que pode ser considerado como espaço de contraposição e resistência à lógica acadêmica tradicional de ensino, pois

quem possui o privilégio social, possui o privilégio epistêmico, uma vez que o modelo valorizado e universal de ciência é branco. A consequência dessa hierarquização legitimou como superior a explicação epistemológica eurocêntrica, conferindo ao pensamento moderno ocidental a exclusividade do que seria conhecimento válido, estruturando-o como dominante e assim invisibilizando outras experiências do conhecimento (RIBEIRO, 2019, p. 24).

Já em espaços não formais, a construção de saberes ocorre de maneira menos explícita e torna-se um local onde as suas narrativas adquirem destaque, sobretudo como

contraponto aos discursos tradicionais hegemônicos. Escobar (2005) esclarece que a *internet* tem ajudado na diversificação dos processos de produção de informações, de modo a potencializar a visibilidade de grupos periféricos, bem como aumentar o acesso a meios técnicos necessários à produção de mensagens e à interação com o público almejado.

Quando fala de si, a mulher negra traz consigo memórias conscientes e inconscientes relacionadas às experiências de pessoas como ela. Isso faz com que suas identidades tenham um sentido não apenas para si, mas também para outras e outros que se reconhecem com estas narrativas e significados, bem como aquilo que excluem pela ação de relações hierárquicas e implícitas de poder. Essas histórias são contadas através de perspectivas relacionadas àquilo que vivenciam em múltiplos planos, entre os quais se sobressaltam o da raça e do gênero. Considerando o contexto atual e sua complexidade, é possível observar que ainda persiste a necessidade de mulheres negras se afirmarem e demarcarem espaços e posicionamentos publicamente, questionando o seu não pertencimento e a sua consequente inferiorização em diferentes domínios da sociedade.

Kilomba (2019) afirma que, para falarmos sobre racismo, é preciso que olhemos para os sujeitos não apenas para as maneiras como estes se constroem, mas também para como agem quando estão inseridos em suas próprias realidades sociais. Assim, a noção de “ser sujeito” está atrelada às dimensões políticas, sociais e individuais da subjetividade. Para ser reconhecida como sendo sujeito, é preciso que a pessoa seja legitimada nestas três categorias. Todavia, o racismo transgride cada uma delas, o que faz com que pessoas negras não tenham seus direitos e interesses reconhecidos e representados. Para que o racismo se estabeleça, é necessária sua afixação a um conjunto de diferenças hierarquizadas em relação ao outro. Nesse caso, a branquitude é assumida como ponto de referência para pautar essa diferenciação, de modo que os “outros” que nela não se enquadram racialmente são classificados e, por vezes, segregados através de práticas de discriminação.

Para que se concretize, também é preciso que essa diferença seja delineada intrinsecamente em função de valores hierárquicos. Eles irão reger a maneira como os processos de discriminação são naturalizados e criam estereótipos em relação àquele que é visto como diferente. Ao associar a diferença com escalas de valor – o “melhor” e o “pior”, o “bom” e o “mau” –, tem-se como resultado o preconceito, ou seja, visões pré-elaboradas e distorcidas que sustentam rótulos diversos, como exótico, preguiçoso etc. Quando o preconceito e o poder estão juntos, tem-se o racismo. Outros grupos que não possuem o poder não têm meios de reproduzir nem praticar o racismo, pois ele está intimamente ligado à supremacia e aos privilégios da população branca. Através de mecanismos de controle e dominação, o racismo concentra no

grupo privilegiado o acesso a bens e direitos básicos, como a Educação, saúde, emprego e outros recursos.

Para Almeida (2018), compreender a sociedade é também compreender que raça e racismo são elementos que a constituem. Historicamente, a raça é uma construção oriunda da expansão mercantilista e da descoberta do novo mundo e, somados ao iluminismo – que possibilitou classificar diferentes grupos sociais conforme suas características culturais e físicas – tem-se elementos que dão aporte para que o ideal do homem branco europeu viesse a se constituir como padrão universal de civilidade. Essa noção do que é “civilizado” serviu como justificativa para o colonialismo, que, dentre outras consequências, trouxe morte, destruição e privação da liberdade aos povos dominados pela violência colonial, gerando, assim, a sua desumanização.

Sob esse pano de fundo, Almeida (2018) apresenta três concepções distintas de racismo: individualista, institucional e estrutural. Delineando-as brevemente, o racismo individualista consiste num fenômeno atribuído a grupos isolados. Tais comportamentos são passíveis de enfrentamento através de sanções legais e com a implementação de medidas específicas, como a educação e a conscientização acerca do problema. Já o racismo institucional extrapola o prisma dos comportamentos individuais, expandindo-se para o modo como as instituições operam quando conferem privilégios e desvantagens conforme a raça dos sujeitos, instituições estas que se valem do poder nas relações raciais como anteparo aos seus interesses políticos e econômicos.

Por fim, o racismo institucional abre caminhos para identificação das relações entre este tipo de violência e suas dimensões sistêmicas, que vão além de indivíduos e instituições – ao mesmo tempo que os abarcam. A reprodução deste tipo de comportamento é inseparável das estruturas (sociais), gerando atitudes que se materializam nestas instituições. Portanto, “[...] as instituições são racistas porque a sociedade é racista [...]” (ALMEIDA, 2018, p. 36), ou seja, o racismo não é criação das instituições, mas reproduzido por elas. Ainda que elenque o racismo organizado nessas três categorias, Almeida (2018) infere que o racismo sempre será estrutural, considerando a sua presença nas esferas políticas e econômicas da sociedade.

O racismo, ao se organizar de forma estrutural, sistematiza-se em nível institucional, constituindo uma distribuição desproporcional e injusta de recursos e oportunidades no cotidiano. No mercado de trabalho, um exemplo dessa conjuntura são as situações de racismo nas quais mulheres negras – ao procurar uma vaga de emprego em um processo de seleção ou mesmo quando já empregadas – são pressionadas ou mesmo obrigadas

a alisarem os cabelos. Ou ainda, devido à cor da pele, deixam de ser selecionadas para a vaga pretendida, ao não atender aos requisitos de “boa aparência” para a empresa.

Quanto ao racismo cotidiano, este incorre em todo discurso, gesto e formas pelas quais percebemos o outro, colocando-os na posição de pessoas negras, de modo a negar-lhes o direito de serem tratadas como iguais. Se por um lado, o sujeito branco tece sobre si a representação de que é civilizado, por outro, imputa aos diferentes racialmente a denominação de “selvagens”. A percepção sobre o sujeito negro também se manifesta na sua infantilização, quando este é personificado na criança (seja menina ou menino) que depende de um senhor para que possa garantir a sua sobrevivência. Ou ainda, quando este é caracterizado como primitivo, ambientado na natureza, atrasado em relação ao mundo mais “civilizado”. A pessoa negra é animalizada quando sobre si pesam comparações (no sentido de similaridade) com a figura de macacos, sendo destituída de sua natureza humana. E por fim, a pessoa negra é erotizada e mistificada em representações de lascividade – no caso das mulheres – e virilidade – no caso dos homens, personificando-os em figuras, como a prostituta, o estuprador, o “ganhão”.

Discursos dessa natureza contribuem com a limitação da mulher negra em termos de acesso a espaços que a elas deveriam estar abertos. O racismo que acontece no cotidiano se dissemina em diversas situações, não sendo, portanto, um acontecimento pontual e específico, mas um conjunto de elementos que moldam o modo de vida de mulheres negras.

Para Gonzalez (1984), os papéis historicamente atribuídos às mulheres negras na sociedade costumam ser fruto de uma falsa democracia racial. No contexto definido como “miscigenado”, estão em ação diversos mecanismos de dominação que agem no intuito de negar e apagar as singularidades desse grupo. Para ela, o lugar onde um indivíduo se encontra determina o seu olhar em relação ao racismo e ao sexismo que, uma vez entrelaçados, produzem efeitos opressivos.

O mito da democracia racial diz respeito ao modo ambíguo como pessoas negras são socialmente enquadradas. Por um lado, exalta o papel estético da mulher negra em ocasiões específicas, como o carnaval, por outro, a submete a inúmeras formas de violência cotidiana. Ao contrário das “mulatas com samba no pé”, a figura das empregadas domésticas encarna o estigma da prestação de serviços por vezes precarizados. Também há a “humanização” da mulher negra, quando ela é representada na figura da mãe preta, pois tem serventia para os senhores da casa nos cuidados das crianças da família, sendo exemplo de amor e dedicação. No entanto, todas essas representações ajudam a restringir sua individualidade e subjetividade.

Carneiro (2011) relata que a violência sofrida por mulheres negras no Brasil e na América Latina decorre de um processo histórico que se originou no período da escravidão. Em países como o Brasil, essas raízes se disseminaram por um contexto social envolto em diferentes formas de submissão, como aquela perpetrada pelos senhores de escravos contra mulheres escravizadas (e também indígenas). Por sua vez, estas tiveram (e ainda têm) seus corpos regularmente objetificados e violados sexualmente. Por vezes, essa violência e outras formas de violência, ao invés de condenadas e reprimidas, são romantizadas, servindo de base para sustentar hierarquias e demais mecanismos de opressão racial e de gênero.

Apesar de aparentemente encerrado no período de colonização do país, esse passado sombrio permanece ainda vivo e auxilia na manutenção do imaginário social acerca de diferentes temas e fenômenos. Sob esse pano de fundo, há que se reconhecer a singularidade das vivências de mulheres negras no interior dos discursos em circulação sobre o feminino, sobretudo no que diz respeito aos relatos sobre as opressões experienciadas diariamente pelos indivíduos do gênero feminino. É necessário observar se essas formas discursivas são generalistas, apagando particularidades, à medida que não levam em conta as nuances das vidas de mulheres não brancas. Neste ponto, Carneiro (2011) nos leva à reflexão: afinal, de que mulheres estamos falando quando

[...] falamos do mito da fragilidade feminina, que justificou historicamente a proteção paternalista dos homens sobre as mulheres [...] nunca fomos tratadas como frágeis. Fazemos parte de um contingente de mulheres que trabalharam durante séculos como escravas nas lavouras ou nas ruas, como vendedoras, quituteiras, prostitutas...Mulheres que não entenderam nada quando as feministas disseram que as mulheres deveriam ganhar as ruas e trabalhar (CARNEIRO, 2011, n.p).

Diante disso, é permitido afirmar que muito antes de evocada qualquer palavra vinculada a um discurso homogeneizador, mulheres negras já enfrentavam desafios e dificuldades relacionados às atividades que exercem, as quais, em geral, são desvalorizadas socialmente e relegadas a um status objetificado. Atualmente, essa objetificação reforça os estereótipos variados, como a “mulata tipo exportação” ou a “empregada doméstica” (“alguém que é como da família”). Ao serem questionadas, essas imagens evidenciam o fato de que o parâmetro socialmente dominante de mulher é definido pelo arquétipo das mulheres brancas. Por essa razão, é necessário associar as lutas de mulheres negras a um feminismo negro pautado na articulação entre raça e gênero, levando em consideração o impacto que o racismo gera sobre as dimensões do gênero, visto que a discriminação racial não deixa de (re)afirmar as hierarquias de gênero na sociedade.

A luta das mulheres não está condicionada apenas pelas desigualdades oriundas da hegemonia exercida pelo masculino. Ela exige também suplantando outras formas de opressão históricas que se somam a essa estrutura de poder, sendo o racismo um dos desafios a serem superados nesse cenário. Quando o movimento feminista negro traz à tona os debates que envolvem as articulações de raça, gênero e classe, promove a união de pautas defendidas por movimentos feministas negros e das demandas mais amplas dos demais coletivos conduzidos por mulheres, enegrecendo resistências e tornando as lutas de todas as mulheres ainda mais representativas. Ao tornar o movimento feminista um espaço mais participativo para mulheres negras, reconhece-se aí a importância das discussões acerca das questões raciais e de gênero em âmbitos variados.

Por fim, Carneiro (2011) afirma que, ao longo da árdua jornada trilhada por mulheres negras, surgem oportunidades para a conquista de espaços de visibilidade e participação. Na intenção de alcançar esse objetivo, é fundamental que as discussões raciais possam impulsionar continuamente ações do movimento feminista. Ao vivificar essa luta, multiplicam-se as chances de fomentar valores humanitários que fortalecem os princípios norteadores do feminismo, constituindo comunidades capazes de articular e promover enfrentamentos antirracistas.

Acerca das implicações trazidas pelo racismo, Kilomba (2019) também discute uma perspectiva na qual esse fenômeno releva sua imbricação com a esfera de gênero, afinal, um não pode ser separado do outro. A relação que se estabelece entre ambos é fruto da intercambialidade entre construções racistas e formas de organização patriarcais. Exemplos dessa interligação são os estereótipos que confinam mulheres negras nos papéis sociais anteriormente destacados, assimilando seus estigmas e deméritos que, por vezes, agem implicitamente (GONZALES, 1984).

Em linhas gerais, essa discussão busca reconhecer a sobreposição de formas de supremacia. Habitualmente, é possível observar, de um lado, a primazia da figura do homem negro no âmbito das proposições sobre a negritude e, de outro, a centralidade na condição e demandas das mulheres brancas no âmbito dos debates sobre o feminismo. Nesse contexto, a mulher negra é sutilmente relegada ao vazio e ao apagamento. É o que ocorre em situações em que são estabelecidas falsas simetrias: quando mulheres brancas comparam suas vivências permeadas pelo sexismo com as experiências de racismo pelas quais passam as pessoas negras. Assim, quando essas formas de opressão se igualam por meio desse discurso, acabam sendo minimizadas, e o racismo é invisibilizado quando se trata de mulheres negras.

Nesse caso, a natureza distorcida da comparação opera de maneira que mulheres brancas tentem demonstrar pleno entender sobre o que se passa com as mulheres negras apenas por ambas serem mulheres. Essa compreensão sempre será limitada, uma vez sua condição racial constituída por privilégios estruturalmente garantido pela branquitude impedem a apreensão direta e completa da violência e dos demais mecanismos de submissão concretizados pelo racismo. Mulheres negras são mulheres e experienciam o sexismo, mas como negras, também vivenciam o racismo. Ao longo da história, a articulação socialmente construída entre raça e gênero tem contribuído para que mulheres negras sejam excluídas de um projeto feminista mais amplo.

Um dos marcos fundamentais na trajetória de luta e na construção de um campo capaz de contemplar os anseios e desafios de mulheres negras é a ascensão do feminismo negro. Ribeiro (2018) esclarece que o feminismo se estruturou como movimento social e político entre os anos 60 e 80 em solo estadunidense, como resultado da criação da *National Black Feminist*, em 1973. Além deste acontecimento, o movimento tem suas raízes oriundas do florescimento da literatura constituída por intelectuais negras a partir da tentativa de refletir e analisar sua própria situação na sociedade. A autora afirma ainda que estas mulheres já desafiavam o consenso estabelecido em torno do “sujeito mulher” e os padrões sociais que lhes eram impostos muito antes da existência de um conceito minimamente estruturado do feminismo.

Um exemplo é o discurso proferido por Sojourner Thuth, já em 1851, no decorrer da Convenção pelos Diretos da Mulheres, ocorrida no estado americano de Ohio. Thuth, mulher negra e ex-escrava, transmitiu em suas palavras a realidade do quanto mulheres brancas são privilegiadas quando precisam de ajuda para subir em uma carruagem ou até mesmo carregadas quando precisam atravessar a rua. Ela, todavia, como mulher negra não teve tais privilégios e questiona: “e eu não sou uma mulher?”. Sendo assim, é possível observar que ela, assim como outras intelectuais negras, já desvelava a situação de desigualdade que gerava a dissociação entre o tratamento recebido por mulheres brancas e negras.

Já no Brasil, o feminismo negro começou a se fortalecer nos anos 80. Tal acontecimento se origina a partir do III Encontro Feminista Latino-Americano em 1985, na cidade de Bertioga, localizada no município de São Paulo, evento este que se consolidou como um marco para a construção de um discurso feminista entre mulheres negras no cenário nacional. Um dos objetivos desta reunião foi o debate sobre temas pertinentes às mulheres negras, buscando ampliação de sua visibilidade como coletivo nas articulações feministas. É dessa iniciativa que começa a surgir os primórdios dos coletivos negros e, neste período, também foram realizados encontros estaduais e nacionais destas mulheres. Na visão de

feministas brancas, há relutância em reconhecer que, embora o gênero possa unir as mulheres, há outras condições que as afastam. Se muitas questões que envolvem o feminismo negro podem parecer despropositadas perante o olhar feminino branco, esse é um forte indício de que o próprio feminismo branco faz disso um terreno conflituoso. Questiona-se então para quem, de fato, é o feminismo, uma vez que este, em sua configuração tradicional, tende a enquadrar a diversidade de mulheres a partir da referência de um tipo particular de mulher – a mulher branca.

Um ponto a ser pensado em torno desse cenário de organização coletiva é sobre a relevância de mulheres negras articularem suas pautas em torno do racismo, mas sem abandonar a categoria gênero. Assim, seria possível estimular um olhar mais amplo e novas interpretações para se pensar sobre o próprio feminismo. Mediante os pontos levantados, é importante reconhecer como estas duas formas de opressão (racismo e sexismo) estão atreladas às discussões de raça e gênero, e essas duas esferas não são contraditórias ou excludentes, e se entrelaçam de modo a criar níveis de injustiça social variados.

Falar sobre interseccionalidade é um ponto relevante quando buscamos entender a interrelação, em específico nesta pesquisa, de raça e gênero. O termo foi cunhado ano de 1989, por Kimberlé Crenshaw, mulher, negra, professora, feminista, pesquisadora e ativista de direitos civis. Esta ideia é fruto de uma experiência na qual Crenshaw relata a história de Emma DeGraffenreid, ocorrida em 1976, ocasião na qual Emma se candidatou a uma vaga de emprego na empresa automotiva *General Motors* (GM). Ela, assim como outras candidatas afro-americanas que pleiteavam a vaga, não foram contratadas. Por ser negra e acreditando ser este um impeditivo para sua admissão, Emma ingressou com uma ação judicial contra a empresa, porém não obteve êxito, conforme sentença emitida pelo juiz responsável pelo caso, que teve como justificativa o fato de que a GM possui empregadas mulheres e homens afro-americanos. Esse caso ilustra uma entre várias maneiras de como a interseccionalidade opera: as categorias raça (homens negros) e gênero (mulheres) estão em evidência, mas isoladamente, uma vez que DeGraffenreid sofreu com incidência simultânea de duas formas de opressão, o sexismo (como mulher) e o racismo (como negra).

Contextos como esse nos auxiliam a entender o porquê de mulheres brancas serem declaradas – ou se autodeclararem – como parâmetro de referência para “todas” as mulheres, da mesma maneira que os homens negros e sua condição tem atuado como padrão pelo quais são representados a essência e os desafios da negritude. Akotirene (2018) elucida que a interseccionalidade proposta por Crenshaw tem auxiliado na promoção de interferências políticas e aprimoramentos jurídicos sobre como a unidade entre racismo e sexismo se

estruturam socialmente, assim como outras formas de violência associadas a eles. Compreender a interseccionalidade auxilia no esclarecimento das articulações que tornam as mulheres negras mais vulneráveis em contextos institucionais e de discriminações interseccionais na sociedade.

O “padrão colonial” imposto pela sociedade constrói uma imagem das mulheres negras ligadas a múltiplos estereótipos e papéis sociais que, por vezes, resultam da própria estrutura de opressão às quais estão submetidas, mas que, em muitos casos, são naturalizados, essencializados. Nesse caso, enquadram-se preconceções de que elas corresponde a: lideranças incumbidas do comércio ilegal de entorpecentes; homicidas quando se defendem de abusos domésticos perpetrados por seus companheiros ou são ameaçadas por eles; “aviõezinhos” que transportam substâncias ilícitas para seus companheiros encarcerados; sujeitos passíveis de terem seus direitos violados quando presas e impedidas de ter acesso à assistência religiosa (destaque para as religiões de matriz africana) e à presença de sacerdotes de candomblé e umbanda.

A interseccionalidade, assim, pode fornecer elementos para compreendermos o racismo e o sexismo que existem em instituições privadas e públicas, oferecendo contribuições para o fortalecimento dos movimentos feministas e antirracistas. Podemos pensar que ela se apoia num entendimento multidimensional das identidades culturais e subjetivas. Mais do que isso, a interseccionalidade é um aporte de análise que permite assimilar os processos de interação entre estruturas sociais, políticas e culturais. O caso da GM ilustra como o mercado de trabalho reproduz dinâmicas de segregação interseccionais, combinando elementos de raça e gênero no tocante à discriminação em processos de contratação, fazendo com que mulheres negras sigam mais vulneráveis profissionalmente.

Neste ponto, convém retomar Kilomba (2019), quando aborda uma noção essencial ao pensamento feminista do ocidente: a sororidade. Trata-se de um conceito que evoca um apelo à universalidade entre os indivíduos do gênero feminino, supondo a existência de uma conexão equivalente a uma forma de irmandade, aspirando ao fortalecimento de dinâmicas de cumplicidade e companheirismo coletivo perante um mundo no qual os interesses do patriarcado prevalecem. Teoricamente, trata-se de uma proposta que fortaleceria o feminismo. Entretanto, essa sororidade pode assumir uma lógica seletiva, contemplando apenas mulheres que acolhem outras somente sob uma perspectiva de gênero isolada de aspectos raciais e de classe, e que acaba por negligenciar as nuances da condição de mulheres negras que historicamente foram submetidas à escravidão e racismo.

Como já foi mencionado, situações como essas são difíceis de serem plenamente percebidas e compreendidas por pessoas brancas, uma vez que estas são estruturalmente

privilegiadas pela branquitude. Pensar em sororidade ponderando apenas o gênero é desprezar a hierarquia de poder que existe entre mulheres racialmente diferentes. A universalidade feminina, quando não reflete sobre como o racismo constrói diferentes feminilidades para mulheres negras e brancas, acaba por negar às mulheres negras a pertença a espaços sociais e as torna sujeitos socialmente invisíveis.

Ao contextualizar o movimento feminista de sua época, bell hooks (2018)¹¹ esclarece que é importante a proposição de políticas de solidariedade que possam, de fato, fomentar uma sororidade genuína. Esta só será verdadeira quando mulheres brancas forem capazes de reconhecer que se servem dos privilégios conferidos pela supremacia branca. Desse modo, a sororidade pode ser organizada de modo a abarcar um quadro heterogêneo e igualitário de vozes. Quando mulheres brancas renegam sua condição hierarquicamente superior construída pela sociedade, evidencia-se um sintoma de seu desconhecimento acerca de seus benefícios inatos, ou mesmo de um estado deliberado de negação. É relevante que mulheres brancas se engajem politicamente e busquem desenvolver uma nova consciência e fortaleçam a luta pelos direitos de todas as mulheres.

No entanto, é preciso observar ainda que o fato de mulheres brancas participarem do movimento antirracista por direitos não implica que se desprenderam totalmente da noção de supremacia branca que as privilegia e, por estarem mais informadas e educadas em relação às pautas de interesse da luta, isso não as qualifica para serem “líderanças” do movimento feminista. E se assim fosse, haveria uma nítida contradição performativa, já que a sororidade, nesse caso, para com as mulheres negras seria aparentemente inexistente. Observa-se que, quando entram para o movimento, feministas brancas consciente ou inconscientemente tendem a ocultar as diferenças existentes entre as mulheres de diferentes raças e classes, desconsiderando a relevância de uma visão interseccional. Ao dar primazia ao eixo gênero em detrimento da raça, acabam por privilegiar a si mesmas, ainda que conclamem a participação de outras mulheres. Ao pensar em uma sororidade utópica, brancas não consideraram que a exclusão de questões raciais das pautas do movimento acaba por subalternizar internamente mulheres negras (e não brancas).

¹¹ Neste ponto, é pertinente fazer uma observação acerca da escrita da dissertação. Mesmo levando em consideração o “Guia para a elaboração e apresentação da produção científica da Ufopa” e normativas atreladas a ele, a regra não foi utilizada aqui quando escrevo o nome de autora utilizando seu nome e sobrenome com letras minúsculas. Esta escolha busca respeitar o desejo de bell quando assim quis que seu nome fosse escrito, e destaca-se que “[...] essa prática surge a partir de uma postura da própria autora que criou esse nome em homenagem à sua avó e o emprega em letra minúscula como um posicionamento político que busca romper com as convenções linguísticas e acadêmicas, dando enfoque ao seu trabalho e não à sua pessoa [...]” (FURQUIM, 2019, p. 12).

Quando mulheres brancas buscam se organizar coletivamente tendo como objetivo comum debater sobre vivências que se baseiam apenas no gênero, costumam não perceber as diferenças que não corroboram ou não compatibilizam todas as experiências. Destaca-se que intervenções no movimento feminista relacionadas à raça não o prejudicaram ou descaracterizaram, pelo contrário, acabaram por fortalecê-lo. Resumidamente, as inferências de raça no pensamento e teorizações feministas foram salutares nas construções críticas acerca da raça para e no próprio movimento, repercutindo também na produção de trabalhos acadêmicos. Tem-se, todavia, o desafio de realizar na prática o que é proposto na teoria.

Mesmo que mulheres brancas se proponham à tarefa da escrita acadêmica e que suas produções sejam elaboradas através de uma perspectiva feminista, é preciso avaliar se tais conhecimentos impactam as relações cotidianas entre mulheres brancas e negras, pois o convívio social antirracista pode ser dificultado pelo fato de que as pessoas ainda são socializadas com outras do mesmo grupo racial. Assim, a confluência do racismo com o sexismo gera obstáculos entre as mulheres. Neste panorama, é importante mencionar os trabalhos de ativistas e autoras negras, que, através de um olhar revolucionário, puderam trazer à tona, por meio de suas próprias vozes, os debates sobre raça e gênero. Assim, ainda há muitos desafios a serem enfrentados, o que não deve ser um fator impeditivo para que se celebrem mudanças que já tenham acontecido ou que ainda estejam em curso, o que é possibilitado por meio das lutas e resistências arquitetadas pelas mulheres negras.

Além das categorias de raça e gênero, é relevante apontar a interseccionalidade proposta por Davis (2017), que discute a classe como um componente que também compõe e acentua mecanismos de exclusão e discriminação vinculados às mulheres negras. Ela discorre sobre o compromisso que a população branca tem de admitir que a liderança de pessoas negras somente deve ser empenhada quando as relações de igualdade para com este e outros grupos minoritários também estiverem em discussão. Ou seja, envolve encarar a inferência de que pessoas negras estão aptas apenas para falar por seu próprio povo, que mulheres negras falem representativamente apenas por outras mulheres negras e que elas não têm os requisitos necessários para elaborar discussões que falem sobre condições mais amplas, como sociais e humanitárias. É habitual, como resultado de um processo histórico, que lideranças femininas brancas façam julgamentos quando mulheres negras erguem suas vozes para se posicionar sobre as opressões que sofrem (sejam elas duplas, como o gênero/raça, ou até triplas, quando, além destas, é incorporada a dimensão de classe).

Com frequência, a branquitude alimenta o pressuposto errôneo de que as causas de interesse das negras e do movimento negro podem ser dissociadas de pautas mais amplas, como

aquelas defendidas pela classe proletária, uma vez que as objeções contra o sexismo seriam, supostamente, isentas das opressões raciais e de classe (em sentido econômico). Essa interpretação permite que o sistema econômico capitalista em vigor na atualidade mantenha fortalecida sua ligação com o racismo e com as opressões de classe. Para mulheres bancas em posições privilegiadas economicamente, como as pertencentes às classes média e alta, existem maiores possibilidades de realização de objetivos e aspirações pessoais e, ao galgar patamares socioeconômicos mais altos, não existe salvaguarda de que outras mulheres que são racialmente excluídas desse segmento possam também obter algum progresso. Nesse sentido, pode-se refletir sobre a atualidade do questionamento de Sojourner Thuth – “E eu não sou uma mulher?” –, uma vez que mulheres negras, sistematicamente, se questionam sobre a sua invisibilidade e subalternidade no interior de movimentos que, em tese, têm como propósito emancipá-las.

A pobreza é uma das condições que relegam mulheres negras a posições de classe inferiores. Reforçada por um pensamento iminentemente racista, a pobreza não é reconhecida como uma questão real e fundamentada pelas mulheres negras, realidade com a qual estão infelizmente ambientadas desde o período da escravidão. Para se defrontar com os desafios da atualidade, o movimento de mulheres negras deve ponderar sobre os problemas específicos que as afligem sendo negras (tais como o racismo, o sexismo e a pobreza) e, a partir daí, pensar sobre estratégias específicas para a promoção dessas pautas. No decorrer do processo de libertação feminina, as mulheres brancas são convocadas a compreender a relevância do apoio às mulheres negras em situações nas quais estas externam as agressões que sofrem cotidianamente. Nesse contexto, questões socioeconômicas podem não parecer relevantes ou urgentes para mulheres brancas, mas são primordiais para mulheres negras, em decorrência da violência social e estrutural presentes em suas realidades.

Em muitos casos, mulheres brancas incorrem na ilusão de pensar que, ao ajudar as “irmãs negras que são pobres” (encarnando a representação da “salvadora branca”), estarão isentas de uma postura racista, uma vez que o comportamento maternalista não é benéfico quando a intenção primária é construir um feminismo genuinamente democrático. Nesse sentido, mulheres brancas devem observar e refletir sobre o racismo impregnado em atitudes filantrópicas e em como elas podem acentuar a vulnerabilidade de mulheres negras.

Sobre isso, Davis (2017) sugere que, para um melhor entendimento sobre a vantagem que mulheres brancas de classe média detém em relação às mulheres negras, possamos conceber uma pirâmide, dividida em camadas de forma horizontal, de acordo com a classe social e a raça dos diferentes estratos femininos que ali estão representados. Sua divisão se organiza da seguinte maneira: nas camadas superiores, nesta ordem, encontram-se as

mulheres bancas de classe burguesa, seguidas das de classe média e, por último, as da classe trabalhadora. Abaixo de toda esta categoria, assentam-se as mulheres negras (e não brancas), pertencentes, em sua maior parcela, à classe trabalhadora. Quando as mulheres localizadas nos pontos mais altos dessa pirâmide logram conquistas para si mesmas, as que estão abaixo, na pirâmide, tendem a não ter suas posições movidas e se mantêm inalteradas. Contudo, quando as mulheres que estão na parte inferior obtêm avanços para si, seus êxitos farão com que, direta e indiretamente, esse conjunto de estruturas sejam movidas para cima – ou simplesmente se dissolvam.

Explicita-se, então, uma máxima corrente no âmbito do feminismo negro: quando mulheres negras se movimentam, todas as estruturas se movimentam com elas. Esta é apenas uma entre tantas situações nas quais esse grupo pode refletir sobre suas experiências, buscando congregiar temas que o auxiliem a se organizar e a se fortalecer publicamente. Propor caminhos para repensar e subverter as influências racistas, sexistas e de classe que alteram o modo como as histórias de mulheres negras são descritas, interpretadas e disseminadas, pode impulsionar o amadurecimento de frentes organizadas multirracionalmente, construídas num esforço conjunto. Desenraizar as opressões de raça, classe e gênero, sofridas por mulheres negras requer um esforço no sentido de proporcionar mudanças nas estruturas sociais e econômicas. Pelos pontos levantados até aqui, percebe-se que as mulheres negras são elementares nas discussões e questionamentos acerca de sua própria condição e posição na qual se encontram perante a sociedade.

Não se pode negar a relevância que a diversidade apresenta neste processo nem a natureza multidimensional dos sujeitos e suas identidades que se cruzam, tecendo suas vivências em meio a diferentes disputas de poder. Isto implica olhar para além de uma história única e centralizadora, aquela que, por vezes, é uma forma estabelecida de poder e se empenha em tornar uma voz única, em detrimento de todas as demais. É nítida a hegemonia das culturas euro-ocidental e norte-americana na definição das formas como os espaços públicos devem ser ocupados, sobrepujando narrativas com outras origens, isto é, ao menos as que não se enquadram nos modelos de dominação ocidentalizados.

Nesse sentido, é oportuno o alerta de Adichie (2019) acerca do perigo de uma única história, a partir da descrição de suas experiências de leitura de autores ocidentais e suas percepções (por vezes caricaturais) não apenas da África, mas também de outros povos e territórios do planeta. Segundo ela, a tradição de contar histórias africanas no ocidente tem alimentado percepções de que este lugar é “negativo, de diferenças, de escuridão”. Por fim, a autora ressalta que as “histórias únicas surgem quando um povo é mostrado como uma coisa e

somente isso, repetidamente, a ponto de mostrar um povo como uma coisa, como somente uma coisa, repetidamente, e será o que ele se tornará. É impossível falar sobre única história sem falar sobre poder” (ADICHIE, 2019, p. 22).

Para a autora, o modo como uma história é contada (quem a conta, quando o faz e quantas vezes) está diretamente relacionado com o poder. Estar em posições privilegiadas de poder não se limita apenas a contar a história de outrem, mas também fazer com que os relatos sobre o outro sejam lidos como definitivos, criando assim estereótipos. Essa reflexão aponta para a urgência da desconstrução de concepções eurocentradas que se estabelecem como perspectiva primária de apreensão e descrição do mundo. Sendo a cultura um domínio marcado pela diversidade e por pluralidades não simétricas, tornam-se importantes os questionamentos quanto à urgência de evidenciar as narrativas dos povos e segmentos, que até então não puderam contá-las por si mesmos, trazendo à tona suas memórias, lutas, experiências e conflitos.

A construção e o fortalecimento de espaços de representatividade para os grupos historicamente subalternizados têm como premissa o reconhecimento da dimensão política inerente à cultura em contextos de sociabilidade e expressão. Sob esta ótica, a democratização do poder de narrar a si mesmo pode se converter num potente instrumento de compreensão da sociedade em suas mais variadas dimensões e contradições.

3.2 Mulheres negras e redes sociais

Acioli (2007) esclarece que o debate sobre redes sociais envolve a discussão sobre conceitos diversos que englobam desde noções criadas no senso comum, como a de que este fenômeno é inseparável das tecnologias da informação e comunicação. Nessa lógica, também reside a ideia de que as redes remetem a fios e teias que se entrelaçam e, por conseguinte, criam um tecido comum, revelando assim um entrecruzar de laços entre múltiplos pontos e nós.

Acioli (2007) também explica que, para as Ciências Sociais, as redes representam o conjunto de relacionamentos interpessoais que ocorrem entre atores sociais e também entre um conjunto deles. Essa ideia também pode aludir aos movimentos populares institucionalizados que reúnem indivíduos com objetivos em comum e que assumem entre si relações de contornos variáveis e passíveis de reinterpretções. Já para a Antropologia, as redes sociais descrevem os processos sociais envoltos em conexões que englobam e transcendem os limites desses grupos sociais e demais categorias ligadas a eles. Essa noção é oriunda da Antropologia Social, tendo em Lévi-Strauss um de seus defensores mais notórios e que a promoveu através de suas análises etnográficas sobre a estruturação das relações de parentesco.

Na atualidade, o autor indica que uma das noções mais populares de redes sociais emerge das tecnologias da informação, universo que engloba teias de conexões e as interorganizações, no sentido de que o acesso às suas informações é intermediado pela rede mundial de computadores. No geral, o sentido do termo é caracterizado por sistemas relacionados às novas e complexas formas de associação estabelecidas através de dispositivos digitais. No interior do ciberespaço, as redes são capazes de produzir formas de influência que podem causar fluxos nas dinâmicas e relações de poder, constituindo-se como espaços marcados pela heterogeneidade e também pelas interações em diferentes níveis espaciais (local, regional e global). Por essa razão, as redes dão margem não apenas a parcerias e alianças, mas também a conflitos e antagonismos, imbricando-se na reprodução e configuração de sistemas de poder.

É importante observar aspectos como quem são os atores e instituições que concentram informações e poder de decisão sobre aquilo que diz respeito a essas redes. A constituição das redes no meio social pode significar tanto fontes de dominação e controle, quanto avanço e evolução de coletividades. As redes podem ser também espaços com maior nível de formalização, por meio dos quais instituições pautadas por diretrizes e inclinações políticas exercem suas atividades junto ao público e outras instituições. Também são espaços onde ocorrem interações informais entre atores-individuais – ainda que não excluam atores-institucionais – oportunizando a construção de vínculos afetivos e interesses em comum.

Em geral, redes nascem e tem seu desenvolvimento construído nos referidos contextos informais, mas seus efeitos podem reverberar em escalas mais amplas, como as relações no âmbito do Estado, das representações civis e outras esferas coletivas institucionalizadas. Nesse amplo universo repleto de redes pelas quais circulam um vasto volume de informações, a tendência de fragmentação de saberes e culturas é algo a ser considerado. O entrelaçar e reorganizar o tempo e espaço, o local e o global, podem dissolver o sujeito em um mundo no qual não há um centro.

A rede também serviu como metáfora que inspirou pensadores como Michael Maffesoli (1998), que discorreu sobre as formas de agregação social nas quais os sujeitos se juntam em tribos que compõem as redes, as quais, por sua vez, são constituídas por pessoas. Nesse contexto, a proximidade atua como um mecanismo no qual as representações sociais se disseminam. A realidade social pode ser constituída a partir do momento em que ocorrem ininterruptas “contaminações”, ou seja, cruzamentos e entrecruzamentos diversos em cadeia, criando assim uma rede das redes. O indivíduo tem a oportunidade de participar de diversas tribos que se relacionam entre si, e cada sujeito poderá experimentar sua própria diversidade,

criando para si máscaras que se atritam, mas que podem se adaptar às demais que circulam nestas ou em outras redes.

Essa e outras teorias são o embrião daquilo que hoje conhecemos por “rede social”. Trata-se de uma estrutura integrada por indivíduos e organizações que, ao estabelecerem interações, se conectam e atuam em prol de objetivos em comum. O termo “redes” transmite a ideia de fluxos e movimentações, sendo compreendidas por meio dos padrões de relacionamento adotados por uma dada coletividade.

Sobre a ideia de redes sociais, Recuero (2018) a conceitua como um conjunto que reúne elementos distintos: 1) os atores, que são representados por indivíduos, grupos ou instituições; e 2) conexões estabelecidas na forma de laços e interações presentes tanto em espaços *on-line* quanto *off-line*. Rede, nesse caso, é uma representação para que se possa observar os padrões pelos quais um grupo se conecta. Já os nós são resultados da articulação entre dois ou mais atores. As ações de pessoas engajadas em dinâmicas reticulares contribuem com a criação de estruturas sociais por intermédio de diferentes formas de comunicações. Devido ao distanciamento físico frequente entre os usuários no processo de interação por meio de dispositivos eletrônicos, as redes sociais *on-line* se constituem como um espaço em que as identidades sociais podem ser tanto ocultadas quanto reformuladas, estetizadas ou mesmo falsificadas.

A flexibilidade das redes sociais faz com que se apresentem como espaços nos quais os usuários têm a possibilidade de expressar suas individualidades com a ajuda de uma ampla gama de recursos técnicos e midiáticos capazes de dar novas nuances às suas subjetividades. Ao mesmo tempo em que é uma figura privada, o internauta também se constitui como um ator que se envolve em múltiplas manifestações públicas, utilizando-se da conectividade para se engajar em diferentes formas de participação sociocultural. Em geral, o desejo de ser visto no ciberespaço é fruto do imperativo social ligado à (busca por) popularidade, o qual tensiona interações que pensam entre os domínios público e privado.

Tais domínios, conforme o avançar dos anos, foram adquirindo novos contornos e trazendo à tona, das relações modernas, outros olhares a respeito do espaço doméstico, a intimidade dos sujeitos e a esfera pública, que, gradualmente, passaram a ser permeados pelas tecnologias digitais. Para Sibilia (2015), o espaço doméstico que, no passado só podia ser acessado através da pertença a um círculo familiar ou através de invasão (seja por meios legais como perícias policiais ou através de atos criminosos), hoje nos é evidenciado de variadas formas, fazendo com que o limite entre o privado e o público se torne cada vez mais tênue. Faz parte dessa realidade mais expositiva, por exemplo, os autorretratos conhecidos como *selfies*,

registros que se pautam pela captação e disputa de atenção e que inundam os ambientes digitais com fotos de contextos particulares do cotidiano de cada indivíduo, tais como acontecimentos familiares, viagens e demais atividades sociais.

Ainda que os dispositivos tecnológicos não sejam a causa da universalização do ambiente privado, a conectividade permanente propiciou uma nova configuração da privacidade doméstica colocando em crise o confinamento disciplinar (FOUCAULT, 1997; DELEUZE, 1992). Considerado um mecanismo de poder e controle da população na era industrial, esse tipo de confinamento tem se tornado progressivamente ultrapassado mediante o avançar das redes digitais e do ciberespaço. A janela do lar, que obliterava a visão do público externo, encontra nova roupagem nas janelas das telas eletrônicas, as quais permitem que cada indivíduo exiba múltiplas formas performáticas de si mesmo. Se antes da era digital era inconcebível aceitar tal exposição da intimidade por ser encarada como uma atitude imprópria e de mau gosto, hoje foram minimizadas as barreiras à autopromoção em busca de *likes*, visualizações e ampliação do número de seguidoras(es).

Além dessa busca por notoriedade, essa relação com o outro só é possível graças à mediação realizada por uma gama cada vez mais diversa de dispositivos computacionais com acesso à *internet* (computadores pessoais, *notebooks*, telefones celulares, *tablets*, consoles). Para que as interações na rede sejam “humanizadas” é necessária a presença (e abundância) de personalidades carismáticas, isto é, figuras capazes de despertar conexão e empatia no grande público ou em segmentos específicos.

Das estratégias e trajetórias construídas no campo acadêmico educacional, passando pelos movimentos sociais que se organizam por meio de coletivos e tomam as ruas e demais espaços, as articulações femininas negras também têm encontrado na atualidade uma ferramenta de visibilidade para sua luta: o ciberespaço. Nele, esse grupo tem se encontrado como um espaço fecundo em termos de protagonismo – ainda que este também reproduza novas e antigas opressões existentes no mundo pré-digital. Conforme foram se multiplicando e diversificando os conteúdos produzidos em ambientes virtuais, temas de menor visibilidade na “mídia tradicional” puderam, enfim, ser contemplados. Sobre as temáticas envolvendo raça e gênero, os discursos de mulheres negras no ciberespaço têm-se tornado objeto de debates e pesquisas em diferentes áreas das ciências humanas e sociais. Entre outros desdobramentos, estes esforços têm sido considerados oportunidades de revelar a importância do impacto sociocultural que essas mulheres causam ao utilizar as redes sociais como forma de expressão, visto que as redes se tornaram um meio fecundo para as interações ligadas ao net-ativismo.

O empoderamento das mulheres negras é um movimento que tem adquirido relevância na *internet*, erguendo as vozes que questionam processos de silenciamento social, propiciando novas formas de participação social e fortalecimento de luta, ligados à ocupação de espaços. Na atualidade, observa-se a crescente relevância de pesquisas capazes de compreender as apropriações de plataformas de sociabilidade por segmentos minoritários e periféricos, como as mulheres negras. Essas ações podem estar sendo motivadas por questões ligadas à vivência e sobrevivência desse grupo, o que costuma despertar o interesse a respeito de suas narrativas sobre si e como estas podem revelar aspectos relevantes de suas histórias de vida acerca da construção de suas identidades.

A interação nas redes entre estas mulheres, que no ciberespaço constantemente adquirem o *status* de influenciadoras digitais, é um ponto de partida para que se possa compreender as influências que elas podem exercer no público que as segue. A interação e a influência sobre os usuários no ciberespaço que consomem os conteúdos produzidos pelas influenciadoras são forças cada vez mais relevantes no processo de constituição e disseminação das representações, narrativas e discursos acerca de diversos aspectos da realidade. Entre elas, figuram as compreensões inscritas nos âmbitos de raça e gênero, bem como as formas de pertencimento associadas a cada uma delas. Assim, vale destacar que os meios digitais de comunicação estão em conexão permanente com contextos e atores heterogêneos, contribuindo com a democratização de novos espaços de fala, interação e visibilidade.

Por outro lado, admite-se que as plataformas digitais de sociabilidade apresentam outras nuances que vão além da democratização do acesso à informação aos usuários. Em matéria publicada, em 2020, na Revista Cláudia, intitulada “Mulheres negras são mais atacadas nas redes sociais”¹², a escritora Juliana Borges¹³ esclarece que a maior parte dos ataques praticados nas redes sociais tem como alvo mulheres e são realizados por pessoas que se sentem mais confortáveis para fazer interações de maneira mais superficial e agressiva. Para embasar seu argumento, ela recorre a dados da tese de doutorado do sociólogo Luiz Valério Trindade, que, em seu trabalho, apresenta estatísticas como: mulheres negras na faixa etária entre 20 e 35 anos são 81% das vítimas dos discursos de ódio e discriminação nas redes sociais. Em relação aos agressores, Trindade destaca que 65% são homens, na faixa etária entre 20 a 25 anos. Esses dados foram obtidos mediante uma investigação que abarcou 109 páginas do *Facebook* e 16 mil perfis de usuários dessa plataforma.

¹² Disponível em <https://bit.ly/3yTUGnI>. Acesso em 31 maio 2021.

¹³ Mulher negra, autora do livro “Encarceramento em Massa”.

Em diálogo com estudo elaborado pela Anistia Internacional conjuntamente com a *Element AI* (empresa voltada para o ramo de produtos vinculados à inteligência artificial), Borges também aponta que, em média, uma mulher é ofendida no *Twitter* a cada 30 segundos. Entre as não brancas (negras, asiáticas e latinas), existe 34% a mais de probabilidade de sofrerem esse tipo de violência, em especial, as mulheres negas cujos ataques contabilizam 1 a cada 10 publicações no *Twitter*, sendo que para mulheres brancas essa proporção é 1 a cada 15.

Borges também afirma que é fundamental dar atenção às consequências que esse tipo de visibilidade midiática tóxica tem causado em mulheres negras. Trata-se de um cenário que pode se refletir em situações de desgaste mental e emocional, além de diferentes formas de adoecimento derivadas desse estado. É importante observar se essas mulheres têm estrutura e condições para enfrentar essas situações, pois, se para indivíduos de outros segmentos esse alcance midiático vem acompanhado de uma equipe técnica responsável pelo acompanhamento e monitoramento dos perfis em diferentes plataformas, Borges destaca que muitas das mulheres com ampla base de seguidores não desfrutam dessa oportunidade, pois, segundo ela, são “pessoas físicas, normais, fazendo suas pesquisas, disseminando suas ideias com o devido cuidado e pensando no público que querem atingir”.

Partindo desse ponto, a escritora sugere que pensemos no nosso cotidiano sobre uma política de cuidado nas mídias que utilizamos, sobretudo em relação aos conteúdos que compartilhamos diariamente. Tal política também envolve pensar sobre como as pessoas, em seus perfis pessoais, administram as trocas com o público que alcançam e, especificamente, no caso de mulheres negras, como lidarão com as agressões às quais estão expostas. Finalizando, Juliana Borges fala sobre o autocuidado radical. Tem-se, então, uma política voltada para a preservação do sujeito pela coletividade, ocasionando modificações de comportamento, visto que todos nós nos encontramos expostos no espaço público constituído pelas redes no ciberespaço: precisamos cuidar mais uns dos outros e de todos nós.

Em matéria publicada na Revista Vogue¹⁴, Carla Akotirene¹⁵ fala sobre mulheres negras e o cancelamento nas redes sociais. Inicialmente, relembra a luta histórica simbolizada pelo dia 25 de julho que, desde 1992, foi definido como Dia da Mulher Negra Latino-americana e Caribenha. Desde esse período, estas mulheres vêm construindo o combate à política de cancelamento direcionada à população negra, em especial em países do terceiro mundo, considerando que o fim da escravidão por si só não trouxe garantias fundamentais a essa população.

¹⁴ Disponível em <https://glo.bo/34IxoDI>. Acesso em 31 maio 2021.

¹⁵ Escritora da obra “Interseccionalidade”, pauta abordada nesta pesquisa.

Para Akotirene, a cultura do cancelamento consiste no boicote aos perfis de pessoas conhecidas (artistas, celebridades etc.) que apresentem atitudes repudiáveis aos olhos do público. Os efeitos dessa cultura dizem respeito ao racismo patriarcal e capitalista que, segundo ela, deixam as mulheres negras como o principal alvo de *fake news*, ameaças e silenciamento. Este último, inclusive, ocorre em uma conjuntura na qual muitas dessas mulheres ascenderam como escritoras, tendo suas obras consumidas em âmbito nacional e internacional, o que é um contraponto à hegemonia da cultura editorial centrada em autores e obras europeias. Nesse sentido, Akotirene evoca os ataques dirigidos a figuras públicas negras, como a filósofa Djamila Ribeiro, a médica Thelminha Assis (vencedora do *reality show Big Brother Brasil*, em 2020) e a jornalista e apresentadora Maju Coutinho. Finalmente, infere que, em alguma medida, os ataques ocorridos em plataformas virtuais – em especial os direcionados às mulheres negras – fortalece e reafirma o patriarcado branco por força do racismo patriarcal.

É inegável que as redes se tornaram importantes espaços de visibilidade e ascensão social para mulheres negras, porém, essas agressões também impõem a necessidade de pensarmos criticamente sobre o cuidado acerca da vulnerabilidade desse segmento, suas práticas de autocuidado e as implicações das tecnologias digitais aos processos de interação nas redes digitais. Apesar dos desafios encontrados, as redes sociais também vêm sendo construídas como o terreno do qual emergem novas formas participação, afirmação e empoderamento ao alcance de usuários – inclusive aqueles pertencentes a segmentos periféricos.

3.3 O Youtube (e a educação)

Em relação aos diferentes meios de comunicação que têm possibilitado o compartilhamento de conteúdo *on-line* e a criação de redes, é inegável destacar o protagonismo exercido por uma plataforma em particular: o *YouTube*. Criado em 2005, o *YouTube* foi idealizado por Steve Chen, Jawed Karim e Chad Hurley, todos eles ex-funcionários do site *PayPal*. Jawed foi o protagonista do primeiro vídeo postado no canal após sua criação. Esse passo inicial abriu caminhos para que outras pessoas pudessem produzir seus próprios conteúdos e compartilhá-los com o público que conseguissem cativar. Em parte, sua popularidade se deve à ampla e diversa gama de material audiovisual que disponibiliza a cada minuto aos seus usuários, constituindo-se como um fenômeno de referência no que diz respeito às investigações voltadas à compreensão da evolução das tecnologias e dos novos formatos de mídias, bem como dos modos como estas se relacionam com a política, a cultura, a economia e a Educação.

A plataforma segue uma política de livre acesso que estabelece que “quando você usa o *YouTube*, se une a uma comunidade de pessoas do mundo todo”. De acordo com informações contidas no *site* oficial¹⁶, sua missão consiste em “dar a todos uma voz e revelar o mundo”, pois acredita que “todos têm o direito de expressar opiniões e que o mundo se torna melhor quando ouvimos, compartilhamos e nos unimos por meio das nossas histórias”. Na mesma sessão, afirma que os valores do *Youtube* coincidem com a valorização de direitos essenciais aos/dos seres humanos, tais como: “liberdade de expressão”, “direito à informação”, “direito à oportunidade” e, por fim, “liberdade para pertencer”. Desse modo, o *YouTube* se define como um espaço coletivo e colaborativo que oportuniza democraticamente o acesso à expressão a/de indivíduos e grupos heterogêneos.

Burgess e Green (2009) afirmam que os usuários que colaboram com a alimentação permanente do *Youtube* compõem núcleos diversificados. Estes abrangem canais de televisão, pequenas e médias empresas, instituições culturais, fãs letrados de mídias, leigos, produtores amadores de conteúdo, dentre outros. Conseqüentemente, cada um desses atores utiliza a plataforma seguindo propósitos específicos e conforme suas próprias necessidades, destacando o caráter dinâmico que traz à plataforma uma essência culturalmente colaborativa. No entanto, além de potencializar a visibilidade e a participação democrática dos sujeitos, os autores também apontam que o *YouTube* é, antes de tudo, um espaço que oportuniza a observação, a reflexão e a análise dos confrontos inerentes à cultura participativa do ciberespaço, tais como a desigualdade de participação e expressividade, as tensões entre interesses, o questionamento da ética e normativas sociais e diferenças culturais.

Apesar de a plataforma apresentar um nível de abertura considerável em relação a quem está apto a fazer publicações, há que se observar ainda seus principais limites e normas de uso. O site oficial do *Youtube* disponibiliza um conjunto de diretrizes da comunidade¹⁷ que detém um caráter preventivo e inibitivo em relação ao teor dos *uploads* de conteúdo na plataforma. Em sua política, esclarece aos usuários que as regras são “baseadas no bom senso” e que têm o objetivo de ajudá-los a “se manter longe de problemas”.

Dentre as proibições do *site*, destacam-se aquelas que impedem a postagem de vídeos que apresentem “nudez ou conteúdo sexual”; “conteúdo prejudicial ou perigoso”; “conteúdo de incitação ao ódio”, “assédio e *bullying* virtual”, dentre outras manifestações ofensivas. Além disso, também proíbe a veiculação de qualquer conteúdo que “promova ou apoie a violência contra indivíduos ou grupos com base em raça ou origem étnica, religião,

¹⁶ Disponível em <https://www.youtube.com/intl/pt-BR/about/>. Acesso em: 25 março 2020.

¹⁷ Disponível em <https://bit.ly/37bbYni>. Acesso em: 20 abr. 2020.

deficiência, gênero, idade, nacionalidade [...], classe social, orientação sexual ou identidade de gênero [...]”. Logo, entende-se que as normas de uso da plataforma procuram inibir a reprodução de discursos de ódios.

Outro aspecto relevante diz respeito à trajetória que possibilitou ao *Youtube* alcançar notoriedade e importância no âmbito da *internet*. Selwyn (2016) afirma a importância das pesquisas sobre Educação e tecnologias desenvolverem a consciência histórica acerca dos fenômenos investigados, evitando a naturalização de uso e representações correntes, partindo da compreensão de acontecimentos passados. Apesar de parecerem uma invenção recente, influenciadores digitais têm uma origem mais antiga. Conforme Karhawi (2017), os primeiros registros dessa atividade como influenciadores foram identificados no final dos anos de 1990 e aconteciam nos *blogs*, os quais, na época, representavam um espaço precursor do potencial das tecnologias digitais no que se refere à promoção de novas formas de diálogo de usuários com um público de leitores, antes mesmo do advento das redes sociais digitais.

A palavra *blog* deriva da contração da expressão em inglês *weblog*¹⁸. Após o ciclo de desenvolvimento e ascensão dos *blogs*, ainda nos anos 1990, ocorre o surgimento e popularização das variantes audiovisuais dos diários virtuais, os *vlogs*. Karhawi (2017) explica que o termo “vlogueiro” (*vlogger*) deriva de “blogueiro” (*blogger*). Estes compartilham textos e aqueles, além de textos, os transformam em vídeos. Nesse contexto, nos *vlogs* (uma variante de *weblogs*) o conteúdo principal consiste em vídeos que abordam temáticas variadas ou quaisquer temas passíveis de altos índices de acesso e engajamento. Além da personalidade dos vídeos desenvolvidos por vlogueiros, o material audiovisual produzido, frequentemente, possui uma natureza “amadora”, isto é, costuma ser produzido com recursos técnicos limitados à execução, roteiro improvisado e pouco trabalho de pós-produção (edição).

Com a profissionalização dos vlogueiros, as condições atuais de produção de conteúdo *on-line* contam com uma gama cada vez maior e melhor de recursos. Atualmente, a fronteira entre um amador e profissional tem ficado cada vez mais tênue em plataformas como o *Youtube*. Além da própria popularização de celulares com boa qualidade de captação de imagem, som e outros recursos, antes considerados distantes das pessoas comuns, os donos de canais ainda podem contratar editores para dar um caráter profissional ao conteúdo criado. Essa

¹⁸ *Log* significa diário, como o diário de bordo, o livro em que se apontam os caminhos e demais diretrizes por intermédio dos quais um processo de navegação deve orientar-se. O diário faz referência às páginas *on-line*, nas quais um ou vários autores divulgam conteúdos na *internet* com assuntos de seu interesse, podendo receber *feedbacks*, opiniões, críticas e iniciar discussões sobre esses temas escolhidos. As publicações são organizadas por categorias e de forma cronológica, de modo que as postagens mais recentes são listadas primeiro.

é uma tendência que pode ser observada até mesmo em canais com uma quantidade pouco expressiva de seguidores. Ou seja, a incorporação de melhores equipamentos para gravação e serviços de assessoria para atividades, como pesquisa de conteúdo, edição de imagem e áudio têm sido decisivos para aquelas e aqueles que buscam expandir sua base de seguidores e, com isso, realizar a monetização de suas redes sociais e, assim, adequar-se às condições de monetização, isto é, da veiculação de propaganda de produtos/serviços no decorrer dos vídeos.

Aos poucos, o termo “vlogueiro” cai em desuso e dá lugar ao termo *youtuber*, marcando a expansão da referida plataforma e evidenciando o impulso recebido pela profissão de produtor de conteúdo para a *internet*. Atualmente, percebe-se que o significado da atividade do influenciador digital está atrelado ao fato de que cidadãos comuns, hoje, muitos deles *influencers*, adquiriram a capacidade de reformular e influenciar o modo como se processa o diálogo entre os mais diversos públicos, situação possível graças às redes sociais e ao alcance que estes usuários têm junto aos seus seguidores. A descentralização dos espaços de fala e visibilidade, antes concentrados nas mídias tradicionais, também criou condições para a ampliação do poder de persuasão dos influenciadores em relação à tomada de decisões sobre consumos culturais, estilo de vida e aquisição de produtos e serviços.

Para Karhawi (2016), o influenciador da atualidade não apenas engaja e movimentam nichos em prol de causas variadas no ciberespaço, como também pode até mesmo alcançar contextos da vida *off-line*, estampando capas de revista, programas de TV, shows, além de campanhas publicitárias que geram receita complementar ao canal e ajudam a construir e consolidar sua “fama” como influenciador, tornando-se sua própria marca. Esse tipo de visibilidade faz com que a caracterização de quem é o *influencer* possa adquirir um caráter divergente em relação a outras figuras de alta notoriedade, como as celebridades tradicionais. Um dos elementos-chaves nessa distinção é o fato de os influenciadores, em sua maioria, serem “pessoas comuns” e que, por isso, tendem a se comunicar de maneira mais próxima e espontânea com seus seguidores. Dessa comunicação, surgem práticas sociais que interconectam as pessoas em ambientes virtuais, como o *Youtube*, plataforma que enseja relações de troca entre produtores de conteúdo – entre os quais figuram os *influencers* – e seu público, as quais podem despertar o interesse acerca de temas variados e desencadear aprendizagens.

Batista e Fernandes (2016) ajudam a sustentar esse argumento, ao realizarem uma investigação que buscou compreender como jovens *youtubers* tecem aprendizagens na sua jornada de produção e compartilhamento de vídeos. Como resultado, as autoras observaram jovens que, ao relatarem sobre seus aprendizados em relação à produção de vídeos, associaram

que este processo se deu de forma individual, dando destaque a como se “viraram” sozinhos. Os entrevistados recorreram a pesquisas no *Google* e no próprio *YouTube* para obter mais informações sobre como atingir suas metas na produção de conteúdo audiovisual. Essa descoberta revela uma contradição sobre o processo: não aprenderam sozinhos já que precisaram do apoio de outros *youtubers*. Aprender “sozinho”, na visão das autoras, significa ser o início da busca pelo conhecimento, mas a aprendizagem se dá nas trocas que acontecem entre os outros indivíduos e instituições que produzem conteúdo, demonstrando o predomínio de dinâmicas de cooperação e colaboração.

As pesquisadoras salientam ainda que

a experiência de ser youtuber encerra em si aprendizagens de naturezas diversas e muito significativas para sua formação, como: vivenciar as agruras e alegrias de se implementar um projeto como seu canal; testar diferentes formas de organização para alcançar objetivos; superar desafios e resolver problemas; viver a sociabilidade, a convivência, a negociação e ser fiel a si mesmo; viver dilemas éticos e ter que se posicionar; ter de ser resiliente para alcançar seus desejos; ser empreendedor e ter que encontrar saídas; aprender a se expressar e a se comunicar com uma audiência ativa e que se posiciona; sofrer pressões e não ceder sem argumentar; ser responsável e comprometido com sua audiência; inovar e arriscar; e muitas outras [...] (BATISTA e FERNANDES, 2016, p. 124-125).

Essa investigação ajuda a evidenciar que o dia a dia dos *youtubers* reforça a discussão, já levantada pelos Estudos Culturais nos anos 80, de que o aprendizado não se desenvolve apenas no âmbito escolar e que a mídia é um componente importante na formação curricular cultural da sociedade. As redes de aprendizagem presenciais que se formam nas escolas, com ou sem a *internet*, imbricam-se nas redes constituídas no ciberespaço. As práticas culturais colaborativas estabelecidas entre esses jovens no mundo virtual raramente dialogam com a cultura da escola, desafiando o campo educacional a desenvolver maneiras pelas quais esses dois universos podem convergir.

Outro ponto relevante acerca de influenciadores é que, por terem maior proximidade com o público, estes costumam despertar o interesse de marcas e empresas em busca de parcerias para a divulgação de produtos e serviços. Para as criadoras e criadores de conteúdo, além do benefício da monetização, existem vantagens decorrentes de diferentes modalidades de associação comercial com grandes anunciantes, como a presença em eventos para a divulgação de produtos e campanhas compatíveis com o perfil do *influencer*.

Acerca de marcas e empresas transnacionais, Domingues e Miranda (2018) argumentam que ocorre um investimento financeiro considerável em relação à publicidade,

visando a alcançar consumidores em escala global. Tal dinâmica, ao mirar na amplificação de mercado, busca, num primeiro momento, o aumento de receita. Todavia, há que se destacar que, no atual cenário se expande continuamente a participação de múltiplos grupos e segmentos no ciberespaço – inclusive os historicamente silenciados – e da disseminação de narrativas contra-hegemônicas que, ao ocupar este espaço, acabam por (re)modelar a maneira como o conteúdo produzido é propagado. Isso faz com que empresas revejam suas estratégias para além da visão voltada apenas para o lucro. Ao se posicionar perante as ações tomadas por estas empresas, os consumidores constroem cidadania imbricada na seara do consumo.

Domingues e Miranda (2018) também argumentam que, de fato, nenhuma empresa deseja exposição ao público de fragilidades que, eventualmente, possua. Contudo, a publicidade atual não se posiciona contrária a esse ativismo social e busca se pautar mais como um discurso ativista do que apenas uma peça publicitária, o que gera inúmeros debates dentro do marketing e outros campos de atuação. Entre eles, está o aperfeiçoamento por profissionais de marketing do *femvertising*, termo formado pelas palavras *feminist* (feminista) e *advertising* (propaganda), e que se trata de um movimento que preza pela igualdade de direitos entre os gêneros no que tange à venda de serviços e produtos.

No tocante ao objeto desta dissertação, um dos exemplos de *femvertising* são os encontros entre mulheres negras *youtubers* promovidos por marcas de produtos de beleza para pessoas desse segmento, a exemplo de shampoos e condicionadores para cabelos cacheados/crespos. Em eventos como esse, as influenciadoras se reúnem em um espaço definido e preparado pelos patrocinadores, no qual interagem entre si e promovem momentos de troca de informações acerca de cuidados capilares, estética afro, além de falarem para seus seguidores sobre as qualidades e benefícios dos produtos que estão divulgando. Nestas reuniões, se assim for permitido pelos patrocinadores, pode haver, inclusive, espaços e tempos reservados à socialização de relatos sobre experiências pessoais e coletivas em relação aos aspectos que dizem respeito à autoimagem, à autoestima e ao autocuidado. Um dos exemplos, é o enfrentamento do racismo, situação frequentemente exposta pelas influenciadoras com a finalidade de gerar identificação imediata com seguidoras e seguidores, além de moldar sua percepção acerca dos produtos em evidência no evento.

Há que se considerar que para despertar (e manter) o interesse do público, de grandes marcas e de outros veículos midiáticos, as influenciadoras e influenciadores, inicialmente, precisam se consolidar como produtoras e produtores de conteúdo relevante. Para isso, devem desenvolver a sensibilidade para a seleção de informações e temáticas que possam atizar o interesse de cada um dos segmentos com os quais se comunicam. Disso depende o

crescimento de sua popularidade, sua base de seguidores, bem como dos indicadores de desempenho valorizados por marcas, empresas e instituições parceiras.

Para Recuero (2008, *on-line*)¹⁹, o capital social construído na internet é moldado conforme a construção da reputação, e esta é o resultado da relação entre o “eu” e o “outro”. Nesse vínculo, ficam perceptíveis aos outros quem somos e o que pensamos, e a imagem construída por outrem é o resultado do que deixamos que seja transmitido aos outros, aquilo que permitimos que estes vejam sobre nós. A reputação, portanto, não se baseia apenas em número de seguidores, mas também no conjunto de impressões que o influenciador deixa para o seu público. Já a popularidade, por sua vez, diz respeito ao valor quantitativo que pode ser mensurado por intermédio de estatísticas capazes de mensurar o público alcançado por um *influencer* ou pelas referências (menções, marcações, *hashtags*) que seus seguidores fazem envolvendo-o em postagens e demais informações públicas em redes sociais, incluindo os comentários efetuados nos vídeos do próprio *YouTube*.

Sobre a autoridade, Recuero (2018, *on-line*) afirma que se trata da influência que é exercida por alguém em uma ou várias plataformas de sociabilidade *on-line*, ajudando a moldar a percepção que as pessoas têm sobre um produtor de conteúdo. A autoridade pode ser medida a partir da influência e da capacidade do *influencer* movimentar conversações decorrentes de algo que tenha sido dito por ele. Logo, o cálculo da autoridade só pode ser percebido por meio da forma como as informações são propagadas nas redes sociais e da percepção dos sujeitos envolvidos acerca dos valores que são por elas transmitidos. Compreender a trajetória de consolidação do fenômeno que se conhece atualmente como influenciadores digitais é um ponto inicial para reflexões e questionamentos sobre a formação da subjetividade dos sujeitos que acessam aos canais do *YouTube*.

No estudo de Santos e Falcão (2019), podemos observar na prática esse tipo de formação, juntamente com o como a plataforma tem se tornado um espaço no qual grupos minoritários têm sido estimulados a se comunicar e a expressar suas identidades. Intitulada “Que negros e negras são esses (as) do *Youtube*? Pensando a negritude e as formas de identidade a partir de narrativas exemplares”, a pesquisa discorreu sobre como o *YouTube* (e as múltiplas funções que cumpre no ciberespaço), abastece os usuários com diferentes formatos audiovisuais híbridos, incentivando a produção, a circulação e o consumo de conteúdo em seus domínios. Além disso, também se constitui como um território rico em discursos e narrativas de múltiplas origens, os quais tendem a se voltar para a produção do chamado “sujeito exemplar”. Santos e

¹⁹ Disponível em <https://bit.ly/3aHiWfs>. Acesso em: 27 fevereiro 2020.

Falcão (2019) afirmam que a plataforma é um dos terrenos nos quais se proliferam conteúdos alinhados ao que chamam de “cultura da inspiração”. Em diálogo com Casaqui (2017, citado por SANTOS e FALCÃO, 2019), explicam que esse cenário se sustenta na produção, circulação e consumos de narrativas centradas em formas de motivacionais e edificantes de identificação. Por sua vez, estas expressam discursos enunciados por indivíduos que, inseridos nessa cultura, buscam corresponder aos anseios e às expectativas sociais fixadas por “sujeitos exemplares”, isto é, por modelos personificados que, através de suas histórias e trajetórias excepcionais, atuam como referência, incentivo e parâmetro para as experiências cotidianas de usuários e seguidores.

Santos e Falcão (2019) buscaram entender quais as visibilidades possíveis na plataforma para sujeitos atrelados ao que chamam de “marcadores sociais”, como por exemplo, raça, gênero e sexualidade. Para compor o *corpus* da pesquisa, teve-se como alvo o material audiovisual criado por dez *youtubers* negras e negros que participaram de uma série de vídeos do *YouTube Black Brasil*, evento ocorrido na plataforma, em alusão ao mês da Consciência negra de 2017. Os participantes dos vídeos e, por seguinte, também do estudo, foram três *influencers* homens (PH Cortês, Murilo Araújo e Caio Franco) e sete mulheres (Luci Gonçalves, Camila Nunes, Gabi Oliveira, Mari Ribeiro, Ramana Borba, Tia Má e Nátaly Neri). Cada um foi convidado a responder à seguinte pergunta: “quem eu sou”? As respostas foram diversas, se observados os variados perfis desses influenciadores. Foram identificadas nas narrativas, dotadas de enunciados inspiradores imbricados na cultura da inspiração, isto é, na tendência geral, a busca por referências que forneçam motivação à conquista de certos tipos de objetivo e que estejam situadas fora do lugar-comum das práticas cotidianas da coletividade e das instituições, tais como o racismo, o sexismo e demais formas de opressão.

Tendo como embasamento os Estudos Culturais, os autores pretenderam compreender o modo como são questões identitárias e como o discurso midiático implica a identidade racial do país tendo como ponto de partida a cultura da inspiração. Além dos EC’s, também buscaram apoio em teorias oriundas do campo da comunicação para entender como são concebidos os processos de produção, circulação e consumo de práticas e artefatos midiáticos. No decorrer da reflexão acerca das noções de raça e racialização, foram observadas narrativas que emergem e se entrelaçam, mas que também podem ser silenciadas, filtradas ou excluídas. A propagação de conteúdos na *internet* e, em específico, no *YouTube* e na série de vídeos analisados na pesquisa, oportunizam a visibilidade de novas identidades e a construção de novos discursos em torno da raça.

Percebendo a importância contemporânea do *YouTube*, reforça-se o interesse desta pesquisa em entender o potencial formativo das narrativas inseridas nos conteúdos *on-line* produzidos por influenciadoras negras. Tais relatos, ao serem veiculados em canais mantidos pelas próprias *youtubers* podem desencadear processo de aprendizagens variadas sobre raça e gênero, tanto para seus seguidores quanto para si próprias, imprimindo à plataforma caráter que combina (net)ativismo e práticas educativas.

3.4 Mulheres negras e *internet*: um breve estado da arte

Esta subseção foi elaborada com o objetivo de situar o leitor em relação às produções acadêmicas já publicadas sobre o objeto de investigação aqui abordado. Trata-se de uma contextualização que também busca demarcar a contribuição desta pesquisa ao campo educacional. Ferreira (2002) esclarece que a ideia de “estado da arte” costuma servir de sinônimo para as etapas de levantamento bibliográfico e revisão de literatura. Esta tarefa, por sua vez, tem por meta reunir um conjunto de trabalhos (dissertações, teses, artigos, trabalhos completos em anais etc.) elaborados em campos do saber particulares. Sua intenção é fornecer respostas acerca de quais aspectos e temáticas vêm sendo alvo de estudo em cada período, assim como compreender as maneiras como essas produções têm sido elaboradas do ponto de vista temático, teórico e metodológico.

Esse tipo de mapeamento também auxilia na definição de um campo a ser estudado, bem como as contribuições que uma determinada pesquisa trará em termos de ruptura social. Trata-se de um esforço importante para a identificação de novas produções, tendências, enfoques, objetos e abordagens no interior de áreas e disciplinas específicas. No contexto de pesquisas em andamento – como esta foi –, o estado da arte permite às investigações em curso maximizar a originalidade de seus resultados e minimizar as margens de redundância em relação a eventuais trabalhos já publicados.

Dito isso, o levantamento relacionado dirigido à problemática desta pesquisa recorreu a duas fontes distintas: 1) Banco de teses e dissertações da CAPES²⁰ (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior); e 2) *Scientific Electronic Library Online*²¹ (SciELO). O *Google Acadêmico* também foi utilizado como fonte alternativa. Para garantir a compatibilidade dos resultados com os interesses desta investigação, as buscas em cada *site* foram orientadas pelas seguintes palavras-chave: “*Youtube*”, “*influenciadoras*”, “*mulheres*

²⁰ Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

²¹ Biblioteca Eletrônica Científica *On-line*.

negras”. Foram selecionadas pesquisas compreendidas entre o período de 2014 a 2019 e que tivessem temática similar à proposta dessa dissertação. Foram identificados cinco trabalhos, entre monografias, dissertações, teses e artigos científicos. Este mapeamento se encontra resumido a seguir:

Quadro 1 – Mapeamento de pesquisas do Estado da Arte

AUTORIA	TRABALHO	TIPO	ANO
Tauani Susi da Silva Marques de Oliveira	O empoderamento no cotidiano da mulher negra através do canal Afros e Afins por Nátaly Neri	Artigo	2019
Rebeca Karen de Souza	Questões sociais em debate no Youtube: análise do canal “Afros e Afins”	Trabalho de Conclusão de Curso	2017
Maria Clara Gonçalves e Abreu	Comunicação preta: uma análise dos discursos construídos por mulheres negras no Youtube	Monografia	2018
Helena Maria Cardoso Costa	Pedagogias culturais em vídeos de youtubers negras brasileiras que abordam a temática do racismo	Dissertação	2019
Cristóvão Domingos de Almeida e Beatriz Montalvão Pereira Brandão	Participação e inserção social: protagonismo da mulher negra em canais do Youtube	Artigo	2018

Fonte: A autora (2020).

O trabalho “O empoderamento no cotidiano da mulher negra através do canal Afros e Afins por Nátaly Neri” teve como objetivo analisar os impactos sociais oriundos dos discursos proferidos por influenciadores digitais que divulgam material audiovisual na plataforma *YouTube*, tendo como objeto de estudo para este fim os discursos elaborados pela *influencer* Nátaly Neri, protagonista do canal citado. Foram utilizados no referencial teórico do trabalho os autores: Manuel Castells, Zygmunt Bauman Stuart Hall e Joice Bert, dentre outros. O trabalho teve como norteamento esclarecer como o *YouTube* se torna um espaço importante em relação ao engajamento cultural e ideológico de grupos minoritários (dentre os quais estão as mulheres negras), que, por vezes, são invisibilizados pelas mídias de massa tradicionais.

O *corpus* do estudo foi composto por três vídeos do canal investigado e foram selecionados a partir da vinculação da temática do “empoderamento”. Em relação aos vídeos, Oliveira explica que foram postados no canal vídeos em anos diferentes (período que abarca de 2015 a 2017) e aponta a descrição que cada um apresenta, conforme pautado pela *influencer* no canal. Foram selecionados os seguintes: a) “Empoderamento, negras que alisam o cabelo e feministas maquiadas”; b) “Empoderamento vende!”; e c) “Empoderamento estético e consciência racial”. Sendo a história parte integrante da sociedade, a autora considera que

Nátaly se constitui como um sujeito que faz parte dessa construção e que tem um papel quando se propõe a também construir e transmitir conteúdos em meio à sociedade na qual vive. Reforça que os discursos proferidos por Neri ou outras influenciadoras não podem mudar o que aconteceu no passado, mas que elas podem contribuir para mudanças presentes e futuras.

Por fim, a autora conclui seu estudo afirmando que o *YouTube* e outras plataformas digitais são relevantes, pois propiciam maior visibilidade e representatividade quando são utilizadas não apenas por Nátaly, mas por outros indivíduos marginalizados pela sociedade, tendo assim a oportunidade de disseminar informações do seu cotidiano por meio da mídiatização. Contudo, “é necessário se fazer refletir quanto ao interesse dos indivíduos inseridos nesse meio aos assuntos abordados nos vídeos analisados, assim como em outros que abordam o racismo, apropriação cultural e desigualdade social” (OLIVEIRA, 2019, n.p).

Prosseguindo, o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), de Rebeca Karen de Souza (*Questões sociais em debate no Youtube: análise do canal “Afros e Afins”*), investigou os debates sobre questões sociais e raciais imbricadas no empoderamento negro. Nessa ocasião, a autora realizou discussões sobre empoderamento, racismo, apropriação cultural, publicidade e questões raciais. Seu trabalho tem como premissa a utilização dos espaços digitais, como o *YouTube*, como campo que oportuniza as discussões sociais e raciais como maneira de empoderamento (neste caso, especificamente o negro). A pesquisa da autora buscou entender, através do canal “Afros e Afins”, da plataforma *YouTube*, como a temática racial é discutida no Brasil. Além de trazer à tona temas, como estética e beleza feminina negra, há também a proposição de debates e reflexões sobre outros assuntos, como “o negro na universidade, ascensão do negro, apropriação cultural, sexualidade de mulheres negras”, bem como outras discussões pautadas no canal. Os resultados trazidos pela autora caracterizam as ações do canal supracitado e são oriundos dos vídeos postados em alusão ao Dia da Consciência Negra, trazendo reflexões mais singulares em relação a esse período do ano.

Na sua investigação, Souza (2017) afirma que o “Afro e Afins” tem como nítido objetivo a realização de discussões que envolvem questões políticas e sociais referentes à população negra. A pesquisadora apontou que, por mais que o canal se proponha a trazer para o debate público assuntos que envolvam questões sociais, ainda assim as mídias massivas continuarão a tecer a imagem estereotipada das pessoas negras, relegando-as à margem social e fazendo que seja deficitária a representatividade desse público perante a coletividade brasileira. Todavia, o *YouTube* se apresenta como agente de informação que viabiliza a abertura de um espaço no qual as pessoas tenham papel ativo no diálogo que ali pode ser construído. O canal de Neri, nesse sentido, torna-se uma contribuição na formação crítica das mulheres, pois

elas podem ser inspiradas a participar de mais espaços, gerando maior disseminação de conteúdo. Por fim, a pesquisadora conclui que, “[...] é importante falar sobre a mulher negra, assim como a representatividade [...] é relevante entender contextos que não são pautados na televisão, rádio ou na publicidade, e dar voz a quem está à margem da sociedade [...]” (SOUZA, 2017, p. 53).

Escrito a partir do mito da democracia racial, a monografia “Comunicação preta: uma análise dos discursos construídos por mulheres negras no Youtube” teve como objetivo desvelar os discursos de mulheres negras na plataforma para conhecer as representações contra-hegemônicas produzidas por elas. Inicialmente, Abreu (2018) faz uma contextualização geral acerca de seu trabalho e explica que, conforme o avançar das tecnologias digitais, foram modificadas as maneiras pelas quais a produção, a difusão e o consumo de informações são realizados. Para que se pudesse obter resultados para o estudo, teve-se como cenário de investigação da pesquisa o mito da democracia racial, bem como outras conceituações atreladas à temática de raça. A autora também realizou análise de vídeos da plataforma *YouTube*, perfazendo um total de 39 materiais audiovisuais que foram selecionados através dos canais de três *youtubers* negras, que são: Ana Paula Xongani, Gabriela Oliveira e Nátaly Neri, selecionadas pela autora de acordo com a diversidade de características fenotípicas que apresentam, representando assim a diversidade existente na população negra do país. Abreu (2018) discorre, em seguida, sobre o mito da democracia racial. Como metodologia do estudo, foi utilizada, pela pesquisadora, a análise do discurso. Segundo ela “[...] o discurso é o produto de uma construção cultural e social realizada a partir dos sujeitos interlocutores, da história e da linguagem, seja de maneira intencional ou não” (ABREU, 2018, p. 34). Resumidamente, a análise do discurso tem por objetivo compreender “como um objeto simbólico produz sentidos, como ele está investido de significância para e por sujeitos” (ABREU, 2018, p. 35).

Ao todo, foram escolhidos treze vídeos em cada um dos três canais. Após análise do material coletado, a pesquisadora elabora suas considerações finais demonstrando que, como parte de seus resultados, foi percebido que os elementos discursivos identificados nos vídeos escolhidos foram: racismo, estereótipo e estética, elementos estes que são relevantes na construção de narrativas contra-hegemônicas e suas representações. Os discursos das *youtubers* são salutaros no tocante à construção de novas representações de pessoas negras, em especial às mulheres. Concluindo seu estudo, Maria Clara Gonçalves e Abreu ressalta que tais passos podem contribuir com a construção de uma sociedade antirracista e que “devemos lembrar que o que essas influenciadoras negras [...] presentes no Youtube e em outros formatos de mídia, estão fazendo é, sobretudo, um ato de resistência” (ABREU, 2018, p. 71).

A pesquisa “Pedagogias culturais em vídeos de youtubers negras brasileiras que abordam a temática do racismo”, de Helena Maria Cardoso Costa, apresenta uma análise de falas de combate ao racismo proferidas por influenciadoras negras, que realizam seus discursos através da produção de material audiovisual na plataforma *YouTube*. Costa (2019) argumenta que os avanços das tecnologias digitais, que temos vivenciado, possibilitaram que vozes, ao serem historicamente silenciadas, possam agora se utilizar de espaços nas mídias digitais e se apropriar do slogan *Broadcast Yourself* (que traduzindo, seria “transmita você mesmo”), oportunidade na qual influenciadores passam a protagonizar as narrativas de suas próprias vidas para o público circulante nas redes sociais, favorecendo o debate racial para além do ambiente institucionalizado, ponderando que os fenômenos que envolvem o antirracismo possibilitam a construção de aprendizagens que extrapolam o ambiente da escola. Considerando a possibilidade da construção dessa aprendizagem externa ao ambiente tradicional de ensino, a autora teve como questionamento chave de seu estudo: “que pedagogias culturais são expressas em vídeos de *youtubers* negras brasileiras que abordam a temática do racismo?”.

No intento de responder a essa pergunta, Helena Maria Cardoso buscou embasamento teórico em autores como Stuart Hall, Kabengele Munanga, Nilma Lino Gomes e Sueli Carneiro, dentre outros que puderam colaborar com o seu desenvolvimento teórico no que concerne aos Estudos Culturais. Os vídeos selecionados para compor a análise do estudo foram os seguintes: “Apropriação cultural existe? Pode branca de turbante?”, “Negros na Universidade: racismo institucional”, “Vai ter branca de turbante, sim” e “Cotas raciais: sim ou não?”. Os dois primeiros são oriundos do canal Afros e Afins, da *youtuber* Nátaly Neri; e os dois últimos provêm do canal Depretas, da *youtuber* Gabi Oliveira. Como recorte temporal para a coleta de dados da pesquisa, Costa (2019) faz uma delimitação de período, compreendida entre 2015 e 2017, e justifica tal escolha considerando selecionar materiais mais recentes (à época de seu processo de escrita da dissertação) que lhe auxiliassem na construção de um arcabouço teórico acerca do discurso antirracista.

Após realizar a análise dos vídeos selecionados para a pesquisa, Helena Maria conclui que as *youtubers* exercem um papel importante de ativismo digital, pois seus discursos atuam como desestabilizantes das concepções culturais já estabelecidas em relação ao centro e a periferia, e aos incluídos e aos que são excluídos. Outro ponto percebido é que, mesmo com a notoriedade que estas mulheres vêm conquistando na plataforma, ainda há uma disparidade em relação ao número de seguidores que possuem *versus* as visualizações de seus vídeos comparativamente a *youtubers* brancas/brancos. Todavia, foi possível perceber que os discursos proferidos por elas traçam um diálogo social sobre informações que, de praxe, não encontram

espaço para diálogo no ambiente institucional da escola. Nas pedagogias culturais existentes nesses discursos, abrem-se caminhos para discussões sobre o histórico social de exclusão e dominação enfrentado pela população negra e sobre como essa construção coletiva acabou por racializar nossas relações humanas.

O artigo escrito por Cristóvão Domingos de Almeida e Beatriz Montalvão (“Participação e inserção social: protagonismo da mulher negra em canais do Youtube”) teve como objetivo dar destaque à construção da participação social por meio dos debates políticos possibilitados pela *internet*, que tem importante participação no tocante a proporcionar às mulheres negras um espaço no qual possam construir e dar visibilidade a seus discursos e também desenvolver sua autonomia acerca dos conteúdos informacionais que postam nas redes sociais. A pesquisa de Almeida e Brandão (2018) foi elaborada com base em pesquisa bibliográfica. Os autores realizaram busca dentro da plataforma usando as seguintes palavras-chave: “*Youtubers negras brasileiras*” e afirmaram que foi possível encontrar vários canais que abarcam diferentes segmentos e temáticas. O critério de seleção foi a maior quantidade de inscritos por canal, o que resultou na escolha dos canais “Rayza Nicácio” – de *influencer* de mesmo nome – e do canal “Afros e Afins”, da *influencer* Nátaly Neri. Foi organizada uma tabela para ilustrar as respectivas temáticas dos vídeos de cada um, totalizando 438 vídeos postados por Rayza (distribuídos entre temáticas ligadas à beleza negra, assuntos pessoais e outros, além da divulgação de marcas). Já em relação a “Afros e Afins”, foram tabelados 65 vídeos distribuídos entre temáticas de assuntos pessoais e temas referentes à estética e autonomia da mulher negra. Segundo os autores, as temáticas mais abordadas nos canais são, em sua maioria, as que abordam assuntos relacionados à beleza e à estética negra.

Apesar de o acesso ao conteúdo do *YouTube* não atingir a uma parcela maior de mulheres devido às condições de acesso de que dispõem, Almeida e Brandão (2018) esclarecem que é importante reconhecer que as *youtubers* selecionadas para o estudo podem ser incentivadoras da autoaceitação de outras mulheres negras, o que impulsiona um outro olhar acerca das consequências oriundas do racismo. Esse incentivo, conforme mencionado pelos autores, sob a ótica de Farias Neto (2011), demonstra que o almejar dos sujeitos acerca da participação social parte da percepção de que sua participação é justa, necessária e possível, o que impacta a coletividade.

Ao concluir seu artigo, os autores pontuam que foi perceptível também que, além de tratar de assuntos relativos à beleza, as *influencers* selecionadas para a pesquisa aprofundam as reflexões acerca da estética negra como sendo um relevante fator político e social. Eles também concluem que os canais analisados impulsionam outras demandas, como

por exemplo, o número de marcas que, a partir da maior visibilidade das pautas discutidas por mulheres negras, passaram a desenvolver produtos voltados para esse público. Finalizando, afirmam que os canais são relevantes no tocante à aceitação do corpo negro, propiciando às mulheres que possam se reconhecer como negras e se apropriar do seu espaço de representatividade e luta pela transformação da sociedade. Assim, nota-se que a *internet* potencializa a participação destas mulheres na esfera política, fortalecendo a disseminação e produção de conteúdo e também maior participação em um âmbito que vai desde o local até o global.

A partir da observação de todos os trabalhos identificados, observou-se que, apesar de ser um tema em ascensão, as pesquisas sobre mulheres negras na *internet* ainda não têm inserção significativa no campo educacional. Das pesquisas listadas, apenas duas abordam categorias raça e gênero de modo interseccional e sob uma ótica educacional (COSTA, 2019; LIMA, 2018). Não obstante, ainda que mais próximas da área educativa, percebeu-se uma necessidade de maior abrangência em relação ao aspecto educacional no que tange à proposta dessa dissertação. Apesar de ter como foco a investigação das pedagogias inseridas nas falas de combate ao racismo, a pesquisa de Costa (2019) não analisou a recepção dos seguidores para identificar as aprendizagens decorrentes da interação com os conteúdos, ficando a investigação restrita aos discursos das *youtubers*.

Por fim, a partir do mapeamento realizado, foram observadas lacunas em relação às pesquisas identificadas, sobretudo no enfoque e centralidade dada (ou não) à dimensão pedagógica dos discursos produzidos por mulheres negras no ciberespaço. Nesse caso, entende-se que esta pesquisa pode contribuir com o campo de investigação esboçado ao ultrapassar a ênfase dada aos conteúdos em si (vídeos/postagens), abrangendo também os laços e intercâmbios estabelecidos tanto entre *youtubers* e seguidoras/seguidores, quanto destas e destes entre si.

4 DESENHO METODOLÓGICO

Este trabalho se caracteriza como uma pesquisa de natureza qualitativa. Para Mendonça (2017), essa abordagem tem como prioridade a interpretação, mais do que a mensuração, voltando-se ao entendimento do que os sujeitos da pesquisa constroem e demonstram sobre a realidade. Ou seja, “não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização” (SILVEIRA; CÓRDOVA, 2009, p. 31). Na pesquisa qualitativa, busca-se esclarecer o porquê subjacente aos objetos de estudo, além de representar diferentes perspectivas da realidade e desvelar como se processam diversas dinâmicas sociais.

Em geral, abordagens qualitativas estão interessadas em significados construídos socialmente, crenças, valores, atitudes e demais elementos imbricados nas relações coletivas. Para isso, dirigem-se ao(s) espaço(s) onde essas interações podem ser entendidas e operacionalizadas através de múltiplas variáveis. A pesquisa de cunho qualitativo apresenta as seguintes caracterizações:

Hierarquização das ações de *descrever*, *compreender*, *explicar*, precisão das relações entre o global e o local em determinado fenômeno; observância das diferenças entre o mundo social e o mundo natural; respeito ao caráter interativo entre os objetivos buscados pelos investigadores, suas orientações teóricas e seus dados empíricos; busca de resultados os mais fidedignos possíveis; oposição ao pressuposto que defende um modelo único de pesquisa para todas as ciências (SILVEIRA; CÓRDOVA, 2009, p. 32).

Essa perspectiva se mostra compatível com os propósitos deste trabalho, sobretudo com o objetivo de analisar os modos como influenciadoras digitais negras tecem representações de si e de sua condição de gênero e raça nas redes sociais. Trata-se de uma ação que ajuda a difundir modelos de identificação, formas de pertencimento, de modo a subsidiar a construção de subjetividades. Com isso, tanto os usuários quanto as próprias influenciadoras acabam por constituir espaços de aprendizagem que fornecem referências (“lições”) sobre (o que é) ser mulher e negra.

Esta pesquisa também detém um caráter exploratório e um viés descritivo. De acordo com Gil (2002), iniciativas de cunho exploratório tem por objetivo trazer ao pesquisador familiaridade com o objeto de estudo ou problema a ser compreendido. Como foi apontado na subseção dedicada ao estado da arte, as pesquisas sobre mulheres negras, apesar de estarem em ascensão no âmbito acadêmico, ainda não se configuram como um tema com destaque no

âmbito educacional. Consequentemente, ainda existem muitas lacunas e questões não respondidas sobre esse campo de investigação. Logo, parece adequado classificar este trabalho como um esforço de caráter exploratório.

Levando em consideração a natureza do objeto e o contexto de investigação já esboçados, este trabalho dialoga com as contribuições fornecidas pelas pesquisas etnográficas. Trata-se de um método comumente utilizado por antropólogos em pesquisas de campo, com o objetivo de compreender as culturas e coletividades nelas imersas. Para Lima (1996), a pesquisa etnográfica possui quatro fatores essenciais que interferem na configuração do processo de investigação: 1) *antropos*, que representa o ser humano inserido em seu cotidiano individual; 2) *ethnos*, que é a comunidade ou o povo que constitui a base de interações coletivas; 3) *oikos*, o ambiente no qual o indivíduo está inserido e onde desenvolve suas atividades; 4) *chronos*, o tempo cuja passagem permite o desenvolvimento de todas as ações humanas. Ressalta-se que os quatro fatores, por si só, não determinam o “conteúdo” de cada cultura – uma vez que este é justamente o objetivo da pesquisadora/pesquisador, mas que juntos constituem a estruturas essenciais dos processos culturais.

Nesse caso, o contexto de investigação é a plataforma *Youtube* e o objeto analisado é o conjunto de conteúdos produzidos por mulheres negras que ocupam a plataforma, mais especificamente o modo como questões de gênero e raça são neles apresentadas e “pedagogizadas”. Fazendo um paralelo com as categorias descritas por Lima (1996), é possível afirmar que este trabalho volta suas atenções aos seguintes elementos: 1) as mulheres negras influenciadoras digitais (*antropos*); sua base de seguidores, suas interações, comentários e as relações estabelecidas entre si (*ethnos*); a plataforma em que estão alojados seus canais e conteúdos (*oikos*); a temporalidade do ciberespaço que abre a possibilidade para interações síncronas (*lives*, transmissões ao vivo) e assíncronas (conteúdos postados e armazenados).

Um ponto relevante para este estudo é a compreensão de princípios que orientam pesquisas realizadas em ambiente virtual *on-line*. Com o surgimento da *internet*, as principais maneiras pelas quais nos comunicamos uns com os outros vêm sofrendo modificações, que, por sua vez, dão origem a novos tipos de relações interpessoais (inter)mediadas por tecnologias.

Essa ressignificação de papéis que desafia a hegemonia comunicacional fez crescer o número de usuários criadores de conteúdos e possibilitou o florescer de comunidades *on-line* construídas mediante interesses comuns e trocas simétricas. A partir disso, é que se faz necessário pensar novas formas de realizar pesquisa etnográfica em ambientes virtuais. Kozinets (2014) aponta a intensificação do diálogo entre a etnografia e os estudos realizados na e/ou sobre a *internet*.

Segundo Kozinets (2014), a etnografia consiste na realização de um trabalho de campo que tem sua trajetória construída através da imersão e participação do pesquisador na comunidade pesquisada, visando a compreender os significados construídos por meio das vivências cotidianas e partilhados pelos membros desse grupo. Dotada de flexibilidade metodológica, a etnografia tem sido adotada por pesquisadores de diferentes disciplinas com a finalidade de estudar e compreender os comportamentos de sujeitos-coletivos diversificados, abarcando universos sustentados em marcadores raciais, étnicos, religiosos e subculturais. Para isso, essa abordagem se baseia na análise minuciosa de contextos e práticas simbólicas que abrangem conhecimentos pontuais e particulares. Vale destacar que a etnografia se vale do uso e da combinação de técnicas variadas de construção e análise de dados, tais como a entrevista, análise do discurso, análise literária, dentre outros.

Nesse aspecto, é possível destacar as diferenças entre a netnografia e a etnografia. Entre as principais diferenças, encontra-se a natureza tecnologicamente mediada da primeira em relação à segunda, fazendo com que a imersão no contexto investigado ocorra não de maneira tradicional (face a face), mas adentrando o ciberespaço. Nesse sentido, a netnografia pode ser definida como uma tentativa de adaptar os procedimentos etnográficos às pesquisas que envolvem a interação social intermediada por computador ou outros dispositivos móveis com acesso à *internet*, que, por sua vez, é utilizada “como fonte de dados para chegar à compreensão e à representação etnográfica de um fenômeno cultural ou comunal” (KOZINETS, 2014, p. 61). Além disso, destaca-se, também, que

o uso do termo e abordagem da netnografia no projeto geral sinalizaria não apenas a presença, mas o peso do componente online. Significaria que um tempo significativo foi gasto interagindo e tornando-se parte de uma comunidade ou cultura online. Referir-se à netnografia como uma prática particular além da etnografia é importante (KOZINETS, 2014, p. 62).

Nesta pesquisa, a rede assume três formas distintas, a saber: 1) fonte na qual são obtidas informações e subsídios capazes de auxiliar o trabalho nos âmbitos teórico e metodológico; 2) via de acesso aos conteúdos empíricos das culturas e coletividades presentes em espaços *on-line*, em específico, de plataformas de sociabilidade e produção e conteúdo audiovisual (sendo selecionado o *YouTube*); e 3) como espaço de interação em que usuários (produtores de conteúdo, seguidores e instituições) entram em contato com os diferentes conteúdos, significando-os e em torno deles estabelecendo laços. Kozinets (2014) esclarece que as pesquisas netnográficas costumam ter passos fundamentais que se assemelham a etapas da

etnografia. Os passos descritos pelo autor são apontados no quadro abaixo²², em paralelo com a descrição sucinta do desenvolvimento da pesquisa.

Quadro 2 – Etapas da construção da pesquisa

ETAPAS	ATIVIDADES REALIZADAS
1 ^a	Definição das questões de pesquisa, <i>websites</i> sociais/tópicos a investigar Foi definido o seguinte problema: “Quais aprendizagens sobre raça e gênero são oportunizadas pelos conteúdos veiculados por canais de influenciadoras negras do YouTube?”.
2 ^a	Identificação e seleção de comunidade Influenciadoras digitais negras que produzem conteúdo audiovisual no <i>YouTube</i> .
3 ^a	Observação participante da comunidade (envolvimento, imersão) e coleta de dados (garantir procedimentos éticos) Foi realizado o acompanhamento de canais das influenciadoras e suas respectivas postagens de vídeos. Foram selecionados comentários que atendiam à proposta da pesquisa.
4 ^a	Análise de dados e interpretação interativa de resultados O tratamento das informações obtidas ocorreu por meio da análise de conteúdo proposta por Bardin (1977). A compreensão dos resultados foi realizada através da interpretação dos comentários dos vídeos.
5 ^a	Redação, apresentação e relato dos resultados de pesquisa e/ou implicações teóricas e/ou práticas Texto elaborado com base na análise dos vídeos, com o intuito de verificar as aprendizagens oportunizadas por <i>youtubers</i> negras.

Fonte: A autora (2020), adaptado de Kozinets (2014).

Prosseguindo, a pesquisa realizada em ambientes *on-line* tem como objetivo compreender os fenômenos necessariamente ligados a duas categorias-base: as comunidades eletrônicas e a cultura *on-line* em si, sejam na forma como estas se manifestam, seja os elementos tomados de forma isolada. Kozinets (2014) exemplifica o conjunto de trabalhos realizados em comunidades *on-line* por meio dos estudos voltados à observação e análise do comportamento, práticas e valores demonstrados por usuários de plataformas de sociabilidade – a exemplo do *Youtube*. Por outro, lado, o autor destaca que esses estudos devem ir

²² Projeto de pesquisa netnográfica proposto por Kozinets. Para ilustrar a natureza deste estudo, este esquema foi adaptado para delinear o passo a passo seguido por essa dissertação.

muito além da internet e das interações online, ainda que essas interações possam desempenhar um papel importante com a afiliação ao grupo. Estudos online de comunidades tomam um determinado fenômeno social ou comunal como sua área focal de interesse e depois estendem isso, argumentando ou presumindo que, por meio do estudo da comunidade online, algo significativo pode ser aprendido sobre a comunidade ou cultura focal mais ampla [...] (KOZINETTS, 2014, p. 65).

Até o presente momento, a netnografia tem ajudado a destacar a importância das comunicações *on-line* realizadas entre os membros de culturas e subculturas presentes e por vezes nascidas no ciberespaço. Em termos de procedimentos, pode envolver a coleta/construção de dados tanto em fontes *on-line* quanto *off-line*, desde que auxiliem o pesquisador a compreender a integralidade das práticas culturais sociais em análise.

Ainda que inspirada numa técnica já existente, a netnografia apresenta um conjunto próprio de procedimentos e estratégias, mantendo uma margem de distinção em relação à etnografia propriamente dita. Por exemplo, estabelece a importância da presença do *on-line* como componente essencial na construção da pesquisa. Isto implica o tempo do pesquisador dedicado à participação ativa no(s) ambiente(s) digital(is) e culturas *on-line*, a partir da qual os dados são obtidos/construídos

Em termos de seleção e delimitação, um ponto de partida foi a identificação de influenciadoras potencialmente aptas a se tornarem sujeitos desta pesquisa. À medida que os vídeos vão sendo assistidos pelo público, o *Youtube* passa a indicar aos usuários outros conteúdos com temáticas similares, criando um mecanismo de retroalimentação algorítmica. Um desafio inicial para a pesquisa foi tentar mensurar os canais capitaneados por mulheres negras, tendo em vista que a pesquisadora já seguia algumas delas – as mais populares.

O mapeamento preliminar de influenciadoras no *YouTube* revelou mulheres potencialmente selecionáveis para esta dissertação. Tendo em vista garantir a viabilidade da pesquisa, foram escolhidas cinco influenciadoras como foco da investigação, sendo que não havia limite para quantos vídeos de cada uma delas seriam analisados. Por se tratar de pesquisa qualitativa, priorizou-se a análise dos vídeos como estratégia primária de produção de dados, em detrimento da quantidade de material selecionado. Também não foi estabelecido um recorte temporal do conteúdo a ser estudado, decisão que visa a proporcionar à pesquisa uma maior flexibilidade em relação à escolha dos vídeos a serem submetidos à apreciação, considerando que os canais são dinâmicos e a postagem de novas produções audiovisuais são regulares. Foram checados todos os canais para verificar o quantitativo de vídeos postados por cada uma delas. Levando em conta o extenso e crescente volume de material audiovisual ali armazenado,

foi necessário lançar mão de critérios complementares que ajudassem a definir quais influenciadoras e vídeos seriam analisados. Em linhas gerais, os critérios foram:

- a) Escolha de *influencers* negras brasileiras, mas que não tenham adquirido notoriedade por meio de atividades exercidas fora da *internet* ou nas grandes mídias, como atrizes, cantoras etc. A intenção do estudo foi pesquisar mulheres que saíram do anonimato e tornaram-se “conhecidas” graças à criação de conteúdo no *YouTube*;
- b) *Influencers* que, mesmo compartilhando a mesma raça e o mesmo gênero, apresentam posições de sujeito heterogêneas, diferindo-se em aspectos como orientação sexual, identidade de gênero, classe socioeconômica, profissão etc.;
- c) Vídeos que abordem temáticas direta ou indiretamente sobre questões de raça e gênero;
- d) Canais que, mesmo sendo comandados por mulheres negras, mas que possuem um conteúdo-base que não aborda questões de raça e gênero foram descartados.

Outro ponto digno de destaque diz respeito ao fato de que o número total de seguidores pode ser um fator que traz visibilidade para o canal da *influencer*, ajudando-a a construir sua reputação e fortalecer sua influência junto ao público. Ponderou-se se este seria um critério que excluiria outras mulheres que, apesar de não desfrutarem de um alto reconhecimento, também poderiam trazer contribuições à pesquisa. Nesse sentido, entende-se que o número de seguidores pode impulsionar diferentes formas de engajamento e participação do público, possivelmente influenciando a natureza do conteúdo produzido por essas mulheres. Assim, esse fator foi levado em consideração.

A elaboração desses critérios teve o objetivo de garantir a produção dos dados que poderiam responder aos objetivos e à pergunta central da pesquisa. Pretendeu-se alcançar resultados relacionados à natureza e formatos das narrativas de influenciadoras digitais negras no ciberespaço e os modos como estas ensejam aprendizagens sobre questões inscritas na interface entre raça e gênero. Almejou-se compreender a rede como espaço de construção de identidades de mulheres negras e, como tal, dotado de dimensões educacionais não formais. Os comentários dos seguidores em cada vídeo analisado contribuíram para que se pudesse obter respostas para a pergunta-problema dessa pesquisa, ou seja, esses comentários poderiam fornecer subsídios para que se pudesse esclarecer quais aprendizagens podem ser construídas nos canais do *YouTube*.

Para o processo de exame dos vídeos e comentários obtidos nos canais do *YouTube* foi utilizada a análise de conteúdo. Para Bardin (1977), essa técnica corresponde a um conjunto de técnicas que tem por objetivo permitir a descrição, organização e análise de diferentes formas

de comunicação (e seu conteúdo). Ou seja, não se trata de um instrumento isolado, mas uma gama de “ferramentas” que constitui uma metodologia adaptável a campos de conhecimento distintos. Em termos de procedimentos, a autora divide a análise de conteúdo em três fases:

- a) Pré-análise: trata-se do contato preliminar que o pesquisador estabelece com o material em análise com o objetivo de tecer suas impressões iniciais.
- b) Exploração do material coletado: consiste no processo de codificação, que representa a transformação dos dados obtidos na expressão do conteúdo.
- c) Tratamento e interpretação das informações obtidas: refere-se à apreensão final do conteúdo e demais informações resultantes da etapa anterior. Nesta dissertação, os vídeos e comentários escolhidos estão dispostos em duas categorias, divididas em: “Experiências relacionadas ao racismo” e “Vivências de mulheres negras em relação às mulheres brancas”.

Inicialmente, em cumprimento a essas etapas necessárias para a pesquisa, foi realizado um mapeamento envolvendo canais no *Youtube* sob o comando de mulheres negras. Trata-se de uma checagem com caráter preliminar que mapeou matérias, notícias e listas *online* sobre *influencers* com perfil compatível com este trabalho. Ressalta-se que tais materiais não são de natureza acadêmica e, por isso, foram utilizados para se pudesse, de modo preliminar, identificar potenciais nomes para compor o recorte de canais e influenciadoras analisadas.

Tendo em vista constituir um rol de alternativas, foram selecionadas publicações como: “17 youtubers negras lindas e empoderadoras para acompanhar”²³; “12 youtubers negras que estão empoderando mulheres na internet”²⁴; “Youtubers negras que você precisa conhecer”²⁵; “5 youtubers pretas pra você ficar de olho”²⁶; “3 Youtubers negras que dão um show de empoderamento em seus canais e você precisa conhecer”²⁷; “Sem apoio, youtubers negras resistem e ganham espaço à força”²⁸; “10 youtubers negras empoderadas”²⁹. Após coletar os nomes e as indicações em todas as matérias, foi criada uma lista própria para controle e posterior acesso individual aos canais de cada *influencer*. Em seguida, foi realizada consulta

²³ Disponível em <https://bit.ly/3mZw7zq>. Acesso em: 12 mar. 2020.

²⁴ Disponível em <https://bit.ly/3v8IDBk>. Acesso em: 12 mar. 2020.

²⁵ Disponível em <https://bit.ly/3DIp321>. Acesso em: 12 mar. 2020.

²⁶ Disponível em <https://bit.ly/3n0HyHs>. Acesso em: 12 mar. 2020.

²⁷ Disponível em <https://bit.ly/3kWxihx>. Acesso em: 12 mar. 2020.

²⁸ Disponível em <https://bit.ly/343B0Pt>. Acesso em: 12 mar. 2020.

²⁹ Disponível em <https://bit.ly/34asePU>. Acesso em: 12 mar. 2020.

no próprio *Youtube* e construída uma tabela para apresentar uma visão geral de todas as produtoras de conteúdo potencialmente selecionáveis (APÊNDICE A).

4.1 *Youtubers* selecionadas para a pesquisa

Nesta subseção, serão breve e individualmente descritos os canais selecionados para a pesquisa de campo, assim como as mulheres responsáveis por eles³⁰. Neste ponto, vale a pena retomar Hall (2019), ao apontar a fragmentação das identidades contemporâneas, contrapondo-se às concepções que compreendem os indivíduos como seres unificados. Para ele, o sujeito sendo constituído pela interação de si (o “eu”) com o mundo que o cerca, é continuamente construído e modificado devido à relação entre seu “eu real” com a sua cultura exterior. A identidade é o que ajuda a preencher a lacuna entre o interior e o exterior de cada um de nós, ou seja, projetamos em nós identidades culturais e internalizamos os significados que as sustentam, tornando-as parte de quem somos. A identidade é, portanto, a ligação entre o indivíduo e as estruturas com as quais interage.

Em se tratando do sujeito pós-moderno descrito por Hall (2019), a identidade aparentemente estabilizada tem se tornado fragmentada: o que antes era uma identidade única e estável, multiplica-se, distribuindo-se entre muitas posições de sujeito, por vezes contraditórias entre si. Essa identidade fluida tornou-se nítida ao observar os conteúdos produzidos pelas mulheres estudadas nesta pesquisa, uma vez que os assuntos abordados demonstraram naturezas variadas. Trata-se de *youtubers* que compartilham com o público não apenas discussões inscritas em gênero e raça, mas também sobre sexualidade, maternidade, espiritualidade, dentre outros. Considerando as referidas temáticas transformadas em pauta como um reflexo de quem essas mulheres são, esta pesquisa se esforça para levar em conta essas nuances, em especial, no processo de delimitação dos canais escolhidos como fonte para os vídeos analisados adiante.

Em alguma medida, o próprio *Youtube* atua como campo no qual essas identidades são (re)construídas, na medida em que o conteúdo que disponibiliza torna possível conhecer mais a respeito de cada indivíduo, grupo social ou instituição que utiliza a plataforma para se expressar. Num primeiro momento, essa introdução ocorre na página principal de cada canal, mais precisamente na aba “Sobre”, cuja função é permitir a cada produtor de conteúdo se

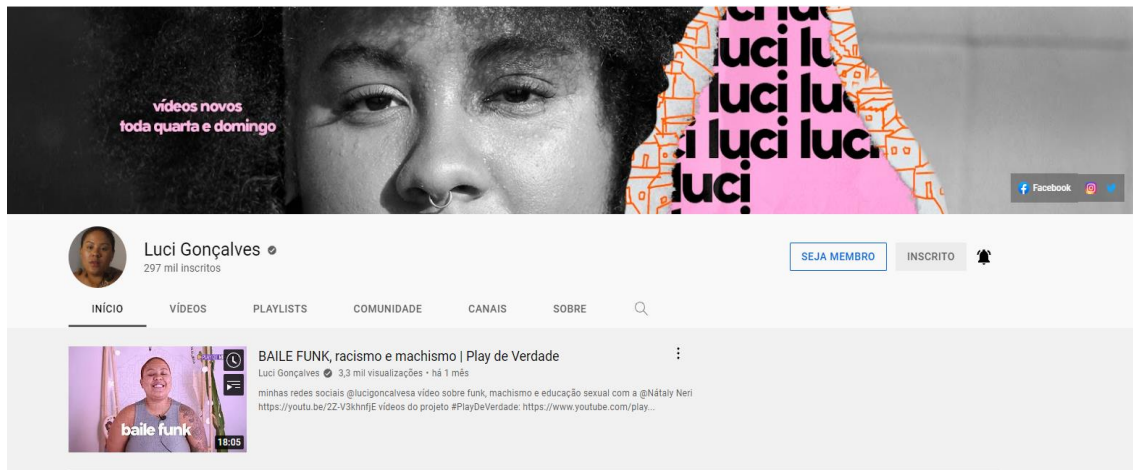
³⁰ Por se tratar de material de domínio público, isto é, que pode ser acessado de forma gratuita e livre, através da *internet* e particularmente do *Youtube* (independentemente se o usuário é inscrito ou não nos respectivos canais), não se fez necessária a autorização prévia das *influencers* para que o seu conteúdo fosse submetido à análise nesta pesquisa.

apresentar e descrever a proposta do seu canal. Esse contato primário também pode acontecer por meio de um vídeo-apresentação que permanece fixado na página principal do canal. Esse tipo de (auto)descrição é importante pelo fato de que, no contexto deste estudo, estas mulheres não representam apenas objeto de estudo deste trabalho, mas também, de algum modo, são protagonistas dele. A seguir, apresenta-se, em conjunto com o texto de apresentação de cada canal em foco, as imagens de suas respectivas páginas iniciais.

4.1.1 Luci Gonçalves

A primeira influenciadora que compõe o *corpus* desta pesquisa é Luci Gonçalves, criadora do canal homônimo, existente no *Youtube* desde 25 de agosto de 2012, e conta com 13.953.901 visualizações³¹, cuja apresentação³² é constituída por palavras-chave, a saber: “Beleza - Favela - Estilo de vida - Comportamento / #bondedaluci / Participante do concurso NextUp 2017 do Youtube” (FIGURA 1). Conforme informações da matéria “Conheça a turma do YouTube NextUp Rio!³³”, o Next se trata de um programa global que aconteceu no Rio de Janeiro em 2017 e que selecionou 14 *youtubers* para participar de um treinamento que abarca atividades relacionadas à produção e ao desenvolvimento de habilidades técnicas e estratégias de conteúdo para aplicação nos canais participantes desta preparação.

Figura 1 – Imagem da página inicial do canal Luci Gonçalves



Fonte: <https://bit.ly/3vie6Bn>

Ao consultar as matérias e outras fontes complementares, foram encontradas poucas informações biográficas sobre Luci, apenas dados gerais, como o fato de se definir feminista,

³¹ Número atualizado em 13 de abril de 2022.

³² Disponível em <https://bit.ly/3KIFXRZ>. Acesso em: 13 abr. 2022.

³³ Disponível em <https://bit.ly/3jbdDvJ>. Acesso em: 17 out. 2021.

bissexual, carioca e que foi criada numa favela. Também informam que sua jornada no ciberespaço se iniciou com a escrita de conteúdo para um *blog*, cujo início ocorreu a partir dos aprendizados construídos sobre transição capilar e, após pedidos de amigos, ela passou a compartilhar suas experiências na *internet*. Essa dinâmica naturalmente evoluiu para a postagem de vídeos no *YouTube*, cujos principais assuntos giravam/giram em torno de tópicos, como beleza, favela, sexualidade LGBTQIA+³⁴ (abordada mais adiante), estilo de vida e raça. É uma tônica materializada tanto em *playlists* completas (a exemplo de “Maquiagem - Pele negra”³⁵, “Cabelo Crespo”³⁶, “Resenhas”³⁷), quanto em vídeos isolados como “Luta antirracista: como começar”³⁸, “Favelado que não quer sair da favela”³⁹, dentre outros.

No vídeo “Meu nome não é Luci, já fui babá, sou submissa, nada de monogamia e +⁴⁰”, Luci faz um relato biográfico para o público, explicando que seu interesse pela escrita vem desde os 12 anos de idade, quando virou usuária do *Tumblr*⁴¹ e criou seu *vlog* até finalmente chegar ao *YouTube*. Luci começou a trabalhar aos 16 anos de idade e já teve diferentes ocupações, como atendente de cinema, garçonete e babá. Seu sonho não é viver financeiramente apenas do que o *YouTube* pode proporcionar, já que almeja ter recursos para abrir seu próprio negócio e ser escritora. Nesse vídeo, a *youtuber* fala de maneira mais aprofundada acerca de si ao público. Dentre outras questões abordadas no vídeo, Luci relata problemas emocionais que a levaram a algumas tentativas de suicídio, além do desafio de superar a automutilação. Também menciona seu histórico de abusos não superados (inclusive de natureza sexual⁴²). É também uma oportunidade para se perceber que Luci, além de ser mulher e negra, fala também sobre questões relacionadas à sexualidade.

³⁴ Lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, travestis, queer, intersexo e assexuais.

³⁵ Disponível em <https://bit.ly/3O7gyn5>. Acesso em 18 out. 2021.

³⁶ Disponível em <https://bit.ly/3vkpiNQ>. Acesso em 25 out. 2021.

³⁷ Disponível em <https://bit.ly/3KAs3kJ>. Acesso em 25 out. 2021.

³⁸ Disponível em <https://bit.ly/3xHhtoD>. Acesso em 22 out. 2021.

³⁹ Disponível em <https://bit.ly/3KJUnB6>. Acesso em 29 out. 2021.

⁴⁰ Disponível em <https://bit.ly/3n4q79t>. Acesso em 18 out. 2021.

⁴¹ Trata-se de uma plataforma criada em 2007, cuja funcionalidade permite aos usuários fazer a postagem de vídeos, textos e outros formatos de publicação, dando a cada um a possibilidade de personalizar sua página pessoal. Posteriormente, o *Tumblr* adquiriu novo significado, passando a ser entendido também como “[...] adjetivo para designar um estilo de fotografia, que segue um padrão visual com efeitos de filtros que ficaram famosos nessa rede social [...]”. Informação disponível em <https://bit.ly/3sBT547>. Acesso em 14 mai. 2022.

⁴² Segundo o Dossiê Violência Sexual, do Instituto Patrícia Galvão – Mídia e Direitos, a existência da violência sexual contra mulheres “[...] é parte da existência feminina no Brasil e em muitos países devido às desigualdades e a relações de poder desequilibradas [...]”. A violência sofrida por meninas e mulheres negras é alimentada pelo racismo e a LGBTfobia, dentre outras formas de violência. Assim, “[...] para serem realmente eficazes, as leis, políticas públicas, serviços e ações de enfrentamento à violência sexual devem considerar as desigualdades estruturais e históricas e as diferentes condições vividas pelas mulheres [...]”. O Dossiê está disponível em <https://bit.ly/3NkLYVT>. Acesso em 15 mai. 2022.

Woodward (2018) explica que as identidades não são unificadas e podem até mesmo existir com contradições. Segundo a autora, as correntes teóricas essencialistas afirmam que a identidade é constituída por características comuns partilhadas pelos indivíduos. Do ponto de vista biológico, entendem que o corpo é o campo onde se estruturam as limitações de quem somos e de como nossas identidades são fundamentadas, servindo como base para a fixação de uma identidade sexual, por exemplo. Todavia, se examinarmos a questão da identidade por uma perspectiva não essencialista, teremos que considerar não apenas as características que os sujeitos compartilham (por exemplo, mulheres negras que tem em comum o “ser mulher” e o “ser negra”), mas também diferenças entre eles (diferenças essas que, por vezes, podem acabar sendo ofuscadas pelos traços que sustentam em comum). Luci, por exemplo, é uma mulher negra, mas que possui outras nuances que a constituem, como a sua sexualidade – que se desvia da heteronormatividade.

Em seu relato em “Meu nome não é Luci...”, ela fala a respeito de sua orientação sexual, afirmando que se entende como bissexual antes mesmo de conhecer este termo e que seus relacionamentos são mais frequentes com mulheres do que com homens, inclusive, demonstrando-se adepta a laços não monogâmicos. A pauta sobre sexualidade ganhou destaque no canal de Luci na *playlist* “LGBT”⁴³, categoria específica para tratar dessa temática e que inclui questões sobre sua própria sexualidade.

O primeiro vídeo examinado tem o título “Como descobri que também gostava de meninas⁴⁴”. Nele, a Luci explica ao público que é “complicado de entender” a sua sexualidade e que se considera como pansexual, o que, segundo ela, consiste em “gostar de todos os tipos de pessoas”. Ela não tem a pretensão de abordar a pansexualidade de forma mais aprofundada em seu canal, admitindo suas limitações em relação ao conceito de pansexualidade. Prosseguindo, relata que sua primeira experiência com uma menina foi por volta dos 8 anos de idade, quando ambas trocaram um beijo, denominado por ela como “selinho”, e afirma que não é lésbica, mas que, ainda sim, gosta de meninas.

A condição de Luci. como indivíduo de identidade não unificada. requer também uma reflexão sobre outras experiências associadas a marcadores sociais que extrapolam raça e gênero – ainda que não possam ser considerados inteiramente apartados destes. No vídeo “O dia que sofremos um ataque homofóbico”⁴⁵, ela narra uma situação de discriminação vivenciada por ela e sua namorada em um estabelecimento comercial. No vídeo, Luci explica que ela e

⁴³ Disponível em <https://bit.ly/3PjmdHh>. Acesso em 13 mar. 2022.

⁴⁴ Disponível em <https://bit.ly/3Mf4rCR>. Acesso em 10 mar. 2022.

⁴⁵ Disponível em <https://bit.ly/3Pij9v7>. Acesso em 15 mai. 2022

sua companheira (também mulher negra) completaram 10 meses de relacionamento, na época, e trabalharam para poupar dinheiro com o objetivo de comemorar juntas esse tempo de namoro. Por serem de “classe média baixa”, como ela mesma se define, esclareceu que o casal não costuma sair para lugares, que chamou de “chiques”. Devido à experiência que passaram, ela denuncia que o espaço “[...] não é pra pessoas LGBT, você não vai se sentir bem-vindo lá [...]” (LUCI GONÇALVES).

Luci esclarece que não estava abraçando ou beijando sua namorada e chama a atenção para a hipocrisia contida no episódio de discriminação, já que, diferentemente dela, um casal heterossexual nunca teria contestado o seu direito de realizar em público atos de afeto. De início, Luci percebeu que três homens sentados em outra mesa no mesmo bar as observavam. Um deles se insinuou para ela através do olhar, deixando-a desconfortável. Rayane então teria perguntado a ele o porquê de estar “piscando” para Luci, já que ela era sua namorada. No momento em que ambas estavam indo embora, um dos homens da mesa agrediu Rayane com dois tapas em suas costas e disse “[...] você não é o homem? Eu acho bom você ficar bem quietinha aí tomando a sua cerveja” (LUCI GONÇALVES).

A *youtuber* afirma que a agressão contra Rayane se deu por

[...] só porque ela não entra na categoria feminina que vocês criaram, que vocês impuseram pra gente, que ser mulher é ter cabelo grande, parecer uma barbezinha, só porque ela não se encaixa nesse padrão as pessoas acham que ela é o homem da relação [...] (LUCI GONÇALVES).

Expressando sua revolta com o ocorrido, Luci afirma que se está num relacionamento com uma mulher é porque, obviamente, não há um homem na relação. Finalizando o relato, a *youtuber* afirma que sabe que

[...] o mundo é preconceituoso, eu sinto isso na minha pele [...] eu sinto todo dia o que é ser uma mulher preta, uma mulher pobre, uma mulher favelada, uma mulher que namora com outra mulher que também é preta, eu sinto todo dia o preconceito (...) eu sinto racismo, eu sinto machismo, eu sinto a homofobia, eu sinto todos os preconceitos [...] (LUCI GONÇALVES).

Depois, ela chora em frente à câmera e diz que não aguenta mais ser quem ela é, que não aguenta mais também que sua namorada passe por isso, que é um peso para ela mostrar a outras pessoas quem ela realmente é, e o quão difícil é “ser uma *youtuber* assim”. Quando menciona que pessoas a aconselham a chamar a polícia, ela lança o seguinte questionamento: “[...] sério? Vocês acham que a grande polícia preparadíssima que a gente tem hoje conseguiria

lidar com um caso desse? Ou vocês acham que eu iria ficar horas na fila pra não conseguir nem um B.O? [...]” (LUCI GONÇALVES). No sentido de motivar que o bar seja denunciado, além de expor a situação vivenciada por elas, ela deixou na descrição do vídeo o *link* de acesso do restaurante envolvido em seu perfil no *Instagram*.

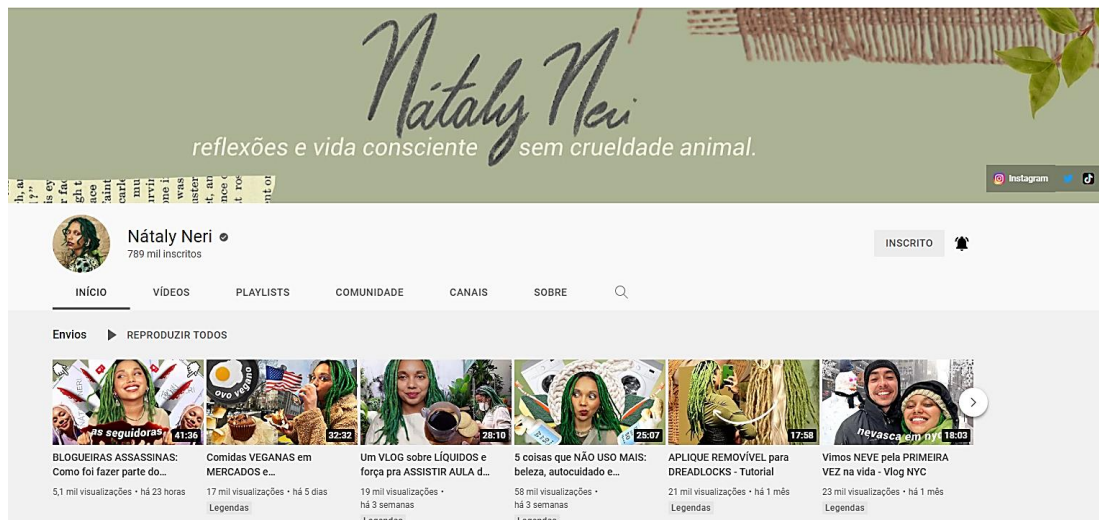
O caso relatado por Luci retoma as reflexões já realizadas sobre a interseccionalidade, teoria que fornece subsídios para compreender a relação de indivíduos com seus contextos sociais, levando em consideração não apenas o modo como agem diferentes marcadores sociais – tais como raça, gênero, classe e orientação sexual –, mas também como estes interagem entre si, por vezes, produzindo formas de discriminação e violência amplificadas. Em diálogo com Kyrillos (2020), Barbosa *et al* (2021) afirmam que o entrecruzar entre gênero e outras posições de sujeito é um elemento que nos permite analisar as vulnerabilidades às quais os indivíduos estão expostos e acolhê-los em sua singularidade na perspectiva da diferença.

4.1.2 Nátaly Neri

O canal “Afros e Afins” foi criado oficialmente em 22 de julho de 2015 e até a presente data⁴⁶ conta com 38.919.272 visualizações. É comandado pela *influencer* Nátaly Neri. Foi a primeira *youtuber* que comecei a seguir no *Youtube* e, graças ao vídeo “Colorismo, ser negro e os 3 mitos da mulher negra”, é que iniciei a construção das minhas percepções sobre o meu ser mulher negra (FIGURA 2).

⁴⁶ Consulta realizada em 07 de abril de 2022.

Figura 2 – Imagem da página inicial do canal Afros e Afins



Fonte: <https://bit.ly/38QaW0k>

A respeito de Nátaly, sabe-se que tem 27 anos, vive na cidade de São Paulo-SP e é graduada em Ciências Sociais⁴⁷. Na página inicial do seu canal, encontra-se um vídeo, intitulado “Eu sou Nátaly Neri”⁴⁸, no qual ela fala sobre si mesma e seu cotidiano – esse material foi produzido a convite do *Youtube Black* Brasil, iniciativa da própria plataforma. Na descrição dessa publicação, Neri apresenta o seguinte questionamento: “Quem eu sou? Quem eu realmente sou?”. Em seguida, ela fala de si como sendo

[...] muito mais que um corpo político. Sou muito mais que mulher, negra, jovem e todas as outras coisas que cercam a minha realidade. Dentro de mim existe subjetividades, sonhos, desejos, alegrias, tristezas, manias, esperanças, certezas e incertezas [...] (NATALY NERI).

Um recurso utilizado no vídeo para que Nátaly possa explicar sobre as fases de sua vida e como cada “Nátaly” foi se construindo ao longo do tempo são fotografias dela mesma, em diferentes idades. Ilustrando essas fases singulares, mostra uma foto de quando era caloura na universidade, relatando seus medos e angústias da época e afirmando que a terapia a tem ajudado a “[...] conseguir [se] identificar com essa pessoa. Porque essa pessoa de antes da Universidade, pra mim, é uma pessoa totalmente diferente da pessoa que eu sou hoje [...]”

⁴⁷ Na *playlist* #AutonomiaIntelectual, encontram-se conteúdos relativos à trajetória de formação e vinculação às Ciências Sociais, tais como: “Como sobreviver À Universidade #VidaUniversitária”, “Minha época de escola - Oportunidades X Meritocracia”, “Como escolhi meu curso (Ciências Sociais)”, “Minha Pós-graduação Online: MBA em Sustentabilidade, como escolher e não desistir do curso?”.

⁴⁸ Disponível em <https://bit.ly/3KTrBNH>. Acesso em 09 mai. 2022.

(NÁTALY NERI). Conforme exhibe para a câmera essas fotografias, evidencia a transformação de sua aparência, em especial, no que se refere à transição capilar da *youtuber*. Neri revelou que também passou por mudanças em seu modo de ser (e se ver) como mulher negra, já que o ambiente acadêmico proporcionou a ela contato com diferentes formas de ativismo social. Segundo ela, a Nátaly retratada ali era “inquieta” e que foi essa mesma Nátaly que iniciou o canal, pois foi graças ao contato e ao engajamento com essas causas que “[...] entendeu que precisava fazer alguma coisa, que “eu precisava me dar voz [...]”. Resumidamente, ela afirma:

[...] eu sinto que estou em um momento de aprendizado e de compreensão muito grande de quem eu sou e do que eu me tornei. E do porquê eu sinto que eu sou duas pessoas tão diferentes. E eu não sou duas pessoas tão diferentes. Essa Nátaly está aprendendo a lidar com todas essas Nátalys [...] então ela é um estado transitório também (NÁTALY NERI).

Nátaly também se define como feminista e apaixonada por brechós⁴⁹. Estes traços se materializam em muitos conteúdos produzidos por ela, que, assim como Luci Gonçalves, também discute pautas LGBTQIA+, tema expresso em vídeos como: “Descobri minha sexualidade tarde demais? Pansexualidade e autodescoberta”⁵⁰, “Namoro online, transexualidade e nossa história - #Jonaly responde - parte 1”⁵¹. Neste último, Neri discorre sobre seu relacionamento com Jonas Maria⁵², homem trans que também é *youtuber*. Este vínculo aguçou a curiosidade dos inscritos de Nátaly sobre a orientação sexual dela, tema abordado no vídeo intitulado “Minha orientação sexual”⁵³. Em sua descrição, ela indica que

Sexualidade não é um tema simples! Definitivamente não é fácil nos colocarmos dentro de alguma caixa e fora de outra, apesar de sempre serem bem-vindas tentativas de autocompreensão. Responder à pergunta: qual a minha orientação sexual não foi simples, tive que entender muito sobre sexualidade no geral para hoje me sentir confortável dentro do ‘panromântica’ [...] a questão a sexualidade sempre foi bastante confusa pra mim. Não porque eu não sabia o que eu queria ou do que eu gostava, ou porque eu negava o que eu queria ou o que eu gostava. Mas principalmente porque eu sentia que eu não me identificava com nenhuma dessas categorias existentes nos meu círculo de amizades ou à minha volta [...] (NÁTALY NERI).

⁴⁹ Uma das *playlists* em seu canal é “#AutonomiaDeConsumo”, na qual é possível encontrar vídeos como: “Dicas de brechó - Tipos de Brechó”, “Minha coleção de bolsas de brechó”, “Moda consciente: upcycle, brechó e trabalho escravo”, “10 motivos definitivos para comprar em brechó”. De acordo com a descrição fornecida na própria *playlist*, esses conteúdos visam a trazer “(...) possibilidades de construção e transformação além de reflexões e questionamentos sobre nossas reais necessidades e desejos de consumo infrutífero que a sociedade nos impõe”.

⁵⁰ Disponível em <https://bit.ly/3oZFFOv>. Acesso em: 13 out. 2021

⁵¹ Disponível em <https://bit.ly/3DBxyf4>. Acesso em: 13 out. 2021

⁵² O canal do *youtuber* está disponível em <https://bit.ly/3sFQpml>. Acesso em 17 mai. 2022.

⁵³ Disponível em <https://bit.ly/3LYNOv3>. Acesso em: 13 mai. 2022

Durante boa parte de sua vida, Nátaly acreditou ser heterossexual e que socialmente esta orientação tende a ser considerada o “natural”, enquanto as demais tendem a ser classificadas como “desviantes”. Para exemplificar esse padrão, Silva e Silva (2018) apontam dois cenários nos quais a sexualidade é socialmente construída: o ambiente familiar e a escola. No primeiro, costuma assumir a forma de ações historicamente ligadas à educação sexual de jovens, assumindo diferentes formas e alinhando-se a diferentes princípios, inclusive a lógicas conservadoras e religiosas, distanciando-se de perspectivas humanistas e libertárias de educação. Já no segundo, observa-se o protagonismo de professores(as) que, por vezes, de forma inconsciente, podem reforçar suas próprias noções sobre sexualidade junto aos alunos através de posturas preconceituosas ou atitudes que são estimuladas através das mídias e redes sociais. Desse modo, ao estabelecer formas “certas” ou “erradas” de expressar a sexualidade com base visões de mundo particulares, criam-se distorções e lógicas discriminatórias a tudo o que foge às normas naturalizadas (e impostas) no imaginário social.

No intuito de responder aos seu público as dúvidas sobre a sua orientação sexual, Nátaly lança mão de algumas das denominações presentes no vocabulário LGBTQIA+. Particularmente, identifica-se como “panromântica”, designação também conhecida como “pansexual”. A *youtuber* explica ao público que este termo serve para designar a pessoa que “[...] se interessa por todos os gêneros, ou como eu prefiro dizer, uma pessoa que se interessa por pessoas, independentemente dos gêneros que elas tenham [...]”. Ela argumenta que

[...] eu Nátaly pessoalmente só me sinto atraída sexualmente por vaginas, e até um tempo atrás pelo corpo feminino também [...] a questão não é eu me sentir ou não atraída por um pênis [...] A questão é que única e simplesmente eu me sinto sexualmente atraída por vaginas [...] as coisas hoje em dia estão muito mais complexas, e existem homens que tem vagina, existem mulheres que tem pênis [...] as pessoas não são seu órgãos genitais, eu não tenho a intenção e nem o costume de genitalicar ninguém, se eu digo que eu não gosto de me envolver sexualmente com pênis, não significa que eu não estou disposta a me envolver afetivamente ou até em alguns níveis sexuais com uma pessoa que tenha o pênis, seja essa pessoa homem, mulher ou qualquer coisa fora dessa binaridade, mas atenção isso porque eu Nátaly me identifico como panromântica [...] se vai ser assim pra sempre eu não posso afirmar nada, mas é o que tem me feito bem e me deixado confortável até agora [...] (NÁTALY NERI).

Percebeu-se em Nátaly, assim como nas outras *influencers* desta pesquisa, que a sua constituição como sujeito excede sua condição de mulher e negra, estabelecendo-se ainda em outros domínios como indivíduo inscrito no plano de sua sexualidade. Ao reconhecer em si mesma a diversidade de “Nátalys” que carrega, a *youtuber* incorpora e administra as

singularidades e contradições de suas diferentes identidades, rejeitando a hipótese de unicidade e coesão do sujeito.

Ao longo de sua existência, o canal passou por mudanças em relação à sua apresentação e seus objetivos, com destaque para a incorporação de pautas ligadas ao veganismo e ao autocuidado. O interesse em discutir essas e outras temáticas foi assimilado gradualmente, extrapolando as questões de cunho racial, mas, ao mesmo tempo, racializando temas aparentemente sem nexos entre si.

4.1.3 Gabi Oliveira

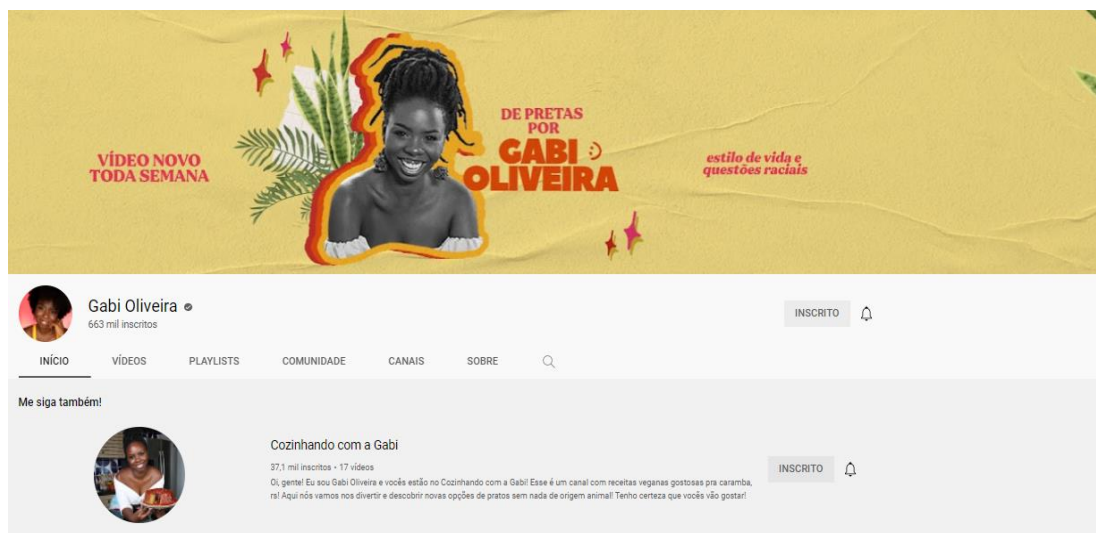
O canal de Gabi Oliveira, intitulado inicialmente como “De Pretas”, foi criado em 19 de julho de 2015 e até o presente totaliza 25.748.578 visualizações⁵⁴ (FIGURA 3). Na descrição do canal, Gabi se apresenta como comunicadora social e criadora de conteúdo para a internet e afirma que realiza atividades de colaboração junto à Avaaz⁵⁵ e também à ONU Brasil. É citada em uma dessas matérias uma entrevista dada ao Correio Braziliense⁵⁶, na qual Gabi afirma que seus principais aprendizados sobre si e as relações sociais e raciais no Brasil ocorreram no período em que ingressou no ensino superior, haja vista que a partir desse momento passou a identificar os problemas estruturais decorrentes de posição de mulher negra. O período em que cursou Comunicação, na Universidade do Rio de Janeiro, abriu caminhos para que ela criasse o seu canal no *YouTube*, visando a compartilhar suas vivências com outras mulheres, principalmente as negras.

⁵⁴ Número estimado em 08 de abril de 2022.

⁵⁵ Comunidade *on-line*, na qual há a participação civil em prol de causas sociais de interesse público.

⁵⁶ Entrevista disponível em <https://bit.ly/35Tuhg3>. Acesso em 13 out. 2021.

Figura 3 – Imagem da página inicial do canal Gabi Oliveira



Fonte: <https://bit.ly/3xwbOSd>

No que diz respeito aos temas abordados, o “Canal das Pretas” se define como um espaço militante assimilando pautas de interesse dos movimentos sociais, tais como cotas, representatividade midiática negra, racismo nas redes sociais, além de beleza/estética negra (cabelo, maquiagem, cuidados com a pele) e feminismo. No tocante a esses temas, podemos encontrar em seu canal vídeos sobre esses assuntos. Nesta categoria, encontram-se vídeos, como⁵⁷: “Bases para pele negra: a saga | Maquiagem Pele Negra”, “Solidão da mulher negra”, “Cotas raciais: sim ou não”, “O normal não é ser branco”, “Ninguém nasce racista?”, “Pretas no Instagram: lista do amor”, “Fim do racismo? Eu não acredito!”.

Além das atividades mencionadas, Gabi também é palestrante e, nessa função, participou do TEDx⁵⁸ com a fala “Um novo olhar sobre a pessoa negra; novas narrativas importam”⁵⁹, vídeo que atingiu aproximadamente 280.616 mil visualizações até o presente

⁵⁷ Fazem parte da *playlist* “Papo DePretas”, disponível em <https://bit.ly/3alZ5DU>. Acesso em: 10 set. 2021.

⁵⁸ Evento que visa a promover ideias consideradas inovadoras, propagadas através de conferências (TED está relacionado com três referências: tecnologia, entretenimento e design). Disponível em: <https://bit.ly/3uEy8qT>. Acesso em: 13 abr. 2022.

⁵⁹ Disponível em <https://bit.ly/3vdqm5G>. Acesso em: 14 out. 2021. Neste vídeo, Gabi faz um questionamento acerca das posições sociais normalmente imputadas às mulheres negras, o que se reflete no seu confinamento em lugares estáticos e subalternos, como os de babá e empregada doméstica. Na oportunidade, ela menciona um vídeo de sua autoria, o “Tour pelo meu rosto”, por meio do qual fala sobre traços faciais e estética negra. Dentre os comentários no “Tour...”, ela destaca dois. No primeiro, uma mulher agradece pelo vídeo e relata seu processo em busca de autoaceitação e redescoberta de seu corpo negro. Já o segundo, foi o relato de uma mãe dizendo que salvaria o vídeo de Gabi para mostrar à sua filha, para que a menina pudesse aprender “mais ainda como mulheres como você”. Particularmente, em meados de 2019, esse foi o primeiro vídeo de Gabi que pude conhecer e o revisei para esta pesquisa. No decorrer da minha construção como mulher negra, o “tour” por esse vídeo me permitiu refletir sobre os estereótipos relacionados às pessoas negras (“cabelo ruim”, “cara de empregada”, “nega maluca” etc.) e a articulação de novas narrativas sobre o ser negra(o).

momento⁶⁰. Neste, além de falar sobre o seu canal no *Youtube* e de questões habituais sobre o racismo, Gabi também fala sobre experiências pessoais, como seu intercâmbio, maquiagem e morar sozinha, pois, segundo ela, a existência das pessoas negras vai além de atitudes e posicionamentos refratários ao racismo e aos estereótipos que a sociedade impõe às pessoas negras.

Não se restringindo ao plano racial, os temas tratados no canal são diversos. Em seu vídeo de apresentação, intitulado “Eu sou Gabi Oliveira⁶¹”, a *youtuber* declara que “[...] precisamos naturalizar a nossa existência, porque o racismo perpassa as nossas vidas, mas não resume o que nós somos” (GABI OLIVEIRA). Mesmo que a identidade seja um domínio que, conforme Hall (2019), é inerentemente complexo e desafiador, é plausível acreditar que o sujeito contemporâneo vivencia um acentuado processo de descentração do sentido se si mesmo, tornando sua experiência de mundo mais instável e fragmentária. Ao invisibilizar as identidades e subjetividades de pessoas negras, o racismo estrutural deve ser contestado de maneira que permita o reconhecimento das pessoas negras como indivíduos singulares, mas também plurais, de modo que as experiências e marcas da violência racial em cada pessoa não resume (e nem deve resumir) quem ela é.

Em “Eu sou Gabi...”, a *youtuber* utiliza fotografias para mostrar diferentes fases da sua vida e inicia explicando ao público que foi a primeira pessoa da sua família a se formar no Ensino Superior, momento de grande importância para seus pais. O relato de Oliveira, inclusive, se assemelha às histórias de muitas outras mulheres negras. Por exemplo, em 2018, Joana Angélica Guimarães da Luz foi a primeira reitora negra eleita para ocupar este cargo em uma Universidade do país (Universidade Federal do Sul da Bahia)⁶², situação semelhante à de Luanda Moraes, recém-empossada na Fundação Centro Universitário Estadual da Zona Oeste - UEZO, no Rio de Janeiro,⁶³ e de Zélia Amador de Deus, que foi eleita na Universidade Federal do Pará⁶⁴. Ainda assim, essas e tantas outras histórias demonstram algumas das disparidades sócio-históricas que mulheres negras enfrentam, pois sendo “as primeiras” a ocuparem espaços até então inacessíveis, também demonstram a precariedade e baixa eficácia das políticas públicas capazes de combater o racismo institucional que segrega esse grupo e o confina em espaços subalternos pré-estabelecidos.

⁶⁰ Número atual na data de 08 de abril de 2022.

⁶¹ Disponível em <https://bit.ly/3N6S10a> Acesso em 02 mai. 2022.

⁶² Informação disponível em <https://bit.ly/3PebCNA> Acesso em 11 mai. 2022.

⁶³ Informação disponível em <https://bit.ly/3PcJRoF> Acesso em 11 mai. 2022.

⁶⁴ Informação disponível em <https://bit.ly/3LjEvVL> Acesso em 11 mai. 2022.

Dando continuidade ao seu relato, Gabi revela que o seu canal é fruto de seu trabalho de conclusão de curso e que coincidiu com sua transição capilar. Nessa ocasião, realizou pesquisas em grupos e comunidades do *Facebook* buscando por outras mulheres que vivenciavam essa experiência. Como resultado, observou que muitas mulheres (principalmente negras) usavam meios de comunicação digital para trocar vivências e apoio nessa etapa de suas vidas. Oliveira e Mattos (2019, p. 447) esclarecem que “[...] a forma como mulheres negras cuidam de seus cabelos está profundamente articulada com seus processos de subjetivação e de produção de identidade”. Os autores também explicam que este e outros cuidados de si são um componente formativo na trajetória das mulheres, estando implicados no modo como percebem a si mesmas a partir dos cabelos, o que as coloca em lugares diversos, conforme mudam os cuidados com eles. Refletir sobre a identidade dessas mulheres se torna um desafio se considerarmos que se a violência racial que as envolve e influencia os modos como se veem, se produzem e, por consequência, nas maneiras como são vistas pelos outros.

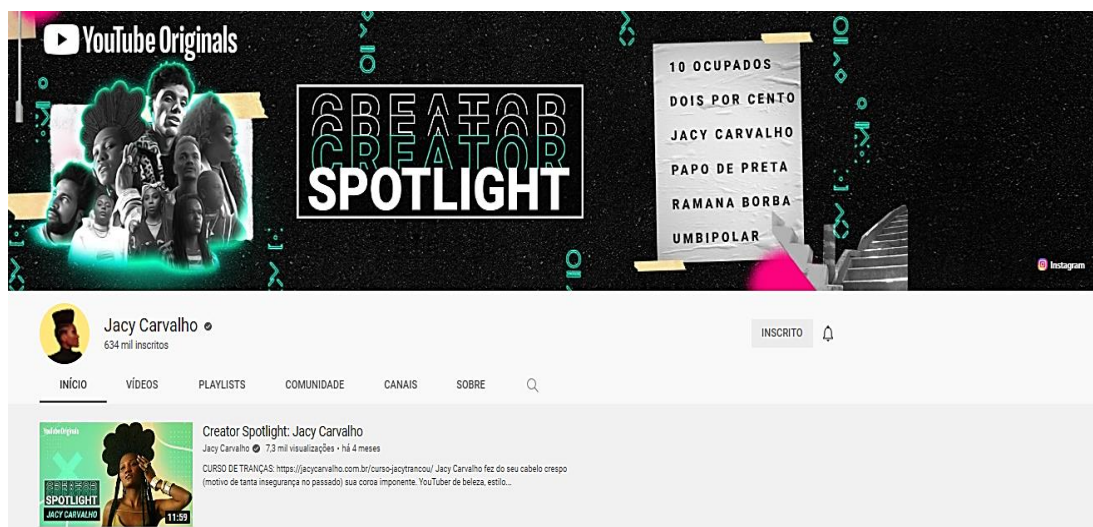
Em alguma medida, o debate sobre a produção das identidades das mulheres negras também leva em consideração características fenotípicas, como a cor da pele, traços físicos e os próprios cabelos, na medida em que esses elementos atuam como mediadores nas interações com outros indivíduos e na sua autoimagem. Partindo de uma demanda acadêmica (e, conseqüentemente, da sua necessidade pessoal de falar sobre um tema que lhe era caro), surgiu o canal de Gabi, o “De Pretas”, que hoje se dedica a assuntos variados, como viagens, culinária, cotidiano e arte/cinema/literatura. Naturalmente, os referidos temas também são eventualmente associados a questões de fundo racial, a exemplo da maternidade, que já foi abordada por Gabi, que discorreu sobre os contrastes entre as vivências de mulheres negras e brancas.

4.1.4 Jacy Carvalho

A quarta influenciadora selecionada é Jacy Carvalho, dona do canal homônimo que foi criado em 30 de setembro de 2011, com um total de 39.630.075 visualizações⁶⁵ (FIGURA 4). Em comparação à Gabi e Nátaly, foram menos frequentes as informações sobre Jacy nas matérias sobre *influencers* negras de destaque. Embora seja, há mais tempo, ativa no *YouTube*, o número de visualizações e de seguidores de Jacy são menores do que os de Gabi e Nátaly. Em seu canal, suas *playlists* juntas totalizam cerca de 169 vídeos.

⁶⁵ Número atualizado em 13 abr. 2022.

Figura 4 – Imagem da página inicial do canal Jacy Carvalho



Fonte: <https://bit.ly/3rlq6Rp>

Apesar de estar há mais tempo inscrita na plataforma, seu canal está em construção no que se refere à notoriedade. A partir das informações disponíveis na aba “Sobre”, no próprio canal, Jacy apresenta a seguinte descrição:

Afrohairstylist há mais de 10 anos, encontrei nas redes sociais uma forma de compartilhar o conhecimento que adquiri, seja através do autocuidado com os cabelos e pele, autoestima ou beleza. Esse canal é focado na valorização da autoestima e o empoderamento de pessoas negras. Seja bem vinde! =D.⁶⁶ (JACY CARVALHO)

Apesar de essa descrição não oferecer mais informações a seu respeito, a própria Jacy postou em seu canal, em 26 de maio de 2017, um vídeo falando sobre si, intitulado: “50 Fatos sobre mim | Comemoração 50k”. Em linhas gerais, ela se define como carioca, a primeira universitária de sua família (narrativa similar à de Gabi Oliveira e de outras mulheres negras em relação ao acesso à educação), cursando faculdade de Biblioteconomia, tem oito irmãos e onze sobrinhos, mora sozinha há 3 anos, toca violão e canta, ama fotografia, ama cozinhar, teve seu primeiro namorado aos 27 anos, e se declara autodidata em vários assuntos. Dentre as poucas informações sobre ela nas matérias utilizadas neste estudo, Jacy é citada como estudante de Biblioteconomia, blogueira e uma *youtuber* que dá dicas sobre cuidados capilares,

⁶⁶ Disponível em <https://bit.ly/3KBymo6>. Acesso em 20 mar. 2021.

compartilhando em seu canal dicas sobre penteados, cuidados para cabelos crespos (em especial o crespo tipo 4⁶⁷) e orientações sobre transição capilar.

O trabalho de Jacy dedicado ao cabelo crespo resultou em um projeto fotográfico, retratado em matéria⁶⁸ do *site* O Globo, intitulada “Youtuber cria projeto fotográfico em que produz esculturas com cabelo”, publicada em 15 de maio de 2021. Em entrevista para o *site*, Jacy revela que o projeto Escultura Crespa foi desenvolvido mediante a vontade de exaltar a estética negra a partir dos cabelos crespos. Ela contesta a ideia difundida socialmente de que o cabelo crespo não inspira profissionalismo, beleza, limpeza e cuidado. Em relação aos penteados que realiza, afirma que utiliza materiais como linha, agulha e outros que possam dar a sustentação de que o cabelo necessita, afirma ainda que seus seguidores apoiam o projeto pedindo, inclusive, para ele seja realizado em temporadas subsequentes.

Entende-se que o debate sobre cabelos crespos e “estética negra” é um tema central⁶⁹ à pauta racial, pois abre caminhos para discussões sobre empoderamento e combate ao racismo. Ainda que outros assuntos sejam discutidos no canal, nota-se uma predominância do conteúdo dedicado à estética capilar negra, materializado na forma de vídeos, como: “Texturização em cabelo crespo”, “História de terror capilar”, “Penteados para cabelo crespo”, “Cabelo crespo”, “Transição capilar”, “Penteados com tranças e apliques”, “Dicas para *box braids* - *crochet braids* - entrelace”, “Tutorial *box braids* - *dreads* - *crochet braids* - entrelace”, “5 Erros com *box braids*”.

A estética é uma pauta de alta popularidade no ciberespaço. Na matéria intitulada “Cabelo: símbolo de identidade e resistência da comunidade negra”⁷⁰, é abordada a relação entre debates e pautas raciais expressas no uso do “cabelo natural”. Devido à opressão estética que se reflete na ampla adesão a procedimentos de alisamento e o ideal de embranquecimento social, pessoas negras passaram a utilizar técnicas como ferro quente, chapinhas e produtos químicos para tentar corresponder ao modelo imposto pela branquitude. Nesse sentido, voltar às “raízes” por meio da aceitação e valorização dos cabelos crespos, então, atua como um símbolo de autorreconhecimento e resistência frente à violência racial que se manifesta no âmbito da estética.

⁶⁷ Cabelo tipo 4 refere-se ao cabelo crespo com ondulações, mas que, por ter ondulações mais curtas, não chegam a formar cachos, perfazendo um formato de cabelo mais crespo.

⁶⁸ Disponível em <https://glo.bo/3BMgaDY>. Acesso em: 15 out. 2021.

⁶⁹ Mesmo que a beleza negra seja o tema predominante, o canal de Jacy aborda outras questões. Na *playlist* “Jacy responde”, encontram-se vídeos sobre temáticas diversificadas: “Jacy responde #1 | Parte 1 | Racismo, feminismo negro, transição capilar...”, “Jacy responde #2 | Racismo, Reconhecimento, *Box Braids*...”, “Jacy responde #6 | Pretas que alisam, Empoderamento negro, Metas para 2017”.

⁷⁰ Disponível em <https://bit.ly/3PsHpL8>. Acesso em 13 mai. 2022.

Já no artigo “Os fios da identidade afro⁷¹”, o cabelo *black power* é discutido como símbolo de ativismo político fortalecido graças a manifestações político-culturais de grande apelo. Um dos exemplos é o “Vida Negras Importam” (ou “*Black Lives Matter*”), movimento ocorrido nos Estados Unidos em razão da morte de George Floyd, homem negro assassinado por policiais brancos, em circunstâncias de extrema violência. Segundo Kiusam de Oliveira⁷², “assumir as raízes africanas é uma maneira de salvar a identidade negra consciente, íntegra e saudável para combater o preconceito social da branquitude”. Ela ainda ressalta que “[...] assumir o cabelo crespo significa consciência social e política da necessidade de muita luta para a superação do racismo [...]”.

O retorno dos cabelos à sua forma natural não é isento de conflitos, seja porque parte de uma construção interna (e social) iniciada pelo próprio indivíduo, seja porque também o expõe a formas radicalizadas de racismo. Ainda que tenham cabelo crespo/cacheado, mulheres brancas não vivenciam racialmente essa opressão nas mesmas proporções. São conflitos – e diferenças – que contrapõem a suposta experiência universal de ser mulher. Para Woodward (2018, p. 11), “[...] a identidade é marcada pela diferença, mas parece que algumas diferenças [...] são vistas como mais importantes que outras, especialmente em lugares particulares e em momentos particulares”.

A forma como os indivíduos são/eram percebidos socialmente (e discriminados) conforme sua estética capilar fez com que os usuários das redes sociais se engajassem em debates sobre a denominada “ditadura dos cachos”. Atualmente, há no mercado da beleza uma quantidade crescente de produtos cosméticos voltados para nichos específicos, como os cabelos crespos/cacheados.

Pinheiro (2018, p. 39) afirma que

[...] atualmente não consumimos mais somente o produto, consumimos experiência, personalidade e ideias de pessoas que nos inspiram [...] quando um produto passa a ser essencial e fazer parte do dia a dia de uma pessoa que possui influência no assunto, é normal o público seguir as dicas de determinado formador de opinião e querer, de certa forma, utilizar o mesmo produto para ter um estilo de vida pelo menos parecido com o influenciador digital em questão [...] assim, podemos concluir que as celebridades da internet são uma poderosa estratégia de marketing [...].

⁷¹ Disponível em <https://bit.ly/37OrkhL>. Acesso em 13 mai. 2022.

⁷² Doutora em Educação, docente na Universidade Federal no Espírito Santo, da disciplina de Educação das Relações Étnico-Raciais.

A divulgação massiva desse tipo de mercadoria ajudou a construir um novo imaginário social, gerando um amplo investimento em propagandas nas redes sociais, como por exemplo, nas postagens pagas no *Instagram* e vídeos patrocinados no *Youtube*. Esse tipo de divulgação também pode contar com a participação direta de *influencers* negras. Em comparação com os meios de comunicação de massa, essas produtoras de conteúdos costumam ter maior proximidade com o seu público, estabelecendo com ele vínculos de confiança mais intensos, tornando-se alvo de interesse das empresas em busca parceria. Este tipo de apoio pode (ou não) ser aceita, cabendo à *influencer* julgar se a proposta de patrocínio se alinha à proposta e aos valores da filosofia do seu canal/perfil, uma vez que tais vínculos não se inscrevem apenas numa esfera mercadológica, mas também política. Normalmente, essa é uma relação que beneficia comercialmente os patrocinadores, mas também às *influencers*, uma vez que a associação de seu perfil com grandes marcas facilita a monetização do conteúdo postado, além de ajudar a obter maior alcance entre suas seguidoras.

Após o levantamento envolvendo todos os canais e influenciadoras, percebe-se que essa amostra reúne diferentes biografias e estilos de trabalho na plataforma, ainda que haja convergência temática dos principais conteúdos tratados por cada uma delas. Mesmo sendo todas mulheres negras, é arriscado nivelar seus discursos em função de aspectos socioidentitários, uniformizando-os sem considerar suas histórias de vida, percursos formativos, oportunidade de acesso à *internet* e às redes sociais, além dos interesses que as motivam a abordar os assuntos tratados em seus respectivos canais.

4.2 Seleção dos vídeos submetidos à análise

Em termos de empiria, foram selecionados dois vídeos de cada um dos canais descritos, tendo como único critério de inclusão a tematização de questões relativas à raça e/ou gênero. Como parâmetro de escolha, foram utilizados indicadores quantitativos, especificamente, o número de visualizações e de comentários. Nesse caso, a intenção foi identificar as publicações com índices significativos de engajamento e visibilidade. Porém, percebeu-se, posteriormente, que apenas os números, por si só, não seriam suficientes para realizar essa seleção, visto que os assuntos de interesse da pesquisa poderiam estar sendo pautados em outros vídeos que não possuíam numericamente a mesma popularidade. Logo, esse fator também foi ponderado na fase da seleção, visando a favorecer a obtenção dos dados

e informações necessários à discussão que é o objeto desta dissertação. Os vídeos selecionados estão arrolados na tabela⁷³ a seguir:

⁷³ Número de visualizações e comentários atualizados em 18 de maio de 2022.

Tabela 1: Levantamento de canais de influenciadoras negras selecionados para o *corpus* da pesquisa (continua)

YOUTUBER E CANAL	VÍDEO	SINOPSE	DATA DE PUBLICAÇÃO	LINK	NÚMERO DE VISUALIZAÇÕES	NÚMERO DE COMENTÁRIOS
NÁTALY NERI (AFROS E AFINS)	Colorismo, ser negro e os 3 mitos da mulher negra	Discorre sobre o significado do termo “colorismo”, traçando um percurso histórico de sua construção e, a partir daí, desvela alguns estereótipos comumente associados às mulheres negras, tais como a “negra barraqueira”, “a mulata” e “mãe preta”.	1 de fevereiro de 2016	https://bit.ly/3mHYt1Y	774.303	3.998
	Ser mulher não é um presente, não me parabeneze	Elenca situações cotidianas relacionadas à desigualdade de gêneros vivenciada pelas mulheres, convidando as expectadoras e expectadores a ressignificar o 8 de março (Dia Internacional da Mulher) para que essa data não seja apenas um dia comemorativo, mas sim um símbolo de luta pelos direitos das mulheres contra as formas de violência que as atinge.	8 de março de 2017	https://bit.ly/396f3FE	73.302	881
GABI OLIVEIRA (GABI OLIVEIRA)	Negro ou preto? DePretas	Aborda sucintamente o debate em relação às terminologias usadas para se referir a mulheres e homens negros. Além da palavra “negro”, são também levantados pela <i>youtuber</i> os termos “preto”, “mulato”, “mulata”, “moreno”, “morena” e “afrodescendente”, objetivando esclarecer ao público sobre quanto o racismo influencia a maneira	4 de junho de 2017	https://bit.ly/3axH32s	1.289.275	7.599

JACY CARVALHO (JACY CARVALHO)	Eu não quero mais ter filhos	<p>como tais palavras são usadas no cotidiano.</p> <p>Faz um levantamento breve de vivências da maternidade de mulheres negras, suas dores e angústias e discute sobre o desejo de mulheres negras que querem (ou não) ser mães, ponderando sobre essa escolha, por exemplo, a violência policial que torna alvo os filhos negros (em específico os homens) destas mulheres, ressaltando o desafio de criar meninos negros para viverem/sobreviverem em meio ao racismo da sociedade.</p>	5 de dezembro de 2015	https://bit.ly/3lanFO9	17.062	194
	Jacy Responde #1 Parte 1 Racismo, feminismo negro, transição capilar	Vídeo no formato de perguntas e respostas, por meio do qual o público pode mandar questionamentos em relação a assuntos variados, a serem respondidos pela <i>youtuber</i> . Em Jacy Responde #1, a <i>youtuber</i> responde aos usuários sobre, dentre outras temáticas, o racismo, o cabelo crespo e o processo de transição capilar, revelando ao público suas próprias vivências pessoais sobre cada uma dessas pautas.	26 de fevereiro de 2016	https://bit.ly/2YS4p0l	2.207	11
	Jacy Responde #3 Solidão da Mulher Negra, Crochet Braids,	Em Jacy Responde #3, apesar de serem abordadas perguntas sobre temas diversos, a discussão que se sobressai, de certa forma, é em relação à solidão da mulher negra, visto que a maioria dos	20 de maio de 2016	https://bit.ly/3v7PHhB	7.418	90

	Apropriação Cultural...	comentários se referem a esse assunto e, assim como no vídeo anterior (Jacy Responde #1), Jacy fala novamente ao público sobre sua experiência pessoal como mulher negra acerca da solidão.				
LUCI GONÇALVES (LUCI GONÇALVES)	Negritude não é só tristeza - pessoas pretas que vc precisa conhecer	Busca evidenciar uma outra narrativa em relação às pessoas negras quando infere que suas vivências não devem ser resumidas apenas ao racismo, haja vista que também existem outras narrativas disruptivas. Para isso, arrola nomes de <i>youtubers</i> .	18 de novembro de 2019	https://bit.ly/3awcBph	10.147	65
	Mulher preta favelada enriquecendo: vc tá pronto pra isso?	Partindo da narrativa sobre sua vivência, Luci Gonçalves fala sobre o percurso que mulheres negras precisam percorrer para ascenderem econômica e socialmente. Ela relata sobre os empregos que já teve e discorre sobre como o reconhecimento de sua produção audiovisual no <i>Youtube</i> lhe proporcionou oportunidades para conhecer outros meios de vida, fazendo, assim, uma ruptura com a narrativa hegemônica de que às mulheres negras cabe apenas o papel de servidão.	12 de abril de 2019	https://bit.ly/3ABFV8H	32.759	484

Fonte: A autora (2021).

Os resultados da análise desse material estão divididos em dois eixos específicos: 1) raça; e 2) gênero. Mesmo tendo protagonismo nos canais em foco, ressalta-se que as questões de raça, gênero e suas convergências não são absolutas. Cada uma das influenciadoras também se dedica a temas que pendem entre questões de interesse público, *hobbies*, interesses e experiências pessoais. Do ponto de vista formal, esses interesses se materializam na forma de resenhas, *vlogs*, depoimentos e *lives* com interação em tempo real com o público. Essa pluralidade em relação aos tipos de material produzidos revela que o seu trabalho no *Youtube* (assim como suas vidas fora da rede) é singular e multidimensional, demonstrando que suas existências se estendem para além da luta contra o racismo e o sexismo.

Ao organizar os resultados, segmentando-os em função de questões de “raça” e “gênero”, pretende-se explicitar o perfil destas mulheres e o modo como os conteúdos produzidos por elas apresentam dimensões educativas. Esse processo envolve a constituição e mobilização de dispositivos pedagógicos, na medida em que envolve a produção de subjetividades “empoderadas”. De antemão, ressalta-se que a intenção deste estudo não é esgotar os debates acerca da temática escolhida. Trata-se de uma impossibilidade previamente reconhecida e que se deve a fatores variados, tais como: o vasto volume de material audiovisual compartilhado pelas *influencers* periodicamente; o surgimento diário de novas influenciadoras e a criação de novos canais em diferentes plataformas.

5 NOTAS DE PESQUISA SOBRE RAÇA, GÊNERO E SUAS CONVERGÊNCIAS NO-YOUTUBE

Esta seção tem o objetivo de descrever os resultados obtidos por meio de coleta e análise de informações junto aos canais do *YouTube* das *influencers* apresentadas anteriormente. Ao fazerem uso da plataforma para a produção de conteúdo audiovisual, estas mulheres encontram aí espaço para falar não apenas sobre temas de cunho pessoal (tais como experiências do cotidiano), mas também (e especialmente) sobre assuntos que englobam temas dotados de relevância coletiva, isto é, pautas potencialmente significativas para outras pessoas negras, não negras e demais públicos.

No geral, a presença de *youtubers* negras na plataforma proporciona oportunidades de conexão e construção de laços entre pares: sejam outras produtoras de conteúdo, sejam usuárias comuns. Ao se constituírem, essas redes de laços podem alimentar cadeias de diálogo, debate e mobilização em torno de pautas que abarcam temas como subjetividades, contestação de padrões, vivências relacionadas ao racismo e demais formas de opressão, legitimando o ciberespaço como contexto de construção, fortalecimento e propagação de discursos que questionam diferentes formas de hegemonia, em especial, as que dizem respeito à raça e gênero.

Alguns dos nomes selecionados e que constam na lista preliminar (APÊNDICE B) já são razoavelmente conhecidos e desfrutam de maior notoriedade em termos de público, possuindo dezenas, ou mesmo centenas de milhares, de seguidores. Os números, isoladamente, podem não fornecer todos os dados relacionados à popularidade de uma *influencer* sem que se analise outras métricas, como por exemplo, o tempo em que o canal está ativo, as temáticas abordadas etc. Porém, podem fornecer indícios no tocante à sua popularidade com o público, sobretudo com os segmentos mais alinhados aos assuntos principais abordados no canal.

Em sua maioria, os canais apresentam postagem regular de vídeos, enquanto outros ainda estão constituindo seu modelo de produtividade na plataforma. Estes, inclusive, também abordam outras temáticas que vão além de raça e gênero, tais como alimentação/veganismo, maternidade, vida doméstica, música/literatura/cinema, dentre outros. Todos esses tópicos expandem as possibilidades de as *influencers* captarem seguidores interessadas em temas mais amplos. No cenário em que uma cultura participativa é estimulada por parte da plataforma na forma de mecanismos de interação e comunicação (curtidas, comentários e compartilhamentos), tendem a se reduzir as fronteiras entre produtores e consumidores de conteúdo, na medida em que os usuários passam a influenciar as pautas e os vídeos produzidos por meio de reações, *feedbacks* e debates em resposta às publicações das influenciadoras.

Nesse cenário, vale resgatar o questionamento de Freire (1987): quem melhor que os próprios oprimidos podem sentir os efeitos da opressão? E quem melhor do eles podem compreender a sua necessidade de libertação? Desta forma, mulheres negras, grupo historicamente marginalizado por força do patriarcado e do racismo, apropriam-se dos recursos oferecidos pelo *Youtube* no tocante à autoexpressão e à construção de laços e comunidades. Conhecer os canais e as mulheres à frente deles é relevante no processo de construção de aprendizado sobre o que elas têm a dizer. Depois do mapeamento preliminar dos canais mais populares liderados por mulheres negras *youtubers*, foram aplicados os critérios de inclusão e exclusão para definir as iniciativas incorporadas na amostra da pesquisa.

Como já dito anteriormente, o número de seguidores é um dos parâmetros levados em conta nessa escolha, devido ao fato de se caracterizar como indicador de interesse do público no conteúdo oferecido pelas *influencers*. Uma vez identificados os projetos com maior popularidade, percebeu-se que o material postado por alguns deles, apesar dos números elevados, não tinham foco nas temáticas de interesse para esta dissertação (raça e gênero). Após considerar os critérios de seleção/exclusão, a etapa seguinte da pesquisa procedeu-se com a análise dos vídeos (e respectivos comentários) em seção respectiva para este fim, que prossegue na sequência.

5.1 Análise dos vídeos selecionados

Uma vez selecionadas as *youtubers*, cujo conteúdo será o foco desta pesquisa (Nátaly Neri, Gabi Oliveira, Jacy Carvalho e Luci Gonçalves), é importante destacar que essa amostra buscou contemplar influenciadoras com canais em diferentes fases de desenvolvimento. Mais precisamente, Nátaly e Gabi são as que possuem canais mais representativos no que se refere a número de seguidores e quantitativo de materiais postados, em contraponto a Jacy e Luci, *influencers* essas detentoras de canais em processo de crescimento. Esse contraste foi uma decisão intencional, tendo em vista captar conteúdos produzidos por mulheres com diferentes níveis de popularidade e, com isso, garantir uma maior pluralidade de pontos de vista no que tange aos temas centrais desta pesquisa.

No decorrer do desenvolvimento deste estudo, buscou-se evidenciar a relevância dos conteúdos postados pelas *influencers* observando também a maneira como se comunicam com o público. Para Guimarães e Cruz Junior (2019), a linguagem audiovisual no *Youtube* atua como elemento facilitador no elo entre público e o conteúdo publicado, facilitando a apreensão de informações de maneira mais efetiva. Ainda segundo os autores, a plataforma é um ambiente

no qual os usuários podem se engajar em diferentes formas de subjetivação, podendo ressignificar suas atitudes e o modo como se comportam, conforme se sensibilizam mediante o consumo do conteúdo difundido por múltiplos de canais e influenciadores.

As análises na subseção a seguir tomam como ponto de partida os vídeos com alguma ligação à pauta racial. Na sequência, serão examinados vídeos centrados nas experiências e divergências demonstradas pelas vivências de mulheres negras em relação às mulheres brancas. Para auxiliar esse processo, serão utilizados recursos imagéticos, como as *thumbnails*⁷⁴ de cada vídeo examinado, além de comentários de usuários que possam auxiliar a compreensão do processo de sentidos e significados adquiridos pelas informações, narrativas e discursos socializados pelas influenciadoras. Inclusive, as manifestações dos usuários/seguidores foram observadas não apenas para verificar a adesão e validação do conteúdo postado, mas também eventuais nuances, complementos ou mesmo discordâncias presentes no processo. Nesse sentido, é preciso levar em conta a relativa pluralidade que é inerente ao público desse tipo de conteúdo – ainda que, por conta dos limites deste trabalho, esta não possa ser inteiramente captada.

5.5.1 Experiências relacionadas ao racismo

5.5.1.1 “Negro ou preto?”

O primeiro vídeo analisado, na categoria raça, é o de Gabi Oliveira, intitulado “Negro ou preto?” (FIGURA 5). Trata-se de um dos vídeos mais curtos entre os selecionados para este estudo, mas que também é um dos mais populares, somando mais de um milhão de visualizações. Nele, Gabi inicia afirmando que a temática é uma das mais pedidas por seu público, que, por sua vez, parece ter dúvidas se “chamar alguém de preta/preto é [ou não] ofensivo”.

⁷⁴ *Thumbnail* é uma palavra da língua inglesa, traduzida como “unha do polegar” (“*thumb*”: polegar; “*nail*”: unha). É uma referência ao tamanho pequeno da imagem (inicialmente de 80 x 200 pixels). No contexto desta pesquisa, refere-se às imagens utilizadas nos canais do *Youtube* e que podem apresentar objetivos diversificados, como a otimização do carregamento da imagem na plataforma e facilitar, desta forma, o acesso aos usuários e criar uma identidade visual para o conteúdo postado no canal. Disponível em <https://bit.ly/3Op60Qc>. Acesso em 19 abr. 2022.

Figura 5 – Imagem do vídeo “Negro ou preto?”



Fonte: <https://bit.ly/3OqLeQs>

No início do material, Gabi menciona um outro vídeo de uma fala de Nabby Clifford, intitulado “Negro ou preto?”. Nele, o protagonista sugere a substituição do termo “negro” por “preto” no cotidiano – o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), por exemplo, utiliza o termo “preto” para contabilizar a população do país em relação ao quesito *raça*. Segundo ele, o uso de terminologias específicas como essa remete a discussões mais amplas que levam em consideração a formação histórica do país e que ganhou fôlego nos debates realizados no ciberespaço e nas redes sociais.

Na matéria publicada pelo jornal Estado de Minas Gerais⁷⁵, denominada “Negro ou preto? Lideranças negras refletem sobre o uso dos termos ao longo da história”, são reunidos convidados para comentar a questão, entre os quais, encontra-se a escritora Conceição Evaristo. Em sua fala, ela explica que pertence a uma geração que presenciou o esvaziamento da palavra negro, a qual aos poucos foi imbuída de uma conotação negativa e usada em tom pejorativo. Para Evaristo, aos poucos tem ocorrido um processo de automeação da palavra para que fosse criada uma semântica positiva ao termo, processo esse bastante apoiado pela literatura. Um exemplo citado, é a obra *Cadernos Negros*, que, desde os anos 70, tem aberto caminhos para outras obras no campo da literatura afro-brasileira até a contemporaneidade. Conceição afirma que usa mais comumente a palavra “negro”, mas que devido a influências das gerações mais novas, também passou a usar o termo “preto”.

⁷⁵ Disponível em <https://bit.ly/3b1IQ0V>. Acesso em 21 out. 2021.

Para o cientista político Cristiano Rodrigues, outro entrevistado na matéria acima, esses usos de termos têm relação com questões imbricadas nas diferenças entre gerações. Além de Cadernos Negros, o Movimento Negro Unificado (MNU) também reafirmou o sentido da palavra “negro” nos anos 70, o que teve influência durante o século XX, enquanto as gerações da atualidade tendem a empregar com maior frequência o termo “preto”. Para Rodrigues, as expressões “negro” e “preto” são intercambiáveis, e pensá-las como inerentemente “certas” ou “erradas” diz mais a respeito sobre os debates internos aos movimentos negros e também sobre as mudanças ocorridas de uma geração para outra. No geral, a difusão do uso da palavra “negro” é fruto da ampliação de consciência promovidas pelos movimentos sociais ao ressignificar a conotação negativa da palavra e, por outro viés, dos conhecimentos decorrentes de pesquisas acadêmicas que se dedicam a essa temática.

Na sequência do vídeo, Gabi Oliveira afirma que, atualmente, não conseguiremos mais retirar de uso do nosso vocabulário tanto “negra” quanto “negro”. Um ponto levantado pela *youtuber* se refere a outras terminologias usadas para se referir às pessoas negras:

Uma outra coisa que a gente já conversou aqui no canal foi como aqui no Brasil a nossa sociedade evitou por muito tempo chamar pessoas negras de “negras”. E aí a gente inventou “mulato” e a “mulata”, o “moreno” e a “morena”. Sim, “moreno” e “morena” existem, mas moreno é pessoa branca de cabelo preto. A mulata e o mulato são simplesmente pessoas negras de pele clara e isso demonstra mais uma vez como em todo tempo aqui no Brasil a gente tentava afastar pessoas negras da sua negritude (GABI OLIVEIRA).

O uso dos termos em questão também é abordado nos debates sobre o colorismo, tema já discutido por Nátaly Neri e que se refere ao preconceito sofrido por pessoas negras, conforme o tom de pele. Para Rodrigues, “a geração mais jovem, menos conscientizada pela ação do movimento negro nos anos 1970, tende a trabalhar com terminologias mais fluidas do que das gerações anteriores”.

Gabi também menciona a expressão “afrodescendente”, que, para ela, costuma ser corrente entre as pessoas que têm alguma dificuldade em falar respeito de raça. Em sua síntese final, ela declara que o problema não está nos termos “negra” e “preta” em si, mas na maneira como usamos essas palavras, sendo o racismo (e o racista) o(s) causador(es) dessa problemática. Além disso, ressalta que “você pode perguntar pra pessoa se ela gosta de ser chamada de uma forma ou de outra”, já que não há problema nenhum que as pessoas se autodeclarem, pois nos cabe ressignificar as expressões “preta” e “preto”.

Ao final, Gabi pede que o público compartilhe o conteúdo e que escreva nos comentários se concordam ou discordam do que foi dito no vídeo. Esse momento é importante no tocante ao fomento da visibilidade da *youtuber*, fazendo com que ela possa ampliar seu alcance e geração de engajamento do público através da participação dos usuários. Esse momento também é propício para que as seguidoras e seguidores, bem como os demais sujeitos que apenas visualizam as publicações, possam realizar trocas de experiências para que a própria *influencer* possa responder e também compartilhar com outras pessoas que ali também deixam algo escrito.

Dentre os comentários⁷⁶ que demonstram o engajamento por parte do público, destacam-se a expressão de opiniões acerca da qualidade do conteúdo postado: “Foi bom como vc coloca as palavras, sem condenação e se orientações. Explicar com alegria e paz [...] Parabéns gostei de como você explicou” (INSCRITA 1); “Como pegar um assunto que renderia horas e transformar em um vídeo de 03:30 com muita clareza e objetividade [...]” (INSCRITO 2); “Inteligente, esclarecedor; que vídeo fantástico, parabéns! [...]” (INSCRITO 3). Ao buscar assuntos de seu interesse na plataforma, o público costuma estar à procura de informações apresentadas com linguagem acessível, isto é, modos simplificados e didáticos aplicados a temas normalmente envoltos de linguagem técnica e/ou acadêmica. Nesse sentido, produtoras de conteúdo como Gabi tendem a atuar como intérpretes, tradutores dotados de habilidades de comunicação inteligível.

Além dos comentários relacionados à abordagem de Gabi, foram notadas falas que sugerem que o público do canal não se restringe a um segmento específico, ou seja, não consiste apenas a sujeitos com perfil idêntico ao dela (mulher negra). Um exemplo são as interações de pessoas que se autoidentificam como brancas: “Oi muito bom o vídeo. Só pra me apresentar: nessa vida estou num corpo que tem a cor branca. Dito isso, eu tenho a sensação de que usar o termo preto ou preta seja ofensivo, então, quando quero me referir alguém uso o termo negra, negro ou nigri [...]” (INSCRITO 4); “Só sei que sou branco e minha mulher é Negra, e eu a chamo de minha neguinha e ela me chama de meu brando, e nós nos amamos! O racismo é uma idiotice!” (INSCRITO 5). Essas e outras falas sugerem que há um esforço por parte de pessoas brancas de identificar termos mais “adequados” para se referir a pessoas negras. Mesmo que inscritos já façam o uso de termos considerados mais apropriados em seu cotidiano, o acesso

⁷⁶ Visando a facilitar a leitura dos comentários, optou-se por, após fazer a consulta em cada vídeo, realizar a transcrição das falas dos usuários no trabalho, mantendo-se a grafia conforme escrita pelas usuárias e usuários. Cada participante foi indicado como “Inscrita” ou “Inscrito”, no intento da preservação de suas identidades para este estudo.

ao vídeo de Gabi ajudou abrir perspectivas e debates subjacentes a essas e outras expressões consideradas politicamente corretas. Particularmente, as participações de mulheres brancas também são notadas no público dos canais. Nesse sentido, além das falas de apoio ao combate ao racismo, também existem manifestações com interpretações potencialmente dúbias, a exemplo de:

As pessoas que tenho intimidade, eu chamo de preto, meu esposo é um preto lindo. As que eu não conheço, pergunto o nome! Meus tios negros me chama de galega⁷⁷ desde que nasci. Concordo com você, qualquer palavra se torna amável ou desprezível dependendo do tom e da intenção que é falada! Cancelem o racismo e que frutifique o amor (INSCRITA 6).

De um lado, posicionamentos como esse, quando partem de pessoas brancas, costumam cumprir função estratégica frente à luta contra as estruturas de opressão que sustentam o racismo, evidenciando o processo de conscientização em relação ao fato de que essa tarefa não é apenas de pessoas negras. Por outro, em alguma medida, esse tipo de manifestação também pode ser encarado como uma tentativa de demonstrar (e justificar) o uso de expressões que histórica e socialmente carregaram conotações depreciativas, mas que, em contextos pessoais, são supostamente empregadas sem intenções discriminatórias. Aparentemente, esforços como esse tendem a adquirir uma função autoindulgente, isto é, uma ação pensada para eximir de culpa um indivíduo por qualquer gesto de racismo, ainda que este não tenha sido cometido de modo deliberado.

Em particular, a fala da inscrita 6, a respeito do tratamento afável dado por ela a algumas pessoas de seu círculo íntimo de convivência com termos que aludem à raça remete, em alguma medida, a uma reflexão realizada por Ribeiro (2019, p. 25): “Ainda que uma pessoa branca tenha atributos positivos – por exemplo, que seja gentil com pessoas negras – ela não só se beneficia da estrutura racista como muitas vezes, mesmo sem perceber, compactua com a violência racial”. Essa situação sinaliza a importância de perceber a negritude para além do tratamento condescendente conferido por pessoas brancas em relação às pessoas negras. O comentário feito pela Inscrita 6 é um argumento recorrente nos debates sobre os termos utilizados para pessoas pretas: “Às vezes queria me referir alguém como um apelido carinhoso, tipo ‘fala nega’, ‘oi pretinha’, mas sempre tive medo de soar ofensivo” – (INSCRITA 7); “Eu convivo com pretos há muito tempo e não sou racista. [...] quando vou me referir a alguém da

⁷⁷ Regionalismo utilizado para designar pessoas de pele clara/cabelos loiros.

cor diferente da branca, fico tão preocupada em ofender, que perco a espontaneidade" (INSCRITA 8).

A construção de um discurso e práticas antirracistas consiste em tirar pessoas negras da situação de invisibilidade. Ainda em diálogo com Ribeiro (2019, p. 30), “o problema não é a cor, mas seu uso como justificativa para segregar e oprimir”. Considerando que pessoas brancas têm acesso e se engajam com os conteúdos postados por produtoras de conteúdo como Gabi, o material audiovisual elaborado pode ser considerado um espaço de interlocução e, de certo modo, formação sobre o tema, uma vez que representa uma via de expressão e protagonismo para mulheres negras capazes de abordar temas variados, dos mais complexos aos elementares – como o uso dos termos “negro” e “preto”.

Ainda que o tema não possa ser esgotado em um único vídeo e que a abordagem do assunto seja introdutória, Gabi traz à baila um assunto que desperta diferentes questionamentos, e que, por sua vez, transbordam as indagações abordadas no vídeo, tais como: “Eu também tenho uma dúvida em relação ao termo ‘Negrinha’ ou ‘Pretinha’, já que utilizamos os termos ‘moreninha’ e ‘Branquinha’ sem medo. Ex: Mariana é aquela moça branquinha da loja. / Pricila é aquela moça Pretinha da loja [...]” (INSCRITO 9). Do mesmo modo, esse tipo de manifestação abre espaço para que os usuários possam demonstrar suas inseguranças em relação ao assunto tratado: “Gaby, obg pelo vídeo. Pq muitas vezes eu tenho dificuldades em direcionar-me a uma conversa sobre o racismo/cor/raça pq realmente não sei como me usar tais termos e ser mal interpretada e o negro/preto se sentir ofendido [...]” (INSCRITA 10); “[...] sempre tive dificuldades para falar sobre pq uns se ofendem de uma forma, outros de outra e após o vídeo ter falado muito sobre ser chamado de preto e nao negro, aí eu buguei de vez [...]” (INSCRITA 11).

No geral, a construção do conhecimento não é um processo estanque e sustentado de certezas definitivas. Pelo contrário, trata-se de um ciclo permanente, repleto de obstáculos, dúvidas e (auto)avaliação de pensamentos e ações. Gabi Oliveira, nesse cenário, atua como agente que, ao trazer para o debate público questões sobre o tratamento destinado a pessoas negras, abre caminhos para que novas percepções a respeito do assunto possam ser construídas por pessoas brancas (e demais inscritos no seu canal). Para FREIRE (1979, p. 22) “[...] A realidade não pode ser modificada, senão quando o homem descobre que é modificável e que ele pode fazê-lo”.

5.5.1.2 “Colorismo”

No vídeo “Colorismo, ser negro e os 3 mitos da mulher negra”, a *youtuber* Nátaly Neri introduz a noção de colorismo e como ela nos ajuda a entender como os três mitos relacionados à mulher negra – posteriormente explicados por ela – se enraizaram no imaginário social (FIGURA 6). Segundo ela, trata-se de um tema que foi bastante solicitado pelo público do canal e que o vídeo em questão veio em resposta a essa demanda. Por se tratar de uma mulher negra de pele clara e se reconhecer dessa forma, Nátaly também aproveita a oportunidade para compartilhar algumas de suas próprias vivências.

Figura 6 – Imagem do vídeo “Colorismo, ser negro e os 3 mitos da mulher negra”



Fonte: <https://bit.ly/3Er0Wq6>

O vídeo se inicia com a afirmação de que um dos maiores temores que cercam o colorismo pode ser traduzido em uma expressão-chave: a pigmentocracia. Walker (1982), além de Ferreira e Caminha (2017), explicam que a pigmentocracia (ou colorismo) se constitui em uma das nuances do racismo que estrutura formas diferenciadas de tratamento às pessoas conforme a tonalidade de sua pele, mediante os sentidos sociais que são atribuídos pelo grupo no qual cada sujeito está inserido. De acordo com os autores, a cor da pele confere *status* a diferentes sujeitos, revelando a posição social a que pertencem e o que pode ser (ou não) desejável em relação a eles. Trata-se de uma construção social que cria distinções visíveis, mas que atingem o plano ideológico. Considerando o contexto no qual o processo miscigenatório abarca distintas esferas (sejam elas econômicas, culturais e raciais), o colorismo, como ato de

segregação, se apresenta de maneira gradual e sistemática, alicerçado nas diferenças entre tons de pele.

Francisco (2018) esclarece que há uma ampla literatura (em especial nos Estados Unidos) dedicada a essa temática, tendo como enfoque as discussões sobre a influência da indústria cultural e questões de gênero no tocante aos impactos do colorismo na vida em sociedade. A maior parte do debate sobre assunto, todavia, por vezes, se encontra concentrado nas produções audiovisuais de *youtubers* negros e em outros veículos de mídia, como entrevistas jornalísticas elaboradas por pessoas negras.

Segundo Nátaly, o termo “colorismo” teve uma de suas primeiras menções no ano de 1982, no discurso de Alice Walker, mulher negra, escritora e ativista feminista. O colorismo envolve o debate a respeito de um sistema que organiza distinções sociais e/ou de classe com base na cor e no tom da pele de cada indivíduo, classificação essa realizada com base em parâmetros definidos pelas classes socialmente dominantes. Também tem a ver com distinções utilizadas para hierarquizar diferentes grupos, levando em consideração a ideia de que as características físicas brancas atuam como modelos a serem perseguidos por todos, isto é, um padrão social arbitrário que se apresenta como espontâneo. Em decorrência disso, as pessoas negras que mais se aproximam de traços fenotípicos de pessoas brancas contam com um grau relativo de condescendência e privilégio, de modo que os tons de pele mais claros findam por se mostrarem mais “prestigiados” em relação aos tons mais escuros.

Mesmo o termo tendo surgido em território norte-americano, Nátaly esclarece que, por volta de 1910, a teoria do embranquecimento populacional já circulava pelo território brasileiro, atuando como fundamento que afirmava que o Brasil era um país sem identidade devido à sua população composta por “índio, preto, branco, o Brasil é uma mistura”. Segundo ela, o ordenamento social só aconteceria se o homem branco fosse o responsável por fazê-lo. Então, em 1920, houve o intento de trazer imigrantes de origem europeia para o país objetivando miscigenar e embranquecer a população.

Após essa breve contextualização histórica, Nátaly discorre sobre o colorismo com base em vivências próprias. Por ser negra de pele clara, reconheceu os privilégios parciais que goza por ser uma “negra apreciável, tolerável pra sociedade, enquanto uma negra de pele escura não”. Prossegue afirmando que seu aprendizado sobre o tema ocorreu através de um curso ministrado por Djamilia⁷⁸ Ribeiro em sua universidade. Nesta ocasião, conheceu alguns dos mitos criados em torno da imagem da mulher negra. Em diálogo com Gonzalez (1984), destaca

⁷⁸ Mestra em Filosofia Política pela Unifesp – Universidade Federal de São Paulo.

que dois desses estereótipos, historicamente, correspondem ao da mulata (vinculada ao universo do carnaval brasileiro), e ao das empregadas domésticas. Ambos os mitos, ajudaram a criar representações sobre os lugares destinados às mulheres negras na sociedade. Por fim, o terceiro mito mencionado por Neri consiste na “mulher negra barraqueira”, que segundo ela corresponde:

a mulher negra forte, a mulher negra que se impõe, a mulher negra que não leva desaforo pra casa. A mulher negra que não só tem uma constituição psicológica muito forte, que aguenta apanhar, aguenta fome, aguenta tudo, como também tem um corpo muito forte (NÁTALY NERI).

Ao falar sobre a imagem da negra-empregada, Neri explica que “é aquela preta senhora já, mais velha, que cozinha, que é subserviente, que abaixa sempre a cabeça, limpa e cuida da casa, ama de leite”. Esse estereótipo é reafirmado em diversos personagens da cultura *pop*, auxiliando a reforçar essa associação no imaginário social. Um dos exemplos citados é a Tia Anastácia⁷⁹, criada pelo escritor Monteiro Lobato, personagem da obra *Sítio do Pica-pau Amarelo*. No geral, as negras-empregadas são caracterizadas nestas tramas como mulheres abnegadas e dóceis, sem vida própria e sempre dispostas a servir aos personagens (quase sempre brancos) dessas histórias. Essa discussão, inclusive, está atrelada a preocupações caras aos Estudos Culturais, especificamente no que diz respeito à necessidade permanente de entender como esses e outros produtos culturais reproduzem estereótipos de determinados grupos sociais e os modos como o público se apropria dessas obras, construindo e “aprendendo” a perceber e se relacionar com o outro e consigo. Dando continuidade, Nátaly fala sobre o outro mito da mulher negra relacionado ao da

[...] mulata exportação. A mulata exportação é aquela sensual, é aquela que serve pra comer, mas não serve pra casar, que serve para satisfazer os prazeres, aquela pra gringo ver, pra exportar pra levar pra fora do brasil e mostrar como o brasil é um país lindo com mulheres sensuais “da cor do pecado”, com mulheres fogosas. a mulata exportação é a mulher fogosa (NÁTALY NERI).

Um ponto importante indicado pela *youtuber* envolve as nuances entre cada um dos mitos mencionados. Por exemplo, “o [mito] da mulher negra barraqueira e o da mulher negra tia Anastácia são muito ligados à ideia de uma mulher negra de pele escura”. Nesse ponto, Neri afirma que, por mais que essa discussão se refira a mulheres negras em geral, o colorismo,

⁷⁹ Papel interpretado nos anos 70, em rede televisiva, pela primeira vez, pela atriz Jacyra Sampaio.

através do tom de pele delas, demarcará o tipo de papel atribuído a cada mulher. Quando se fala em mulheres retintas, Neri afirma que a elas é atribuída a representação de mulheres fortes e que, ao falarmos sobre elas, “[...] você pensa na mulher que não tem acesso, você pensa numa mulher pobre”. Por outro lado, às mulheres negras de pele clara, “você pensa já no mito criado pra mulata exportação, é a mulher negra de pele clara [...] é a mulher negra mais embranquecida possível”. Apesar do tom de pele mais claro potencialmente conferir “privilégios”, Nátaly reforça que isso “não quer dizer que a mulata exportação, ao contrário da tia Anastácia e do ideal da barraqueira, não sofra racismo”. Assim, infere que

É muito importante pra nós, negras de pele mais clara, negros de pele mais clara, que a gente tenha consciência do que é o colorismo, não só pra gente saber os privilégios que a gente tem - e como a gente não pode fazer uso deles, a gente tem que negar esses privilégios, se posicionar - como também pra gente não ter aquela sensação de despertencimento, de ele quase ser negro, mas não ser negro. Negro de pele clara é negro tal qual negro de pele escura, mas a gente tem que ter consciência que o racismo que o negro de pele escura vai sofrer nunca vai ser comparar ao racismo que a gente sofre (NÁTALY NERI).

Neri prossegue fazendo algumas considerações sobre a classificação de cor populacional pelo IBGE e sobre a terminologia “pardo”:

pardo é preto, segundo o IBGE, tão dentro de uma classificação de raça e etnia que é negra. Então pardo ainda é negro, mas o Brasil de embranqueceu tanto a ponto de essa terminologia do imaginário social, de a gente realmente acreditar que pardo não é negro (NÁTALY NERI).

Neri destaca que não é possível, para ela, indicar quem é ou não negro, pois isso é algo singular de cada pessoa e que cada um tem suas próprias experiências, cabendo a cada um olhar o seu próprio passado e analisar as situações de racismo que vivenciou e como constituiu sua subjetividade. Mesmo que alguém afirme que nunca sofreu racismo, o colorismo, segundo Nátaly, age na própria consciência – ou falta dela – em relação às formas de discriminação racial que sofre, visto que a sociedade, ao praticar atos de subjugação, está lembrando ao sujeito que ele é negro.

A própria Nátaly afirma que sofreu ataques no ciberespaço, recebendo acusações como “(...) ela nem é negra, ela não é negra...quem que é negra com esse nariz, quem que é negra com essa cara fina? Essa menina não é negra, essa menina é uma oportunista”. Ainda que o *Youtube* seja um espaço de expressão para grupos minoritários, ele também permite a multiplicação de diferentes formas de violência digital de natureza racista, as quais se impõem

como um desafio para mulheres negras no tocante à afirmação e legitimação de suas identidades. Por fim, para que o público possa obter mais informações a respeito do colorismo, Neri indica, em seu vídeo, as páginas de outras *youtubers* que também abordam a temática, tais como Gabi Oliveira, Sá Ollebar⁸⁰ e Xan Ravelli⁸¹.

O vídeo teve um número significativo de comentários. Nessa oportunidade, os expectadores puderam expressar suas experiências em relação ao tema, tornando esse espaço um ambiente propício para o aprendizado sobre si em relação ao que foi exposto pela *influencer*. Considerando que mulheres negras têm se apropriado das redes sociais como ambiente de debate público e troca de experiências singulares, um ponto observado entre os comentários do vídeo de Neri diz respeito aos relatos de outras mulheres acerca do tema. A prática de compartilhamento de histórias, como essa, é um fator importante no tocante à construção de um processo formativo baseado na partilha de vivências que proporcionam a cada indivíduo aprendizagem com (e a partir) do outro.

De acordo com os comentários, a opressão experienciada por mulheres negras de pele clara pode ser vivenciada em situações diversas no cotidiano. Nesse sentido, um dos pontos destacados diz respeito à insegurança decorrente de um entrelugar entre a negritude e a não negritude – ou um tipo de negritude de “segunda classe”. Os relatos parecem convergir para esse tipo de percepção: “[...] esse é o primeiro vídeo que assisto seu, ele me fez chorar. Faz pouco tempo que tomei consciência do fato que sou negra, tenho a pele ainda mais clara do que a sua, e pra mim ainda é difícil de me posicionar quando falam que eu não sou negra [...]” (INSCRITA 12); “Já ouvi muitas vezes “mas vc nem é tão negra” como se fosse uma coisa negativa ser preto. Muito triste” (INSCRITA 13); “Após esse vídeo (ainda mais no final), comecei a me questionar já fui chamada de sujinha por ter pele mais clara, já ouvi comentários ruins, mas que na época não soube identificar [...]” (INSCRITA 14); “Infelizmente, eu sempre sofro com isso. Quando eu me identifico como negra sempre tem algum alienado me dizendo que sou parda ou morena” (INSCRITA 15). Compreender situações de sofrimento como essas implica “[...] reconhecer a heterogeneidade da experiência feminina, o cenário interseccional se aplica na compreensão na intensidade do racismo dirigido às mulheres, relacionadas aos diversos tons de pele [...]” (SOUSA *et al.*, 2016, p. 6).

Ao dividir com o público seu relato sobre os ataques que sofreu na *internet*, Nátaly abre espaço para a produção de significações de histórias de vida similares à sua. Mesmo que a *internet* possa, por vezes, ser um ambiente hostil a este grupo, as mulheres negras podem

⁸⁰ Canal disponível em <https://bit.ly/3rSsS13>. Acesso em 25 abr. 2022.

⁸¹ Canal disponível em <https://bit.ly/3xWmtWj>. Acesso em 25 abr. 2022.

encontrar nela a oportunidade para aprender a se constituírem como sujeitos por meio da troca de experiências entre si. Experiências passíveis de ensejar aproximações e vínculos de identificação: “Tudo que você disse fez sentido para mim, eu como muitas aqui tive privilégios por ser clara, mas também já fui discriminada por não ter o cabelo igual [...]” (INSCRITA 16). Esse comentário, assim como outros semelhantes, sugere que a seguidora entende a natureza da situação vivenciada por Nátaly, uma vez que sua experiência cotidiana apresenta reverberações com o que foi narrado.

Sobre o processo de formação, Paz e Junqueira (2019, p. 27) esclarecem que

as biografias de mulheres negras de múltiplas gerações, por exemplo, ainda que atravessadas historicamente pelas mesmas opressões – gênero, raça e classe – assumem especificidades nas formas de vivenciar e enfrentar estas problemáticas sociais. Tais experiências de enfrentamento fazem parte dos seus processos formativos através das suas construções identitárias constituídas por escolhas, negociações, renúncias, etc. Para a compreensão destes percursos, é importante considerar a experiência como elemento fundante dos processos formativos destas mulheres.

Para os autores supracitados, a materialização e análise das experiências de mulheres negras usuárias do *Youtube* não se restringe a um processo formativo que acontece no ambiente formalizado de aprendizagem, mas engloba também a uma construção baseada nas experiências diárias. Paz e Junqueira (2019, p. 27) afirmam que

a formação é experiencial e se desenvolve como uma atividade consciente do sujeito, que efetua uma aprendizagem imprevista ou voluntária em termos de competências existenciais [...] ou de uma atividade que põe o sujeito em interação com ele próprio, com os outros [...].

Tal como no vídeo de Gabi Oliveira, no espaço destinado aos comentários também se destacou a presença de pessoas brancas. Nota-se que há a manifestação de dúvidas em relação ao tema abordado por Neri, o que é salutar, se consideramos que a aprendizagem também é construída mediante os questionamentos sobre o que cada sujeito se propõe a conhecer (incluindo a si mesmo).

Eu tenho uma certa dúvida sobre a tal classificação de cores, tipo eu levo em conta apenas minha cor ou levo tbm meus traços familiares?? Pq se digo q sou mais p lado negro, pessoas falam q estou equivocada, mas me considerar branca acho exagero. Por isso sempre me considere parda ou café com leite!!! Mas ainda tenho dúvida de como posso definir q sou este e ponto (INSCRITA 17).

Para Rubinstein (2019, p. 319), “o ato de interrogar é uma característica que nos diferencia dos demais seres vivos. Apesar disso, nem todos, por diferentes razões, se dispõem a questionar e questionar-se”. Segundo a autora, o perguntar é uma ação inerente à existência humana e nos permite aprender a partir de nossa curiosidade. Destarte, a curiosidade, sendo constituinte da natureza humana, se torna, assim, o impulso para aprender. Outro exemplo em relação ao questionar e questionar-se é o comentário da inscrita 18:

Tenho muita dúvida sobre ter a pele clara e o cabelo muito crespo. Vivi muitas situações de preconceito (inclusive na escola, de mandarem somente eu andar de cabelo preso sempre, nenhum outro aluno ou aluna) e isso me marca profundamente. Me sinto deslocada no feminismo branco e me sinto intrusa ou roubando lugar de fala no feminismo negro. E a minha fala eu não sei onde cabe, então acabo calando nos espaços.

Ao falar sobre o limbo da identidade racial, Gomes (2019) explana que a miscigenação é uma marca resultante da construção do país, que fora alicerçado em processos relacionados ao embranquecimento populacional via imigração, estupros e demais formas de violência institucionalizadas. Historicamente, tais processos foram relevantes no tocante ao silenciamento de grupos sociais marginalizados. Assim, o autor destaca a necessidade de incentivar a pluralidade de vozes frente à opressão que tende impor o predomínio de uma voz que, supostamente, representa a universalidade e que apresenta características moduladas pelas forças hegemônicas, ou seja, uma voz que expressa interesses que, historicamente, privilegiaram as pessoas brancas.

Além de demonstrar dúvidas em relação à sua autoidentificação, as seguidoras empatizam com a situação já relatada por Neri, mais precisamente, com a “sensação de despertencimento, de ele quase ser negro, mas não ser negro” (INSCRITA 19). Todavia, como contraponto a isso, Neri afirma que pessoas com tom de pele mais claro também precisam se posicionar e indica que esse processo autoafirmativo deve levar em conta a subjetividade e as vivências de cada indivíduo.

Por outro lado, ao trazer o tema à discussão, Nátaly propicia às inscritas e inscritos a oportunidade refletir e formular questionamentos sobre a constituição de suas identidades.

Tais ponderações, inclusive, podem evidenciar que a aprendizagem acerca da temática é um processo dinâmico, capaz de despertar nos usuários insights e ressignificações: “toda vez que eu acho que melhorei um pouquinho eu descubro que tenho um trilhão de coisas pra desconstruir...” (INSCRITA 20). Desta forma, o *Youtube* e demais plataformas semelhantes demonstram seu potencial como elemento estruturante de processos formativos não formais baseados em narrativas e relatos individuais, mas munidos da capacidade de instigar identificações e a construção de laços.

5.5.1.3 “Jacy Responde”

O terceiro vídeo em evidência é de Jacy Carvalho, intitulado “Jacy Responde #1 | Parte 1 | Racismo, feminismo negro, transição capilar”, cujo objetivo é responder às diferentes perguntas enviadas pelo público (FIGURA 7). Diferentemente dos vídeos já analisados, nos quais Nátaly e Gabi discorrem sobre um único tema específico, neste Jacy recorre a um formato de conteúdo comum entre *youtubers* – os vídeos do tipo “perguntas e respostas” – para propor uma forma diferente de interação com o público para além do espaço reservado à postagem de comentários. Essa é uma estratégia comum para assimilar e dar visibilidade às contribuições de seguidores no tocante à definição de pautas e de conteúdo, ajudando também a criar um contexto que estimule o engajamento dos usuários que acompanham o canal.

Figura 7 – Imagem do vídeo “Jacy Responde #1 | Parte 1 | Racismo, feminismo negro, transição capilar”.



Fonte: <https://bit.ly/3v0sWxF>

De início, Jacy esclarece que este é o seu primeiro de vídeo de perguntas e respostas no canal e que resolveu produzir conteúdo nesse formato pelo fato de não conseguir responder a todas as perguntas que recebe em suas redes sociais (*Instagram, Facebook* e no próprio *Youtube*). Ela prossegue fazendo a leitura, individualmente, de cada uma das quatro perguntas selecionadas para o vídeo. A primeira foi feita por um expectador do sexo masculino que diz considerá-la como referência e influência no que se refere à estética e beleza negras e prossegue perguntando a Jacy como é para ela “ser vista como uma referência para muitas meninas e meninos (também)?”. Ela responde dizendo que não se acha a “*top* das referências”, mas que acredita que é preciso haver apoio entre “nós mesmos” (referência às pessoas negras apoiarem outras pessoas negras), na forma de ações, como elogiar mulheres e homens negros e incentivar para que continuem lutando. Ela assume que também tem outras pessoas como referências, afirmando que as coisas que fala no canal podem ser banais em seu cotidiano, mas que para outros podem ser assuntos inteiramente originais e, portanto, podem agregar valor às suas vidas: “é um grãozinho de areia, mas já vale muito a pena saber que eu tô mudando a vida de muita gente com pequenas atitudes”.

Ao compartilhar experiências com seu público, sendo ela mesma aprendiz de outras pessoas que têm como modelo, a interação entre *influencer* e público abre caminhos para se afirmar como processo educacional. Oliveira e Dias (2017) explicam que educação não formal abarca diferentes pessoas e espaços no tocante à formação de direitos humanos e à luta contra as desigualdades geradas pela exclusão social. Trata-se de práticas de partilha coletiva que não se restringem a ambientes educativos de sala de aula, isto é, institucionalizados, podendo transcorrer em circunstâncias do cotidiano, como uma rede social, por exemplo.

Prosseguindo, Jacy fala que ser considerada uma referência é motivo de orgulho e que isso indica que está no caminho certo. Na segunda pergunta, Jacy é indagada se já passou por “preconceito/bullying por causa da sua cor/cabelo na época da escola ou em outros lugares?” e sobre qual era a sua reação a esse tipo situação. Após responder afirmativamente à primeira pergunta, declara que, na época da escola, teve dificuldade de lidar com isso, pois “não era a pessoa mais forte, não tinha tanta fibra, não tinha força para poder aguentar pro que as pessoas me falavam”. A sua vivência estava relacionada com o seu cabelo, pois “como é ser uma das únicas negras da sua sala e você ter que lidar com isso, ter que lidar com a diferença, ser diferente...todo mundo de cabelo liso e você tem o cabelo crespo, o seu cabelo cacheado”.

Para Ribeiro (2019), essa é uma experiência comum entre jovens negras no contexto escolar. Partindo de vivências pessoais, a autora diz que, aos seis anos de idade, ser negra era um problema para a sociedade. Dentre os xingamentos que ouviu, menciona “neguinha do

cabelo duro”, “neguinha feia”, admitindo que ser diferente nesse contexto é visto aos olhos dos outros como um defeito. Assim como Jacy, ela também desenvolveu sequelas decorrentes do racismo pelo qual passou, como por exemplo, problemas de autoestima. Na visão da autora, o universo escolar ainda tem princípios alinhados às culturas branca e europeia. Essas violências, segundo ela, estão, em sua maioria, naturalizadas e, por isso, acabam se banalizando na forma de práticas de discriminação, dificultando a percepção do racismo como tal. Jacy, por exemplo, descarta o rótulo do *bullying* para o que sofria na escola, mesmo que pessoas próximas a ela dissessem que sim. Nesse sentido, é enfática ao caracterizar essas situações como racismo, em suas formas sutis (ou nem tanto) e que, justamente por isso, é tão difícil de ser combatido, para gerar a conscientização das pessoas e a construção de novas condutas em relação a ele.

Dentre as atitudes antirracistas, potencialmente relevantes, Ribeiro (2019) destaca o reconhecimento da negritude. Para a autora, para que se possa pensar em ações voltadas a essa realidade (e que estimulem o enfrentamento ao racismo) é necessário pensar a respeito das atitudes que invisibilizam outras pessoas – presentes em frases como “eu não vejo cor”, por exemplo. Nesse caso, não se trata da cor em si, mas do uso que fazemos dela para oprimir e segregar a outrem. Por fim, Ribeiro afirma que não há nada de errado em nossa diversidade e que relações raciais são vivenciadas por nós em nosso cotidiano, o que torna indispensável falar tanto sobre branquitude quanto a negritude.

A terceira pergunta do vídeo é de uma seguidora que deseja saber o que Jacy pensa sobre a “ditadura do cabelo crespo/cacheado”. Para ela, essa ditadura não existe, pois, em situações do cotidiano, as pessoas não serão obrigadas a cachear ou encrespar o cabelo para conseguir uma vaga de emprego, por exemplo, porque esse não é o padrão estético adotado pelas empresas. Para ela, as pessoas estão se libertando da química e desenvolvendo uma maior autoaceitação. Jacy explica que não cabe a ela dizer a outras pessoas o que devem fazer com os seus cabelos. Nesse ponto, menciona suas amigas negras que possuem cabelo liso e que, assim como elas, mulheres que optam por usá-los dessa forma não serão menos negras. Por fim, a *youtuber* conta que faz uso de *lace*⁸² e que o fato de ela usar cabelo liso também não a enfraquece em sua negritude, que, mesmo com o cabelo desta forma não deixou de sofrer racismo, e que cada pessoa deve fazer o que quiser com o próprio corpo.

⁸² *Lace* é uma peruca e que, pelo modo como é produzida, tem como objetivo trazer maior naturalidade ao visual de quem a usa. Em matéria do Jornal o Globo, denominada “Laces: peruca que traz naturalidade aos looks vira mania entre celebridades” (disponível em <https://glo.bo/3pD6kAQ>, acessada em 25 out. 2021), a *lace* é descrita como confeccionada com uma tela que entra em contato com o couro cabeludo. Nesta matéria, menciona-se mulheres negras que fazem uso do acessório. Dentre elas, a influenciadora digital Camilla de Lucas, e há uma foto da cantora Iza nesta mesma matéria fazendo uso do item.

A última pergunta está relacionada com o processo de transição capilar vivenciado por Jacy. Ela afirma que ao sentir a liberdade que esse processo pôde proporcionar, ficou “totalmente diferente, meu posicionamento quanto a cabelo mudou totalmente depois que eu me aceitei”. Também relata as agressões (racistas) que foram interiorizadas por ela, mas que, a partir do momento, em que ela se aceitou, parou de reproduzi-las contra outras pessoas, admitindo que agia assim, porque foi ensinada a achar feio o cabelo crespo. Trata-se de um problema estrutural, que não pode ser individualizado, ou seja, o racismo não consiste em atitudes isoladas de pessoas, mas em comportamentos construídos e reproduzidos coletivamente entre os indivíduos.

Por fim, Jacy afirma que o processo de transição inicialmente foi uma fase ruim, pois teve que lidar com cobranças daqueles à sua volta para que ela voltasse a alisar o cabelo, e que esses comentários vieram justamente de pessoas muito próximas, como seus pais e irmãos. Por outro lado, enfatiza que a transição também lhe propiciou uma outra forma de experienciar a si mesma, pois “quando você entra numa transição capilar e quando você sai, você é outra pessoa, porque é uma força que se cria, é uma resistência que se cria a estes comentários, a esse racismo diário que você sai totalmente diferente...”.

O vídeo conta com cerca de 2 mil visualizações e uma quantidade reduzida de comentários quando alinhado à média dos demais canais analisados. Se contrastado à Nátaly Neri e Gabi Oliveira, o canal de Jacy Carvalho, ainda que em ascensão em termos de alcance e público, ainda possui números muito mais modestos. Não obstante, o vídeo em questão é um dos mais populares de seu canal, possuindo o maior número de visualizações, o que pode denotar o interesse do público em consumir esse tipo de conteúdo. O formato de vídeo por si só revela certo dinamismo, ao abordar pautas variadas pertencentes ao campo de interesse de pessoas (sobretudo mulheres negras) negras, abarcando desde situações de racismo no ambiente escolar até a estética negra.

Ao compartilhar com o seu público a maneira como lida com as situações de seu cotidiano, Jacy constrói para o seu o público uma narrativa inserida na “cultura da inspiração” – tema já abordado anteriormente nesta pesquisa. Retomando Santos e Falcão (2019), essa cultura busca incentivar as pessoas a construírem, a partir de suas próprias histórias, relatos que podem atuar como fonte de motivação aos objetivos e ao cotidiano de quem se dispõe a ouvi-los. Tendo assistido ao vídeo de Jacy, a inscrita 21 afirma: “[...] eu sou [uma] irmã negra meio envergonhada da minha cor [mas] depois q te conheci Amo minha cor [...]”.

Na condição de sistema opressor que invisibiliza minorias, o racismo acaba por tirar do sujeito seu senso de identidade e pertença. Nesse contexto, a partilha de experiências entre

mulheres negras se torna um elemento (re)avivador do senso de comunidade. Ao discorrer sobre a educação não formal, Gohn (2020) afirma que este modo de aprender se inscreve no “mundo da vida” e se baseia em processos de partilha de experiências que se desdobram em espaços no quais a coletividade convive. Nesse sentido, a educação não formal também colabora para educação formal institucionalizada, além de ser fundamental na preparação de cidadãos livres e emancipados. Desse modo, a construção e afirmação das identidades negras têm papel importante no tocante à construção de formas aprimoradas de autoconhecimento baseadas no pertencimento. Para a autora, os processos que envolvem a autoaprendizagem e a aprendizagem em conjunto partem da “[...] experiência em ações coletivas, podem ser organizadas segundo eixos temáticos: questões étnico-raciais, gênero [...]” (GOHN, 2020, p. 13).

Outro relato que pode ajudar a compreender a construção de narrativas inspiradoras e em como Jacy atua como um “sujeito exemplar”, é o comentário da inscrita 22:

[...] Jacy eu vivo em Portugal e sou negra. Nos tempos que correm o racismo aqui já não é tão intenso, mas eu já sofri na pele (qual o negro ou negra que nunca sofreu?). Mas te quero dizer que você é uma inspiração para qualquer pessoa seja branco, negro, azul, amarelo, etc. É por pessoas como você que o preconceito está diminuindo. Tenho aprendido imenso com os seus vídeos [...].

Ao perguntar sobre negras e negros que já poderiam ter sofrido racismo, a inscrita 22 retrata uma situação do cotidiano em comum neste grupo. Por ser negra e já ter sofrido situação semelhante, ela entende que atos racistas fazem parte do nó que a interliga a uma coletividade oprimida socialmente. E esse laço invisível se mostra capaz de transcender barreiras geográficas, ao propiciar identificações para além seu contexto concreto dos indivíduos alvos de opressão.

O conteúdo produzido por mulheres como Jacy não está confinado aos muros das escolas, ainda assim possui alcance tão ou mais representativo que esta instituição, em boa medida, graças ao acesso à rede mundial de computadores. Trata-se de um sistema de comunicação digital que rompeu com a hegemonia das mídias de massa, enfraquecendo certas formas de dominação, ainda que estabelecendo outras diferentes. Ainda em diálogo com Gohn (2020), a educação não formal pode se materializar, por exemplo, nas práticas identitárias e na luta contra atos de exclusão e desigualdade, que, nesse caso, podem encontrar guarida nas discussões propostas por produtoras de conteúdo negras preocupadas em dar maior visibilidade a pautas estratégicas ao questionar a opressão e a violência cotidiana vividas por seu público.

Tema central no vídeo de Jacy, O processo de transição capilar⁸³ é um assunto de alta relevância no universo do feminismo negro, já que é cabelo afro⁸⁴ é considerado um componente estratégico na constituição das identidades de mulheres negras. Para Matos (2016, p. 845), a transição “[...] é caracterizada pela passagem dos cabelos quimicamente tratados para a textura natural, principalmente os cabelos cacheados e crespos [...]”. Ainda segundo a autora, “[...] Tal movimento tem como referências, jovens que passaram por essa experiência de modificação, que transforma, aos poucos, as suas imagens e que influencia diretamente em suas autoestimas [...]”. Por ser um tipo de cabelo que, estética e socialmente, foi e, em certos contextos, ainda é considerado inaceitável perante os padrões de beleza hegemônicos, os gestos de racismo neste âmbito costumam ser os mais comuns e normalizados, materializando-se na forma de expressões pejorativas, como “cabelo ruim”, “cabelo de bombрил”, dentre outras. Por esse motivo, a transição capilar se configura como uma ruptura com a estética dominante (de base eurocêntrica) que preconiza o uso de cabelos lisos e, por outro lado, condena os cabelos que fogem desse ditame.

5.5.1.4 “Negritude não é só tristeza”

O quarto vídeo nesta categoria denomina-se “Negritude não é só tristeza - pessoas pretas que vc precisa conhecer”, da *youtuber* Luci Gonçalves. Diferentemente dos três vídeos anteriores, que se apoiam em experiências pessoais ligadas ao racismo e às situações em que ele foi vivenciado, a proposta trazida no vídeo de Luci retrata uma narrativa antirracista, no sentido de incentivar o público a conhecer diferentes produtoras de conteúdo negras (e negros), objetivando fornecer ao público outras referências confiáveis no assunto e cujas temáticas abordadas em seus canais extrapolam as formas discriminatórias vividas pelas pessoas de cor.

⁸³ Recordo-me que iniciei o meu alisamento químico com cerca de 10 anos de idade, época em que os produtos utilizados para esse fim me pareciam mais agressivos quimicamente, pois resultaram em impacto à minha saúde física. Antes desta mudança capilar, foram comuns os apelidos pejorativos em relação ao meu cabelo. No decorrer do tempo em que ele esteve artificialmente liso, tais situações de discriminação (e ponderando sobre ter pele mais clara) foram diminuindo. A ruptura desse ciclo seu deu apenas aos 30 anos, etapa na qual estavam florescendo minhas descobertas sobre ser negra, o que se fortaleceu através do contato direto com outras mulheres negras e, *a posteriori*, com leituras e consumo de vídeos de *youtubers* negras. De maneira particular, compartilho da narrativa de Jacy quando fala sobre o desafio de “[...] ter que lidar com a diferença, ser diferente...todo mundo de cabelo liso e você tem o cabelo crespo, [...]”, fase que sofreu mudanças com a ruptura proporcionada pela transição, o que refletiu em como “[...] agora eu sei me impor, sei dizer não, ‘tá errado, meu cabelo não é ruim’ [...]”. Com o decorrer dessa jornada, entendo que o processo de transição é muito particular a cada mulher, podendo demandar tempo em como nos educamos e nos entendemos sobre ser – e estar no mundo – como sujeitos racializados.

⁸⁴ Matos (2016, p. 847) explica que o termo cabelo “afro” faz referência “[...] ao tipo de cabelo que engloba, de forma mais ampla, vários tipos de cabelos que as pessoas que tem herança negra em sua carga genética podem possuir [...]”.

Trata-se de um material produzido por Luci, a pedido do próprio *YouTube*, em alusão ao mês da Consciência Negra.

Figura 8 – Imagem do vídeo “Negritude não é só tristeza - pessoas pretas que vc precisa conhecer”



Fonte: <https://bit.ly/39gGBrS>

A plataforma possui ações correlatas voltadas à promoção da diversidade, na forma de incentivo à produção de conteúdo criado por negros. Nesse projeto, encontram-se publicações, como a matéria intitulada “Por que o YouTube vai promover narrativas negras?”⁸⁵, e Bibiana Leite⁸⁶ explica sobre algumas das ações do *YouTube*. Em outubro de 2020, a plataforma criou o Fundo Vozes Negras objetivando estimular o surgimento de *youtubers* negras e negros e, conforme a reportagem supracitada, “voltando-se para a produção e aquisição de novos programas do YouTube Originals com foco em justiça racial e na experiência negra”. A expectativa é que sejam investidos 100 milhões de dólares neste intento de promoção de vozes negras, reunindo na plataforma cerca de 500 produtoras e produtores de conteúdo ao redor do mundo.

Dentre os 35 canais brasileiros selecionados em 2021, as mulheres negras contempladas foram Ana Paula Xongani, Gabi Oliveira, Nátaly Neri e Prof^a Rafaela Lima. Bibiana explica que esta iniciativa foi construída visando à apresentação de novas narrativas “que enfatizem o poder intelectual, a autenticidade, a dignidade e a alegria das vozes negras,

⁸⁵ Disponível em <https://bit.ly/3EAQ9Zm>. Acesso em 20 out. 2021.

⁸⁶ Identificada na reportagem como “diretora de desenvolvimento de parcerias de conteúdo no YouTube e líder do programa #YouTubeBlack no Brasil”.

bem como para educar o público sobre a justiça racial”. Em relação ao aporte financeiro e demais formas de apoio a serem recebidos pelos *youtubers*, Bibiana informa que os participantes selecionados poderão participar de “programas de networking e treinamentos personalizados da Incubadora de Criadores do YouTube”, e que “cada criador receberá um valor, correspondente ao seu momento atual. Eles podem utilizar os recursos para investir na produção de conteúdo do seu canal [...] como a compra de equipamentos ou contratação de serviços”. Na oportunidade, Bibiana faz menção aos casos de racismo que têm acontecido no mundo, e afirma que o propósito do Fundo Vozes Negras é se constituir como um espaço onde criadoras e criadores de conteúdo negros podem compartilhar suas histórias. Iniciativas como essa são vistas como formas de abrir caminhos para que vozes, historicamente, silenciadas encontrem meios para alcançar maiores audiências.

Retomando o vídeo de Luci Gonçalves, a *youtuber* inicia a sua exposição falando sobre como ela se sente bem em poder celebrar quem ela é e também em se pronunciar sobre isso além de ter que explicar apenas questões sobre negritude. Ela critica o fato de que muitas pessoas negras tenham essa visibilidade somente em novembro – mês que coincide com o Dia da Consciência Negra – para responder às mesmas questões sobre a temática da negritude, pois faz com que esqueçamos que pessoas negras também são seres humanos complexos que vão além de sua cor e que têm a sua importância como criadoras e criadores de conteúdo da plataforma. Estar no *Youtube*, segundo ela, é um ato cotidiano de resistência para pessoas negras.

Para o vídeo em questão, Luci foi convidada a selecionar cinco – mas que, no final, foram seis – pessoas negras que a inspiram em diferentes áreas da vida, para além da criação de conteúdo. Nesta lista, há canais de *youtubers* que tratam sobre temas diversos, são eles: Paloma Cipriano⁸⁷, Jef Delgado (Favela Business)⁸⁸, Tasha e a Tracie⁸⁹, Patrícia Avelino (Beleza Negra)⁹⁰, Kaique Brito⁹¹ e Morena Mariah⁹².

Sobre Paloma, Luci descreve a *youtuber* como alguém que fala sobre “coisa(s) de casa” (concerto, construção, decoração), apontando que seus vídeos estão ajudando muito a melhorar o seu ambiente doméstico e a sua experiência em sua casa. Luci também tece elogios à Paloma, dizendo que “é incrível no canal dela, ela é bem grande, isso mostra

⁸⁷ Disponível em: <https://bit.ly/3EmTZF2>. Acesso em 29 out. 2021.

⁸⁸ Disponível em: <https://bit.ly/2ZIzfsT>. Acesso em 29 out. 2021.

⁸⁹ Disponível em: <https://bit.ly/3Bvq7Vg>. Acesso em 29 out. 2021.

⁹⁰ Disponível em: <https://bit.ly/3morT6e>. Acesso em 29 out. 2021.

⁹¹ Disponível em: <https://bit.ly/3BqWmoC>. Acesso em 29 out. 2021.

⁹² Disponível em: <https://bit.ly/3pPsnES>. Acesso em 29 out. 2021.

a força de mulheres realmente quebrando esse estereótipo de que obra de construção é de homem [...]” (LUCI GONÇALVES). Prosseguindo, complementa declarando que “a Paloma é um exemplo ‘assim’ óbvio pra mim de que não tem limite para uma mulher negra fazer o que ela tem que fazer, ela vai dar um jeito dela, ela vai conseguir [...]” (LUCI GONÇALVES).

Quanto ao canal Favela Business, Luci afirma que Jef é uma das pessoas que a inspiram, descrevendo-o como “um cara que ajuda muito a que essas crianças e esses homens pretos na favela não precisem ter uma história tão triste daqui pra frente”. Para ela, Jef é um excelente fotógrafo e em seu canal produz vídeos que retratam o cotidiano da periferia e o empreendedorismo que ali ocorre de modo nem sempre destacado, além de narrar a rotina de artistas negros que vivem nesse contexto. Luci conta que acessa regularmente o canal de Jef e que ali aprende de tudo e que o trabalho dele a inspira a continuar o seu próprio projeto no *Youtube*. Mais do que isso, o Favela Business, na figura de Jef Delgado, é classificado como uma referência sólida para homens negros (sobretudo periféricos) a buscarem representatividade fora de imagens estereotípicas que, historicamente, dominaram os meios de comunicação.

A terceira indicação foi o canal das gêmeas Tasha e Tracie, voltado ao compartilhamento de conteúdo ligado ao *rap*. Luci explica que o contato com essa iniciativa ajudou a expandir seus horizontes estéticos: “descobri que elas trabalhavam com roupa, com moda e quando eu olhei as roupas foi a primeira vez que eu senti vontade de realmente usar o que eu sentia vontade [...], mas que tinha vergonha” (LUCI GONÇALVES). Ela esclarece que as meninas usam roupas de brechó, que “transformavam as outras roupas tão estilosas que nem poderia usar todas, mas davam uma inspiração tão grande [...]”. As duas inspiraram Luci no que se refere ao vestuário, mas também abriram caminhos para que ela começasse a ouvir (e a gostar de) *rap*. Para Luci, o vídeo produzido pela gêmeas, chamado “Rouff”⁹³, é um dos melhores raps que já escutou em sua vida. Por fim, afirma que Tasha e Tracie são “mulheres pretas fazendo rap e moda acessível, é tipo assim, tudo que a gente precisa nos dias ruins pra ter esperança”.

A quarta indicação é o canal Beleza Negra, da *youtuber* Patrícia Avelino, que é maquiadora, mas que, de acordo com Luci, destaca-se no meio, já que é “um problema muito sério em acompanhar maquiadoras, blogueiras que fazem maquiagem aqui [no Youtube] que eu acho que fazem tudo muito igual” (LUCI GONÇALVES). Todavia, ela explica que

⁹³ Disponível em <https://bit.ly/3vV2EM9>. Acesso em 29 out. 2021.

gosta de fazer maquiagens diferenciadas e não convencionais, descobrindo formas alternativas de embelezar o próprio rosto. Nesse sentido, os vídeos de Patrícia a ajudaram a se inspirar, uma vez que a maquiadora é “sempre muito atendida e [está] sempre fazendo coisas muito diferentes que eu amo acompanhar [...]”. Luci esclarece que a realidade de Patrícia é envolta no desafio de desenvolver o seu trabalho, pois o mercado “acaba sempre apoiando blogueiras brancas no mundo da maquiagem, deixando mulheres negras de lado”, e que Avelino “[...] infelizmente está bem cansada de sempre tá resistindo porque infelizmente ainda a nossa história se resume a resistir muitas vezes, então a Patrícia está aí tentando [...]” (LUCI GONÇALVES).

A quinta indicação é o *youtuber* Kaique Brito, jovem de 15 anos, que adquiriu destaque pelas dublagens realizadas por ele em vídeos de humor divulgados na *internet*. Na percepção de Luci, Kaique é “[...] simplesmente a pessoa mais nova e mais politizada assim que eu já conheci na internet [...]”. Ela explica que Brito “[...] faz outras crianças e outros pré-adolescentes entender[em] política desde novinho[s] usando o humor, uma ferramenta tão boa que pode ser tão aproveitada [...]” (LUCI GONÇALVES). Observando o exemplo de Brito, ela reflete sobre como as gerações vindouras trazem esperança e que “tá vindo total, bem forte também”.

Rosado e Tomé (2015) explicam que, a partir dos anos 80, com a expansão de acesso aos computadores pessoais, as redes sociais *on-line* passaram a ser mais utilizadas pelo público, e já na década de 2000, observou-se um crescimento do uso dessas tecnologias por jovens em idade escolar. Tal expansão foi reforçada graças ao surgimento de conexões via *Wi-Fi*, 3G e 4G, e ao desenvolvimento de aplicativos para dispositivos móveis. Essas redes têm facilitado a participação coletiva do público e, com a população cada vez mais conectada, foram estabelecidas melhores possibilidades de construção e compartilhamento de conteúdo.

Para os autores, “os jovens parecem ser os que se adaptam e mudam de maneira mais veloz em relação a outros segmentos etários, intervindo, em maior ou em menor grau, nos discursos e negociações presentes nessas comunidades formadas na *internet*” (ROSADO; TOMÉ, 2015, p. 16). Tal adaptação pode ajudar a fomentar diferentes debates nas redes, considerando também que os modos de pensar de cada geração são diferentes aos das gerações anteriores. Em certa medida, a satisfação de Luci com o trabalho desenvolvido pelas sugestões que deu reflete os resultados da conjuntura supracitada: “feliz de poder acompanhar e ver todas as crianças crescendo, são tão inteligentes e espertas assim pra esses assuntos sociais” (LUCI GONÇALVES).

O sexto e último canal recomendado por Gonçalves é o de Morena Mariah, pesquisadora e estudiosa de temas ligados ao afrofuturismo. Souza e Assis (2019) explicam que o afrofuturismo é um termo originado nos anos de 1990, na América do Norte, e que se fortaleceu a partir das obras de ficção científica escritas por Mark Dery. Em essência, trata-se de um movimento de cunho político e estético que se propõe a criar cenários possíveis no futuro centrado em pessoas negras e, para tal, utiliza ficções especulativas. De acordo com os autores, “o futuro para os grupos historicamente subalternizados é uma questão emblemática, tendo em vista que os mesmos não têm o direito sobre a própria existência” (SOUZA; ASSIS, 2019, p. 66).

Luci afirma que, de início, não tinha paciência para buscar mais informações sobre o tema por conta de outras demandas urgentes de sua própria vida: “tem que pensar no que eu vou comer agora, no que eu vou fazer agora não no futuro”. Contudo, o acesso ao material audiovisual, produzido por Morena, despertou seu interesse para a relevância dessa temática e afirma que, por meio dela, pode entender que há uma conexão entre as ações realizadas hoje e seus impactos sobre as futuras gerações de negras e negros do futuro: “nós somos os ancestrais de alguém”. Para Luci,

[...] uma das coisas que a Morena mais ensina aqui, o apocalipse, pro nosso povo negro já passou (que foi a escravidão). O assunto já acabou... a gente está reconstruindo e depois que a Morena entrou na minha vida e depois que ela fez o canal dela, isso tem dado muita esperança e uma leveza sabe (LUCI GONÇALVES).

Em seguida, Luci questiona o porquê de boa parte daquilo que é relacionado à participação de pessoas negras em espaços públicos possuir apenas – ou prioritariamente – uma inclinação para temas negativos (como o racismo e a violência policial). Ela não nega que as questões raciais influenciem para que o cenário seja retratado desta forma, mas complementa que “[...] a gente está conseguindo sair do olho do furacão e deixando um legado muito fantástico para quem vem... e ainda assim, aproveitar o legado de quem se foi e deixou pra gente [...]” (LUCI GONÇALVES). Então, para Luci os vídeos de Morena são oportunos no tocante a fomentar essa esperança, levando em consideração que a população preta já passou pelo pior e que esse momento impõe como missão a tarefa de reconstruir e fortalecer a comunidade negra.

Por fim, ao concluir o seu vídeo, Luci Gonçalves aponta que os *influencers* negros da plataforma são marcados pela pluralidade e que todas essas vozes devem ser ouvidas, visto que pessoas negras não devem ser lembradas apenas por histórias de dor e

sofrimento. Esse contraponto se releva em produtoras e produtores de conteúdo que abordam assuntos não diretamente ligados a pautas raciais.

Em relação aos *feedbacks* ao vídeo de Luci, estão presentes os mesmos comentários em relação ao trabalho desenvolvido por ela: “Eu amo de verdade a maneira leve e certa como você fala sobre qualquer tema. Você é inspiração pra muita gente também Luci” (INSCRITA 23); “Perfeita com as palavras e extremamente clara referente as suas opiniões de uma forma leve” (INSCRITA 24); “Eu ameiiii! Eu sou apaixonada pelo seu conteúdo! [...]” (INSCRITA 25); “Obrigada por esse vídeo, admiro muito seu trabalho! Voa garota!” (INSCRITA 26); “Apaixonada pelo seu conteúdo amooo” (INSCRITA 27). A receptividade de que Luci desfruta junto aos inscritos se consubstancia na construção do seu capital social.

Neste, como explica Recuero (2008), estão imbricados três elementos: 1) a reputação, que é oriunda da relação que Luci desenvolve com o usuário a partir do momento em que externaliza ao público quem ela é, qual é o seu posicionamento em relação às pautas tratados no canal – nesse caso, apenas a audiência numérica não é suficiente para medir o quão seus conteúdos são populares, pois é preciso considerar quais impressões a influenciadora deixa para o seu público; 2) a popularidade, que, por sua vez, diz respeito aos indicadores estatísticos que Luci pôde alcançar através de *likes* (e *deslikes*), visualizações, comentários, seguidores e compartilhamentos; e 3) a autoridade, que, no caso de Luci, pode ser mensurada através da sua influência e capacidade em movimentar discussões junto ao público a partir das temáticas abordadas em seu canal.

Por intermédio da influência, por exemplo, é que se intensifica o engajamento que circula em torno da própria *influencer* na plataforma e em torno de outras(os) produtoras(es). As sugestões da *youtuber*, por exemplo, despertam nos inscritos o interesse por outros canais que eles podem, eventualmente, acompanhar regularmente: “Ótimas indicações, não conhecia nenhum deles” (INSCRITA 28); “Desde que comecei seguir você abriu minha mente, esclareceu dúvidas, me fez seguir outras pessoas incríveis. Você é inspiração total menina!!!” (INSCRITA 29).

Por se tratar de um trabalho sem restrição de acesso ao público, o vídeo de Luci também está sujeito não apenas a aceitação, mas também oposição e críticas. De fato, os contrapontos são elementos importantes em processos de aprendizagem. Zank, Basso e Passerino (2008) explicam que a discordância acontece quando diferentes indivíduos, ao conversarem entre si, expressam, através de seus diferentes conhecimentos, o que pensam sobre a pauta abordada, processo que pode estar envolto em posicionamentos divergentes.

A inscrita 30, por exemplo, discorda de que a listagem de *youtubers* sugerida por Luci seja constituída de pessoas negras: “[...] devo dizer algo que ‘incomodou’ o fato de ter pessoas aí que são pardas e não negras. Sei que essa é uma grande confusão e realmente há pontos de vistas diferentes, mas de verdade, não consigo ver alguns como canais pretos e sim pardos [...]”. Já o inscrito 31 afirma: “Nós somos potência também esses erros gramaticais desnecessários propositais só atrasa, n tem mérito nenhum em não saber falar, usar gírias constantes, fica uma linguagem pobre, chata, idiotizada”.

Retomando Cláudia Zank, Basso e Passerino (2008), os autores explicam que as opiniões contraditórias não devem ser vistas como empecilho, mas como condição importante no que se refere à promoção e movimentação do desenvolvimento intelectual. O conflito é inerente à natureza humana e, sendo intrínseco a cada um de nós, não necessariamente é uma comunicação inquestionável do que se conhece nem de trocas consensuais entre as pessoas. Isso significa que a interação é um processo não isento de conflitos.

Após discorrer sobre o assunto abordado pela *influencer*, observou-se a dinamicidade da plataforma – pois não apenas as inscritas e inscritos do canal são passíveis de elaboração de suas aprendizagens mediante o consumo de conteúdo –, mas o vídeo de Luci pode ser analisado como objeto de interesse quando se observa que os próprios produtores da plataforma também se encontram imersos na intercambialidade desse papel (ora como produtores, ora como consumidores de conteúdo), tecendo para si experiências com a produção audiovisual decorrente de suas aprendizagens. Na condição de produtora de conteúdo, Luci também precisa acionar sua rede de contatos no ciberespaço – e especificamente no *Youtube* – para construir os aprendizados tanto necessários para o seu cotidiano quanto para as publicações previstas em seu próprio canal.

Retomando Batista e Fernandes (2016), destaca-se que, ainda que seja individual, esse processo de aprendizagem não se dá de maneira isolada – ou seja, não é um “aprender sozinho”. Nas falas da *youtuber*, puderam ser observados os seguintes pontos no tocante à sua formação no contato com outros produtores de conteúdo como ela:

- a) No canal de Paloma Cipriano, os aprendizados se revelaram não apenas no uso funcional e cotidiano de práticas domésticas, mas simbolicamente na quebra de estereótipos referentes aos papéis socialmente atribuídos a homens e mulheres no ambiente da construção civil. Ao se apropriar da narrativa exemplar de Paloma, Luci reforça sua própria identidade quando afirma que não há limites para as realizações de mulheres negras;

- b) Em relação ao Favela Business, Luci explica que o conteúdo permitiu a ela conhecer mais sobre o empreendedorismo protagonizado por pessoas negras. Ao contrário de outros *youtubers* que contam com o apoio de uma equipe multiprofissional na produção dos vídeos, a própria Luci – assim muitas outras mulheres da plataforma –, por vezes, são responsáveis por empreender no *Youtube* sem um aporte especializado no que se refere ao desenvolvimento de seus canais. Ao ter contato com as narrativas de empreendedorismo através do canal de Jef, Luci constrói o conhecimento de que necessita para dar continuidade ao seu próprio projeto audiovisual na *internet*;
- c) Quanto ao canal de Tasha e Tracie, Gonçalves incorporou a construção e o fortalecimento de sua autoestima quando passou a ter contato com outras percepções relacionadas a vestuário e à compreensão de si mesma, ao perceber o que quer usar e o que realmente gosta;
- d) No canal Beleza Negra, Luci despertou seu interesse para as particularidades relacionadas à pele negra e para a necessidade de autocuidado no tocante à sua aparência e autoestima. Considerando que o racismo é opressor com sujeitos que não se enquadram no padrão estético branco (nariz e bocas finos, por exemplo), educar a si mesma e se “inspirar” em outras mulheres transgride o que é preconizado por essa estrutura de discriminação;
- e) Já no canal de Kaique Brito, Luci aponta como o conteúdo politizado do *youtuber* contribui para que as futuras gerações possam desenvolver suas próprias reflexões sobre o assunto. O assunto não deixa de ser relevante a ela e a outras mulheres negras, já que a pauta política é expressiva nas lutas sociais, antidiscriminatórias e na ocupação de espaços por grupos historicamente marginalizados;
- f) Por fim, o canal de Morena Mariah proporcionou a ela o contato com uma nova realidade que pode ser construída por (e para) pessoas negras. Mesmo com o presente de opressão com o qual convive, Luci pode vislumbrar, através do afrofuturismo debatido no canal de Mariah, melhores perspectivas para essa população.

Recapitulando Batista e Fernandes (2016), o aprender “sozinho” é o ponto de partida na busca pelo conhecimento, ainda que seja nas trocas de informações entre indivíduos, nas formas de aprendizagem colaborativas baseadas na produção, circulação e consumo de conteúdo audiovisual digital – como aquele criado por mulheres negras, como Luci. Trata-se de lidar e compreender as atividades ligadas a dimensões mais amplas da existência, tais como tarefas domésticas cotidianas e cuidados com o lar, o uso de roupas retrabalhadas e

em como construir e solidificar sua singularidade e autoestima por meio de rituais diários, como a afirmação de seu modo de vestir e de cuidar de seu cabelo crespo. Nesse sentido, a constituição de sua subjetividade como mulher e negra não se restringe ao (auto)investimento através da busca de informações sobre os desafios de se viver numa sociedade racista. Aqui, a produtora de conteúdo não é apenas produtora, mas também consumidora, ao fazer parte do público expectador de outros canais.

5.5.2 Vivências de mulheres negras em relação às mulheres brancas

5.5.2.1 “Ser mulher não é um presente”

Adentrando o domínio das questões de gênero, o primeiro vídeo nesta seção foi produzido Nátaly, intitulado “Ser mulher não é um presente, não me parabeneze”⁹⁴ (FIGURA 9). Trata-se de um conteúdo alusivo ao Dia Internacional da Mulher, “comemorado” anualmente em 8 de março.

Figura 9 – Imagem do vídeo “Ser mulher não é um presente, não me parabeneze”



Fonte: <https://bit.ly/3latdZe>

Na sua descrição, constam as seguintes informações:

[...] O dia internacional da mulher chegou e é sempre bom lembrarmos que não devemos nos iludir com as mensagens de amor que elogiam nossa força,

⁹⁴ Disponível em <https://bit.ly/396f3FE>. Acesso em 10 mai. 2022.

nossa determinação, ao mesmo tempo que morremos simplesmente por sermos mulheres, em toda a nossa diversidade [...] vamos nos unir e questionar o que é ser mulher, depende de nós, em conjunto, transformarmos o futuro das próximas gerações! (NÁTALY NERI)

Nesta publicação, Nátaly discorre sobre um marcador social que a constitui como sujeito, assim como boa parte do seu público: a condição de mulher. No âmbito das ciências sociais, o ser mulher tende a ser considerado um processo em construção permanente e que abarca aspectos de suas coordenadas históricas e sociais, constituindo-se como debate inerentemente complexo. Em uma de suas obras célebres, no livro “O Segundo Sexo”, a filósofa francesa e expoente das discussões sobre a mulher e o feminismo, Simone de Beauvoir, evidencia e descreve o imaginário, as representações sociais e traços comportamentais atribuídos, ao longo da história, aos indivíduos do sexo feminino, tais como a fragilidade, a emotividade e a sua existência inseparável das tarefas domésticas e da maternidade. Para ela, “[...] ser mulher seria ser o objeto, o Outro, e o Outro permanece sujeito no seio de sua demissão [...]” (BEAUVOIR, 1970, p. 71).

A objetificação feminina que povoa o imaginário social é sustentada por práticas de submissão e inferiorização de mulheres em relação aos homens. Esse fenômeno também produz características e imperativos estéticos que são afirmados na forma de um padrão social. Quando relatou o ataque homofóbico sofrido em um bar do Rio de Janeiro, Luci Gonçalves trouxe à tona, por exemplo, a imagem que é imputada socialmente às mulheres, ao longo de sua formação: “[...] ser mulher é ter cabelo grande, parecer uma barbiezinha [...]” (LUCI GONÇALVES). Os atos de objetificação também podem ser demonstrados quando “[...] abrem-se as fábricas, os escritórios, as faculdades às mulheres, mas continua-se a considerar que o casamento é para elas uma carreira das mais honrosas e que a dispensa de qualquer outra participação na vida coletiva [...]” (BEAUVOIR, 1970, p. 171). São papéis sociais díspares naturalizados que, com o avançar dos debates propostos pelo feminismo, puderam ser mais ampla e explicitamente questionados. Trata-se de um movimento de contestação que ganhou ainda mais alcance com a ascensão das redes sociais e a sua adesão por mulheres e, em particular, negras.

Em seu vídeo, Neri discorre sobre um conjunto de experiências vivenciadas não apenas por ela, mas também por outras mulheres. Inicialmente, tratando o 8 de março não como uma comemoração e tecendo críticas acerca da situação atual da mulher na sociedade. A discussão proposta por ela encontra embasamento no cotidiano e em dados do IBGE que sustentam sua argumentação. Nesse sentido, a pesquisa fornece evidências a respeito da

situação de mulheres negras no mercado de trabalho: “[...] mulheres negras compõem 28% da população brasileira. Juntos, negros e negras representam 54,9% da força de trabalho do Brasil e 57,7 milhões de pessoas [...]”. Todavia, a realidade indica que esse grupo “[...] são também os representantes mais comuns entre os profissionais desocupados e subutilizados”⁹⁵.

Outros dados sinalizam as disparidades existentes nas inserções sociais de mulheres trans, grupo que, assim como mulheres negras, também é historicamente marginalizado. A mesma matéria citada anteriormente destaca que “Assassinatos de pessoas trans aumentaram 41% em 2020”⁹⁶, e que há indícios que “[...] em 2020, 175 mulheres trans foram assassinadas no Brasil. O número representa um aumento de 41% em relação ao ano anterior, quando 124 pessoas trans foram mortas [...]”. Se consideramos a realidade cotidiana dessas mulheres, fica claro o porquê de Nátaly considerar o dia 8 de março com um símbolo e ocasião de luta. Prosseguindo, a *youtuber* afirma perceber como as mulheres constituem um grupo marcado pela multiplicidade e, que apesar dessa diversidade, entende que as diferenças não as separam, mas as desigualdades sim. Nesse sentido, é importante pensar em como essas diferenças contrapõem a universalidade do discurso que invisibiliza as mulheres em sua singularidade.

Lorde (2020) argumenta que rejeitar as diferenças é uma construção social desenvolvida no âmbito de uma economia que objetiva, especificamente, o lucro, necessitando de pessoas dispostas a ocupar lugares nos quais são consideradas descartáveis. Por fazermos parte dessa economia de natureza excludente, somos ensinados a lidar uns com os outros através da aversão e da repugnância às nossas diferenças, fazendo com que, ou ignoremos outrem – e, caso não haja essa possibilidade –, ou tentemos destruir o que consideramos como inferior, enaltecendo o que sob nossa perspectiva é reconhecido como dominante.

De fato, existem diferenças entre os sujeitos no que diz respeito à raça, idade e sexo. Contudo, segundo Lorde (2020), não são essas diferenças que separam os indivíduos, mas sim a nossa recusa em reconhecê-las. Para a autora, há um desperdício de energia de nossa parte quando insistimos na premissa de que nossas diferenças são barreiras impossíveis de serem superadas ou que elas tampouco existem. Ao invés disso, acabamos por focar não em nossas diferenças como seres humanos, mas sim em humanos que são desviantes. Lorde esclarece que, no movimento feminista, as mulheres brancas voltam o seu foco para a opressão que sofrem unicamente pelo fato de serem mulheres, mas ignoram as assimetrias decorrentes da raça, classe, idade e orientação sexual de outras mulheres. Quando brancas ignoram seus privilégios e se reconhecem como mulheres se baseando apenas em suas próprias histórias, as “mulheres

⁹⁵ Disponível em <https://bit.ly/3Pe7P2Q>. Acesso em 10 mai. 2022.

⁹⁶ Disponível em <https://bit.ly/3yvc2cM>. Acesso em 13 out. 2021.

de cor” se tornam as *outsiders*⁹⁷. Em certa medida, reconhecer diferenças implica um processo permeado de culpa, pois, a partir do momento em que mulheres negras não mais se enquadram nos estereótipos a elas impostos, isso afeta a condescendência de brancas para com negras, já que para estas, sofrer opressão pode estar relacionado apenas com o sexo.

Diante disso, Lorde (2020) lança o seguinte questionamento: “Como podemos redefinir a diferença para todas as mulheres?”. Para ela, a resistência em reconhecer nossas diferenças é o que, de fato, nos separa. Mulheres foram ensinadas e incentivadas a reconhecer a autenticidade apenas das diferenças existentes entre homens e mulheres e, assim, perdem-se outras nuances nesse processo, tais como raça, classe, idade. Mencionando Paulo Freire e sua obra *Pedagogia do Oprimido* (1968), a autora afirma que a transformação revolucionária não parte apenas das “[...] situações opressivas das quais buscamos nos libertar, mas sim aquele fragmento do opressor que está profundamente arraigado em cada um de nós, e que conhece apenas as táticas do opressor, as relações do opressor [...]” (LORDE, 2020, p. 153). Por fim, percebe-se que idade, orientação sexual, classe social (bem como raça e gênero) trazem à tona categorias que se cruzam e permeiam a realidade de mulheres negras, reforçando a interseccionalidade destas categorias.

Ainda que as diferenças entre mulheres não as tornem iguais em suas vivências, todas experienciam, em graus diferenciados, as opressões advindas da misoginia, do machismo, do racismo e da LGBTfobia. Nesse sentido, o vídeo de Nátaly pode ser considerado um alerta e um chamado para que as mulheres possam repensar o dia 8 de março. Para ela, ainda existe um longo caminho até que essa data possa ser considerada realmente comemorativa, pois

[...] mulheres ainda morrem só por ser mulheres, porque mulheres recebem menos, porque mulheres não tem acesso a empregos, porque mulheres negras são objetificadas, porque mulheres indígenas são invisibilizadas, porque mulheres trans são desumanizadas, porque mulheres acham que não conseguem fazer alguma coisa [...] (NÁTALY NERI).

⁹⁷ Guimarães Corrêa et al (2018) explicam que o conceito de *outsider within* (ou, a *estrangeira de dentro*) foi concebido por Patricia Hill Collins, em 1986. Segundo as autoras, trata-se uma ferramenta teórica que auxilia no entendimento sobre quando mulheres negras se encontram em espaços de poder nos quais sua existência é marginalizada. As autoras se utilizam do proposto por Simmel (1983) para explicar que o estrangeiro é aquele indivíduo cuja posição que ocupa em um grupo é estabelecida mediante qualidades que introduziu neste grupo e que, de início, estas não faziam parte dele ou que também não poderiam ser daí oriundas. Então, os *insiders* (os que estão inseridos no mesmo grupo) podem compartilhar os mesmos padrões sociais concernentes à gênero, classe, raça etc., já que, por dividirem tais vivências, partilham entre si experiências congruentes. Tome-se o exemplo das mulheres brancas. E, ao fazermos uma análise comparativa com as mulheres negras, não teremos as mesmas experiências de vida se considerarmos a categoria raça, visto que mulheres brancas não experienciam o racismo socialmente.

Por fim, ela convoca o público para que esse o sentimento de tristeza que, porventura, ronde o Dia Internacional da Mulher não seja assimilado pela acomodação, mas com uma “[...] tristeza saturada, cansada, do que é ser mulher [...]” (NÁTALY NERI). Além disso, também deixa as seguintes perguntas tanto para mulheres quanto para homens interessados em contribuir na luta contra o machismo: “quem é você hoje?”; “quem foi você ontem?”; “quem vai ser você amanhã?”. E finaliza dizendo que: “[...] pra eu ser quem eu quero ser amanhã, nós temos que ser conjuntamente [...]” (NÁTALY NERI).

Observando os *feedbacks* ao vídeo de Nátaly, percebeu-se que seguidoras utilizaram esse espaço para compartilhar também suas próprias experiências como mulher. Num dos comentários mais extensos da publicação, a inscrita 32 diz:

É triste pensar e lembrar que desde criança eu sempre pensei que teria sido melhor ter nascido homem toda vez que ouvi coisas machistas do meu pai e suportar a agressão física e psicológica que ele sempre fez principalmente pelo seu controle e autoritarismo batendo no peito e dizendo que ele é o homem da casa e o chefe da família (mesmo que na prática, na visão machista, não fosse e não é ele quem trabalha e “teria o direito” de dizer isso); que era obrigada a dançar num festival de dança junto com outras meninas, enquanto os meninos tinha a opção de fazer um trabalho e quando questionei o professor de educação física sobre isso, e falei ser injusto, ele simplesmente riu e disse “eles são meninos”... entre mil coisas que vivi e vi e toda vez desejei não ter nascido mulher. Sempre fui eu quem botei a cara a bater na família, a do contra essas imposições, cheguei a ser agredida feio e ouvi coisa das mulheres mais importante para mim que “seria pior denunciar”, como se simplesmente eu tivesse que deixar passar e perdoar. Ser mulher é sinônimo de opressão. Muitos justificam isso dizendo que em outros países há situações piores, mas não é porque minha “vizinha” foi morta, que devo me conformar em só estar “apanhando.” Obrigada Nátaly pelos seus vídeos, considero seu canal como um dos mais importantes para que as coisas melhorem para todos e admiro demais sua força em todos os aspectos e agradeço por cada informação que vc passa, abro minha mente e desconstruo meus próprios preconceitos cada vez mais com seus vídeos. Sucesso e amor pra vc sempre, bjos! (INSCRITA 32).

Esse relato exemplifica algumas situações às quais mulheres estão sujeitas em seu cotidiano. Trata-se de uma fala que explicita as opressões de gênero incorporadas ao longo de uma vida e que ocorrem através de sujeitos que atuam como figuras de autoridade, como pais e professores. Esse é o resultado de uma construção histórica do patriarcado. De acordo com Boris e Cesídio (2007) – sob a ótica de Martín-Barbero (2001) –, essa construção encontra respaldo quando se leva em conta que a primeiras noções hegemônicas de cultura, a exemplo daquelas surgidas no século XVIII, baseavam-se na percepção de que esta (a cultura) atua como sinônimo de erudição, uma educação intelectualizada, um valor acessível a poucos e que era

destinado, de forma exclusiva, aos homens. Além deste privilégio, cabia ao homem prover o sustento da família, além de ter o direito de controle sobre a vida da mulher, tratando-a como sua propriedade.

Esse tratamento desigual revela as estruturas hierárquicas existentes entre os gêneros masculino e feminino. Essa percepção se agrava ainda mais quando observamos as disparidades estabelecidas a mulheres brancas e negras, já que “[...] no Brasil, a mulher branca era escolhida para casar, mas o homem tinha maior preferência sexual pela mulata, pela cabocla e pela morena [...]” (BORIS; CESÍDIO, 2007, p. 457). Mesmo que esse cenário pareça pertencer a um passado longínquo, ainda hoje, percebe-se sua presença, quando mulheres se dispõem a enfrentar a discriminação e outras formas de violência em seu dia a dia, e é através de suas vozes que se manifestam as dores e barreiras com as quais precisam lidar.

[...] Como ser mulher é um fardo...Você, mulher, cis ou não, já parou pra pensar que no momento em que estamos assistindo esse vídeo, uma mulher está sendo abusada? De forma física ou psicológica, uma mulher está sendo repudiada exclusivamente por ser mulher! Lutemos juntas para que nenhum gênero sobreponha o outro e para que um dia, essa seja uma data feliz (INSCRITA 33).

Ainda que mulheres passem por esses e outros desafios por serem mulheres e que o 8 de março precise ser constantemente ressignificado, o vídeo de Nátaly também é significativo no que se refere à sua capacidade de pautar e instigar a discussão junto ao público. Isso se expressa quando fala diretamente às mulheres que a acompanham e estas, por sua vez, exprimem em suas falas não apenas dores, mas também o estímulo que a tomada de consciência lhes dá.

[...] muito obrigada por esse vídeo e por fazer a mudança nesse mundinho. vc me empodera e suas provocações me incomodam. isso é maravilhoso! é necessária muita sabedoria pra passar pro outro essa vontade de transformar as coisas [...] se a gente lutar, dá pra pensar num futuro mais otimista! (INSCRITA 34).

De modo similar, outros depoimentos reforçam o misto de sentimentos decorrentes do contato com os debates sobre o feminismo e o patriarcado. Mais precisamente, destaca a mescla da insatisfação com as desigualdades vividas e a confiança de saber que não se está sozinha: “[...] achei que eu sabia tudo sobre o que era ser mulher, e descobri que não sei nada. E que eu nem quero ser essa mulher que todos dizer que é ser mulher [...]” (INSCRITA 35).

São falas que demonstram o impacto que contato com o conteúdo da *youtuber* teve em seu processo de sensibilização em relação aos desafios vividos pelas mulheres na atualidade. Essa tomada de consciência, mediada por este conteúdo audiovisual, é uma dinâmica que tende a produzir desdobramentos em termos de subjetivação, afetando o modo como seguidoras percebem a si mesmas, o seu entorno e como este as impacta. Trata-se de aprendizagens que “[...] possibilitem aos indivíduos fazerem uma leitura do mundo do ponto de vista de compreensão do que se passa ao seu redor [...]” (GOHN, 2009, p. 31).

Contudo, a opinião de Nátaly não é um discurso unânime entre as mulheres que a acompanham, relevando que o “ser mulher” é uma condição multidimensional. Por mais que para a *youtuber* a data não seja comemorativa e que este dia não sirva para que mulheres sejam parabenizadas ou elogiadas, para outras mulheres, o 8 de março pode ter um propósito e significado diferentes daquelas defendidas por Neri: “[...] acho importante respeitarmos que cada mulher tem o direito de ter sua própria interpretação do Dia da Mulher. Para mim, é um dia de comemoração sim, pois este e todos os outros 364 dias de ano são meus dias de luta [...]” (INSCRITA 36); “[...] eu gosto de ser mulher e não acho que tem nada de errado nisso. Acho que reconhecer e elogiar a força e a determinação das mulheres é importante para que continuemos conquistando nossos direitos [...]” (INSCRITA 37). Retomando Zank, Basso e Passerino (2008), conforme a perspectiva de Pinto (2007), as trocas que as pessoas estabelecem entre si nem sempre serão consensuais, porém, sendo parte das relações humanas, o conflito é elemento promotor do nosso desenvolvimento intelectual.

5.5.2.2 “Eu não quero mais ter filhos”

A questão familiar está entre os assuntos mais abordados por Gabi em seu canal. Na *playlist* “Diário de adoção”⁹⁸, existe uma série de vídeos que descrevem o caminho que a *youtuber* percorreu desde o início do processo de adoção, até o momento do encontro com seus dois filhos (uma menina e um menino). É relevante pensar sobre o impacto dessa mudança em sua vida, sobretudo como mulher, já que “[...] os indivíduos são formados subjetivamente através de sua participação em relações sociais mais amplas [...]” (HALL, 2019, p. 21). Logo, a condição de mãe está sujeita a adquirir nuances particulares quando se trata de uma maternidade negra. Para Baia (2020), o tema da maternidade costuma se inscrever em

⁹⁸ Disponível em <https://bit.ly/3M32o4S>. Acesso em 14 abr. 2022.

discussões que a concebem como elemento inato à vida das mulheres, sendo percebida pelo senso comum como algo subjetivo ou até mesmo sagrado e associam essa experiência a uma sentença na vida das mulheres. Em diálogo com Kitzinger (1996), a autora declara que a maternidade é um constructo social, indo além da natureza biológica que se apresenta como sendo o “destino” de toda mulher. Trata-se de uma dinâmica social e histórica permeada pelos cuidados afetivos e que transborda para outras dimensões de vida, tornando a definição do que é ser mãe algo como uma função altamente cambiável. Para ela, quando tratamos a maternidade apenas como um fenômeno natural na vida das mulheres, estamos desconsiderando outros fatores essenciais, como a responsabilização paterna e a perda da autonomia feminina. Em se tratando de mulheres negras, a maternidade ganha outros contornos que revelam a inerente heterogeneidade dessa experiência, sobretudo quando comparada às mulheres de outros grupos sociais.

Davis (2016, p. 25) explica que a exaltação da maternidade construída no século XIX não se estendia às mulheres negras escravizadas e que,

na verdade, aos olhos de seus proprietários, elas não eram realmente mães; eram apenas instrumentos que garantiam a ampliação da força de trabalho escrava. Elas eram “reprodutoras” – animais cujo valor monetário podia ser calculado com precisão a partir de sua capacidade de se multiplicar. Uma vez que as escravas eram classificadas como “reprodutoras”, e não como “mães”, suas crianças poderiam ser vendidas e enviadas para longe, como bezerros separados das vacas (DAVIS, 2016, p. 25).

É desse período escravocrata que surge a figura da “mãe preta”. É “mãe”, pois, para a branquitude, sua serventia se restringe aos cuidados das filhas e filhos desse núcleo familiar, tornando-se uma representação que invisibiliza a subjetividade desta mulher. Ao falar sobre essa figura, Gonzales (1984, p. 235) destaca que a referida mãe “[...] não é esse exemplo extraordinário de amor e dedicação totais como querem os brancos [...] ela, simplesmente, é a mãe. É isso mesmo, é a mãe. Porque a branca, na verdade, é a outra [...]”. Para a autora, em comparação à mulher branca, cabia à “mãe preta” os cuidados com os filhos dos brancos. Então, incumbia-se à mulher branca o papel de esposa e “reprodutora”, sem, contudo, que a esta fosse imposto o exercício de uma função materna, de fato, já que tal demanda cabia, na prática, à mulher que cuidava e acompanhava mais de perto as crianças: “[...] Por isso a ‘mãe preta’ é a mãe [...]” (GONZALES, 1984, p. 235).

O passado de violência concreta e simbólica que vitimizou mulheres negras e seus filhos trouxe impactos que reverberam ainda hoje, respingando nas suas subjetividades e

também tem relação com a maternidade. Na matéria “Sonhos negados: violência faz mulheres negras desistirem da maternidade⁹⁹”, são reunidos depoimentos de mulheres negras que manifestam seus receios em relação à possibilidade de ter filhos. Dentre as preocupações em destaque, há menções relacionadas ao que esses filhos podem vir a sofrer futuramente, como a “violência policial”, “genocídio”, “colocar o filho no mundo para perder para o Estado numa operação”. Esse posicionamento que envolve o não desejo pela maternidade é retratado por Gabi Oliveira em “Eu não quero mais ter filhos¹⁰⁰”, vídeo selecionado para análise nesta subseção (FIGURA 10).

Figura 10 – Imagem do vídeo “Eu não quero mais ter filhos”



Fonte: <https://bit.ly/3lanFO9>

A violência policial, inclusive, é mencionada nos comentários da publicação como algo que faz parte da realidade dessas mães.

[...] sou negra e sempre falava que não queria ter filhos negros, sério eu nunca quis [...] sou policial militar e trabalhando vejo nas maiorias dos meus colegas de farda esse preconceito que sempre bato de frente, explicando que nem todos negros e pessoas mal vestidas são vagabundos!! [...] (INSCRITA 38).

A inscrita 38 também revela que é mãe de dois filhos biológicos (que são brancos), e que, além de lutar contra o preconceito dentro da instituição em que trabalha, também enfrenta discriminação em outros ambientes quando é questionada se, de fato, é mãe de seus filhos devido à sua diferença de cor. A maternidade também é impactada pela violência quando outros membros do núcleo familiar são afetados. Ser mãe, nesse contexto, é também enfrentar,

⁹⁹ Disponível em <https://bit.ly/3wDrwc4>. Acesso em 13 mai. 2022.

¹⁰⁰ Disponível em <https://bit.ly/3LnGiJr>. Acesso em 25 abr. 2022.

sozinha, a responsabilidade pela criação dos filhos e chefiar uma família. A inscrita 39 retrata essa realidade quando conta que seu marido foi

[...] [assassinado] aos dezenove anos, naquele tempo tinha dezoito anos, meus filhos, dois...três anos e um ano, confesso q acabaram com a minha felicidade com a minha dignidade..., mas graças à Deus...[...] veio a força [...] os meninos estão crescidos, lindos educados...e eu estou aqui [...] eu sobrevivi... (INSCRITA 39).

Outro ponto importante que marca a trajetória da maternidade negra é a violência obstétrica, à qual essas mulheres são submetidas. Na matéria “Violência obstétrica atinge mais mães negras”¹⁰¹, Daniela Rosa¹⁰² explica que “[...] o racismo obstétrico se deve pela formação de estereótipos. Uma frase bem comum é: ‘Não chora não, porque ano que vem você está aqui de novo’. Partindo do pressuposto que essas mulheres vão ter um monte de filhos [...]”. Para Daniela, o mito do corpo negro forte ou insensível (e que por isso aguentaria mais dor) é uma herança do regime escravocrata, um estereótipo que remete à associação de força de que “[...] éramos nós que estávamos construindo esse país nas costas [...]”.

Se observarmos o passado de escravidão até os dias atuais, a violência racial que acompanha a trajetória de mães negras é um elemento constituinte de suas histórias e também de suas identidades. Baia (2020), agora em diálogo com Gibbs (2009), entende que as narrativas são relevantes nesse processo porque são formas linguístico-discursivas, por meio das quais as pessoas podem conferir ordem e sentido ao mundo à sua volta. Esses relatos ajudam os indivíduos no processo de significação de suas experiências, às quais tornam-se passíveis de partilha com outrem – como quando Gabi elabora para si o sentido de suas vivências e as divide com o seu público (em especial com outras mulheres negras).

Em “Eu não quero mais ter filhos”, a *youtuber* explica que quando é questionada sobre querer ter filhos, ela responde que “sim”, deseja tê-los, e explica que, mesmo tendo esse sonho, a adoção de meninos era algo que estava mais no plano simbólico do que propriamente concretizado, por não conseguir conceber (e aceitar) o futuro desses filhos. Também fala sobre o contato que teve com uma palestra¹⁰³ cujo tema eram as diferenças entre criar um menino negro e um menino de outra etnia, experiência que a fez perceber o seu medo em relação a ter filhos meninos. Posteriormente, essa sensação de medo, já experimentada por ela, se manifestou

¹⁰¹ Disponível em <https://bit.ly/3yKVyND>. Acesso em 10 mai. 2022.

¹⁰² Identificada na reportagem como “mãe, mestre em sociologia pela Unicamp e também doula”.

¹⁰³ Vídeo TEDx “Como criar um filho Negro na América”, disponível em <https://bit.ly/3lBwOj0>. Acesso em 23 mai. 2022.

ao acompanhar no noticiário uma reportagem sobre o assassinato de meninos negros no Rio de Janeiro¹⁰⁴. Nesse cenário, Gabi exprime o receio de

[...] colocar um menino negro nesse mundo, sabendo que ele vai ter que ser polido de várias formas. Vai ter que ser regrado de diversas formas, e mesmo com todas essas regras, talvez ele seja assassinado só por ser negro, só por estar no espaço que a sociedade e a polícia acredita não ser dele [...]. (GABI OLIVEIRA).

Finalizando, Gabi explica que a escolha do título do vídeo se baseou em expressões que ouvia com frequência de outras mulheres negras. Contudo, admite que decidiu não desistir de ser mãe, questionando se devemos mesmo desistir do sonho da maternidade devido ao medo que sentimos em perder nossos filhos. A preocupação (e, até certo ponto, esperança) expressa por ela encontram ressonância nos comentários desse vídeo. “Assim como você, não sou mãe, e o que aconteceu com os meninos no RJ, também me levou a pensar e desistir de um dia ser mãe. Tentei me colocar no lugar dessas mães e me senti tão frágil, tão inútil [...]” (INSCRITA 40); “[...] já sou mãe de um pretinho lindo e entendo bem os medos de quem ainda não é mãe, os questionamentos são muitos ainda mais na sociedade que vivemos, não deixem de viver a maior experiência de suas vidas, a maternidade é uma das formas de mudarmos a nossa sociedade” (INSCRITA 41).

Essas falas são exemplos de como os temas discutidos por Gabi propiciam não apenas o acesso a informações variadas, como também abrem espaços de participação, engajamento e visibilidade para outros sujeitos, em especial, seus pares. Foram observados relatos diversificados, com destaque para os femininos, que, no geral, admitiram ter se comovido após ter contado com o vídeo da *youtuber*: “[...] me fez chorar, até porque meu sonho é ter um filho homem, e pensar nessas condições a qual vivemos depois de anos depois da abolição da escravatura, nos faz repensar se de fato ela foi abolida [...]” (INSCRITA 42).

Apesar da história marcada pela violência, há depoimentos de mulheres que confluem com o posicionamento de Gabi em relação a não desistir de ser mãe: “[...] não podemos desistir de nossos sonhos [...] nos imputam uma culpa perversa e violenta, já que se o menino negro não deu certo a culpa é da mãe que não o educou [...] Mulheres pretas não desistamos [...] por nossos filhos, por nós [...]” (INSCRITA 43) ; “[...] me fez mais forte, p ter

¹⁰⁴ O episódio mencionado por Gabi ocorreu em 28 de novembro de 2015, quando cinco jovens negros foram alvejados pela Polícia Militar, na zona norte do Rio de Janeiro. Ao todo, foram 111 disparos contra os rapazes. Segundo depoimento de um dos policiais que participaram da ação, o confronto teria ocorrido porque disparos partiram do carro de onde os jovens estavam, situação que posteriormente foi refutada pela perícia do caso. Informação disponível em: <https://bit.ly/3w8Lc8z>. Acesso em 12 mai. 2022.

força p agir, e ensina-los a reagir, e brigar, e se defender. [...] Essa merda de racismo já tirou muita coisa da gente: não permita que tire nossos sonhos!!!! [...]” (INSCRITA 44). Evidentemente, tais posicionamentos podem não ser homogêneos ou tampouco hegemônicos, não se estendendo facilmente para outras mulheres negras:

[...] Eu, como mulher negra, também desisti. Assim, ainda sou muito jovem, mas penso diferente. Não é desistir do filho, mas sim poupá-lo de todo o sofrimento que nós negros passamos. Respeito a opinião de todos que decidiram ter filhos, mas encaro, de certa forma, como se fosse um egoísmo meu. só porque eu quero ter, vou sujeitar a criança a esse tipo de coisa? Vou botar uma criança no mundo porque eu tinha o sonho de ser mãe? Em um dos comentários alguém falou que muitos decidem se privar de conhecer o Amor por causa desse medo, dessa insegurança. Eu, nesse caso, encaro isso como uma das formas de amor, mas isso o amor é subjetivo, não é mesmo? Cada um tem uma interpretação a respeito disso. Além disso, não estamos tratando apenas de nós mesmas, mas sim de outra pessoa e precisamos ter responsabilidade e somos responsáveis por isso (INSCRITA 45).

Ao contrário de Gabi e das demais inscritas que argumentaram em favor da não desistência da maternidade, o depoimento da Inscrita 6 releva que o ser mulher e ser negra não são categorias isentas de conflito e que, ao serem atravessadas pelo racismo e pelo machismo, acabam por subjetivar de modo particular a relação consigo e com o(s) filho(s), contrariando a crença na universalidade da condição materna.

Em complemento à análise do vídeo sobre maternidade, vale retomar a já mencionada publicação “Eu sou Gabi...”, na qual a *youtuber* afirma receber muitos desabafos dos inscritos – algo que já ficou evidente no relato sobre a postagem “Eu não quero mais ter filhos”. Nesse sentido, a *youtuber* reconheceu que seu trabalho na plataforma atua no sentido de servir como ouvinte e também porta-voz de outras pessoas: “[...] ajudo essas pessoas a colocarem as suas questões pra fora. Quando eu consigo colocar, elas também colocam as questões delas” (GABI OLIVEIRA). Criar filhos negros, nesse contexto, é uma tarefa diretamente ligada à (re)construção de subjetividades maternas e estratégias de sobrevivência, as quais também são elaboradas no partilhar de experiências.

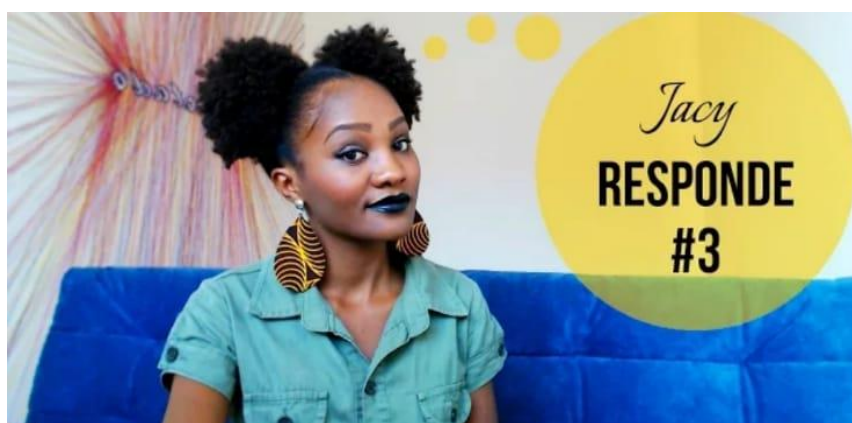
Além do contato direto com o conteúdo produzido por quem comanda o canal, é fundamental destacar a importância do contato dos usuários entre si proporcionado pela plataforma, juntamente com o espírito de comunidade estabelecido pelo seu engajamento na condição de seguidores-inscritos que compartilham causas e interesses. Nesse sentido, vídeos como aqueles publicados por Gabi se constituem como um “[...] espaço concreto de formação com a aprendizagem de saberes para a vida em coletivos. Esta formação envolve aprendizagens

tanto de ordem subjetiva relativa ao plano emocional e cognitivo das pessoas [...]” (GOHN, 2009, p. 32).

5.5.2.3 “Solidão da Mulher Negra”

O próximo vídeo examinado é de Jacy Carvalho, que, nesse caso, seguiu um formato similar ao outro material de sua autoria já analisado, mais precisamente, se pautou na lógica de perguntas e respostas. Intitulado “Jacy responde #3 | Solidão da Mulher Negra, Crochet Braids, Apropriação Cultural...”. Jacy respondeu a três perguntas cujos temas pendem, dentre outros, à solidão da mulher negra e à apropriação cultural. Sobre estes pontos, primeiramente, a questão norteadora consistiu em: “o que você acha sobre apropriação cultural?”.

Figura 11 – Imagem do vídeo “Jacy responde #3 | Solidão da Mulher Negra, Crochet Braids, Apropriação Cultural.”.



JACY RESPONDE #3 | Solidão da Mulher Negra, Crochet Braids, A... ∨

Fonte: <https://bit.ly/3MMF8bq>

Numa resposta direta, Jacy afirmou que a apropriação gera apagamento das pessoas negras e fortalece o racismo. Ela não utiliza conceitos e definições formais como Nátaly. Por outro lado, assim como Gabi, tenta mostrar aos expectadores exemplos que permitam contextualizar e evidenciar situações e problemas concretos da apropriação cultural.

Um deles diz respeito aos diferentes sentidos de artifícios estéticos de acordo com a cor da pele de que os utilizam:

Eu enquanto mulher negra, se colocar tranças, eu não passo numa entrevista de emprego, eu sou tida como suja, como pessoa que tá tentando esconder o seu cabelo e milhões de outras coisas que as pessoas falam: “sou suja, não lavo o cabelo” e muitas coisas que as pessoas negras que usam tranças escutam diariamente. Mas se uma pessoa branca colocar as mesmas tranças que eu colocar, ela é tida como estilosa, ela é como a menina lá que foi eleita a mais estilosa do evento porque ela estava de tranças, mas só que quando é a pessoa negra que está lá com penteado afro, com um turbante ou algo que seja relacionado à cultura afro é feio... se tiver de turbante é macumbeira (JACY CARVALHO).

A percepção acerca dos artifícios estéticos usados por pessoas não negras é um relato não apenas de Jacy, aparecendo também nos relatos de seus inscitos: “[...] apropriação cultural é o que mais tem, como você disse, a cultura negra é linda, desde que não seja uma negra (o) usando, quando uma pessoa de cor clara uso é visto como estiloso, mega fashion e tudo mais, realmente não consigo entender [...]” (INSCRITO 46).

Em matéria da revista Carta Capital¹⁰⁵, a apropriação cultural é apresentada como uma temática mais complexa do que os olhares individualistas que a encaram. Mais do que isso, abrange fenômenos complexos, como o racismo, o etnocentrismo e o capitalismo e os modos que a indústria da moda utiliza as produções de minorias. Para Suzane Jardim¹⁰⁶, após o processo de marginalização histórica de uma etnia, religião ou cultura, o grupo responsável por esse mesmo processo de invisibilização “passa, então, a ressignificar essas práticas e símbolos antes condenados, tentando torná-los atrativos para a maioria da população e visando o lucro”. Esse apagamento cultural leva à perda da essência desses elementos e, se antes eram socialmente condenáveis, passam ao status de objetos desejáveis e inacessíveis financeiramente ao grupo minoritário que, em outrora, foi discriminado por causa deles.

Ao discorrer sobre o conceito, Bosco (2017) destaca que a apropriação cultural possui alguns pontos de fragilidade. Um deles diz respeito ao fato de que, nas ciências humanas e sociais, é insustentável a premissa de que existem culturas consideradas “puras” e, portanto, passíveis de serem vistas como “donas” de certos elementos simbólicos potencialmente “saqueáveis” por outras culturas. Esse traço é ainda mais premente quando observamos que, na atualidade, estamos em meio a um mundo moderno, globalizado e repleto de fluxos, migrações e diásporas, o que naturalmente intensifica processos de trocas entre indivíduos e comunidades.

¹⁰⁵ Disponível em: <https://bit.ly/3qhbOSq>. Acesso em 07 nov. 2021.

¹⁰⁶ Bacharel em História e educadora.

Um exemplo é o processo de constituição de ritmos musicais, como o samba e o jazz, construídos tanto por influência miscigenada de brancos quanto de negros. Segundo ele, o debate sobre a apropriação “[...] deve, antes de tudo, enfrentar o espectro do problema da inexistência de culturas puras. Pois parece uma contradição alegar ser expropriado daquilo que não se é dono” (BOSCO, 2017, p. 117).

Ainda que se considere impropriedade a existência de culturas puras, Bosco (2017) pondera que a apropriação diz respeito a como os fluxos culturais relevam um cenário permeado por desigualdades. Citando o exemplo de gêneros musicais, observa que, a despeito da origem do ritmo, os sambistas brancos possuem maiores chances de ascender no meio musical do que os músicos negros. Descritivamente, a apropriação se trata de formas culturais que têm influência e contribuição predominantemente negra, mas que podem acabar sendo protagonizadas por brancos: “[...] enquanto o mundo inteiro ouve hip-hop, os negros são encarcerados em massa nos Estados Unidos. O mesmo pode se dizer da importância central dos negros para a cultura brasileira e do contraste com a sua situação social” (BOSCO, 2017, p. 120).

Em alusão ao tratamento discriminatório dado às pessoas negras, Jacy defende que cabe às pessoas brancas a consciência de que, quando “você está usando ‘aquilo’, as pessoas acham bonito, mas uma pessoa na outra esquina na mesma rua que você está andando [...] com aquele mesmo objeto, vai ser diferente o olhar” (JACY CARVALHO). Em outras palavras, destacou a incoerência e o tratamento desigual entre brancos e negros, em especial, quando brancas e negras fazem o uso de acessórios particulares, como as tranças e o turbante. Cada um dos referidos artifícios adquire valores e significados distintos, de acordo com a cor da pele de quem os utiliza: enquanto às brancas é dedicada a provação pública, às negras é reservada a discriminação normalmente materializada na forma de violência simbólica e expressões pejorativas como: “macumbeira”; “tá usando turbante deve ser pra esconder ou disfarçar o cheiro do cabelo”; “teu cabelo deve ser ruim de lavar com contas essas tranças”.

Ainda que a apropriação cultural se caracterize como um tema importante, optou-se por focar a análise do vídeo acima nas questões ligadas à solidão da mulher negra. Essa escolha se justifica pelo reconhecimento da centralidade do referido fenômeno no imaginário, nos afetos e na subjetividade do público em evidência. Inclusive, trata-se de um assunto já abordado pelo canal de outra *youtube*¹⁰⁷ nesta pesquisa, demonstrando sua recorrência e importância no cotidiano dessas mulheres. Nesse sentido, a inscrita 47 pergunta a Jacy se ela

¹⁰⁷ Gabi Oliveira tem dois vídeos postados sobre a temática: “Solidão da mulher negra” (<https://bit.ly/3yPSkSk>); “Eu estou em solidão?” (<https://bit.ly/39Fyp4y>). Acesso em 20 mai. 2022.

de fato acredita na solidão da mulher negra e recebe a seguinte resposta: “[...] seria uma hipócrita se dissesse que não, que as mulheres negras não sofrem com o racismo [...] já aconteceu comigo várias vezes, mas eu não quero falar sobre isso senão eu vou começar a chorar [...]” (JACY CARVALHO). Essa declaração sugere que a problemática produz efeitos psicológicos deletérios sobre as mulheres negras, tornando-se, inclusive, o cerne de memórias traumáticas e gatilhos emocionais.

Na matéria intitulada “Solidão da mulher negra: especialistas explicam significado e origem do termo¹⁰⁸”, a psicóloga Morena Cascão¹⁰⁹ define esse fenômeno com uma forma de racismo estabelecida ainda no período colonial como prática discriminatória, delimitando papéis destinados às brancas e às negras: enquanto as primeiras são consideradas prioridades no tocante à formação de uma família, as últimas foram consideradas exclusivamente como objeto de prazer sensual e sexual dos senhorios brancos. A esse respeito, Ribeiro (2018, p. 120) declara que “[...] O Brasil é o país da cordialidade violenta, em que homens brancos se sentem autorizados a aviltar uma mulher negra e depois dizer que foi só brincadeira [...] O brasileiro não é cordial. O brasileiro é racista”.

Prosseguindo, em resposta à Inscrita 48, Jacy conta que já viu postagens que manifestam a “preferência” por mulheres negras: “[...] eu gosto de uma preta pra sexo, porque as pretas são quentes, as negras são mulheres quentíssimas, são sensuais [...]” (JACY CARVALHO). Contudo, essa predileção se revela somente em relacionamentos de natureza estritamente sexual. Jacy revela que essa é uma realidade entre pessoas de seu círculo social e que há situações nas quais uma mulher negra recebe promessas do parceiro em relação ao futuro do casal, porém a realidade muda quando se trata de assumir esse relacionamento para amigos e familiares. Nesses casos, a youtuber referiu-se a justificativas que já ouviu de ex-parceiros: “[...] espera mais um pouco, porque eu não posso agora, porque eu tô ocupado [...] não vou poder assumir você agora [...]” (JACY CARVALHO).

Para a Jacy, muitas mulheres negras passam por isso diariamente, e ela acredita que essas histórias de exclusão não terminarão tão cedo. Teixeira e Queiroz (2017, p. 3) explicam que a mulher negra é dona de “[...] um corpo que passa por uma dualidade do ser. Ora é invisibilizado – desprezado e ora valorizado – ultrassexualizado”. As autoras reforçam a premissa de que essa representação social são extensões de práticas e significados estabelecidos durante o período escravocrata.

¹⁰⁸ Reportagem disponível em <https://bit.ly/3PyopL5>. Acesso em 12 abr. 2022.

¹⁰⁹ Psicóloga clínica “especialista no universo feminino”.

[...] no âmbito das relações conjugais onde o casal é constituído por um homem branco e uma mulher negra há uma não aceitação nessa relação ou pela família do esposo ou pelo próprio companheiro, devido ao imaginário de ser uma mulher sensual e exótica que serve apenas para satisfação de um prazer, por carregar um estigma de ser safada, fogosa, pela desvalorização por causa da cor [...] (TEIXEIRA; QUEIROZ, 2017, p. 4).

O artigo intitulado “Por que as mulheres negras são minoria no mercado matrimonial¹¹⁰” aborda elementos desse processo exclusão que, não raro, costuma condenar as mulheres negras a uma vida de pobreza afetiva. Fazendo menção à produção intelectual de Sueli Carneiro (1995), a matéria destaca que os meios de comunicação veiculam imagens e representações que abastecem o imaginário social, atuando como agentes que atuam na (re)construção desses sentidos e significados adquiridos pelas mulheres negras no inconsciente coletivo. Um dos exemplos, são papéis historicamente atribuídos a elas em artefatos culturais, como filmes, novelas e na literatura. Nestes, as mulheres negras não raro assumem funções estereotípicas, como a “amante” ou “a mulata fogosa”, reforçando o racismo estrutural que as leva a serem preteridas para o matrimônio.

Em contraste com as imagens caricaturais que lhes acompanharam durante o período áureo da comunicação de massa, o ciberespaço tem se afirmado como campo aberto aos debates de interesse de mulheres negras e é onde suas dores e manifestações de apoio mútuo podem ser partilhados. Pôde-se perceber que a maior parte dos comentários do vídeo de Jacy diz respeito à solidão, mais precisamente, constituindo-se de experiências pessoais narradas sobre relacionamentos amorosos que, em sua maioria, evidenciam a inclinação masculina por mulheres brancas em relação às negras: “[...] namorei um cara negro que não me assumia como namorada, mas ele assumiu a ex dele branquinha, loirinha! É doloroso isso!! [...]” (INSCRITA 48); “[...] passo por isso já chorei muito até hoje me sinto inferior [...]” (INSCRITA 49). O abandono, conforme apontado nas falas anteriores, acontece não apenas por parte do homem branco, mas também pelo homem negro:

[...] Namorei um rapaz por 7 meses e ele nunca me assumiu, depois terminou comigo e duas semanas depois assumiu namoro com uma menina branca...Em seguida me envolvi com um rapaz branco, loiro e de olhos claros, que em cerca de duas semanas começou a me destrar e falar coisas absurdas pra mim [...] infelizmente isso é tão recorrente na vida da mulher negra. Ser preterida pelo homem branco e pelo homem negro...[...] (INSCRITA 50).

¹¹⁰ Matéria disponível em <https://bit.ly/3yU4IaC>. Acesso em 10 mai. 2022.

Essa situação encontrada converge com a declaração feita por outras inscritas: “[...] não podemos exigir amor do homem branco, quando na sociedade, nem o homem negro, nos assume. E, se for negra retinta, aí que eles não querem mesmo [...]” (INSCRITA 51). Souza (2008, p. 70-71) explica que “[...] gênero e etnia, além da faixa etária, quando somados, são obstáculos praticamente intransponíveis às pretendentes negras [...]”. Um ponto levantado pela autora é que a ausência de parceiros para mulheres negras parece parcialmente conectado às relações interracializadas compostas por homens negros e mulheres brancas. Segundo elas, essa “preferência” pode ser explicada, num primeiro momento, pelo desequilíbrio populacional entre homens e mulheres, o que implica a (in)disponibilidade de parceiros. Já o segundo fato, diz respeito ao

[...] desejo de ascensão social, projetado nessa relação, que faria o homem negro decidir-se pela mulher branca. Isso nos permite pressupor que seus atributos identitários como gênero/raça/sexualidade [...] não habilitaria a mulher negra como competidora atrativa nesse leilão onde o homem negro é o bem mais disputado [...] (SOUZA, 2008, p. 72).

Em outro viés, o preterimento não se manifesta apenas no mundo *off-line*, adquirindo contornos também no interior do ciberespaço e das redes sociais. Ao falar do envolvimento com um homem branco, a inscrita 52 diz: “[...] ele nunca cogitou me assumir [...] Ele ficou com uma vizinha minha, e nas fotos dela no face ele já curtiu várias [...] pq ela é branca. Já nas minhas fotos nunca recebi uma curtida dele [...]”. Essa situação é citada pela própria Jacy, quando conta que

[...] já vi meninas namorando [...] anos com a pessoa, e a pessoa não assume o relacionamento [...] e uma semana depois tá lá de relacionamento com uma menina branca [...] assume pra todo mundo ver, posta foto de amor eterno, mas com a menina negra não podia postar foto [...].

Pelo caminho percorrido até aqui, percebe-se que a solidão da mulher negra é um assunto espinhoso para aquelas que são alvo deste tipo de marginalização. A própria Jacy, que já passou por essa experiência em sua vida amorosa, não se mostrou disposta a entrar em detalhes sobre o assunto em seu vídeo. Mesmo admitindo sua restrição, a *youtuber* incentivou suas seguidoras a se abrirem: “[...] se você passou por isso, deixa a sua história aqui embaixo [...]” (JACY CARVALHO). Em diálogo com diferentes interlocutores, Karlsson (2019)¹¹¹ se

¹¹¹ Disponível em <https://bit.ly/3lv4IWz>. Acesso em 05 mai. 2022.

propõe a pensar sobre as relações que são construídas em ambiente virtual. Pela perspectiva de Primo (2007), aponta que os vínculos construídos entre os usuários que dividem grupos específicos são constituídos não apenas de interesses em comum, caracterizando-se também como relações que envolvem trocas de afeto, levando em consideração as singularidades de cada indivíduo. Já em diálogo com Neto (2010), afirma que as redes se configuram como lugar de produção entre os sujeitos e também circulação de discursos e regulação de sentidos.

5.5.2.4 “Mulher preta favelada enriquecendo”

O último vídeo examinado nesta seção, “Mulher preta favelada enriquecendo: você tá pronto pra isso?” da *youtuber* Luci Gonçalves, discute as vivências dela e de outras mulheres negras no tocante à ascensão econômica e social (FIGURA 12). Luci inicia o diálogo falando sobre os sonhos que tinha desde a infância, já que sempre foi uma pessoa sonhadora, mas que seus sonhos foram-lhe tirados ainda na juventude. Ela conta que gostaria de ter alcançado algumas realizações, como ser astronauta, cantora e escritora. Em comum, esses três sonhos esbarraram no fato de que ela não viu representatividade de pessoas negras em nenhuma dessas carreiras.

Figura 12 – Imagem do vídeo “Mulher preta favelada enriquecendo: você tá pronto pra isso?”.



Fonte: <https://bit.ly/3yaJ69E>

Sobre sua trajetória profissional, Luci conta que já trabalhou em pizzaria e cinema e compartilha sua frustração: “[...] pegando as migalhas que iam deixando pra mim no caminho

e que muitas vezes nós somos obrigados a aceitar porque realmente não tem mais nada, a gente não tem oportunidade” (LUCI GONÇALVES). Esse tipo de cenário adverso é uma realidade socioeconômica experienciada por outras mulheres negras no Brasil. De acordo com dados do IBGE¹¹², 32% das mulheres pretas ou pardas, na faixa etária dos 15 aos 29 anos, não estudam nem estão ocupadas no país. Mais do que isso,

as chances de uma jovem negra (preta ou parda) estar nessa situação eram 2,4 vezes maiores do que as de um homem branco da mesma faixa etária (13,2%). O grupo também estava em desvantagem em relação aos homens negros (18,9%) e às mulheres brancas (20,8%).

Esses dados relevam disparidade sociais, raciais e de gênero crônicas que mostram a vulnerabilidade, à qual estão sujeitas mulheres negras. Se analisarmos a formação histórica do Brasil, é possível observar que o trabalho doméstico (dentre outras ocupações marginalizadas e desvalorizadas socialmente) como uma atividade exercida, em sua maioria por mulheres negras, é um cenário que ajudou a moldar a tendência de vulnerabilidade econômica com a qual convivem há séculos. Dando continuidade ao seu relato, Luci diz que não conhecia nenhum outro mundo que não fosse a sua própria realidade, especificamente aquela que conheceu na periferia do Rio de Janeiro e envolveu situações de fome e de corte de energia elétrica em sua residência: “[...] era difícil porque [ao] meu redor todo mundo vivia do mesmo jeito [...] a gente não sabia como era a vida lá fora, a gente achava que tinha era o que tinha que ter” (LUCI GONÇALVES).

Luci relata uma mudança nesse cenário a partir do reconhecimento de seu trabalho no *Youtube*, o que lhe abriu oportunidades para conhecer novos indivíduos e seus modos de vida, mais precisamente: “[...] pessoas de uma classe de vida melhor do que a minha [...]” (LUCI GONÇALVES). Ao ter contato com essa nova realidade, descobriu em si mesma o desejo de viajar, algo que, até então, nunca teve vontade. À medida que seu trabalho como *youtuber* passou a dar certo, começou a ter melhores condições financeiras que lhe permitiram arcar seus desejos e ajudar a pessoas próximas.

Gonçalves explica que humildade tem a ver com a forma como tratamos as pessoas, e também com “[...] não me achar pra cima dos outros baseado no que eu tenho [...]” (LUCI GONÇALVES). Para ela, humildade não tem relação com ser pobre e que o uso da palavra “humilde” não deve ser servir para legitimar ou banalizar sua pobreza. Ela também recebeu

¹¹² Disponível em <https://glo.bo/307vOMI>. Acesso 30 out. 2021.

críticas sobre sua decisão de sair da favela. Em resposta ao fato de querer mudar de residência, revela que as pessoas não

[...] estão acostumadas a ver mulheres como eu num lugar que a sociedade predestinou para elas. As pessoas são acostumadas a ver mulheres como eu em empregos subalternos ganhando pouco e mesmo assim tendo que encontrar a felicidade em poucas coisas para não ter que morrer de tristeza [...] (LUCI GONÇALVES).

Historicamente, às mulheres negras são reservadas desvantagens no que se refere às piores tarefas e, por conseguinte, salários que, com frequência, não estão à altura dos esforços que fazem. Sobre elas, que são estigmatizadas pelo período escravocrata, persiste uma imagem naturalizada de servidão e encontra-se sobre elas o peso das diferenças de gênero e de raça, as quais se refletem nos papéis sociais forjados e atribuídos a elas, mas que são, frequentemente, considerados “naturais”.

Partindo de uma discussão histórica, hooks (2017, p. 128) esclarece que “[...] o ponto de contato entre as negras e as brancas era a relação serva-senhora, uma relação hierárquica baseada no poder [...]”. Sustentando-se no sexismo imposto pelo patriarcado, essa assimetria foi instituída para corresponder e reforçar as diferenças de *status* social instauradas entre mulheres brancas e negras. Para a autora, o mero reconhecimento da diferença de classe não era o suficiente para mulheres brancas, pois era preciso também reforçar o *status* racial. Isso se materializava em estratégias que visavam a delimitar sua posição perante as mulheres negras de formas variadas, até mesmo em gestos sutis como “[...] mostrar à empregada um vestido novo que esta jamais poderia experimentar numa loja [...]” HOOKS (2017, p. 129). Ainda de acordo com a autora, “[...] isso acontecia especialmente nos lares onde as mulheres brancas permaneciam em casa durante o dia enquanto as empregadas negras trabalhavam [...]” (HOOKS, 2017, p. 129).

Para além das posições de servidão que ocupam em trabalhos mal remunerados, também lhes é imputado estereótipos objetificados e sexualizados, alimentando em torno delas práticas e culturas que ajudam a confiná-las em posições subalternas. Em um gesto de resistência, Luci afirma que se recusa a ocupar as posições que querem imputar a ela, e que ainda vai achar o seu lugar: “[...] em qualquer lugar do mundo porque o mundo é meu e eu vou conquistar ele sim... é porque no fundo ninguém está preparado pra ver a ascensão de uma mulher negra favelada [...]” (LUCI GONÇALVES). Para ela, mulheres que “quebram” posições e expectativas estereotípicas que lhes são imputadas causam estranheza, mas afirma

que isso é fundamental para que se possa alimentar um novo imaginário social mais favorável ao desenvolvimento e ascensão social das mulheres negras. Por fim, ela deixa uma mensagem a todas e todos que a assistem: “[...] apoie a ascensão de uma mulher preta favelada, apoie os seus amigos que estão conquistando coisas melhores [...]” (LUCI GONÇALVES).

Dentre os *feedbacks* do vídeo, estão aqueles de mulheres que encontraram no depoimento de Luci vivências que coincidem com as suas. Particularmente, inscritas que declararam ter deixado suas comunidades de origem em busca de seus objetivos: “[desejo] muito sair da favela sim, amo as pessoas, mas minha vida não pode ser só a favela [...] não conseguindo sair de casa por causa de tiroteio. Gostaria sim que todas as pessoas pudessem sair da favela e vivesse outras coisas além da favela [...]” (INSCRITA 53); “[...] quando eu saí, mt gente me criticou e a maioria nem morava na própria favela. Se você não mora ou nunca morou na favela, não opina, pq só quem mora ou já morou sabe o quão difícil é perder faculdade, curso [...] pq tá tendo tiro na favela [...]” (INSCRITA 54). Nesse sentido, os comentários sugerem que, apesar do amor declarado pela vida nas comunidades, as inscritas demonstram uma visão crítica sobre seus lugares de origem, contrapondo-se a olhares românticos em relação à vida nas favelas.

Um ponto observado nos comentários diz respeito a percepções distorcidas que traçam associações diretas entre pessoas negras à pobreza: “[...] favela, no bom português é um depósito de gente sem cuidado, infraestrutura, negligenciado pelo poder público [...]” (INSCRITA 55); “[...] as pessoas acham que a gente tem q ser pobre pra sempre pq somos pretos [...]” (INSCRITA 56). A relativa popularidade de um imaginário que estetiza e glorifica a pobreza, em certo sentido, reflete processos de socialização calcados na reprodução de estereótipos que subalternizam pessoas negras em função de estruturas de hegemonia pautadas pela branquitude: “Vi um comentário nas fotos da Luci [...] estava algo do tipo ‘pode até viajar e ganhar dinheiro, mas continua com cara de pobre e favelada’ ou seja, em outras palavras, continua não pertencente a esse lugar privilegiado [...]” (INSCRITA 57). Se desde os primeiros anos de vida somos educados para reproduzir comportamentos discriminatórios, a provável consequência é a constituição de uma sociedade para a qual se tornar negro “[...] é vencer inúmeros obstáculos, onde o referencial é sempre o mundo branco; é um desafio doloroso [...]” (ZAMORA, 2012, p. 568).

Nesse cenário, o relato de Luci atua como uma contranarrativa que desafia o ciclo de marginalização historicamente imposto às pessoas de cor e que, do ponto de vista interseccional, incidente de forma mais violenta sobre as mulheres negras. Trata-se de um conjunto de imagens e enunciados ligados à ascensão socioeconômica que tem um valor não

apenas individual (simbólico e/ou material), mas também coletivo, na medida em que grupos excluídos historicamente podem se ver refletidos em aspirações e objetivos de vida que vão além dos limites estabelecidos pelo racismo. O ponto de virada também é operado quando pessoas negras constroem entre si redes de apoio fortalecidas através de várias frentes, como a mobilização política, ocupação de espaços e a troca de vivências proporcionadas pelas redes sociais.

Se, por outro lado, o racismo é um agente causador de fissuras e distorções nas identidades de pessoas negras, o fortalecimento coletivo, resultante de diferentes formas de associação – com destaque para as redes sociais e plataformas similares, como o *YouTube*, caso específico dessa pesquisa –, é capaz de produzir impactos salutares para a subjetividade de negras e negros, entendendo a “[...] subjetividade como um conceito operativo que permite a compreensão da dinâmica e da organização social a partir da indissociabilidade entre individual e coletivo [...]” (NARDI, 2006, n.p, citado por OLIVEIRA, MENEGHEL, BERNARDES, 2009). Trata-se de um modo de aprender fundado na relação com o outro, a partir do que esse mesmo outro vive: “[é] muito legal quando a gente identifica com a narrativa do outro porque consigo rever os processos pelos quais eu passei também [...]” (INSCRITA 58).

Apesar da escolha já anunciada de que o vídeo analisado é “Mulher preta favelada enriquecendo...”¹¹³ – postado em 12 de abril de 2019 –, notou-se que essa publicação trata de uma reconstituição da trajetória pessoal de Luci e que, por sua vez, teve continuidade em outra postagem do canal. Levando em consideração a ascensão da *youtuber* e a importância que este fenômeno tem para uma mulher negra – e para esta pesquisa –, o referido vídeo-continuação também será examinado.

Em “Enfim saí da favela¹¹⁴”, a *youtuber* discorre sobre o processo de transição entre a sua comunidade de origem e o seu novo destino. A descrição do vídeo apresenta as seguintes informações: “Sair da favela é uma grande mudança na minha vida, mas nem tudo é 100% fácil. Esse tempo de adaptação tá me fazendo pensar em muita coisa e abri o coração pra vocês” (LUCI GONÇALVES).

Se em “Mulher preta favelada...”, ela menciona as dificuldades financeiras pelas quais passou e cita as críticas que recebeu por buscar para si melhores condições de vida quando decidiu sair da favela, neste segundo material, ela diz que esse é o primeiro vídeo gravado em sua casa nova, postado para contar ao público sobre sua mudança, não apenas de espaço físico, mas também de classe social. É um vídeo sem roteiro pré-definido, em que Luci fala

¹¹³ Postado em 12 de abril de 2019.

¹¹⁴ Disponível em <https://bit.ly/3LBBobQ>. Postado em de 13 de junho de 2019. Acesso em 10 mai. 2022.

espontaneamente sobre a nova etapa de sua vida e o quanto seu processo de ascensão representa para ela. Assim como em “Mulher preta favelada...”, expõe dificuldades financeiras pelas quais passou desde a sua juventude, descrevendo a precariedade social e econômica dos locais onde já morou, que ela caracteriza como um “[...] lugar com muitos confrontos, muito tiroteio [...] pouca acessibilidade, vida noturna, poucas opções de lazer [...] passei fome em alguns momentos [...], mas dentro da minha classe social eu nunca imaginei que eu sairia [...]” (LUCI GONÇALVES).

Devido às dificuldades enfrentadas no decorrer de sua vida, Luci explica que não vislumbrava um dia poder ter situação financeira confortável. Dentre as situações que ela não via como possíveis, destaca a saída da casa de seus pais, ter uma casa para si e viajar de avião, e que o trabalho como produtora de conteúdo proporcionou a ela a possibilidade de visualizar outros horizontes. Trabalhar com o canal foi um impulso importante para que, financeiramente, pudesse realizar sonhos que, até então, pareciam distantes. Em um dado momento do vídeo, ela se emociona e diz que “[...] não passar fome [...] é uma das melhores coisas do mundo [...], e a coisa que mais me deixa feliz e confortável em estar existindo [...]” (LUCI GONÇALVES). É seguro afirmar que a situação enfrentada por ela extrapola o âmbito individual e é vivenciada por outras mulheres com a mesma origem que Luci: “[...] me graduei, conquistei um emprego público. Causo estranheza, mas isso é normal, viemos de longos séculos de opressão; a nossa raça precisa de novas referências [...]” (INSCRITA 59). Dentre as mudanças apontadas em sua nova fase, Luci declara que

[...] eu moro num bairro bom, que tem tudo perto [...] tem transporte público, que tem lazer [...] é a primeira vez que eu moro assim, fora de favela [...] tem muitas noites que eu vou dormir muito tranquila, que eu não tenho medo de acordar morta, de acordar com a casa com bala perdida [...] não tenho medo de voltar pra casa de noite porque vai ter um tiroteio no meio da rua e eu não vou conseguir voltar (LUCI GONÇALVES).

A narrativa de Luci sobre ascensão é uma história que vai ao encontro de outras mulheres negras e seus anseios. No canal de Gabi Oliveira, a *youtuber* fala sobre seu novo momento nos vídeos “Tour pelo apartamento novo vazio (e a dificuldade de alugar um apê sendo negra)”¹¹⁵ e “Tour pelo novo apartamento”¹¹⁶, a partir dos quais mostra ao público os ambientes de seu novo lar e fala sobre os desafios que passou para chegar até ali. Nátaly Neri

¹¹⁵Disponível em <https://bit.ly/3agNcDj>. Acesso em 19 mai. 2022.

¹¹⁶Disponível em <https://bit.ly/3wAFSLm>. Acesso em 19 mai. 2022.

também tem material audiovisual semelhante em “Tour pelo novo Apartamento vazio + Vlog da mudança”¹¹⁷, e Jacy Carvalho tem em seu canal a *playlist* “Morando sozinha, casa e afins”¹¹⁸.

Pelo percurso delineado até este momento da pesquisa e à luz das considerações realizadas acerca das opressões enfrentadas por mulheres negras na atualidade, é importante ressaltar o significado e a importância individual, coletiva e, em certa medida, formativa desses episódios de ascensão. Suas trajetórias e narrativas são atravessadas não apenas pela violência racial e de gênero, ainda que essas opressões tentem delimitar quem essas mulheres são e/ou devem ser. São histórias também de sonhos: ser mãe, se formar no ensino superior, ter independência financeira, partilhar a vida com parceiras(os) amorosos(as), empreender em seu próprio canal no *Youtube*. É sobre ser e estar no mundo como sujeitos. É romper com as estruturas pelas quais são constrangidas e impedidas de alcançar seus objetivos. É o enfrentamento diário numa sociedade que não as reconhece em suas diferenças e singularidades. É sobrevivência e superação. Portanto, falar sobre suas vidas – e estarem vivas para compartilhar suas histórias – é, em muitos sentidos, revolucionário.

¹¹⁷ Disponível em <https://bit.ly/3wLkGCI>. Acesso em 20 mai. 2022.

¹¹⁸ Disponível em <https://bit.ly/3yRJQkl>. Acesso em 18 mai. 2022.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo investigar os conteúdos produzidos por influenciadoras digitais negras, compreendendo de que maneira os vídeos produzidos por elas atuam como espaço de aprendizagem sobre questões relacionadas à raça e gênero. Para isso, organizou-se metodologicamente na forma de uma pesquisa qualitativa de caráter exploratório, que, num primeiro momento, pautou-se pelo levantamento preliminar de potenciais *youtubers* a serem escolhidas para a participação na análise deste trabalho, através da seleção de material audiovisual produzido por elas e postado em seus respectivos canais na plataforma. Para que essa escolha pudesse ser feita, foram considerados critérios de seleção e exclusão, sendo incluídas na análise as *youtubers* negras que “saíram do anonimato” e construíram popularidade no *Youtube* graças à criação de conteúdo que aborda direta ou indiretamente questões relativas à raça e gênero. Trata-se de mulheres que, mesmo compartilhando a mesma raça e o mesmo gênero, apresentam posições de sujeito heterogêneas, diferindo-se em aspectos, como orientação sexual, identidade de gênero, classe socioeconômica e profissão.

A motivação para desenvolver este estudo surgiu do interesse pessoal em compreender as narrativas de mulheres negras na *internet* e suas possibilidades nos processos de construção de identidades e subjetividades conscientes do racismo e do sexismo. Para isso, foi fundamental observar como os vínculos entre influenciadoras e seguidores se configuram como relações de ensino-aprendizagem.

Desde o início da investigação, muitos foram os desafios envolvendo o processo de desenvolvimento do trabalho. Um dos principais foi lidar com um tema dotado de relevância social, mas também com profundo enraizamento em vivências pessoais. Academicamente, os aprendizados que tive no período da graduação (além das normas técnicas como o centro do que “deveria ser” uma pesquisa) foram em relação à construção e aplicação de um olhar supostamente “neutro” em trabalhos acadêmicos. Ou seja, como pesquisadoras e pesquisadores, trata-se do pressuposto de que deveríamos ter cautela com qualquer tipo de envolvimento pessoal na seleção e tratamento das temáticas que temos a intenção de estudar e pesquisar, no intuito de não comprometer o processo da cientificidade de escrita até a sua etapa final. Essa neutralidade tende a atuar como parâmetro primário para aferir a validade do conhecimento produzido, fazendo com que pesquisas que, na contramão dessa lógica, que reconhecem o papel da subjetividade do pesquisador sejam encaradas com descrença e suspeição. De algum modo, esse contraponto parece alinhado ao que a escritora Conceição Evaristo chama de “escrevivência”, ou seja, a relação construída entre o âmbito subjetivo e objetivo de quem

produz. Então, deparei-me com esse desafio (e ao mesmo tempo um estímulo), desenvolvendo a confiança para explicitar minhas motivações e até mesmo apresentar-me em momentos específicos deste trabalho.

Em relação ao *YouTube*, é perceptível como a plataforma tem a sua importância no que diz respeito à ampliação do alcance de vozes minoritárias e pautas trazidas à tona. Porém, Selwyn (2011)¹¹⁹ nos alerta que o foco das investigações não deve se direcionar apenas aos artefatos técnicos em si, estendendo as reflexões sobre o assunto para as atividades e práticas que os circundam, nos significados que os usuários conferem a essas ferramentas e nas relações sociais às quais as tecnologias estão atreladas. Nesse sentido, o autor se utiliza das conceituações propostas por outros autores para traçar uma melhor compreensão sobre a tecnologia em contexto educacional, perfazendo um paralelo entre essas visões.

Em linhas gerais, entende-se que a educação não se resume a um tipo de técnica que objetiva a facilitação de aprendizagem, abrangendo também toda a “situação educacional”, de modo que ela (a técnica) pode ter pouca (ou nenhuma) relação com a aprendizagem. A maneira como cada indivíduo se engaja em sua educação é influenciada pelas preocupações advindas de contextos, como a casa em que se vive, o local de trabalho e outros lugares de compartilhamento coletivo. Ao pensarmos então, na educação imbricada no universo tecnológico, é importante olhar para além de aspectos meramente técnicos e buscar compreender o mundo social da educação. Nesse sentido, finaliza esclarecendo que o ato de aprender pode estar relacionado com “(...) muitos outros estratos da vida social, tais como família, circunstâncias socioeconômicas, renda, gênero, raça e classe” (SELWYN, 2011, p. 13), aspectos estes que podem contribuir na construção de um aprendizado sobre si, suas identidades, subjetividades e visões de/e sobre o mundo.

Observou-se que as usuárias que deixam seus depoimentos nas publicações comunicam às *influencers* – e aos demais sujeitos que ali estão – o quanto esse conteúdo pôde, de algum modo, contribuir no desenvolvimento de percepções e conhecimentos sobre temas inscritos em seus campos de interesses. Esses comentários constituem-se contextos propícios para o estabelecimento de diferentes formas de diálogo e trocas de experiências, auxiliando no estabelecimento de zonas de intercâmbio e construção coletiva de conhecimentos. Em certa medida, essa dinâmica pode ser reproduzida em boa parte das plataformas de mídia social existentes no ciberespaço, em especial, aquelas que estão abertas ao conteúdo produzido pelo usuário (fotos, vídeos ou mesmo outros comentários) – a exemplo do próprio *Youtube*.

¹¹⁹ Disponível em <https://bit.ly/3MFOOXj>. Acesso em 12 abr. 2022.

De um lado, deve-se considerar a “forma” como essa educação acontece, quer dizer, o modo como se aprende. Por exemplo, na educação formal temos diferentes estratégias didáticas (como aula expositiva, leitura em voz alta, exercícios individuais e em grupo, dinâmicas de grupo, estudos dirigidos), organizadas em função de estruturas curriculares, além de modelos pedagógicos distintos, estabelecidos por instituições formais de ensino. Porém, essa lógica organizacional parece não se aplicar inteiramente ao *Youtube*. Então, quais são os meios e técnicas “educacionais” percebidas nos canais das *youtubers*?

Evidentemente, trata-se de uma questão excessivamente complexa para ser encerrada neste trabalho. Entretanto, alguns formatos de vídeo são capazes de fornecer pistas para compreender esse repertório, a exemplo, os vídeos estruturados na forma de perguntas e respostas – também conhecidos como “Q&A” ou “*Questions and Answers*”. Nestes, os usuários são convocados a participar de forma síncrona ou assíncrona do conteúdo produzido pelas influencers, por intermédio de questões e comentários enviados sobre temas específicos. Um dos efeitos dessa estratégia é o estímulo ao engajamento do público, que se vê estimulado a contribuir com os debates para, entre outros interesses, usufruir da visibilidade da *youtuber* na plataforma e “ver-se” nessas publicações.

Outro formato normalmente encontrado nesses canais são as *collabs*, isto é, publicações criadas em parceria com outras produtoras/produtores de conteúdo. Em termos de marketing digital, essa estratégia ajuda a impulsionar os canais/perfis de ambos os participantes, fazendo com que os públicos de cada *youtuber* descubra uma nova fonte de informação e expanda, assim, as bases de seguidores envolvidas. Já os *vlogs* constituem-se como conteúdos que derivam do *blogging*, assumindo a forma de vídeos. Em geral, consiste num tipo de publicação frequentemente produzido sem roteiro prévio, por vezes não editado e também com um trabalho de pós-produção mais modesto comparado a outros gêneros audiovisuais. Por vezes, costumam assumir um caráter de relato biográfico, narrando tanto situações banais do cotidiano da *youtuber*, quanto acontecimentos especiais a serem partilhados com o público. Por fim, tem-se também as análises de artefatos culturais, tais como livros, filmes e séries, podendo estas ser ou não patrocinadas por suas respectivas marcas responsáveis. Trata-se de um formato em que as *youtubers*, em geral, tecem suas impressões, críticas ou apenas descrições gerais sobre esses produtos e, de acordo com a sua autoridade e popularidade junto aos seus seguidos, influenciando os seguidores na decisão consumir ou não o objeto apreciado.

Além da “forma” desse tipo de processo educativo não formal, é oportuno observar também a natureza dos “conteúdos” dessas aprendizagens. Em outros termos, interessa observar do que tratam os vídeos nesse âmbito, isto é, os temas e tópicos sobre os quais falam. No

decorrer da pesquisa, percebeu-se que, apesar das *youtubers* acompanhadas serem mulheres multifacetadas no tocante às identidades e posições de sujeito, estas também compartilham temas em comum, tais como: relacionamentos amorosos, beleza e estética capilar negra, empreendedorismo e maternidade. Não são temas isolados, uma vez que se inscrevem nas lutas antirracista e feminista promovidas por elas.

Vale ressaltar que esta pesquisa não se propôs a analisar todas essas “formas” e “conteúdos” educativos em profundidade, nem tampouco esgotar o debate sobre eles. Com isso, abrem-se possibilidades para que estes sejam discutidos e problematizados com maior esmero em trabalhos futuros.

Mesmo tendo protagonismo nos canais selecionados, as questões de raça, gênero e suas convergências não se mostraram absolutas. Cada uma das influenciadoras também se dedica a temas que pendem entre questões de interesse público, *hobbies*, interesses e experiências pessoais. Essa pluralidade em relação aos tipos de conteúdo produzidos revela que o seu trabalho no *Youtube* (assim como suas vidas fora da rede) é singular e multidimensional, demonstrando que suas existências se estendem para além da luta contra o racismo e o sexismo.

Outro ponto observado, após o mapeamento de *youtubers* potencialmente selecionáveis para esta pesquisa (APÊNDICE A), diz respeito aos potenciais recortes e desdobramentos capazes de orientar futuras pesquisas sobre/com mulheres negras produtoras de conteúdo. Considerando a pluralidade intrínseca ao material que produzem e a sua natureza como grupo heterogêneo no que tange a suas vivências pessoais e percursos formativos, novas investigações podem contribuir com a identificação de novas problemáticas e objetos de interesse, sobretudo no que tange aos papéis e desafios pedagógicos existentes neste cenário.

Em relação à contribuição e potenciais “usos” da pesquisa para o campo de conhecimento da Educação, destaca-se a evidência de que o *Youtube* – e demais plataformas semelhantes – demonstra potencial não apenas como recurso estruturante de processos formativos não formais baseados em narrativas e relatos individuais, sendo também munido da capacidade de instigar identificações e a construção de laços comunitários. Nesse sentido, os conteúdos audiovisuais difundidos na plataforma podem funcionar como recurso complementar em processos de ensino-aprendizagem em sala de aula. Nesse sentido, não se trata de afixar a educação não formal como hierarquicamente superior à educação formal, mas sim de abrir caminhos que levem ao conhecimento de fecundidade de suas alianças e parcerias em potencial. Nesse sentido, a educação não formal se mostra efetiva na tarefa de abraçar o mundo concreto em torno de cada grupo de pessoas e dos laços sociais, afetivos e formativos que estes constroem entre si.

Considero também que este estudo proporcionou a mim, como pesquisadora, um processo de amadurecimento acadêmico em relação a como percebo hoje a importância de pesquisas que trazem contribuições não apenas para a academia, mas também para toda a sociedade e para as pessoas que possam vir a ter acesso à discussão que me propus a realizar. Este trabalho foi, da sua concepção inicial aos seus momentos finais, um esforço teórico de responder ao cerne do questionamento sobre as aprendizagens envolvidas no conteúdo postado por mulheres negras *youtubers*. Contudo, tornou-se também uma aprendizagem pessoal, à medida que me permitiu pensar sobre a relevância de mais pesquisas no campo da educação que contem com o protagonismo de mulheres negras, tanto em sua interface com as tecnologias, quanto em âmbitos educacionais mais amplos. Ao longo do percurso de escrita da dissertação, pude compreender até onde este trabalho pôde me modificar em relação às minhas percepções de mundo e à minha própria autoimagem como mulher negra.

Por fim, considera-se que este trabalho também atua como sinalização da importância de que mais pesquisas que abordem além das tecnologias na educação, suas articulações com campos de conhecimento emergentes – tais como os debates de gênero e as relações étnico-raciais. Reconhecer mulheres negras como protagonistas de pesquisas acadêmicas por meio das narrativas – com frequência, disruptivas – que produzem implica pensar em metodologias e abordagens capazes de incluí-las e fortalecê-las no debate étnico-racial ocorrido fora da escola, mas, sobretudo, dentro da educação. Em alguma medida, esse esforço representa um gesto de ruptura com modelos científicos e epistemológicos consagrados pelo racismo estrutural, refletindo-se na hegemonia de um saber acadêmico historicamente construído em torno dos parâmetros e interesses da branquitude e do patriarcado e, como tal, excludente. Trata-se de uma dinâmica com efeitos perversos sobretudo para os grupos e segmentos para quem os espaços de formação e conhecimento não institucionais têm sido, historicamente, rejeitados e marginalizados, seguindo na contramão do anseio de torná-los propícios às experiências e projetos voltados à emancipação político-cidadã.

REFERÊNCIAS

ABREU, Maria Clara Gonçalves e. **Comunicação Preta: uma análise dos discursos** construídos por mulheres negras no Youtube. 2018. Monografia - Faculdade de Comunicação, Comunicação Social – Comunicação Organizacional, Universidade de Brasília. Brasília, 2018. Disponível em: <https://bit.ly/2V17s12> Acesso em: 12 mar. 2020.

ACIOLI, Sonia. **Redes sociais e teoria social: revendo os fundamentos do conceito.** Inf. Londrina, v. 12, n. esp., 2007. Disponível em: <https://bit.ly/3ncQg5R>. Acesso em: 15 fev. 2021.

AKOTIRENE, Carla. Vamos pensar direito: interseccionalidade e mulheres negras. *In: Interseccionalidade.* São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

ADICHIE, Chimamanda. **O perigo de uma história única.** Tradução de Julia Romeu. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

ADICHIE, Chimamanda. **Sejamos todos feministas.** Tradução de Christina Baum. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

ALMEIDA, Cristóvão Domingos de, BRANDÃO, Beatriz Montalvão Pereira. Participação e inserção social: protagonismo da mulher negra em canais do YouTube. **Revista observatório.** Palmas, v. 4, n. 1, p. 630-654, 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3dr8njn>. Acesso em: 09 ago. 2020.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.

BAIA, Luara Paula Vieira. **Maternidade tem cor? Vivências de mulheres negras sobre a experiência de ser mãe,** 2020. Dissertação (Mestrado) – Curso de Mestrado em Ciências Sociais, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes; Universidade Estadual de Maringá, Paraná, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3PiaoB6> Acesso em 30 abr. 2022.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.** São Paulo, Livraria Martins Fontes, 1977. Disponível em: <https://bit.ly/3dK78NY>. Acesso em: 02 maio 2021.

BATISTA, Lucineia; FERNANDES, Adriana Hoffmann. Audiovisual e aprendizagens contemporâneas por jovens youtubers. **Revista Educação e Cultura Contemporânea,** Rio de Janeiro, v. 13, n. 31, p. 118-134. Disponível em: <https://bit.ly/3gBEU9I>. Acesso em: 15 mai. 2021.

BARBOSA, Jeanine Pacheco Moreira et al. Interseccionalidade e violência contra as mulheres em tempos de pandemia de Covid-19: diálogos e possibilidades. **Revista Saúde e Sociedade São Paulo,** São Paulo, v.30, n. 2, p. 1-13, 2021. Disponível em <https://bit.ly/3zvSplm>. Acesso em 31 mai. 2022.

BARKER, Chris. **The SAGE Dictionary of Cultural Studies.** London: SAGE Publications, 2004. Disponível em: <https://bit.ly/32Pzbq4>. Acesso em: 10 jun. 2020.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo: fatos e mitos.** Tradução de Sérgio Milliet. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970. Disponível em: <https://bit.ly/3wkmeTR>. Acesso em 10 abr. 2022.

BORIS, Georges Daniel Janja Bloc; CESÍDIO, Mirella de Holanda. Mulher, corpo e subjetividade: uma análise desde o patriarcado à contemporaneidade. **Revista Mal Estar e Subjetividade**, Fortaleza, v.7, n.2, p. 451- 451, 2007. Disponível em: <https://bit.ly/3Qg5vsH>. Acesso em 20 mai. 2022.

BOSCO, Francisco. O caso do turbante. *In: A vítima tem sempre razão? Lutas identitárias e o novo espaço público brasileiro.* São Paulo: Todavia, 2017.

BURGESS, Jean; GREEN, Joshua. **YouTube e a Revolução Digital:** como o maior fenômeno da cultura participativa transformou a mídia e a sociedade. Tradução Ricardo Giassetti. São Paulo, Aleph, 2009.

CANCLINI, Nestor Garcia. **Diferentes, desiguais e desconectados:** mapas da interculturalidade. Tradução: Luiz Sérgio Henrique. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

CARNEIRO, Sueli. **Enegrecer o feminismo:** a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. Portal Geledés, 2011. Disponível em: <https://bit.ly/3vBkLGh>. Acesso em: 15 mar. 2021.

COSTA, Helena Maria Cardoso. **Pedagogias culturais em vídeos de youtubers negras brasileiras que abordam a temática do racismo.** Maringá: Universidade Estadual de Maringá. Disponível em: <https://bit.ly/3iNCuTh>. Acesso em: 15 jul. 2020.

COSTA, Marisa Vorraber; DE ANDRADE, Paula Deporte. Na produtiva confluência entre educação e comunicação, as pedagogias culturais contemporâneas. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 33, n. 2, p. 843-862, dez. 2015. ISSN 2175-795X. Disponível em: <https://bit.ly/32MM2Jr>. Acesso em: 10 set. 2019.

COSTA, Marisa Vorraber; SILVEIRA, Rosa Hessel; SOMMER, Luis Henrique. Estudos culturais, Educação e Pedagogia. **Revista Brasileira de Educação**, n. 23, p. 36-61, maio/jun./jul./ago. 2003.

BATISTA, Lucineia, FERNANDES, Adriana Hoffmann. Audiovisual e aprendizagens contemporâneas por jovens youtubers. **Revista Educação e Cultura Contemporânea**, Rio de Janeiro v. 13, n. 31, p. 118 -134. Disponível em <https://bit.ly/3Ya6ZZg> . Acesso em 20 dez. 2022.

DAVIS, Angela. Enfrentando nosso adversário comum: as mulheres e a luta contra o racismo. *In: DAVIS, Angela. Mulheres, cultura e política.* Tradução: Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2017.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe.** Tradução: Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016. Disponível em: <https://bit.ly/3yyvkOh>. Acesso em 13 mai. 2022.

DOMINGUES, Izabel; MIRANDA Ana Paula de. Consumo de Ativismo: Dinâmicas de Mercado, Arquétipos e Moeda Social. *In: IX Encontro Nacional de Estudos do Consumo*, V

Encontro Luso-Brasileiro de Estudos do Consumo, III Encontro Latino-Americano de Estudos do Consumo, 2018, Rio de Janeiro. **Anais** [...] Rio de Janeiro: ESPM, 2018, p. 1 - 18. Disponível em: <https://bit.ly/3wbyrL3>. Acesso em: 20 set. 2020.

ESCOBAR, Juliana Lúcia. **Internet e a Democratização da Informação – proposta para um estudo de caso**. Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom. Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <https://bit.ly/332MbXM>. Acesso em: Acesso em: 03 janeiro 2020.

ECOSTEGUY, Ana Carolina. Estudos Culturais: uma introdução. *In*: SILVA, Tomaz Tadeu da. **O que é, afinal, Estudos Culturais?** Belo Horizonte: Autentica Editora, 2010.

FERREIRA, Dina Maria Martins; CAMINHA, Tibério. Pigmentocracia e a experiência do preterimento na homossexualidade negra. **Cadernos de Linguagem e Sociedade**, Brasília, v. 18, n. 2, p. 157–174, 2017. Disponível em: <https://bit.ly/3xELQeR>. Acesso: 20 abr. 2022.

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. As pesquisas denominadas “Estado da Arte”. **Educação & Sociedade**, ano XXIII, nº 79, agosto, 2002, p. 257- 272. Disponível em: <https://bit.ly/2GXsIk6>. Acesso em: 02 out. 2020.

FRANCISCO, Mônica da Silva. Discursos sobre colorismo: educação étnico-racial na contemporaneidade. **Ensaio Filosóficos**, Rio de Janeiro, Vol. XVIII, p.97-109, 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3mQz5Xb>. Acesso em: 02 ago. 2020.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17ª ED. Rio de Janeiro, Paz e Terra. 1987. Disponível em: <https://bit.ly/3uHCOur>. Acesso em: 10 out 2021.

FREIRE, Paulo. **Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire**. São Paulo: Cortês e Moraes, 1979. Disponível em <https://bit.ly/3MEMhP5>. Acesso em 23 abr. 2022.

FURQUIM, Carlos Henrique de Brito. A Pesquisa Identitária e o Sujeito que Pesquisa. A pesquisa identitária e o sujeito que pesquisa. **Cadernos De Gênero E Diversidade**, Salvador, v. 5, n. 3, p. 11–23, 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3fDV8Bf> . Acesso em 02 out. 2022.

GARCIA, Valéria Aroeira. **O papel do social e da educação não-formal nas discussões e ações educacionais**. [S.l.: s.n.], 2008. Disponível em: <https://bit.ly/3chZpVb>. Acesso em: 13 set. 2020.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIROUX, Henry A.; SIMON, Roger. Cultura popular e pedagogia crítica: a vida cotidiana como base para o conhecimento curricular. *In*: MOREIRA, Antônio Flávio; TADEU, Tomaz (Orgs.). **Currículo, cultura e sociedade**. São Paulo: Cortez Editora, 2013. Cap. 4, p. 107-140.

GUIMARÃES CORRÊA, Laura et al. Entre o interacional e o interseccional: Contribuições teórico-conceituais das intelectuais negras para pensar a comunicação. **Revista ECO-Pós**, [S.l.], v. 21, n. 3, p. 147-169, 2018. Disponível em: <https://bit.ly/2CpcH4q>. Acesso em: 10 jun. 2019.

GOHN, Maria da Glória. Educação não-formal na pedagogia social. In: I Congresso Internacional de Pedagogia Social, 1., 2006, São Paulo. Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo (**Anais**). Disponível em: <https://bit.ly/3kACqHN>. Acesso em: 20 de dezembro de 2019.

GOHN, Maria da Glória. Educação não-formal, educador(a) social e projetos sociais de inclusão social. **Meta: Avaliação** | Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 28-43, 2009. Disponível em <https://bit.ly/3yLhDvI>. Acesso em 13 abr. 2022.

GOHN, Maria da Glória. Educação não formal: direitos e aprendizagens dos cidadãos (ãs) em tempos do Coronavírus. **Revista Humanidades e Inovação**, Tocantins, v.7, n.7. p. 7-20, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3kpnpuF>. Acesso em 20 mar. 2022.

GOMES, Lauro Felipe Eusébio. Ser Pardo: o limbo identitário-racial brasileiro e a reivindicação da identidade. **Cadernos De Gênero E Diversidade**, v. 5, n. 1, p. 66-78, 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3OLXcUL>. Acesso em 29 abr. 2022.

GONZALES, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**. Anpocs, p. 223-244, 1984. Disponível em: <https://bit.ly/2KQCmGM> . Acesso em: 3 jun. 2020.

HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Liv Sovik (Org). Tradução de Adelaine La Guaria Resende et al. Belo Horizonte: Editora UFMG, Brasília, 2003. Disponível em: <https://bit.ly/3dKGwN6>. Acesso em: 20 fev. 2021.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro, Lamparina, 2019.

HOOKS, bell. Raça e gênero. In: HOOKS, bell. **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras**. Tradução de Ana Luiza Libânio. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

HOOKS, bell. De mãos dadas com minha irmã: solidariedade feminina. In: **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. Tradução Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2017.

JÚNIOR, Gilson Cruz; GUIMARÃES, Priscila Christiane Rodrigues. A educação sexual no Youtube: notas sobre o canal de Jairo Bouer. **Revista Temas em Educação**, João Pessoa, Brasil, v. 28, n.3, p. 231-253, set./dez., 2019. Disponível em <https://bit.ly/3MKqnWp>. Acesso em 26 mai. 2022.

KILOMBA, Grada. Dizendo o indizível. In: KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação – episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro, Cobogó, 2019. p. 71-92

KILOMBA, Grada. Racismo genderizado. In: KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação – episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro, Cobogó, 2019. p. 93- 109.

KARHAWI, Issaaf. Influenciadores digitais: o Eu como mercadoria. In: SAAD, Elizabeth Saad; SILVEIRA, Stefanie C. (Orgs). **Tendências em comunicação digital**. São Paulo: ECA/USP, 2016. Disponível em: <https://bit.ly/39BjOIQ>. Acesso em: 03 dez. 2019.

KOZINETS, Robert V. **Netnografia [recurso eletrônico]: realizando pesquisa etnográfica Online**. Tradução: Daniel Bueno. Porto Alegre: Penso, 2014.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados.** São Paulo: Atlas, 2012.

LIMA, Cristina Maria Garcia de; DUPAS, Giselle; OLIVEIRA, Irma de; KAKEHASHI, Seiko. Pesquisa etnográfica: iniciando sua compreensão. **Revista latino-americana de enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 4, n.1, p. 21-30, jan. 1996. Disponível em: <https://bit.ly/2FVn2r1>. Acesso em: 15 set. 2020.

LIMA, Lunalva de Oliveira Mendes. **A repercussão e o impacto de narrativas contraintuitivas na subjetividade da audiência de influenciadoras digitais negras brasileiras.** São Paulo: Universidade Federal do ABC. Disponível em: <https://bit.ly/34NJVEV>. Acesso em: 15 set. 2020.

LORDE, Audre. **Irmã outsider – ensaios e conferências.** Tradução de Stephanie Borges. 1 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

MATOS, Lídia. Transição capilar como movimento estético e político. In: I Seminário Nacional de Sociologia da UFS. 2016, **Anais [...]**. Sergipe: UFS, 2016, p. 845-858. Disponível em <https://bit.ly/3MHf7u8>. Acesso em 29 abr. 2022.

MORAES, Dênis de. Comunicação alternativa, redes virtuais e ativismo: avanços e dilemas. **Revista de Economia Política de las Tecnologías de la Información y Comunicación**. Vol. IX, n. 2, maio – ago., 2007. Disponível em: <https://bit.ly/3fyFf9U>. Acesso em: Acesso em: 12 dez. 2019.

OLIVEIRA, Aryanne Pereira de Oliveira e; MATTOS, Amana Rocha. **Revista Estudos e Pesquisa em Psicologia**. Rio de Janeiro, v. 19, n. 2, p. 445-463, 2019. Disponível em <https://bit.ly/3Q9FOtQ>. Acesso em 02 mai. 2022.

OLIVEIRA, Beatriz Cristina de; DIAS, Camila Santos. Educação não formal: instrumento de libertação e transformação? **Revista Científica da FHO|UNIARARAS**, v. 5, n. 2, 2017. Disponível em: <https://bit.ly/3HhIOA2>. Acesso em: 15 out. 2021.

OLIVEIRA, Maria Luisa Pereira de; MENEGHEL, Stela Nazareth; BERNARDES, Jefferson de Souza. Modos de subjetivação de mulheres negras: efeitos da discriminação racial. **Revista Psicologia & Sociedade**; v. 21, n.2, p. 266-274, 2009. Disponível em: <https://bit.ly/3lz0IEB>. Acesso em 12 mai. 2022

OLIVEIRA, Tauani Susi da Silva Marques de. O empoderamento no cotidiano da mulher negra através do canal Afros e Afins por Nátaly Neri. In: 42º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2019, Belém. **Anais [...]**. Belém: UFPA, 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3k0Vwa9>. Acesso em: 13 jul. 2020.

PAZ, Tatiana; JUNQUEIRA, Eduardo. Narrativas audiovisuais de mulheres negras no youtube e mobilização de processos formativos. **Revista Educação & Linguagem**, São Paulo, v. 22, n. 1, 23-38, 2019. Disponível em <https://bit.ly/3LksRuy>. Acesso em 15 abr. 2022.

PAZ, Tatiana Santos da. **Ativismo em rede e processos formativos decoloniais articulados por mulheres negras no youtube.** Fortaleza (CE): Universidade Federal do Ceará. Disponível em: <https://bit.ly/34VPi5g>. Acesso em: 10 jun. 2020.

PINHEIRO, Viviane Alves. **Cachos: a nova onda das marcas: um estudo sobre a identificação de mulheres crespas e cacheadas com a publicidade atual.** Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Curso de Publicidade e Propaganda, Faculdade de Informação E Comunicação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3mAgboo>. Acesso em 10 março 2022.

RECUERO, Raquel. **Redes sociais na internet.** 2ª ed. Porto Alegre: Sulina, 2018.

RIBEIRO, Djamila. Quem tem medo do feminismo negro? *In:* RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo do feminismo negro?** São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

RIBEIRO, Djamila. **Lugar de fala.** São Paulo: Pólen, 2019, 112 p. (Coleção Feminismos Plurais). ISBN 978-85-98349-68-8.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno manual antirracista.** Companhia das Letras, 2019.

RUBINSTEIN, Edith. A pergunta no processo de ensino-aprendizagem. **Revista Psicopedagogia**, v. 36, n. 111, p. 317-31, 2019. Disponível em <https://bit.ly/39qYHHT>. Acesso em 15 mar. 2022.

ROSADO, Luiz Alexandre da Silva; TOMÉ, Vitor Manuel Nabais. As redes sociais na internet e suas apropriações por jovens brasileiros e portugueses em idade escolar. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos** (online), Brasília, v. 96, n. 242, p. 11-25, jan./abr. 2015. Disponível em: <https://bit.ly/3F4R6cG>. Acesso em: 20 set. 2021.

SANCHES, Tatiana Amendola. Entrevista com Maria Elisa Cevasco. *In:* SANCHES, Tatiana Amendola (Org.). **Estudos Culturais: uma abordagem prática.** São Paulo: Editora Senac, 2011.

SANTOS, Kywza Joanna Fideles Pereira dos; FALCÃO, Carolina Cavalcanti. Que negros e negras são esses (as) do Youtube? Pensando a negritude e as formas de identidade a partir das narrativas exemplares. **Revista Eco Pós**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 1, p. 452-473, 2019. Disponível em <https://bit.ly/3xbWisM>. Acesso em 21 abr. 2021

SCHUMAHER, Shuma; BRAZIL, Érico Vital. **Mulheres negras do Brasil.** São Paulo: Senac SP, 2006.

SELWYN, Neil. **Dez sugestões para melhorar a investigação acadêmica em educação e tecnologia.** 9 (1), 03-09 [Online]. Disponível em: <https://bit.ly/2xcz3DR>. Acesso em: 13 abr. 2020.

SIBILIA, Paula. O universo doméstico na era da extimidade: Nas artes, nas mídias e na internet. **Revista Eco Pós - Arte, tecnologia e mediação**, Rio de Janeiro, V. 18, nº 1, p. 133-147, 2015. Disponível em: <https://bit.ly/3y5XjlQ>. Acesso em: 12 mar. 2021.

SILVA, Maria Aparecida. Mulheres negras: socialização e relações de poder. *In:* SILVA, Maria Aparecida **Trajétoria de mulheres negras ativistas.** Curitiba: Appris, 2017.

SILVA, Rachel Bonfim da; SILVA, Jackson Ronie Sá. Olhares sobre a Educação Sexual. *In:* SILVA, Jackson Ronie Sá (Org). **Ensino de Ciências e Educação para a diversidade.** São Leopoldo, Oikos, 2018.

SILVA, Taziane Mara da; TEIXEIRA, Talita de Oliveira; FREITAS, Sylvia Mara Pires de. Ciberespaço: uma nova configuração do ser no mundo. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 21, n. 1, p. 176-196, 2015. Disponível em: <https://bit.ly/3mTP2f7>. Acesso em: 20 ago. 2020.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

SILVEIRA, Denise Tolfo; CÓRDOVA, Fernanda Peixoto. A pesquisa científica. In: GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo T. (orgs.) **Metodologia da Pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. Disponível em: <https://bit.ly/36cj343>. Acesso em: 20 jan. 2020.

SOUSA, Frederico Rafael Gomes de *et al.* Feminismo negro e colorismo: estudo interseccional. In: XII Colóquio Nacional Representações de Gênero e Sexualidades. 2016, Campina Grande, **Anais [...]**. Campina Grande: UFCG, 2016, p. 1-9. Disponível em: <https://bit.ly/3Qg12pN>. Acesso em: 25 abr. 2022.

SOUZA, Carlos Henrique Medeiros de; CARDOSO, Carla. As Redes Sociais Digitais: Um mundo em transformação. **Revista Agenda Social**, Rio de Janeiro, V.5, nº 1, p. 65-78, 2011. Disponível em: <https://bit.ly/3eqdfaO>. Acesso em: 07 mai. 2021.

SOUZA, Claudete Alves da Silva. **A solidão da mulher negra: sua subjetividade e seu preterimento pelo homem negro na cidade de São Paulo**. 2008. Dissertação (Mestrado) – Curso de Mestrado em Ciências Sociais. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: <https://bit.ly/3MCZqEB>. Acesso em 05 mai. 2022.

SOUZA, Dayana. Que voz é essa? Identidade e narrativa da mulher negra no YouTube. In: BUCKSTEGGE, Jaqueline; ROGEDO, Pedro; SILVA, Tarcízio (Orgs.). **Estudando cultura e comunicação com mídias sociais**. Brasília: BPAD, 2018. Disponível em: <https://bit.ly/2YT17WO>. Acesso em: 12 abr. 2020.

SOUZA, Esdras Oliveira de; ASSIS, Kleyson Rosário. O afrofuturismo como dispositivo na construção de uma proposta educativa antirracista. *Entheoria: Cadernos de Letras e Humanas*, Serra Talhada, 6: 64-74, Jan./Dez. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3BYbMAV>. Acesso em: 20 out. 2021.

SOUZA, Rebeca Karen de. **Questões sociais em debate no youtube: análise do canal “afros e afins**. São Borja: Universidade Federal do Pampa, 2017. Disponível em: <https://bit.ly/3k3CsZ7>. Acesso em: 12 jul. 2020.

STOREY, John. **Teoria Cultural e cultura popular: uma introdução**. São Paulo: Edições Sesc, 2015.

TEIXEIRA, Maria Santana dos Santos Pinheiro; QUEIROZ; Josiane Mendes de. Corpo em debate: a objetificação e sexualização da mulher negra. In: V Seminário Internacional Enlaçando Sexualidades. 2017, Salvador. **Anais [...]** Salvador: UNEB, 2017, p. 1-8. Disponível em <https://bit.ly/3sO7sT8>. Acesso em 20 mar. 2022.

ZAMORA, Maria Helena Rodrigues Navas. Desigualdade racial, racismo e seus efeitos. **Fractal: Revista de Psicologia**. v. 24, n. 3, p. 1-16. 2012. Disponível em <https://bit.ly/3PC5tLh>. Acesso em 20 abr. 2022.

ZANK, Cláudia; BASSO, Lourenço de Oliveira; PASSERINO, Líliliana Maria. Interações Discursivas: conflitos necessários à construção do conhecimento em comunidades virtuais de aprendizagem. **Revista Novas Tecnologias na Educação**, Rio Grande do Sul, v. 6, n. 2, p.1-10, 2008. Disponível em <https://bit.ly/3MiDFtv>. Acesso em 20 abr. 2022.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org); HALL, Stuart. **Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais**. 15 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

WORTMANN, Maria Lúcia Castagna; COSTA, Marisa Vorraber. Estudos Culturais e educação – expandindo possibilidades para compreender a dimensão educativa. In: LISBOA FILHO, Flavio Ferreira; BAPTISTA, Maria Manoel (Orgs.). **Estudos culturais e interfaces: objetos, metodologias e desenhos de investigação**. Santa Maria: UFSM, 2016.

APÊNDICES

APÊNDICE A – LEVANTAMENTO DE DADOS SOBRE OS CANAIS DE INFLUENCIADORAS NEGRAS NO YOUTUBE (continua) ¹²⁰

Nº	YOUTUBER	CANAL	DESCRIÇÃO DO CANAL
1	Ana Lídia	Ana Lídia Lopes	“A Ana tem 20 anos, é mineira, sonhadora e ama criar! Aqui tem dicas de cabelo, beleza, comportamento e muito mais!”
2	Rayza Nicácio	Rayza Nicácio	“Moda, beleza e comportamento”.
3	Nátaly Neri	Afros e Afins	“ [...]. Esse canal fala sobre raça, gênero, sociedade, sustentabilidade, slow living, amores, beleza, e tudo o que uma jovem interessada em melhorar sua vida e a realidade ao seu redor poderia se interessar”.
4	Gabi Oliveira	Papo de Pretas	“Gabi Oliveira, em pouco mais de 3 anos de trabalho na internet, [...]. Além disso, sua palestra no TEDx intitulada “Um novo olhar sobre a pessoa negra; novas narrativas importam” já conta com mais de 100 mil visualizações na plataforma Youtube”.
5	Jacy Carvalho	Jacy Carvalho	“Encontrei nas redes sociais uma forma de me expressar (...) Esse canal é focado na valorização da autoestima e o empoderamento de pessoas negras”.

¹²⁰ Optou-se por manter a grafia da descrição dos canais, conforme conteúdo postado no *Youtube*.

6	Ana Paula Xongani	Ana Paula Xongani	“Por aqui, proponho conversas gostosinhas pra falar com leveza e responsabilidade sobre temas sempre importantes e urgentes para que todo mundo junto construa um mundo mais justo e acolhedor para todas as pessoas, especialmente para as mulheres pretas”.
7	Regianne Rosa	Coisas de Preta	“Tenho este canal para trocar dicas e conhecimentos sobre cabelos, beleza e vida. Sejam bem vindos e espero que possam tirar proveito!”.
8	Sá Ollebar	Preta Pariu	“Nas minhas redes amo falar sobre autocuidado, compartilho diariamente reflexões e vivências para inspirar mais pessoas [...] Compartilho a vida real, com suas dores, sabores e encantos”.
9	Lorena Monique	Neggata	“Criatividade, boas doses de ironia e “afrodeboche” dão o tom aos seus vídeos. Neggata é um alter ego, ou seja, puro empoderamento. [...]”
10	Xan Ravelli	Soul Vaidosa	“Aqui vocês vão encontrar: Beleza com propósito, Apoio emocional com identidade (afinal sou #pretacrespamãede2efeminista) e Vidas pretas com leveza”.
11	Débora Luz	Débora Luz	“Canal dedicado ao empoderamento da mulher através da valorização da diversidade da beleza”.
12	Luciellen Assis	Luciellen Assis	“Aqui no canal os assuntos abordados variam entre estética e beleza negra, moda, autoestima, empoderamento e relações raciais. [...] O objetivo principal é fazermos uma troca de experiências [...]”.
13	Rosa Luz	Rosa	“Oi gente, eu sou a Rosa, neste canal temos: artes, música & aleatoriedades produzidas de forma independente por mim desde 2016”.

14	Tati Sacramento	Tati Sacramento Oficial	“Mulher negra, jornalista com passagens pelas editorias de Gastronomia e LifeStyle, praticante da atividade física há 10 anos e alimentação equilibrada”.
15	Aline Custódio	Preta Aline Custódio	“[...] No meu canal, você vai encontrar conteúdo sobre moda, beleza, aceitação e autoestima, transição capilar, cabelos crespos, humor [...]”.
16	Patrícia Rammos	Patrícia Rammos	“[...]Meu cantinho de mil e uma coisas. Coisas de reseñar livros, filmes, programas de TV, de sugerir maquiagem, penteado, "me amostrar", fazer vlogs... enfim... UM ABADÁ PRA CADA DIA!!! A casa também é de vocês!!!”
17	Joyce Geravaes	Joyce Show	[.] Aqui a criação e produção é feita por mim, com o olhar de uma mulher negra, gorda, periférica e que nunca se viu representada nos veículos midiáticos. Mas que descobre com vcs a autoestima, beleza, e o empoderamento de ser quem eu sou...[.]
18	Camila Nunes	Camila Nunes	“[...] Criou o canal em 2012 para ajudar mulheres de pele negra se auto maquiar, além de dicas de maquiagem aqui você encontra dicas de tudo relacionado universo feminino”.
19	Anne Barreto	Anne Barreto	“[...] trocarei com voces muitas dicas de moda, beleza e lifestyle. Maquiagens, tags, vlogs de viagens de lugares lindos que voce vao conhecer”.

20	Fabiana Lima	Beleza de Preta	“Um canal para todxs nós. Aqui é o lugar de toda me-ninx-mulher da pele preta se sentir bem. Quer trocar dicas sobre cabelo afro, cuidados com a pele e maquiagem, principalmente para mulheres negras? Pensamento de homens e mulheres negrxs? Leituras de preta? Você está no lugar certo [...]”
21	Luci Gonçalves	Luci Gonçalves	“Beleza - Favela - Estilo de vida - Comportamento #bondedaluci”

Fonte: A autora (2020)

APÊNDICE B – LEVANTAMENTO DO NÚMERO DE SEGUIDORES DE CANAIS DE INFLUENCIADORAS NEGRAS NO YOUTUBE.

YOUTUBERS	NÚMERO DE SEGUIDORAS (ES)		
	03 de março de 2020	01 de outubro de 2021	23 de maio de 2022
Ana Lúcia	2,35 mi de inscritos	2,61 mi de inscritos	2,71 mi de inscritos
Rayza Nicácio	1,71 mi de inscritos	1,71 mi de inscritos	1,71 mi de inscritos
Nátaly Neri	713 mil inscritos	771 mil inscritos	790 mil inscritos
Gabi Oliveira	614 mil inscritos	655 mil inscritos	663 mil inscritos
Camila Nunes	591 mil inscritos	641 mil inscritos	656 mil inscritos
Jacy Carvalho	505 mil inscritos	606 mil inscritos	639 mil inscritos
Luci Gonçalves	292 mil inscritos	297 mil inscritos	296 mil inscritos
Tati Sacramento	99,2 mil inscritos	119 mil inscritos	120 mil inscritos
Ana Paula Xongani	94,8 mil inscritos	95,4 mil inscritos	96 mil inscritos
Regianne Rosa	79,1 mil inscritos	83,5 mil inscritos	84,8 mil inscritos
Luciellen Assis	74,2 mil inscritos	76,4 mil inscritos	77,1 mil inscritos
Sá Ollebar	73,2 mil inscritos	76,7 mil inscritos	77,4 mil inscritos
Xan Ravelli	67 mil inscritos	68,8 mil inscritos	69,4 mil inscritos
Débora Luz	55,1 mil inscritos	56,2 mil inscritos	57,7 mil inscritos
Rosa Luz	40 mil inscritos	40,6 mil inscritos	40,7 mil inscritos
Aline Custódio	28,8 mil inscritos	28,9 mil inscritos	28,7 mil inscritos
Patrícia Rammos	13,5 mil inscritos	14,3 mil inscritos	14,4 mil inscritos
Joyce Geravaes	6,66 mil inscritos	6,77 mil inscritos	6,84 mil inscritos

Fonte: A autora (2021)